

ESPAÇO RELACIONAL

REFLEXÕES INTERCONTINENTAIS SOBRE CIDADE E SOCIEDADE

ORGANIZAÇÃO SÁVIO GUIMARÃES

PREFÁCIO TOKIE LAOTAN-BROWN

PAISAGEM LAURA BEATRIZ LAGE

ÁFRICA DIRCEU ROGÉRIO CADENA DE MELO FILHO

ÁSIA ROLAND CHIH-HUNG LIN, PADMA MAHARJAN & BAI JIE

EUROPA FRANCESCO ROTONDO & GIOVANNA MANGIALARDI

AMÉRICA LUCIANA SUDAR KLAPPENBACH & GABRIEL ROMERO

OCEANIA PAULETTE WALLACE

ANTÁRTICA GUSTAVO CARDOSO CANTUÁRIA

NATUREZA FERNANDA MINGOTE LUZ

POSFÁCIO ROXELIO PÉREZ MOREIRA

situ-AÇÕES
GRUPO DE PESQUISA

ICPD Instituto CEUB de
Pesquisa e
Desenvolvimento
PROGRAMA DE MESTRADO
EM ARQUITETURA E URBANISMO

CEUB

Baluarte dos Pescadores. Budapeste, Hungria (EU).



R
E
F
L
E
X

D
E
S
I
G
N
T
E
R
C
O
N
T
I
N
E
N

Entre ciudades. Kuala Lumpur, Malásia (AS).

T

A

I

S

Matucón, Havana, Cuba (AM)



E S P A Ç O R E L A C I O N A L
REFLEXÕES INTERCONTINENTAIS SOBRE CIDADE E SOCIEDADE

O R G A N I Z A Ç Ã O S Á V I O G U I M A R ã E S

B R A S Í L I A
2 0 2 4

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB

● Reitor:

Rafael Mesquita Lopes

INSTITUTO CEUB DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - ICPD

● Diretor:

João Herculino de Souza Lopes Filho

● Diretor Técnico:

Rafael Aragão Souza Lopes

PRODUÇÃO EDITORIAL

● Editoração:

Biblioteca Reitor João Herculino

● Projeto Gráfico e Fotografias (Capas, Seções, Capítulos):

Sávio Tadeu Guimarães

COLABORAÇÕES ACADÊMICAS

● Organização:

Sávio Tadeu Guimarães

Doutor em Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

● Comissão técnico-científica:

Yara Regina Oliveira

Doutora em Urbanismo – Institut d’Urbanisme de Paris/Paris XII (IUP).

Rossana Delpino Sapena

Doutora em Arquitetura – Universidade Politécnic de Catalunya (UPC).

Maria João Gomes

Doutora em Estudos Urbanos – Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Manuel García Docampo

Doutor em Sociologia – Universidade da Coruña (UDC).

Mauro Gabriel García Santa Cruz

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo – Universidad Nacional de La Plata (UNLP).

Valéria Leão Ferenzini

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ricardo Trevisan

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).

Helena Mendes dos Santos

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Alberto Alves de Faria

Mestre em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília (UnB).

Eliete de Pinho Araújo

Doutora em Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

● Revisão ortográfica:

Edilson da Silva Cruz

Doutorando em Educação – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

● Prefácio:

Tokie Laotan-Brown

Doutora em Patrimônio – University of Nova Gorica (UNG) and Università Iuav di Venezia (IUAV).

● Posfácio:

Roxelio Pérez Moreira

Doutor em Ciências Biológicas – Universidade de Santiago de Compostela (USC).

Trabalho avaliado e revisado por pares da Comissão técnico-científica

Disponível em <www.repositorio.uniceub.br>

Circulação por acesso aberto e gratuito (todos os direitos reservados)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Espaço relacional: reflexões intercontinentais sobre cidade e sociedade / organizador, Sávio Tadeu Guimarães

– Brasília: ICPD; CEUB, 2024.

254 p.: il. (Série Espaço, 3)

ISBN 978-85-7267-165-1

1. Cidade e Sociedade. I. Centro Universitário de Brasília. II. Título

DOI 10.5102/978-85-7267-165-1

CDU911.372

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitor João Herculino

Centro Universitário de Brasília – CEUB

SEPN 707/709 Campus do CEUB

Tel. (61) 3966-1335 / 3966-1336

*Quando residimos por muito tempo em determinado lugar,
podemos conhecê-lo intimamente,
porém a sua imagem pode não ser nítida,
a menos que possamos também vê-lo de fora.
E a outro lugar pode faltar o peso da realidade
porque o conhecemos apenas de fora.*

Yi-Fu Tuan, Espaço e Lugar, 1977.

*Antes mesmo de conhecer a própria Moscou,
é minha Berlim que aprendo a conhecer
através de Moscou.*

Walter Benjamin, Immagini di città, 1971.



*In Memoriam de
Márcia Araújo.*

シダレ桜

Jardim do Forever Museum em Gion, Kyoto, Japão (AS).

*A todos que se dedicam a diálogos possíveis
entre meio ambiente e práticas culturais.*

Sítio histórico entre o Rio Valira d'Orient e a Cordilheira dos Pirineus. Escaldes, Principado de Andorra (EU).



AGRADECIMENTOS

11

APRESENTAÇÃO

SÁVIO GUIMARÃES

16

PREFÁCIO

TOKIE LAOTAN-BROWN

22

I ————— P R Ó L O G O

ENTENDENDO O MUNDO VIA PAISAGEM.

LAURA BEATRIZ LAGE

34

II ————— I N T E R C O N T I N E N T A I S

PATRIMÔNIO MUNDIAL DE INFLUÊNCIA PORTUGUESA NA ÁFRICA: RECURSOS, ATORES E MISSÕES EM ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU E MOÇAMBIQUE.

DIRCEU ROGÉRIO CADENA DE MELO FILHO

56

THOUGHTS ON HERITAGE AND CULTURAL LANDSCAPE PROTECTION LED SUSTENTABLE DEVELOPMENT IN ASIA: SOME CASE STUDIES FROM NEPAL AND CHINA.

ROLAND LIN CHIH-HUNG | PADMA SUNDAR MAHARJAN | BAI JIE

78

LANDSCAPE AND CULTURAL HERITAGE POLICIES IN EUROPE: EXPERIENCES FOR URBAN PLANNING IN NOVIATION IN ITALY.

FRANCESCO ROTONDO | GIOVANNA MANGIALARDI

109

UNA MIRADA INTEGRAL PARA EL DESARROLLO LOCAL EM AMÉRICA: LOS POBLADOS HISTÓRICOS DEL IBERÁ-CORRIENTES, EN ARGENTINA.

LUCIANA SUDAR KLAPPENBACH | GABRIEL ROMERO

132

DRAWING UP THE BATTLE LINES IN OCEANIA: CONSERVING CULTURE AND PLANNING FOR GROWTH IN NEW ZEALAND'S CAPITAL CITY.

PAULETTE WALLACE

162

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE PROJETO NA ANTÁRTICA: A PROPOSTA DE UM ABRIGO POLAR-MODULAR-SUSTENTÁVEL PARA PESQUISAS.

GUSTAVO ALEXANDRE CARDOSO CANTUÁRIA

184

III ————— E P Í L O G O

RECONSIDERANDO O MUNDO A PARTIR DA NATUREZA.

FERNANDA MINGOTE COLARES LUZ

206

POSFÁCIO

ROXELIO PÉREZ MOREIRA

229

SOBRE OS AUTORES

245

SÉRIE ESPAÇO

252

Plaza Mayor. Ilha, Taquile, Peru, 2013



A

B

R

A

D

E

C



I
M
E
N
T
O
S



Monumento 'Mão Aberta'. Chandigarh, Índia (AS).

Tal como nossas múltiplas relações com determinado espaço se configuram como a essência dos estudos e das reflexões apresentados neste livro, foram também de natureza diversa as correlações estabelecidas, no espaço físico ou virtual, com os diferentes pesquisadores participantes que possibilitaram a conformação desta obra como ela se apresenta e que, por isso, suscitam os melhores agradecimentos.

Primeiramente, se faz necessário agradecer a todos os autores dos Capítulos deste livro, professores e pesquisadores que aceitaram o convite para participar desta publicação e que, de campos profissionais diversos, mas correlacionados, compartilham aqui suas experiências, interpretações e conhecimentos, distintos, mas também complementares e enriquecedores às nossas reflexões sobre as muitas relações que estabelecemos com os mais variados espaços – tanto aqueles onde vivenciamos nosso cotidiano, quanto aqueles que experimentamos por breves momentos ou, ainda, aqueles que, mesmo sem um contato direto perfazem a realidade de natureza sistêmica à qual todos nós nos vinculamos.

Cabe agradecer, igualmente, a Tokie Laotan-Brown e Roxelio Pérez-Moreira que, por seus estudos e dedicação frutíferos a temas que se entrelaçam neste livro, como as inter-relações possíveis entre nós e o ambiente do qual fazemos parte, complementaram este livro enriquecendo-o com suas pertinentes interpretações e considerações sobre o mesmo através de seus respectivos Prefácio e Posfácio.

Outras participações de necessário agradecimento ocorreram por meio da diversificada e qualificada colaboração acadêmica alcançada, tanto no que se refere ao Comitê Técnico-científico quanto à Revisão Ortográfica, que, após seu acesso aos trabalhos dos autores de cada capítulo, suas várias considerações realizadas ao longo processo de elaboração deste livro contribuíram igualmente para a configuração final do mesmo e seu aprimoramento.

Também cumpre agradecer pela realização dos procedimentos de catalogação desta obra o corpo técnico da Biblioteca Reitor João Herculino e sua disponibilização on line no repositório virtual da mesma, assim como à instituição a qual está vinculada, o Centro Universitário de Brasília, que assim viabiliza a divulgação, a circulação e, conseqüentemente, o maior alcance de produções acadêmicas como a presente.

Por fim, fica o agradecimento a todos que participaram e participam dos encontros presenciais e virtuais de acesso livre promovidos pelo Grupo de Pesquisa CNPq '*situ-Ações*', que coordeno desde sua criação, e que, por meio de sugestões diversas, têm estimulado a transformação de várias das apresentações e dos diálogos assim realizados (por vezes ampliados pela participação de outros pesquisadores convidados de modo a estruturar um conjunto) em publicações específicas, digitais e de acesso e circulação gratuitos, como as da série Espaço, assim ensejada e aqui apresentada em mais um de seus volumes.



Como nuestras múltiples posibilidades de relación con un espacio determinado se configuran como la esencia de los estudios y reflexiones presentados en este libro, las correlaciones establecidas

también fueran de naturaleza diversa, en el espacio físico o virtual, con los más diversos investigadores que participaron y posibilitaron la conformación de este trabajo tal y como se presenta y que, por tanto, suscitan los mejores agradecimientos.

En primer lugar, es necesario agradecer a todos los autores de los Capítulos de este libro, docentes e investigadores que aceptaron la invitación a participar en esta publicación y que, desde ámbitos profesionales diversos pero correlacionados, comparten aquí sus experiencias, interpretaciones y conocimientos, distintos pero también complementarios y enriquecedores a nuestras reflexiones sobre las múltiples relaciones que hemos establecido con los más variados espacios - tanto aquellos donde experimentamos nuestra vida cotidiana, como aquellos que experimentamos por breves momentos o aquellos que, incluso sin contacto directo, conforman la realidad de carácter sistémico a la que todos estamos vinculados.

También cabe agradecer a TokieLaotan-Brown y Roxelio Pérez Moreira quienes, por sus estudios y fructífera dedicación a temas que se entrelazan en este libro, como las posibles interrelaciones entre nosotros y el ambiente del que formamos parte, complementaron este libro enriqueciéndolo con sus pertinentes interpretaciones y consideraciones al respecto a través de sus respectivos Prefacio y Posfacio.

Otras participaciones de necesaria gratitud se produjeron a través de la colaboración académica diversificada y cualificada lograda, tanto en lo que respecta al Comité Técnico-Científico como a la Revisión Ortográfica, que, tras acceder a los trabajos de los autores de cada capítulo, sus diversas consideraciones realizadas a lo largo del proceso de elaboración de este libro también contribuyeron a su configuración y mejora final.

También se debe agradecer al personal técnico de la Biblioteca Rectora João Herculino y su disponibilidad en línea en su repositorio virtual por llevar a cabo los procedimientos de catalogación de este trabajo, así como a la institución a la que está vinculada, el Centro Universitario de Brasília, lo que permite la difusión, circulación y, en consecuencia, el mayor alcance de producciones académicas como esta.

Finalmente, agradecemos a todos los que participaron y participan en las reuniones presenciales y virtuales de acceso abierto promovidas por el Grupo de Investigación '*situ-Ações*' que ahora coordino, y que, a través de diversas sugerencias, han estimulado la transformación de varias de las presentaciones y diálogos así realizados (a veces ampliados por la participación de otros investigadores invitados para estructurar un conjunto) en publicaciones específicas, digitales y de libre acceso y circulación, como las de la serie Espaço, así originadas y presentadas aquí en otro de sus volúmenes.



As our multiple possibilities of relationship with a given space are configured as the essence of the studies and reflections presented in this book, the correlations established are also from a diverse

nature, in the physical or virtual space, with the most diverse researchers who participated and made possible the formation of this work as it is presented and that, therefore, arouse the feeling of thankfulness.

First, it is necessary to thank all the authors of the Chapters of this book, teachers and researchers who accepted the invitation to participate in this publication and who, from diverse but correlated professional fields, share here their experiences, interpretations and knowledge, distinct but also complementary and enriching to our reflections on the many relationships we have established with the most varied spaces – those where we experience our daily lives, as well as those we experience for brief moments or, even those that, even without direct contact, affect the reality of a systemic nature to which we are all linked.

It is also worth thanking Tokie Laotan-Brown and Roxelio Pérez Moreira who, for their studies and fruitful dedication to themes that are intertwined in this book, such as the possible interrelationships between us and the environment of which we are part of, complemented this book by enriching it with their pertinent interpretations and considerations about it through their respective Preface and Afterword.

Other participations of necessary gratitude occurred through the diversified and qualified academic collaboration achieved, both with regard to the Technical-Scientific Committee and the Spelling Review, which, after accessing the works of the authors of each chapter, their various considerations made throughout the process of preparing this book also contributed to its final configuration and improvement.

The technical staff of the João Herculino Rector Library and its online availability in its virtual repository should also be thanked for carrying out the cataloging procedures for this work, as well as the institution to which it is linked, the University Center of Brasília, which thus enables the dissemination, circulation and, consequently, the greater reach of academic productions such as this one.

Finally, we thank everyone who participated and participates in the face-to-face and virtual open access meetings promoted by the '*situ-Ações*' Research Group CNPq that I now coordinate, and which, through various suggestions, have stimulated the transformation of several of the presentations and dialogues thus carried out (sometimes expanded by the participation of other invited professors and researchers in order to structure a set) in specific, collaborative, digital and free access and circulation publications, such as those of the Espaço series, thus given rise and presented here in another of its volumes.



A
P
R
E
S

Praia de Bristol, Mar del Plata, Argentina (AM).

Montmartre. Paris, França (EU).

E

N

T

A

C

A

D



Como trazido para a epígrafe deste livro, Walter Benjamin e Yi-Fu Tuan são alguns dos nomes que já evidenciaram o quanto a interpretação e o conhecimento de ‘nossa localidade’ adquiridos por uma vivência ali construída podem ser ampliados e transformados a partir de uma situação oposta (e complementar): a experimentação de ‘outras realidades’ e as subseqüentes comparações que esses novos contextos nos instiga – de fato, nossa cidade, nossas referências de cultura e natureza são melhor compreendidas quando delas nos distanciamos ou a elas agregamos outras vivências e possibilidades a partir de então conhecidas. Raymond Williams e Doreen Massey, por sua vez, já enfatizaram, em alguns de seus estudos, como nosso afeto e memória podem registrar para sempre breves instantes de uma localidade entrevista por alguns momentos ou cenas apenas – fotografadas ou não, a pessoa, a flor ou o fruto que há tempos avistamos da janela daquele trem, por exemplo, permanecerão para sempre imortalizados naquele recorte de um tempo e espaço (a princípio) passageiros...

A partir dessas colocações sugestivas a tantas reflexões sobre as várias relações possíveis de estabelecimento entre nós e um determinado espaço, a essência relacional almejada neste livro foi delineada pelo permear de palavras e imagens, de algum modo, interdependentes ou complementares, concebidas neste âmbito interpretativo ou de construção de conhecimentos possíveis. Se as palavras que configuram os vários capítulos do livro expressam conhecimentos aprofundados pela experiência e estudo de seus autores sobre localidades as mais distintas de nosso planeta, as imagens fotográficas que buscam de algum modo correlacionar esse tão variado conjunto de referências e reflexões, utilizadas entre as seções e capítulos desta obra, exibem recortes momentâneos desses contextos por mim captadas em já muitos anos dedicados a tal atividade.

Dessa maneira, provindo de diferentes campos profissionais e realidades continentais diversas, o conjunto aqui apresentado por instrumentos de conhecimento de natureza também distinta, foi estruturado em três momentos de leitura que, dessa maneira, configuram o livro. Inicialmente, as reflexões trazidas no *Prólogo*, de autoria de Laura Beatriz Lage, remetem a considerações sobre a Paisagem, tema suscetível a múltiplas interpretações e em crescente valorização no mundo contemporâneo. Em seguida, na seção *Intercontinentais*, que dá corpo ao livro, reflexões sobre referências culturais e ambientais manifestas em cada um dos seis continentes do planeta são evidenciadas em seus capítulos, de autoria de Dirceu Rogério Cadena De Melo Filho (África), Roland Lin Chih-Hung, Padma Sundar Maharjan e Bai Jie (Ásia), Francesco Rotondo e Giovanna Mangialardi (Europa), Luciana Sudar Klappenbach e Gabriel Romero (América), Paulette Wallace (Oceania), Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária (Antártica). Por fim, as reflexões que configuram o *Epílogo*, de autoria de Fernanda Mingote Colares Luz, explicitam a emergência de atenção e sensibilização quanto à Natureza e seus elementos que possibilitam (nada mais que) nossa vida em tal meio.

Com mais este livro colaborativo de acesso livre da série *Espaço*, intitulado *Espaço Relacional: reflexões intercontinentais sobre cidade e sociedade*, apresentamos, sobretudo, uma breve síntese de

conceitos entrelaçados como os da cultura, patrimônio cultural, paisagem e meio ambiente, amplamente estudados, debatidos e ressignificados na contemporaneidade – assim como, nos últimos anos, vêm emergindo novos e instigantes conceitos afins marcados, principalmente, por um caráter sistêmico, como os conceitos de “paisagem cultural”, “cidade esponja”, de “infraestrutura verde e azul” (IVA) ou “trama verde azul” (TVA), “soluções baseadas na natureza” (SbN), “direitos da natureza” (RoN), entre outros. A partir desses conceitos, por meio dos referidos textos (em palavras e imagens) produzidos por pesquisadores vinculados a diversos campos profissionais e espaços territoriais também distintos, se encontram aqui evidenciadas para o leitor, essencialmente, considerações sobre ‘valores atribuídos’ a alguns temas e lugares que, distantes ou aproximados, diferentes ou similares, pelos significados relacionais a eles incorporados de algum modo, nos auxiliam, dessa maneira, em nossas interpretações e conhecimentos sobre este mundo que compartilhamos.



Como se puede leer en el epígrafe de este trabajo, Walter Benjamin e Yi-FU Tuan son algunos de los nombres que han puesto de manifiesto cómo la interpretación y el conocimiento de ‘nuestra localidad’, que se adquieren por la vivencia de los mismos, pueden ampliarse y transformarse desde una situación opuesta (y complementar): experimentación de ‘otras realidades’ y subsiguientes comparaciones que nos instigan – de hecho, nuestra ciudad, nuestras referencias de cultura y naturaleza se comprenden mejor cuando nos alejamos o añadimos otras vivencias y posibilidades ahí conocidas. Raymond Williams y Doreen Massey, por su parte, ya destacaron, en algunos de sus estudios, cómo nuestro afecto y memoria pueden grabar para siempre breves momentos de una localidad vista solo por algunos momentos o incluso escenas solamente – fotografiadas o no, la gente, la flor o el fruto que hace tiempos miramos por la ventana de aquel tren, por ejemplo, permanecerán para siempre inmortalizados en aquel dibujo, aquel retazo de un tiempo y espacio (aparentemente) fugaces...

A partir de estas colocaciones que nos despiertan para tantas reflexiones, la esencia relacional que se desea en este libro ha sido demarcada por el entretejer de palabras e imágenes, de algún modo, interdependientes o complementares, concebido en el ámbito de lo interpretativo o de la construcción de conocimientos posibles. Si las palabras que configuran los capítulos del libro expresan conocimientos hechos más profundos por la experiencia y el estudio de sus autores sobre las ubicaciones más distintas de nuestro planeta, las fotografías que buscan, de algún modo, relacionar este variado conjunto de referencias y reflexiones, y que son utilizadas a lo largo de las secciones y capítulos de esta obra, exhiben recuerdos momentáneos de estos contextos por mi captados hace muchos años.

Así, provenientes de distintos campos profesionales y realidades continentales diferentes, el conjunto que aquí se presenta, con el uso de instrumentos de conocimiento de naturaleza también distinta, se ha estructurado en tres momentos de lectura que configuran el libro. Inicialmente, las

reflexiones que trae el Prólogo, escrito por Laura Beatriz Lage, remiten a las consideraciones sobre el Paisaje, tema susceptible a múltiples interpretaciones y en creciente valoración en el mundo contemporáneo. Luego, en la sección Intercontinentales, contenido central del libro, reflexiones sobre referencias culturales y ambientales manifiestas en cada uno de los seis continentes del planeta se evidencian en sus capítulos, escrito por Dirceu Rogério Cadena De Melo Filho (África), Roland Lin Chih-Hung, Padma Sundar Maharjan y Bai Jie (Asia), Francesco Rotondo y Giovanna Mangialardi (Europa), Luciana Sudar Klappenbach y Gabriel Romero (America), Paulette Wallace (Oceania), Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária (Antártica). Por fin, las reflexiones del Epílogo, escrito por Fernanda Mingote Colares Luz, explicitan la emergencia de la atención y sensibilización a respecto de la Naturaleza y sus elementos que posibilitan (tan solo) nuestra vida en este medio.

Con este volumen colaborativo de acceso libre de la serie Espacio, titulado *Espacio relacional: reflexiones intercontinentales sobre ciudad y sociedad*, presentamos sobre todo una breve síntesis de conceptos entrelazados como los de cultura, patrimonio cultural, paisaje y medio ambiente, ampliamente estudiados, debatidos y resignificados en la contemporaneidad – así como, en los últimos años, surgen nuevos e intrigantes conceptos relacionados, marcados, principalmente, por un carácter sistémico, como los conceptos de “paisaje cultural”, “ciudades esponja”, “infraestructura verde-azul” o “azul-verde” (IVA/ IAV), “soluciones basadas en la naturaleza” (SBN), “derechos de la naturaleza”, entre otros. A partir de estos conceptos, por medio de los referidos textos (en palabras e imágenes) producidos por investigadores vinculados a diversos campos profesionales y espacios territoriales también distintos, ponen de manifiesto para el lector, esencialmente, consideraciones sobre ‘valores atribuidos’ a algunos temas y lugares que, lejos o cercanos, diferentes o similares, por los significados relacionales a ellos incorporados, nos ayudan en nuestras interpretaciones y conocimientos sobre este mundo que compartimos.



As brought to the epigraph of this book, Walter Benjamin and Yi-Fu Tuan are some of the authors who have already highlighted how much the interpretation and knowledge of 'our locality', achieved through an experience built there, can be expanded and transformed from its apparent antithesis, that is, an opposite/complementary situation: the experience of 'other realities' and subsequent comparisons that instigate us – in fact, our city, our references related to culture and nature - are better understood when we take a distance or join them to other experiences and possibilities known from then on. Raymond Williams and Doreen Massey, in turn, have already emphasized, in some of their studies, how our affections and memory can record, forever, brief instants of a location glimpsed for a few moments or in fleeting scenes only – photographed or not, the person, the flower or the fruit that we have seen for some time from the window of that train, for example, will remain forever immortalized in that section of a time and space (apparently) transitory...

From these suggestive statements leading to so many reflections, the relational essence sought in this book was outlined by the intertwining of words and images, somehow interdependent or complementary, conceived in this context of possible interpretation or construction of knowledge. On one hand, the words in this book's chapters express in-depth knowledge stemming from the experience and study the authors have had involving the most distinct locations on our planet; on the other hand, the photographs that somehow seek to correlate this varied set of references and reflections, used among the sections and chapters of this work, show momentary excerpts of these contexts, captured along the many years I have dedicated to such activity.

Thus, coming from different professional fields and diverse continental realities, the collection presented here by instruments of knowledge of an also different nature, was structured in three reading moments which shape the book. Initially, the reflections in the Prologue, written by Laura Beatriz Lage, consist of considerations about the Landscape, a topic susceptible to multiple interpretations, increasingly appreciated in the contemporary world. Then, the Intercontinental section, which is essentially the body of book, cultural and environmental references manifest in each of the six continents of the planet se evidenciam em seus capítulos, written by Dirceu Rogério Cadena De Melo Filho (Africa), Roland Lin Chih-Hung, Padma Sundar Maharjan and Bai Jie (Asia), Francesco Rotondo and Giovanna Mangialardi (Europa), Luciana Sudar Klappenbach and Gabriel Romero (America), Paulette Wallace (Oceania), Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária (Antarctica). Finally, the thoughts forming the Epilogue, written by Fernanda Mingote Colares Luz, explicitly indicate the emergence of attention and awareness regarding Nature and its elements which, as it were, make our life possible in such an environment.

This open-access collaborative book, included in the Space series, under the title *Relational Space: intercontinental reflections on city and society*, presents, more than anything else, a brief synthesis of intertwined concepts such as culture, cultural heritage, landscape and the environment, widely studied, debated and re-signified nowadays – just as, in recent years, new and instigating concepts to the topic have emerged, mainly marked by some systemic nature, such as the concepts of "cultural landscape", "sponge city", "green and blue infrastructure" (VAT) or "blue green plot" (TVA), "nature-based solutions" (NbS), "rights of nature" (RoN), among others. Based on these concepts, by means of the aforementioned texts (in words and images) written by researchers associated with different professional fields and distinct territorial spaces, the reader will find here considerations about the 'values attributed' to some themes and places which, either distant or close, similar or not, arising from the relational meanings embedded in them, help us to interpret and get to know this world we share.

SÁVIO GUIMARÃES

BRASÍLIA / BRASIL, MAIO DE 2024.

Muralha da Antiga Mogador. Essauira, Marracos (AF).



P
R
E
F

241
LORCA

CINE
LORCA
Sv1

A
C
I
D



Avenida Corrientes. Buenos Aires, Argentina (AM).

In my Preface to this book, I reflect on our relationships with different physical and virtual spaces—the importance of experiencing and comparing different realities to understand our localities better. Guimarães structures the book into three sections: the Prologue, which delves into the concept of landscape; the Intercontinental section, which explores cultural and environmental references across each continent; and the Epilogue, which underscores the significance of attention and awareness towards nature. The book synthesizes concepts related to culture, heritage, landscape, and the environment and encourages a transdisciplinary approach to conservation and planning. This collective endeavor highlights the relationships that humans establish with their spatial environments and the implications of these relationships for our understanding of cities and societies across different continents.

In the Prologue, Lage clarifies the concept of landscape and its relationship with human perception and experience. The paper ensures that landscape is not simply an objective or subjective entity but a complex interaction between the two. The author emphasizes the importance of understanding the landscape as a mode of understanding and experiencing the world. The prologue also explores the historical development of the concept of landscape and its cultural and symbolic significance.

The authors of this book draw upon case studies from Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Nepal, China, Italy, the Iberá wetlands in Argentina, New Zealand, and Antarctica. Their “Intercontinental Reflections” investigate the intricate relationship among cultural heritage, landscape, and the environment, demonstrating how these elements fundamentally intertwine with the fabric of urban and societal development. Through an intrinsic lens, the book asserts that our interaction with space transcends the physical realm to engage with cultural, social, and emotional dimensions deeply. The concept of ‘Relational Space’ is articulated through a synthesis of theoretical explorations and empirical case studies, offering insights into how spaces are perceived, interpreted, and lived. This approach challenges the traditional dichotomies of nature/culture and urban/rural, proposing instead a more integrated and holistic understanding of landscapes as cultural phenomena.

The authors have demonstrated that landscapes, whether urban or rural, are not static backdrops to human activity but active participants in the shaping of cultural identities and societal norms. The discussion on landscape as a human construction, as well as the distinction between landscape and environment, enriches the discourse on spatial relations. Landscapes transcend mere geographical areas, acquiring meaning through human interaction and perception. This relational understanding of landscape underscores the importance of preserving cultural heritage and natural beauty, not just for their aesthetic value but also for their role in sustaining societal well-being and identity. The dialogue between chapters—spanning diverse geographies and thematic concerns—foregrounds the importance of interdisciplinary approaches in addressing the pressing issues of urbanization, environmental sustainability, and social cohesion. By weaving together insights from geography, urban planning, anthropology, and beyond, “Relational Space” offers a comprehensive framework for understanding the interdependencies that shape our cities and societies.

Moreover, the book's exploration of the UNESCO Cultural Landscapes and the Historic Urban Landscape approach provides valuable frameworks for integrating cultural heritage into contemporary urban development strategies. These models advocate for a balance between conservation and development, emphasizing the need to view landscapes and urban spaces as evolving living entities. This seminal work contributes significantly to the ongoing discourse on spatial relations, cultural heritage, and urban development within landscapes. It calls for a reimagining of our relationship with space, advocating for sustainable and inclusive practices that respect the cultural and natural legacies of our environments. As we move forward, this volume serves as a reminder of the power of interdisciplinary collaboration and the importance of viewing our cities and societies through relational space.

In the concluding Epilogue, Luz provides a historical context for the origin of cities, directly associating their development with the presence of rivers and streams. Despite the enduring occupation of these areas, the utilization of water bodies and their surrounding landscapes has evolved due to urbanization and city expansion. Luz observes that nature and the environment frequently clash with the ideals of societal development, with urban expansion posing a significant threat to environmental equilibrium. The author emphasizes the imperative task of undertaking restoration efforts for these compromised environments, advocating for their reintegration into the landscape to prevent irreversible alterations.

This book compels us to critically explore the pathways leading to a more equitable, resilient, and vibrant urban landscape. This discourse encourages us to fundamentally reimagine the very essence of our relationship with the built environment. UNESCO and the authors, through their insightful recognition of landscape as a connection of cultural and ecological forces, provide a platform for ongoing reflection. We face the challenge of examining how our planning, conservation, and development practices can foster a harmonious coexistence between humanity and the environment we inhabit. Central to this transformative process is the haptic reverie – a reciprocal experience that transcends the visual and emphasizes the inter-sensory nature of our engagement with the world around us. This reciprocal connection constitutes an integral facet of our relationship with the planet. By preserving the historical and cultural heritage embedded within a landscape as well as our waterscapes, we not only safeguard the environment but also enrich the quality of life for present and future generations. These conservation values unlock opportunities, including for recreation and tourism, fostering a deeper appreciation for the narratives woven into the fabric of our urban spaces and trails.



Em meu Prefácio para este livro, reflito sobre nossas relações com diferentes espaços físicos e virtuais – a importância de experimentar e comparar diferentes realidades para entender melhor nossas localidades. Guimarães estrutura o livro em três seções: o Prólogo, que se aprofunda no conceito de paisagem; a seção Intercontinental, que explora referências culturais e ambientais em cada continente; e o

Epílogo, que ressalta o significado da atenção e da consciência em relação à natureza. O livro sintetiza conceitos relacionados à cultura, patrimônio, paisagem e meio ambiente e incentiva uma abordagem transdisciplinar de conservação e planejamento. Esse esforço coletivo destaca as relações que os humanos estabelecem com seus ambientes espaciais e as implicações dessas relações para nossa compreensão das cidades e sociedades em diferentes continentes.

No Prólogo, Lage clarifica o conceito de paisagem e sua relação com a percepção e experiência humana. O artigo garante que a paisagem não é simplesmente uma entidade objetiva ou subjetiva, mas uma interação complexa entre as duas. A autora enfatiza a importância de compreender a paisagem como um modo de compreender e vivenciar o mundo. O prólogo também explora o desenvolvimento histórico do conceito de paisagem e seu significado cultural e simbólico.

Os autores deste livro baseiam-se em estudos de caso de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Nepal, China, Itália, zonas úmidas do Iberá na Argentina, Nova Zelândia e Antártica. Suas “Reflexões Intercontinentais” investigam a intrincada relação entre patrimônio cultural, paisagem e meio ambiente, demonstrando como esses elementos se entrelaçam fundamentalmente com o tecido do desenvolvimento urbano e social. Através de uma lente intrínseca, o livro afirma que nossa interação com o espaço transcende o reino físico para nos envolvermos profundamente com as dimensões culturais, sociais e emocionais. O conceito de 'Espaço Relacional' é articulado por meio de uma síntese de explorações teóricas e estudos de caso empíricos, oferecendo insights sobre como os espaços são percebidos, interpretados e vividos. Essa abordagem desafia as dicotomias tradicionais de natureza/cultura e urbano/rural, propondo uma compreensão mais integrada e holística das paisagens como fenômenos culturais.

Os autores demonstraram que as paisagens, sejam urbanas ou rurais, não são cenários estáticos para a atividade humana, mas participantes ativas na formação de identidades culturais e normas sociais. A discussão sobre a paisagem como construção humana, bem como a distinção entre paisagem e ambiente, enriquece o discurso sobre as relações espaciais. As paisagens transcendem meras áreas geográficas, adquirindo significado por meio da interação e percepção humana. Essa compreensão relacional da paisagem ressalta a importância de preservar o patrimônio cultural e a beleza natural, não apenas por seu valor estético, mas também por seu papel na manutenção do bem-estar e da identidade da sociedade. O diálogo entre capítulos - abrangendo diversas geografias e preocupações temáticas - antecipa a importância das abordagens interdisciplinares na abordagem das questões urgentes da urbanização, sustentabilidade ambiental e coesão social. Ao tecer *insights* de geografia, planejamento urbano, antropologia e outros campos do conhecimento, o “Espaço Relacional” oferece uma estrutura abrangente para entender as interdependências que moldam nossas cidades e sociedades.

Além disso, a exploração das Paisagens Culturais da UNESCO e a abordagem da Paisagem Urbana Histórica do livro fornecem estruturas valiosas para a integração do patrimônio cultural nas estratégias

contemporâneas de desenvolvimento urbano. Esses modelos defendem um equilíbrio entre conservação e desenvolvimento, enfatizando a necessidade de ver as paisagens e os espaços urbanos como entidades vivas em evolução. Este trabalho seminal contribui significativamente para o discurso corrente sobre relações espaciais, patrimônio cultural e desenvolvimento urbano dentro das paisagens. Além de convocar uma reimaginação da nossa relação com o espaço, defendendo práticas sustentáveis e inclusivas que respeitem os legados culturais e naturais dos nossos ambientes. À medida que avançamos, este volume serve como um lembrete do poder da colaboração interdisciplinar e da importância de ver nossas cidades e sociedades através do espaço relacional.

No Epílogo, Luz fornece um contexto histórico para a origem das cidades, associando diretamente seu desenvolvimento à presença de rios e córregos. Apesar da ocupação duradoura dessas áreas, a utilização dos corpos hídricos e suas paisagens circundantes evoluiu devido à urbanização e expansão da cidade. Luz observa que a natureza e o meio ambiente frequentemente colidem com os ideais do desenvolvimento social, com a expansão urbana representando uma ameaça significativa ao equilíbrio ambiental. A autora enfatiza a tarefa imperativa de empreender esforços de restauração para esses ambientes comprometidos, defendendo sua reintegração à paisagem para evitar alterações irreversíveis.

Este livro aqui prefaciado nos obriga a explorar criticamente os caminhos que levam a uma paisagem urbana mais equitativa, resiliente e vibrante. Esse discurso nos encoraja a reimaginar fundamentalmente a própria essência de nossa relação com o ambiente de construção. A UNESCO e os autores, através do seu reconhecimento perspicaz da paisagem como uma conexão de forças culturais e ecológicas, fornecem uma plataforma para a reflexão contínua. Enfrentamos o desafio de examinar como nossas práticas de planejamento, conservação e desenvolvimento podem promover uma coexistência harmoniosa entre a humanidade e o meio ambiente que habitamos. Central para esse processo transformador é o devaneio háptico – uma experiência recíproca que transcende o visual e enfatiza a natureza intersensorial de nosso envolvimento com o mundo ao nosso redor. Essa conexão recíproca constitui uma faceta integral da nossa relação com o planeta. Ao preservar o patrimônio histórico e cultural incorporado em uma paisagem, bem como as nossas paisagens aquáticas, não só protegemos o ambiente, mas também enriquecemos a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Esses valores de conservação abrem oportunidades inclusive para recreação e turismo, promovendo uma apreciação mais profunda das narrativas trançadas no tecido de nossos espaços e trilhas urbanas.



En mi Prefacio para este libro, reflexiono sobre nuestras relaciones con diferentes espacios físicos y virtuales: la importancia de experimentar y comparar diferentes realidades para comprender mejor nuestras localidades. Guimarães estructura el libro en tres secciones: el Prólogo, que profundiza en el

concepto de paisaje; la sección Intercontinental, que explora referencias culturales y ambientales en cada continente; y el Epílogo, que subraya la importancia de la atención y la conciencia hacia la naturaleza. El libro sintetiza conceptos relacionados con la cultura, el patrimonio, el paisaje y el medio ambiente y fomenta un enfoque transdisciplinario de la protección y la planificación. Este esfuerzo colectivo destaca las relaciones que los humanos establecen con sus entornos espaciales y las implicaciones de estas relaciones para nuestra comprensión de las ciudades y sociedades en diferentes continentes.

En el Prólogo, Lage aclara el concepto de paisaje y su relación con la percepción y la experiencia humanas. El artículo asegura que el paisaje no es simplemente una entidad objetiva o subjetiva, sino una interacción compleja entre los dos. La autora enfatiza la importancia de entender el paisaje como un modo de entender y experimentar el mundo. El prólogo también explora el desarrollo histórico del concepto de paisaje y su significado cultural y simbólico.

Los autores de este libro se basan en estudios de casos de Angola, Cabo Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Nepal, China, Italia, los Esteros del Iberá en Argentina, Nueva Zelanda y la Antártida. Sus "Reflexiones Intercontinentales" investigan la intrincada relación entre el patrimonio cultural, el paisaje y el medio ambiente, demostrando cómo estos elementos se entrelazan fundamentalmente con el tejido del desarrollo urbano y social. A través de una lente intrínseca, el libro afirma que nuestra interacción con el espacio trasciende el ámbito físico para involucrarnos profundamente con las dimensiones culturales, sociales y emocionales. El concepto de "espacio relacional" se articula a través de una síntesis de exploraciones teóricas y estudios de casos empíricos, que ofrecen información sobre cómo se perciben, interpretan y viven los espacios. Este enfoque desafía las dicotomías tradicionales de naturaleza/cultura y urbano/rural, proponiendo en cambio una comprensión más integrada y holística de los paisajes como fenómenos culturales.

Los autores han demostrado que los paisajes, ya sean urbanos o rurales, no son escenarios estáticos de la actividad humana, sino participantes activos en la configuración de las identidades culturales y las normas sociales. La discusión sobre el paisaje como construcción humana, así como la distinción entre paisaje y entorno, enriquece el discurso sobre las relaciones espaciales. Los paisajes trascienden las meras áreas geográficas, adquiriendo significado a través de la interacción y la percepción humana. Esta comprensión relacional del paisaje subraya la importancia de preservar el patrimonio cultural y la belleza natural, no solo por su valor estético, sino también por su papel en el mantenimiento del bienestar y la identidad de la sociedad. El diálogo entre capítulos, que abarca diversas geografías y preocupaciones temáticas, destaca la importancia de los enfoques interdisciplinarios para abordar los problemas apremiantes de la urbanización, la sostenibilidad ambiental y la cohesión social. Al entrelazar ideas de la geografía, la planificación urbana, la antropología y más allá, el "Espacio Relacional" ofrece un marco integral para comprender las interdependencias que dan forma a nuestras ciudades y nuestras sociedades.

Además, la exploración del libro de los Paisajes Culturales de la UNESCO y el enfoque del Paisaje Urbano Histórico proporciona marcos valiosos para integrar el patrimonio cultural en las estrategias de desarrollo urbano contemporáneo. Estos modelos abogan por un equilibrio entre la conservación y el desarrollo, resaltando la necesidad de ver los paisajes y los espacios urbanos como entidades vivas en evolución. Este trabajo fundamental contribuye significativamente al discurso en curso sobre las relaciones espaciales, el patrimonio cultural y el desarrollo urbano dentro de los paisajes. Requiere una reinención de nuestra relación con el espacio, abogando por prácticas sostenibles e inclusivas que respeten los legados culturales y naturales de nuestros entornos. A medida que avanzamos, este volumen sirve como un recordatorio del poder de la colaboración interdisciplinaria y la importancia de ver nuestras ciudades y sociedades a través del espacio relacional.

En el Epílogo final, Luz proporciona un contexto histórico para el origen de las ciudades, asociando directamente su desarrollo con la presencia de ríos y arroyos. A pesar de la ocupación duradera de estas áreas, la utilización de los cuerpos de agua y sus paisajes circundantes ha evolucionado debido a la urbanización y la expansión de la ciudad. Luz observa que la naturaleza y el medio ambiente chocan con frecuencia con los ideales de desarrollo social, y la expansión urbana representa una amenaza para el equilibrio ambiental. La autora enfatiza la tarea imperiosa de emprender esfuerzos de restauración para estos entornos comprometidos, abogando por su reintegración en el paisaje para evitar alteraciones irreversibles.

Este libro aquí presentado nos obliga a explorar críticamente los caminos que conducen a un paisaje urbano más equitativo, resiliente y vibrante. Este discurso nos anima a reimaginar fundamentalmente la esencia misma de nuestra relación con el entorno construido. La UNESCO y los autores, a través de su profundo reconocimiento del paisaje como una conexión de fuerzas culturales y ecológicas, proporcionan una plataforma para la reflexión continua. Nos enfrentamos al desafío de examinar cómo nuestras prácticas de planificación, conservación y desarrollo pueden fomentar una coexistencia armoniosa entre la humanidad y el entorno que habitamos. El centro de este proceso transformador es la ensoñación háptica, una experiencia recíproca que trasciende lo visual y enfatiza la naturaleza intersensorial de nuestro compromiso con el mundo que nos rodea. Esta conexión recíproca constituye una faceta integral de nuestra relación con el planeta. Al preservar el patrimonio histórico y cultural incorporado en un paisaje, así como nuestros paisajes acuáticos, no solo salvaguardamos el medio ambiente, sino que también enriquecemos la calidad de vida de las generaciones presentes y futuras. Estos valores ecológicos abren oportunidades incluso para la recreación y el turismo, fomentando una apreciación más profunda de las narrativas entrelazadas en el tejido de nuestros espacios urbanos y senderos.

TOKIE LAOTAN-BROWN

ACCRA / GHANA, FEBRUARY 2024.



Mirante das Murallas do Castelo de Praga. Praga, Chéquia

P

R

0

L
O
G
O

Portão do Bósforo, Istambul, Turquia (EU).







Antiga Vila Operária de Sewell, Rancagua, Chile (AM).

P
A
I
S

A

G

E

M



ENTENDENDO O MUNDO VIA PAISAGEM.

LAURA BEATRIZ LAGE



As mudanças ocorridas na paisagem com perda de identidade e qualidades paisagísticas geram ambientes pobres em experiência e sem *stimmung*, o que é agravado pela desconexão entre as disciplinas, como o planejamento espacial e a preservação do patrimônio. A paisagem, como um ambiente experienciado, como um “modo de entender o mundo”, pode contribuir com a união entre preservação/conservação do patrimônio e planejamento territorial, numa abordagem transdisciplinar, possibilitando a ‘conservação pelo desenvolvimento’, e vice-versa. Assim, este trabalho propõe pensar a paisagem como um ‘modo de entender o mundo’, uma categoria de pensamento e da existência, um ambiente experienciado através de todos os sentidos, para além da visão moderna do conceito, para além do dualismo instaurado pela revolução científica do século XVII, quando o sujeito e objeto se separaram. A paisagem não se pauta na dicotomia/cisão entre sujeito e objeto, natureza e cultura, homem e meio, mas busca uma visão holística, aproximada e distante simultaneamente, onde a paisagem existe na trajetória, na relação homem-meio.



Los cambios en el paisaje con pérdida de identidad y cualidades paisajísticas generan ambientes pobres en experiencia y sin *stimmung*, lo que se ve agravado por la desconexión entre disciplinas, como la ordenación del territorio y la preservación del patrimonio. El paisaje, como un ambiente experimentado, como una "forma de entender el mundo", puede contribuir a la unión entre la protección/conservación del patrimonio y la planificación territorial, en un enfoque transdisciplinario, lo que permite "conservar a través del desarrollo", y viceversa. Así, este trabajo propone pensar el paisaje como una “forma de entender el mundo”, una categoría de pensamiento y existencia, un ambiente experimentado a través de todos los sentidos, más allá de la visión moderna del concepto, más allá del dualismo establecido por la revolución científica del siglo XVII, cuando el sujeto y el objeto se separaron. El paisaje no se basa en la dicotomía/escisión entre sujeto y objeto, naturaleza y cultura, hombre y entorno, sino que busca una visión holística, aproximada y distante simultáneamente, donde el paisaje existe en la trayectoria, en la relación hombre-entorno.



The changes in the landscape with loss of identity and landscape qualities generate environments poor in experience and without *stimmung*, which is aggravated by the disconnection between disciplines, such as spatial planning and heritage preservation. The landscape, as an experienced environment, as a “way of understanding the world”, can contribute to the union between heritage preservation/conservation and territorial planning, in a transdisciplinary approach, enabling ‘conservation through development’, and vice versa. Thus, this work proposes to think of the landscape as a ‘way of understanding the world’, a category of thought and existence, an environment experienced through all the senses, beyond the modern view of the concept, beyond the dualism established by the scientific revolution of the seventeenth century, when the subject and object were separated. The landscape is not based on the dichotomy/split between subject and object, nature and culture, man and environment, but seeks a holistic, approximate and distant view simultaneously, where the landscape exists in the trajectory, in the man-environment relationship.



Considerações iniciais

O homem, desde a pré-história, buscou formas de representar seu ambiente experienciado, ou seja, sua paisagem. Ao longo do tempo, contribuiu, como um agente natural, em sua transformação. O homem primitivo se via como parte da natureza. Com o avanço científico e a instituição do paradigma da ciência moderna, o homem se colocou como dominador da natureza, como se parte dela não fosse. O dualismo moderno descosmicizou o universo, “num puro dado objectal estranho aos valores humanos” (Berque, 2011, p. 207).

O modo de ‘entender o mundo’ da ciência moderna distanciou o homem do seu meio, refletindo essa desconexão em diferentes campos do conhecimento, nas divisões disciplinares e categorizações existentes, entendendo o mundo de forma funcional e utilitária, pensamento que invadiu o mundo da paisagem. A paisagem, mais que uma espacialidade (pois ela precisa de sua fisicidade para emergir), está essencialmente na relação do homem com seu meio, o que Berque chamou de *trajetiva* ou *trajetividade*. A experiência humana do seu ambiente é uma experiência estética, em sentido amplo, e essa experiência, através da relação entre sujeito e meio, ou seja, pela trajetiva, surge a paisagem.

Somos seres humanos integrais e o ato que suscita a paisagem é ao mesmo tempo contemplativo e afetivo, e esse mesmo ato psíquico faz retumbar em nós sua disposição anímica (*stimmung*), que nos envolve, conforme apontou Simmel (2009). Dessa forma, a paisagem, como uma categoria de pensamento e uma forma de entender o mundo, possui a potencialidade de reconectar o que foi desconectado, ela não só é uma possibilidade de conexão entre disciplinas, como é a própria conexão do homem com seu meio. Dessa maneira que a paisagem, como categoria de pensamento e forma de entender o mundo, possui a potencialidade de reconectar o que foi desconectado, ela não é só uma possibilidade de conexão entre disciplinas, como também

é a própria conexão do homem com seu meio. Sendo assim, de fato, a paisagem, como um ambiente experienciado, como um “modo de entender o mundo”, pode contribuir com a união entre preservação/conservação do patrimônio e planejamento territorial, numa abordagem transdisciplinar, possibilitando a ‘conservação pelo desenvolvimento’, e vice-versa¹.

Conceituando Paisagem

A paisagem como conceito se enquadra no plano da razão e da explicação, levando a um entendimento fragmentado, exemplificado em abordagens em campos distintos do conhecimento, reflexo do dualismo instaurado pela revolução científica do século XVII, quando o sujeito e objeto se separaram (Veras, 2014). Tendemos a nos ater a pontos de vista especializados, conforme a categorização científica, trazendo falhas no entendimento do todo, devido às suas limitações científicas e conceituais. As origens do conceito de paisagem são marcadas em contextos sócio-históricos que revelam um olhar geográfico, ao abordar sua fisiografia natural e sua organização político-administrativa territorial.

É bom lembrar que, assim como o conceito de paisagem é uma construção humana, a paisagem como uma área geográfica é uma construção humana. Nossas ações não apenas moldaram paisagens habitadas, mas também mudaram irremediavelmente aquelas que não são mais e talvez nunca tenham sido habitadas (Berleant, 1997, p. 121).

Alguns conceitos se confundem com o de paisagem, como o de ambiente. A paisagem também reflete outros conceitos como território, propriedade, identidade, terra natal, natureza, cenário, vista, o gênio do lugar e das pessoas e esses conceitos são representados dentro dela. Alguns escritores tentam associar ambiente com o ambiente físico e a paisagem com a percepção visual de uma cena e as ideias e atitudes através das quais as pessoas a interpretam. Isso é devido parte à tradição, incorporada na cultura ocidental desde a Grécia clássica, que associava experiência principalmente com visão e visão com o intelecto. Mas, é reconhecido que o corpo consciente não observa o mundo contemplativamente, mas também participa ativamente do “processo experiencial” (Berleant, 1997, p. 12), ampliando o entendimento da paisagem enquanto um ambiente experienciado através dos sentidos, pela sua fisicidade e através de seus diversos valores. Uma paisagem é uma experiência incorporada e, como tal, “é nosso mundo, nós mesmos” (Berleant, 1997, p. 109). Ao considerar a percepção da paisagem, somos levados a nos libertar do

¹ ‘*Conservation through development*’ foi o lema do Belvedere Memorandum (Política de Planejamento Territorial Holandesa de 1999-2009). Essas ideias foram trabalhadas na tese de doutorado da autora.

dualismo do pensamento ocidental. Para Collot (2013, p. 21), “se a paisagem pode aparecer como o lugar de emergência de uma forma de pensamento, é porque a experiência sensível é fonte de sentidos”. Sendo a paisagem sinestésica, ela é experimentada e experienciada através de todos os sentidos.

Berque qualifica a operação na qual o homem apreende o seu ambiente pelos sentidos, pelos pensamentos, pelas palavras e pela ação, como *trajeção*, mostrando que a realidade humana é irreduzível à posição dualista entre o subjetivo e o objetivo, uma vez que as coisas são *trajetivas*. A *trajeção* é a combinação medial e histórica do subjetivo e do objetivo, o físico e o fenomenal, o ecológico e o simbólico. A paisagem não reside apenas no objeto ou apenas no sujeito, mas na interação complexa entre esses dois termos, relação que envolve várias escalas de tempo e espaço, sendo ela uma “realidade trajetiva” (Berque, 2011, p. 210). A *trajetividade* das coisas na ecúmena significa que não se pode considerar o ambiente como um simples objeto exterior, analisando somente sua morfologia, mas como um meio, que participa do próprio ser, da existência humana, e que, “antes desta, participa muito simplesmente da vida” (Berque, 2011, p. 211).

O fundamento da concepção de paisagem de Berque decorre da relação homem-meio, enquanto dimensão sensível e simbólica. A *trajetiva* produz uma *médiance* (sentido de um meio, ao mesmo tempo tendência objetiva, sensação/percepção e significação desta relação medial), que é expressa na paisagem. A existência humana é inserida na *médiance* de seu meio e imbricada de sentidos de sua época, como também é o da existência das coisas. O ser humano não separa os significados dos objetos concretos, vivemos o sentido das coisas e as ações humanas conformam a ligação que suscita a realidade do ecúmeno, o vínculo entre o símbolo e a coisa (Maria, 2010, p. 62). Por isso, o entendimento da paisagem como um modo de entender o mundo, um modo de vivenciar o mundo e como o entendo.

Antes da Modernidade até o período pré Medieval, o homem pertencia ao todo da natureza, razão e emoção eram entidades indissociáveis da experiência espacial do ambiente para o homem primitivo, sua necessidade física se conectava com sua necessidade espiritual, seu espírito se harmonizava com o universo, através da natureza. Já o homem da razão conhece a natureza através da paisagem porque ocorre o deslocamento do homem desse todo da natureza, ao se colocar como seu dominador, e a partir dessa separação emerge a paisagem. Assim, a paisagem ocidental surge a partir da ruptura do homem com seu ambiente, como uma compensação idílica da natureza perdida, um fragmento da natureza que por si só explicasse o

todo. A paisagem, então, como parte de um todo (a natureza), tornou-se um outro todo independente, abarcando os elementos da natureza e os dando uma forma, incluindo o homem novamente como parte dessa natureza. Essa união perdida entre espírito e natureza volta a acontecer como experiência estética através da paisagem.²

A noção de paisagem, segundo Berque (1994), não existe em todos os lugares desde sempre. Ele data a paisagem ocidental no século XV, já que não existia em nenhuma língua ocidental, até então, uma palavra que significasse paisagem. Uma vez não existindo na língua, também não existia o conceito. Em *Cinq Propositions pour une Théorie du Paysage* (1994), Berque adotou critérios para distinguir civilizações paisagísticas e não-paisagísticas, sendo o primeiro e mais importante o “uso de uma ou várias palavras para dizer *paisagem*”. No entanto, a não existência da palavra não quer dizer que não existia o sentimento em relação à paisagem, uma vez que o aparelho sensorial é fundamentalmente o mesmo de todos os seres humanos, possuindo a mesma capacidade de discriminação de dados sensíveis do ambiente. Mas, esse reconhecimento não se encontra apenas ao nível fisiológico, mas no da interpretação de que várias culturas fazem de seus ambientes, e esta interpretação é “marcada, datada, inscrita no contexto singular de um certo modo de vida, em uma certa época” (Berque, 1994, p. 17): “as sociedades interpretam seus ambientes em função do planejamento que deles fazem, e, reciprocamente, elas os organizam em função dessa interpretação” (Berque, 1994, p. 18). Lidamos com a paisagem da forma que a entendemos e apreciamos.

No Ocidente³, o primeiro termo a designar paisagem foi *landscipe*, no inglês antigo, referindo-se a um distrito que pertencia a um particular ou habitado por um grupo particular de pessoas. A palavra dinamarquesa *landskab*, a alemã *landschaft* e *landscipe* do inglês antigo, combinam dois radicais: ‘*land*’, que significa tanto o lugar quanto as pessoas que vivem no lugar, tendo um senso de pertencimento, enquanto *skabe* e *schaffen* significam ‘moldar’. Os sufixos *skab* e *schaft*, assim como *ship* em inglês, também significam associação, parceria (Spirn, 1998).

O termo norueguês *landskapslover*, o termo dinamarquês *landskabslover*, e o termo sueco *landskapslagar*, segundo considerações de Jones (2007, p. 2), relacionam-se com leis de paisagens “no sentido de unidades administrativo-territoriais dentro das quais a terra foi moldada pelos costumes e lei das pessoas (...)”. Olwig (1996) também mostrou que a noção escandinava

² Relação semelhante se dá com o jardim, aquele lugar que, em sua composição de formas, não é o todo da natureza, mas o representa. É uma parcela que representa a totalidade do mundo.

³ No Oriente, mais especificamente China e Japão, a expressão paisagem surgiu no século IV, no ano de 352, primeiramente na literatura (Berque, 1994).

medieval de paisagem incluía as tradições, costumes e instituições relacionadas com a paisagem, seu caráter e condições da terra, reconhecidas como um distrito com uma identidade distinta, sendo também “*uma expressão de lei, justiça e cultura*” (Jones, 2007, p. 2).

Segundo Olwig (1996), o sufixo *scape*, em *landscape*, se equivale ao sufixo *ship*. As raízes etimológicas de *ship* são semelhantes aos radicais do inglês antigo *sceppan* ou *scyppan* que significam to *shape*, ou seja, moldar, criar. O sufixo indica ‘*alguma coisa mostrando ou incorporando uma qualidade ou estado*’, tendo uma natureza ou uma constituição subjacente que se manifesta através dos processos de elaboração e a forma material que esses processos geram, dando um sentido abstrato ao termo *landscape*: “(...) *landscape is about people working together to share things, about people work in groups. The ‘scape’ part in landscape is the same as ‘ship’ part in fellowship*” (Faircough, 2014).

Apesar de não se ter a mesma relação na palavra em português, a origem nas línguas latinas também se mantém com a ideia de compartilhamento do mesmo espaço de terra, sendo moldado por um grupo de acordo com suas necessidades e cultura característica, como no francês *paysage*, que tem sentido semelhante à palavra *landschaft*, aplicada aos arredores de uma edificação ou cidade, designando um espaço delimitado. Tanto em italiano *paese*, como em francês, *pays*, a ideia do lugar onde vivem as pessoas, seu entorno e suas características estão implícitos, ligados à ideia de pátria.

Já a associação de *paysage* à estética remonta ao século XVI, quando passou a significar a representação artística da paisagem nas pinturas⁴. Apesar da ligação com a pintura, todas as expressões referentes à etimologia da palavra paisagem vão sugerir a ideia de um grupo particular de pessoas habitando uma parte de terra, o povo daquela terra, como em *England* (terra dos ingleses), *Poland* (terra dos poloneses) etc.

Paisagem é uma questão da experiência e práticas das pessoas na terra, seja individual ou coletiva, representa poder, costumes, comportamentos, ética, ideais, conflitos - atitudes culturais perante o ambiente, “escritas” na paisagem, representadas por leis. As paisagens sempre absorvem elementos das muitas pessoas e grupos que nela constroem sua existência. O processo perceptivo não se limita a receber passivamente os dados sensoriais, mas os organiza para lhes

⁴ Talvez tenha se ligado à pintura devido à nosso sentido mais desenvolvido e privilegiado na cultura ocidental ser a visão. Apesar da pintura da paisagem ter um limite, esse limite não possui bordas físicas, porque ela sempre remete para o além, o infinito dentro do finito, conforme discutido por Rossário Assunto sobre a finitude e a infinitude da paisagem. Até mesmo nas pinturas romanas, os painéis que representavam o externo, compondo com o interior da edificação, numa relação dialética. Na pintura de paisagem, o artista extrai do mundo dado um fragmento e o apreende como unidade, interceptando sua conexão com o universo.

atribuir sentido(s). Então, a paisagem percebida é também significada e construída, possui estrutura e dinâmica que são acessíveis ao homem e agem como guias para suas atitudes e condutas.

Paisagem e Patrimônio

No âmbito internacional, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2008, p. 95), as paisagens culturais são bens culturais que representam as obras conjugadas do homem e da natureza e “ilustram a evolução da sociedade e dos estabelecimentos humanos ao longo dos tempos, sob a influência dos condicionamentos materiais e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, internas e externas”. Elas dividem-se em três categorias principais: paisagem claramente definida, paisagem essencialmente evolutiva ou evoluída organicamente que se subdivide em paisagem relíquia e paisagem viva, e a última categoria, paisagem cultural associativa⁵.

Dentro do contexto de discussão do conceito de paisagem da UNESCO surge a Recomendação da UNESCO sobre a Paisagem Urbana Histórica (HUL), de 2011, que busca responder à rápida urbanização, na tentativa de substituir a abordagem mais arquitetônica das cidades históricas que focava mais nos edifícios individualmente e estende uma abordagem de paisagem cultural, interdisciplinar, para ambientes urbanos, como uma maneira de se envolver com os múltiplos aspectos da conservação histórica urbana (Taylor; St. Clair; Mitchell, 2015).

A HUL é uma abordagem holística e integrada com uma metodologia adaptada dos estudos de paisagem cultural, incorporando ativos tangíveis e intangíveis no planejamento gerencial para alcançar um resultado que interprete a cidade como um *continuum* no tempo e no espaço (UNESCO, 2013), onde os grupos populacionais que deixaram suas marcas continuam a fazê-lo, promovendo a integração de preocupações numa gestão de conservação do patrimônio com o urbanismo. Apesar de sua primeira indicação em ambientes urbanos, onde a transformação é mais rápida, a abordagem pode ser aplicada em qualquer tipo de paisagem. É importante destacar que a HUL não é uma categoria, mas uma ferramenta de gerenciamento. Apesar de ter

⁵ Deve-se levar em consideração que a UNESCO busca trazer uma representatividade mundial, mas já existe um movimento de atualização do entendimento frente à comemoração dos 50 anos da Convenção do Patrimônio Mundial.

surgido dentro do contexto da UNESCO, ela também não se prende ao reconhecimento de Valores Universais Excepcionais.

Segundo a Convenção Europeia da Paisagem (CEP), em seu primeiro artigo, paisagem, sem o qualificativo cultural: “designa qualquer parte do território, tal como é percebido pelas populações, cujo caráter é resultante da ação de fatores naturais e/ou humanos e de suas interrelações” (CEP, 2000, p. 2). A paisagem é reconhecida como uma condição prévia para o bem-estar individual e social (compreendido no sentido físico, fisiológico, psicológico e intelectual) e para o desenvolvimento sustentável, bem como um recurso propício à atividade econômica. Ela é um componente básico do bem-estar do cidadão, conectado com políticas de planejamento territorial, a fim de superar posições meramente de proteção.

Nas recomendações posteriores da CEP são citadas as diversas formas de percepção da paisagem, que não é somente a visual. A percepção sensorial (visual, auditiva, olfativa, tátil, gustativa) e emocional que uma população tem do seu meio e o reconhecimento da diversidade deste e de características históricas e culturais especiais são essenciais para o respeito e salvaguarda da identidade da própria população e para o enriquecimento individual e da sociedade como um todo. A CEP estabelece, já em seu terceiro artigo, o que deve ser objeto de proteção (ações para conservação e manutenção dos aspectos significativos ou característicos de uma paisagem), gestão (ações dirigidas, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, à manutenção da paisagem com o fim de guiar e harmonizar as transformações induzidas nela pela evolução social, econômica e ambiental) e ordenação (ações que apresentam um caráter prospectivo particularmente acentuado e voltados à melhoria, à restauração e à criação de paisagens).

Esta tripla atitude implica em uma visão dinâmica da paisagem, relacionando com as características das paisagens, existindo aquelas que deverão receber tratamentos mais restritos e outras mais flexíveis, dependendo do seu caráter e objetivos acordados, mas sempre levando em consideração as mudanças ocorridas na paisagem, que podem ser através de processos culturais ou naturais, reconhecendo até mesmo as paisagens degradadas. Não só áreas especiais são abordadas, mas todo o território como paisagem.

Cada ação de planejamento ou projeto deve cumprir os objetivos de qualidade paisagística, que são elencados em conjunto com a população, de acordo com a particularidade de cada paisagem. Esses objetivos devem, em particular, melhorar a qualidade da paisagem, ou pelo menos não provocar um declínio. Os efeitos dos projetos, seja qual for a sua escala, devem ser

avaliados e as regras e instrumentos correspondentes a esses efeitos definidos. Cada ação ou projeto de planejamento deve não apenas corresponder, mas também ser apropriado às características dos locais. Isso se difere da política brasileira, onde, em muitos casos, mesmo sabendo que um empreendimento pode causar impacto negativo no entorno, quase nunca se parte do pressuposto que o empreendimento não será construído, caso se entenda que o impacto não é passível de aceitação e já se salta para a fase de minimizar os impactos.

Em alguns casos, o impacto não vale a pena ser minimizado, mas, dentro da lógica desenvolvimentista, abre-se mão da qualidade ambiental e estética, em prol de um desenvolvimento que, muitas vezes, não seguem em sintonia com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, privilegiando poucos. Ao se trabalhar conjuntamente, criando o novo a partir do preexistente, pode-se enriquecer o próprio empreendimento, usando o patrimônio e a natureza como uma mais valia paisagística, tendo mais respeito com a vida do que com o lucro, criando ambientes e paisagens mais aprazíveis, contribuindo à melhoria da qualidade de vida de um todo.

Nessa perspectiva, a sensibilidade dos profissionais da área de patrimônio pode contribuir com o planejamento espacial na gestão de mudanças nas paisagens, de forma mais qualificadora e humanizada. A paisagem como o ambiente experienciado traz o patrimônio para um discurso no contexto local, da vida cotidiana, mais próximo do ambiente vivido. Com seu foco no presente e no futuro, essa sensibilidade voltada para a herança pode fornecer um senso de esperança e engajamento. Como apontado por Fairclough (2014), “paisagem e patrimônio não é sobre proteção e preservação, mas sobre a gestão da mudança, vivendo com/em movimento, movendo do passado para o futuro e essas trajetórias”.

Paisagem como Pensamento

A paisagem, como entendida neste trabalho, é o ‘ambiente experienciado’ (ambiente vivido) que surge através da *trajetividade*, e ocorre pelos vários sentidos, numa relação estética. Ela é possuidora de uma ‘disposição anímica’ (*stimmung*) que contribui com a qualidade de vida das pessoas. Simmel (2009) define *stimmung* como um estado psíquico e só pode residir em um reflexo afetivo do observador e não em coisas externas desprovidas de consciência, é um processo afetivo exclusivamente humano. Para ele, ato que a paisagem evoca para nós é ao mesmo tempo contemplativo e afetivo. Conforme Collot (2013, p. 42), “a emoção sentida diante de uma paisagem é (...) o sinal de uma pertença do espírito humano ao universo natural”.

Marwyn Samuels identifica o que ele chamou de uma "paisagem de impressões", uma camada de ideologias e representação cultural do espaço e do lugar, que forma o contexto da criação real de paisagens, e as "paisagens de expressão", a paisagem materializada fisicamente visível, baseadas na percepção da paisagem, na paisagem de impressões (Kolen; Renes, 2015, p. 25). As paisagens de expressão vão influenciar e inspirar a experiência e conceito de paisagem das pessoas. Isso se relaciona com a artealização *in situ* e *in visu*, discutido por Alain Roger.

Ao representar uma paisagem através da poesia, pintura ou fotografias, ou seja, uma representação *in visu*, isso terá um retorno e uma ação em relação à paisagem *in situ*, contribuindo com sua significação. 'Paisagens de Impressões' são baseadas na percepção da paisagem, as ideias e imagens resultantes. Finalmente, a 'impressão' torna-se 'impressionante'. Esta imagem desempenha um papel importante na mudança física da paisagem, quando a 'Paisagem das Expressões' passa a existir (Kolen; Renes, 2015, p. 25). Segundo Roger (2013), a crise atual da paisagem procede da conjunção da deterioração *in situ* e do desamparo *in visu*, que contribui com o dano estético e mostra a esclerose de nosso olhar.

De acordo com Samuels, a autoria e a transformação das paisagens estão sempre embutidas nessa interação abrangente e troca entre visões, planos e designs de um lado e paisagens materiais e (trans)formações espaciais do outro. Isso torna sua visão das paisagens também tipicamente fenomenológica. Parte-se do pressuposto de que as paisagens são mundos de vida essencialmente humanos e que as pessoas e seus mundos de vida se produzem e se transformam em um movimento dialético contínuo (Kolen; Renes, 2015, p. 25).

Então, sempre há um movimento dialético contínuo em que a experiência espacial e a imaginação, por um lado, e a atuação espacial, por outro, influenciam e se sucedem. Isso explica a forte influência recíproca entre os mundos mental e material que, na realidade não estão separados. Ao tentar entender esses mundos de forma separada, perde-se a essência de que a paisagem está exatamente na relação do homem com o seu ambiente.

Segundo Berleant (1997), na atualidade, estamos negando a possibilidade da paisagem ao eliminarmos seu *stimmung*, assim como estamos também eliminando a capacidade do sujeito de perceber a paisagem, devido aos danos estéticos causados. A forma de produção atual da paisagem impede que ocorra a *trajetiva*, de onde surge a paisagem, criando o dano estético. "Dano estético" (Berleant, 1997, p. 75) "é a negação da riqueza sensorial e da plenitude perceptual. Ela assume uma forma mais assertiva em condições perceptivas que dessensibilizam as pessoas, impedem,

prejudicam ou diminuem as capacidades humanas de experiência". A distorção ou restrição da experiência perceptiva manipula e engana o senso de realidade das pessoas.

Extremos de privação ou desorientação excessiva e desorientadora podem causar loucura ou morte. [...] Uma paisagem empobrecida esteticamente diminui seus habitantes [...]. Aqueles que habitam esses lugares não conhecem senão um mundo contraído e sofrem o empobrecimento de um espírito negado (Berleant, 1997, p. 75).

No cotidiano, muitas vezes, ignoramos a paisagem. Além disso, os espaços criados pragmaticamente, sem relação com o preexistente, sem relação com a experiência das pessoas, acabam por privar as pessoas dessa relação com o seu meio. Uma vez perdida essa possibilidade de relação, as pessoas perdem a capacidade de apreciação estética desse lugar. Todo o ambiente pode ser uma paisagem, depende da forma como é percebido e experienciado. Uma vez que a paisagem reside na *trajetiva*, se algo se impõe entre o sujeito e seu meio, impede a emergência da paisagem. Por isso, a divisão das disciplinas que lidam com o espaço e a paisagem é prejudicial, já que a relação entre elas é o que enriquece a experiência do espaço construído, da nossa relação com o ambiente, fazendo emergir a paisagem. Berleant vai além ao abordar o dano estético dizendo que:

A afronta estética se situa como uma insensibilidade ao lugar, quando o valor comercial do lugar é reconhecido, na vulgarização de suas características atraentes ou na imposição de características falsas ou artificiais. [...] O engano perceptivo é ofensivo esteticamente e também moralmente. Ele nos acalma com facilidades agradáveis. Pode obscurecer um interesse estético por características visuais e arquitetônicas incoerentes, ou pode nos distrair com qualidades perceptivas exageradas enquanto não conseguem satisfazer necessidades genuínas (Berleant, 1997, p. 67).

Ao banalizar o significado dos lugares, ao usar do seu significado histórico, por exemplo, como uma mercadoria, 'comoditizando' esses lugares, com pouca consideração pela adequação no tempo e no lugar, contribuiu-se com o empobrecimento de seu significado, e conseqüentemente, amplia-se o dano estético. Da mesma forma, as transformações de cidades e paisagens afetivas, geralmente, perdendo qualidades estética e ambiental, contribuem com a perda da capacidade de apreciação das pessoas. Esse incômodo com a transformação da paisagem sem relação com o preexistente, perdendo qualidades estéticas e ambientais é encontrado tanto na Convenção Europeia da Paisagem quanto no Belvedere Memorandum (política de planejamento territorial da Holanda de 1999 a 2009).

Para Berque, "esses problemas não poderão ser resolvidos enquanto formos 'possuídos' pelo paradigma ontológico da modernidade, no qual o 'eu' se estabelece independente do

mundo”. Ele ainda acrescenta que “para não matar mais a paisagem (...) devemos cumprir uma revolução do ser (...): reconhecer a nossa mediância comum e a trajectividade das coisas que nos rodeiam” (Berque, 2011, p. 212). Para Rosário Assunto (1973, p. 341), a paisagem é uma questão estética, ela é “o espaço que se constitui em objeto da experiência estética, e tema de um juízo estético”. É uma expressão da existência. Enquanto o planejamento espacial, muitas vezes mais focado em questões mais práticas e desenvolvimentistas, esquece dessa relação estética, a área da preservação ambiental e cultural, possui uma ‘permissão’ para se avaliar esteticamente um ambiente, fazer um juízo estético. A forma de intervenção e gestão espacial afeta a vida das pessoas e como a paisagem é entendida e vivenciada. A paisagem pode ser a ligação entre a Conservação do Patrimônio e o Planejamento Territorial, possibilitando a conservação através do desenvolvimento, sem a perda da qualidade estética e ambiental.

Para Berleant (1997, p. 124), “na continuidade se encontra a identidade”. A única realidade estética reside no *continuum* de um presente. As continuidades marcam o complexo humano-ambiente e nenhum dos componentes pode ser pensado além do outro. A continuidade sugere conexões dentro de um conjunto e não apenas um elo entre partes discretas, assim como os seres humanos têm continuidade com a natureza. O ambiente é esse complexo inclusivo, integrado e dinâmico. O ambiente experimentado esteticamente é a paisagem⁶. Ao mesmo tempo em que a paisagem é uma construção social, ela também é uma construção individual. Cada indivíduo, de acordo com suas experiências, vivencia sua paisagem, mas sendo o homem um ser social, essa experiência está embebida de preconceitos sociais, de acordo com sua cultura, com uma série de formações com leis próprias. Aí reside a beleza da paisagem, ela é sempre portadora de movimento, transformação.

Considerações Finais

Se por muito tempo o modernismo cultivou a ruptura, parece ser o momento de redescobrir o caminho da unidade. Para isso, a paisagem nos propõe [...]um modelo e um terreno de experimentação. Permite reunir o que a razão moderna tem dissociado [...]: o homem e seu ambiente, arte e natureza, ciência e experiência, tradição e inovação. [...] A paisagem instaura uma interação que nos convida a pensar de outro modo (Collot, 2013).

A paisagem, como um ambiente vivenciado, como uma ‘maneira de entender o mundo’, pode contribuir para a união entre a conservação do patrimônio e do ordenamento do território, numa abordagem transdisciplinar, possibilitando a ‘conservação pelo desenvolvimento’ e o

⁶ A continuidade pode ser lida como transformação através do tempo, mantendo a identidade.

‘desenvolvimento pela conservação’, sem perda de qualidades estéticas e ambientais. A paisagem pode ser a linguagem comum que conecta setores presentes no fazer diário da paisagem e disciplinas, arte, ciência, governo e comunidades.

A paisagem atualmente é uma importante implicação política, social e cultural, é uma oportunidade de religação à vida da cidade, à sua maneira, fazendo com que se ouça uma voz diferente nesse debate, “para abrir outra via aos que terão que construir os espaços de nosso futuro. (...) a paisagem oferece um espaço onde é possível se reencontrar” (Collot, 2013, p. 198), uma abertura a novas possibilidades de entender o mundo, via paisagem. Para Collot (2013, p. 198), a paisagem é um lugar de troca.

Nossa relação sensível com o mundo, tal como se manifesta na experiência da paisagem, é a de um encontro e de uma interação permanente entre o dentro e o fora, o eu e o outro, não a de um sujeito separado do meio, como a modernidade colocou. A paisagem não é apenas vista, mas percebida por todos os sentidos, “cuja intervenção não faz senão confirmar e enriquecer a dimensão subjetiva desse espaço, sentido de múltiplas maneiras e, (...) também experimentado. Todas as formas de valores afetivos (...) se dedicam à paisagem, que se torna, assim, tanto interior quanto exterior” (Collot, 2013, p. 26). A paisagem é um processo pelo qual identidades são formadas. Através de seus atributos físicos mostra o significado das crenças, valores e ideologias que as pessoas trazem para a sua forma, assim como as pessoas se sentem em relação a si mesmas. Daí a discussão da transformação do espaço com sensibilidade. A sensibilidade na política, no planejamento do espaço, na arquitetura ao lugar pode funcionar como uma força integrativa, especialmente ao reconhecer que ambos influenciam e são influenciados pelo que os rodeiam.

A inclusão das qualidades históricas e culturais da paisagem nos desenvolvimentos espaciais, conforme apontado por Boer (2016), funciona como fonte de identidade, uma vez que o patrimônio é essencial para a identidade de cidades, paisagens e lugares, fornecendo aos habitantes um senso de familiaridade e comprometimento; como fonte de informação, para pesquisa histórica e educação; como fonte de inspiração para arquitetos, planejadores urbanos e arquitetos da paisagem; possui um valor estético intrínseco contribuindo com a qualidade de vida e ambiental; ao se conservar os elementos históricos e culturais, ao mesmo tempo está contribuindo com a conservação da biodiversidade da área; e o patrimônio também oferece possibilidades de recreação e turismo. A preservação e manejo da paisagem deve considerar todos os seus diversos significados, considerando também a possibilidade de mudança, sendo gerida de

forma conjunta, envolvendo todos os atores responsáveis por sua construção e transformação ao longo do tempo.

Restabelecer uma relação perdida com o meio é uma oportunidade de reatar o elo social sobre outras bases, de aprender a trabalhar e construir de outra maneira, levando em conta especificidades geográficas e culturais, contra a uniformização induzida pelas técnicas modernas de construção e de comunicação (Collot, 2013), contra o dano estético causado por essa uniformização. A abordagem da paisagem como um 'modo de entender o mundo' oferece uma estrutura que engloba uma visão integrada dos processos e relacionamentos essenciais para uma estratégia de conservação baseada na cultura que respeite a complexidade e a riqueza de diversos valores em um mundo em rápida mudança.

Referências

- ANTROP, M. *Landscapes at risk: about change in the European landscapes*. Disponível em: <https://web.natur.cuni.cz/geografie/vzgr/monografie/evolution/evolution_antrop.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2016.
- ASSUNTO, Rosario. A paisagem e a estética. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord). *Filosofia da Paisagem: uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia Universidade de Lisboa, 2011.
- BELVEDERE MEMORANDUM. *The Belvedere Memorandum: a policy document examining the relationship between cultural history and spatial planning*. Den Haag: VNG, 1999.
- BERLEANT, Arnold. *Living in the Landscape: toward an aesthetics of environment*. Kansas: University Press, 1997.
- BERQUE, Augustin. *Cinq propositions pour une Théorie du Paysage*. Paris: Champ Vallon, 1994.
- BERQUE, Augustin. O pensamento paisageiro: uma aproximação mesológica. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord). *Filosofia da Paisagem: uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia Universidade de Lisboa, 2011, pp.200-212.
- BOER, Sara de. *Belvedere - A new policy discourse? A social-constructivist analysis of cultural heritage preservation in the Netherlands*. Disponível em: <http://www.isocarp.net/Data/case_studies/cases/cs01_1568/IsocarpPaper.htm>. Acesso em: 11 nov. 2016.
- COLLOT, Michel. *Poética e Filosofia da Paisagem*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.
- EUROPE, Council of (2000). *European Landscape Convention*, Florence. CETS, n. 176 (Strasbourg: Council of Europe).
- FAIRCLOUGH, Graham. *CHerIScape: Cultural Heritage in Landscape*. Dublin, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PchBv11jRQ0>>. Acesso em: 10 abr.2015.
- JONES, M. Landscape, law and justice: concepts and issues. *Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography*, v. 60, p. 1-14, 2007.
- KOLEN, Jan; RENES, Johannes. Landscape Biographies: Key issues. In: KOLEN, Jan; RENES, Johannes, HERMANS, Rita (orgs.). *Landscape Biographies: geographical, historical and archaeological perspectives on the production and transmission of landscapes*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.
- LAGE, Laura Beatriz. *Paisagem como ligação entre a conservação do patrimônio e o planejamento territorial: conservação pelo desenvolvimento*. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- MARIA, Yanci Ladeira. *Paisagem: entre o sensível e o factual - uma abordagem a partir da Geografia Cultural*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- _____. *Paisagem: cultura-natureza em perspectiva - uma abordagem trajetiva do conceito de paisagem*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Física), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLWIG, Kenneth R. Recovering the substantive nature of Landscape. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 86, p. 630-653, 1996.

ROGER, Alain. *Breve tratado del Paisaje*. Madrid: Biblioteca Nuova, 2013.

SIMMEL, Georg. *A Filosofia da Paisagem*. Covilhã: LusoSofia, 2009.

SPIRN, Ann Whiston. The Language of Landscape. In: SWAFFIELD, Simon (editor). *Theory in landscape architecture: a reader*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002. p.125-130.

TAYLOR, Ken; ST CLAIR, Archer; MITCHELL, Nora J. (eds.). *Conserving cultural landscapes: challenges and new directions*. Oxon: Routledge, 2015.

UNESCO. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. 2008. Disponível em <<https://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf#annex3>>. Acesso em: 14 mai.2011.

UNESCO. *Cultural Landscape*. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>>. Acesso em: 14 mai. 2011.

_____. *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. 2011. Disponível em: <whc.unesco.org/en/activities/638>. Acesso em: 18 jan. 2018

VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. *Paisagem-postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

||



I
N
T
E
R
C
O
N
T
I
N
E
N
T

Geno de Nova. Jaipur, Índia (AS).

A
I
S

Siegessäule-Tiergarten. Berlin, Alemanha (EU).







Vila de Banco. Região de Béchar, Argélia.

Á
F
R

I
C
A



Deserto do Saara. Ouarzazate, Marrocos.

PATRIMÔNIO MUNDIAL DE INFLUÊNCIA PORTUGUESA NA ÁFRICA:

Recursos, Atores e Missões em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.

DIRGEU CADENA DE MELO FILHO



Este capítulo discute como os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) se inserem na geopolítica do patrimônio mundial. Independentes de Portugal a partir de 1975, os PALOP construíram seu sistema de proteção patrimonial em um mundo já globalizado, onde diferentes atores se articulam na seleção dos bens merecedores de participar da Lista do Patrimônio Mundial. Indicando uma nova inserção desses países no sistema-mundo, o patrimônio mundial foi mobilizado para estruturar o corpo burocrático, fortalecer identidades nacionais e ingressar em redes internacionais de financiamento. Assim, o estudo analisa a partir das missões da UNESCO e da atuação dos Centro de Categoria 2 como esses países mobilizaram a categoria do patrimônio mundial como um recurso político voltado para objetivos que estão além da conservação.



Este capítulo analiza cómo los países africanos de habla portuguesa (PALOP) encajan en la geopolítica del patrimonio mundial. Independientes de Portugal desde 1975, los PALOP han construido su sistema de protección del patrimonio en un mundo ya globalizado, donde se articulan diferentes actores en la selección de bienes dignos de participar en la Lista del Patrimonio Mundial. Indicando una nueva inserción de estos países en el sistema mundial, el patrimonio mundial se movilizó para estructurar el organismo burocrático, fortalecer las identidades nacionales y unirse a las redes internacionales de financiación. Así, el estudio analiza, a partir de las misiones de la UNESCO y el desempeño de los Centros de Categoría 2, cómo estos países movilizaron la categoría de patrimonio mundial como un recurso político dirigido a objetivos que van más allá de la protección.



This chapter discusses how Portuguese-Speaking African Countries (PALOP) fit into the geopolitics of world heritage. Independent from Portugal since 1975, the PALOPs have built their heritage protection system in an already globalized world, where different actors are articulated in the selection of goods worthy of participating in the World Heritage List. Indicating a new insertion of these countries in the world-system, world heritage was mobilized to structure the bureaucratic body, strengthen national identities and join international funding networks. Thus, the study analyzes from UNESCO's missions and the performance of Category 2 Centers how these countries mobilized the world heritage category as a political resource aimed at objectives that are beyond conservation.



Considerações iniciais

O presente capítulo¹ analisa a participação dos chamados “PALOP”, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Figura 1), no âmbito da geopolítica configuradora do emblemático campo do “patrimônio mundial”. Especificamente, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique são os países aqui abordados². Independentes do Império Colonial Português após 1975, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique (aqui abordados) constituem a periferia do sistema do patrimônio mundial, o que fica expresso no baixo número de bens inscritos na *Lista do Patrimônio Mundial (World HeritageList – WHL)* e, também, na pouca participação no Comitê do Patrimônio Mundial³. Apesar dessa pequena relevância global em termos quantitativos, os PALOP utilizam ativamente os instrumentos e programas relacionados a Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972.

Em seus territórios ocorreram diversas missões do patrimônio, cursos de capacitação foram ofertados por atores regionais relacionados ao Centro do Patrimônio Mundial e os próprios países organizaram eventos voltados para a proteção do patrimônio mundial na África

¹ Este capítulo consiste em um extrato revisado do projeto de pesquisa *Geografia e Patrimônio: a geopolítica dos países africanos de língua oficial portuguesa*, desenvolvido pelo autor e com financiamento do Centro Lucio Costa.

² Formados por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe, o grupo político dos PALOP é mais uma das diversas tentativas de integração regional na África. Constituído formalmente em 1992, o grupo se funda no compartilhamento de uma cultura comum, estabelecida pelo passado colonial, expresso em seu idioma oficial, e por seu passado de lutas pela independência. O presente texto analisa apenas os países que, no momento da pesquisa, desenvolveram ações institucionais de preservação do patrimônio histórico-cultural que envolveram a UNESCO, isto é, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.

³ Reunido anualmente em cidades diferentes, o Comitê do Patrimônio Mundial é composto por 21 países selecionados para mandatos de 4 anos, responsáveis por avaliar tecnicamente as utilizações do Fundo do Patrimônio Mundial, a inclusão ou exclusão de novos bens na Lista do Patrimônio Mundial, entre outras funções. Apesar desses 21 países votarem sobre os temas relacionados a Convenção, é constante a presença de outras delegações para acompanhar e influenciar as discussões. Sobre o Comitê, pode-se consultar o trabalho de Melo Filho (2017a) e sobre as articulações e influências produzidas por representantes dos Estados-Partes, o trabalho de Bertacchini, Liuzza e Meskell (2015) apresenta um interessante panorama.

portuguesa. Dessa maneira, os PALOP mobilizam o conjunto de dispositivos patrimoniais internacionais para obter reconhecimento internacional, capacitar seu corpo burocrático e financiar ações em seus específicos territórios.



Figura 1: As localizações específicas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) no continente africano.
Fonte: Alteração a partir de <https://pt.wikipedia.org>

Em tais territórios, o controle, disputa e a melhor utilização dos recursos naturais sempre esteve presente nos debates sobre as ações do Estados-Nacionais. Teóricos diversos elaboraram discursos científicos para justificar os movimentos de expansão dos territórios como uma necessidade orgânica dos territórios. Articulando conhecimentos da política internacional e da geografia, Kjellen, Mackinder, Mahan, Haushofer, entre outros, desenvolveram a geopolítica (Costa, 2013). No mundo contemporâneo, caracterizado por uma globalização produtora de homogeneizações e fragmentações (Haesbaert, 2013), pela coexistência de instituições reguladoras supraestatais e de ONG's (Vesentini, 2000), a relevância dos recursos na orientação de dinâmicas internacionais se intensifica.

No mundo contemporâneo os recursos mobilizados por atores diversos se ampliam para além dos tradicionais (água, petróleo, minérios, etc.) e passam também a compor objetos culturais, sejam monumentos, centros históricos ou parques nacionais ou tradições imateriais, como festas, práticas alimentares, rituais, entre outros. É nesse sentido que consideramos aqui o patrimônio mundial como um recurso geopolítico, isto é, objetos disputados pelos Estados-Partes para, de um modo específico, alcançarem objetivos que vão além da preservação do passado (Melo Filho, 2017a).

A utilização do patrimônio como um recurso tem seu ápice com a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial⁴. É nesse momento de celebração que determinado objeto tem seu valor mais destacado e a partir desse momento ele passa a integrar toda uma rede de financiamento e colaboração, permitindo ao Estado-Parte trabalhar o título para fins variados. Porém, o acionamento ao recurso do patrimônio também pode ser realizado em momentos anteriores, como nas missões do patrimônio ou na realização de cursos de capacitação desenvolvidos por agentes regionais. A partir dessas ações que discursos sobre os territórios e sobre os objetos patrimonializáveis são construídos e permitem aos Estados-Partes alcançar outros patamares na política internacional.

Como o conceito de patrimônio mundial foi utilizado pelos PALOP? Quais objetivos eles buscavam ao solicitar auxílio técnico da UNESCO? Como seus territórios foram classificados pela organização internacional? Quais objetos de seus territórios foram reconhecidos como detentores de um valor patrimonial? Que atores participam dessa geopolítica do patrimônio cultural contemporânea?

Essas são algumas questões que orientam a escrita do presente artigo, organizado em três momentos: No primeiro momento, será apresentado como o continente Africano está inserido no sistema UNESCO do patrimônio mundial, onde serão problematizadas as diferentes Áfricas reconhecidas como de valor universal. Em seguida, discutiremos os primeiros envolvimento dos PALOP com a burocracia do patrimônio mundial, onde serão analisadas as missões do patrimônio realizadas nesses territórios. Por fim, serão discutidas as atuações dos atores regionais envolvidos com a preservação patrimonial, dando ênfase a participação do Centro Lúcio Costa e do *African World Heritage Fund*.

África, Áfricas: que África está no “Patrimônio Mundial”?

É reconhecida a sub-representação do continente africano na Lista do Patrimônio Mundial. Contado com mais de 50 países, dos quais 47 são partes da Convenção do Patrimônio Mundial, a discrepância do número de bens inscritos nessa região em comparação com outros

⁴ A Lista do Patrimônio Mundial é composta pelos bens selecionados por cada país e apresentados nas reuniões do Comitê do Patrimônio Mundial em função de seu Valor Universal Excepcional. Após a elaboração de um dossiê pelo Estado-Parte, a candidatura é avaliada pelas organizações consultivas (ICOMOS, IUCN, ICCROM) e votada pelos 21 países que compõem o Comitê. Maiores informações sobre a Lista podem ser consultadas em: <<https://whc.unesco.org/en/>>.

continentes pode ser observada com um rápido olhar no mapa dos bens inscritos pela Unesco como patrimônio mundial (Figura 2).



Figura 2: Mapa dos bens inscritos como Patrimônio Mundial pela UNESCO.
Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list/>

Diversos autores já produziram reflexões sobre as necessidades dos países africanos frente ao patrimônio mundial (CRATERRE-ENSAG e FRANCE-UNESCO, 2006; Sanz, 2012; Ndoro, 2015) e a própria instituição reconhece o desequilíbrio ao propor formas de alcançar uma lista mais equilibrada e representativa⁵. As causas dessas distorções muitas vezes são associadas às abordagens eurocêntricas da concepção de patrimônio (Labadi, 2013) ou a uma carência de recursos técnicos e financeiros dos países africanos.

Os bens inscritos na WHL mostram, porém, uma forma do sistema internacional interpretar e reconhecer os países africanos. É importante destacar que a construção dos dossiês de candidaturas a Lista do Patrimônio Mundial não são projetos exclusivos dos Estados-Nações,

⁵ Apenas um exemplo: Como mostra o documento CC-90/CONF.004/INF.4, a preocupação com o equilíbrio e representatividade da WHL já estava presente desde 1990. De forma específica para a África é possível citar o projeto chamado ActionPlan 2012 – 2017 for theAfricaRegion, como um exemplo de que o problema continua a preocupar a UNESCO. Informações sobre o projeto podem ser consultadas em: <<http://whc.unesco.org/en/africa/>>.

mas representam articulações entre atores de diferentes escalas institucionais. Ao contar com avaliações dos órgãos consultivos internacionais (ICOMOS, IUCN ou ICCROM), com a contratação de *experts* envolvidos em instituições regionais, e de utilizar os agentes da burocracia nacional, a construção do discurso do patrimônio mundial articula diferentes escalas na produção dos dossiês de candidaturas.

Apesar de contar com uma significativa diversidade de biomas e espécies nativas, a segunda população mundial e ser o continente com maior número de soberanias reconhecidas, a África é a região da UNESCO⁶ com menor representação na Lista do Patrimônio Mundial. Os números mostram que apenas 8,6% dos bens inscritos na Lista estão localizados nessa região, distribuídos em 35 países. Os dados tornam-se mais críticos se pensarmos que apesar da Região dos Estados Árabes contar com 7,6% do total de bens inscritos, a região é formada por apenas 18 Estados-Partes, enquanto a África conta com 47.

Uma análise sobre os discursos presentes na Lista do Patrimônio Mundial mostra que o continente africano tem sido representado, sobretudo, a partir das seguintes linhas interpretativas:

- 1) como berço da humanidade;
- 2) região da natureza selvagem;
- 3) local da expansão europeia;
- 4) áreas de gênero de vida tradicionais ou modelos políticos passados.

A primeira África presente na Lista do Patrimônio Mundial reconhece a região como berço da humanidade, local de origem e de separação entre Humanos e espécies não-humanas. A presença de sítios arqueológicos pré-históricos na WHL é marcante dessa narrativa, onde são apontadas as marcas do passado ainda presentes, como pinturas rupestres, ou são destacados locais de significativos achados arqueológicos.

Assim, tanto no Tsodilo (Figura 3), em Botsawana, inscrito em 2001, quanto no Planalto de Ennedi (Chade, inscrito em 2016), os discursos das inscrições fazem referência aos processos de evolução da vida humana, destacando que nessas localidades existem registro de tempos passados expostos nas rochas.

⁶ Destaca-se que nesse texto seguimos a regionalização da UNESCO e reconhecemos África como a parte subsaariana do continente.

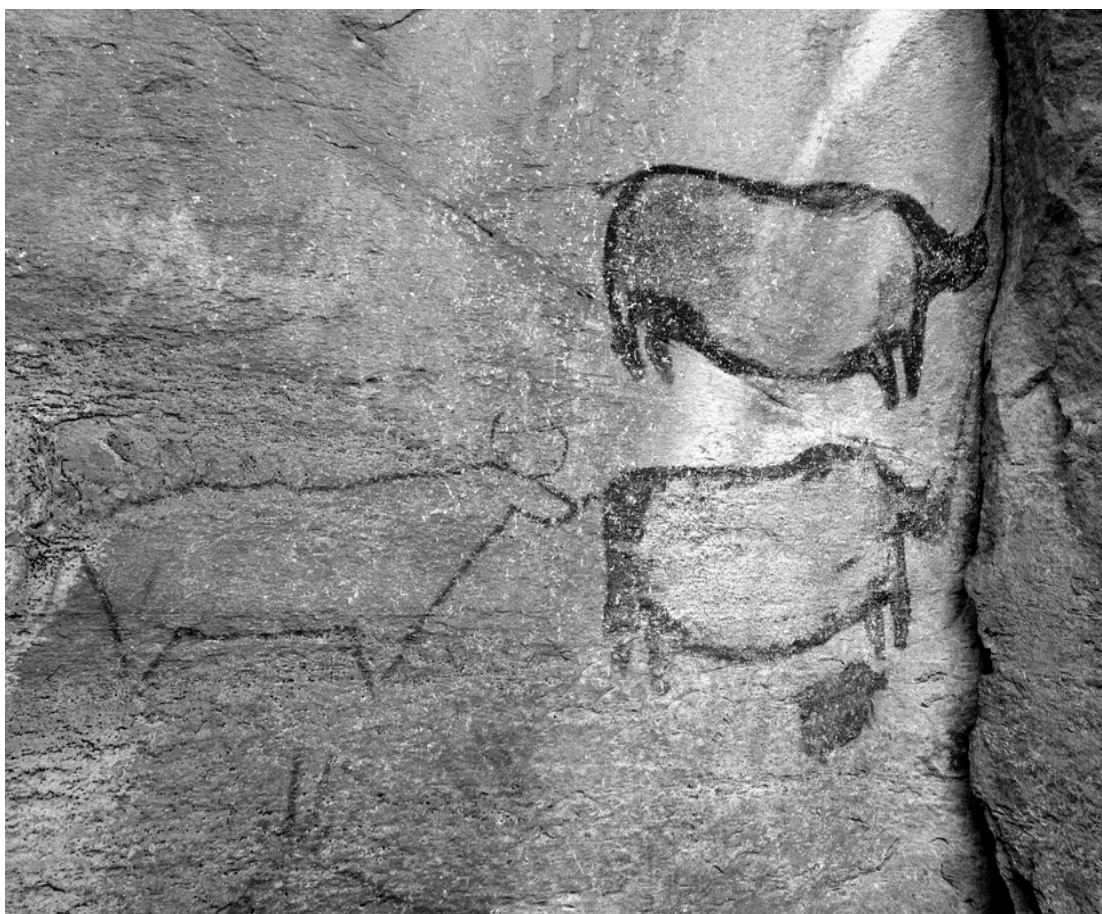


Figura 3: Pinturas rupestres no Parque Nacional do Tsodilo, Botsuana.
Fonte: <https://whc.unesco.org/en/list/1021/gallery/>

Nessa mesma linha, a Lista do Patrimônio Mundial apresenta os locais de significativas descobertas arqueológicas, como o Vale do Awash (Etiópia, inscrito em 1980) local de descoberta do fóssil Lucy e o Sítio Arqueológico de Hominídeos (África do Sul, 1999) também importante para pesquisas sobre a evolução da espécie humana.

Destaca-se que nessa linha discursiva, a WHL inclui momentos de transição de períodos técnicos. Nesse sentido, o Antigo Sítio Metalúrgico (Burquina Faso, inscrito em 2019) e Sitio Tiya (Etiópia, inscrito em 1980), reconhecem como de valor universal excepcional elementos que explicavam as diferentes fases do desenvolvimento da humanidade, indicando construções voltadas à sobrevivência ou mesmo a possíveis cultos religiosos indecifráveis na contemporaneidade.

Outra África recorrente na WHL é relacionada à Natureza Selvagem. Nessa segunda maneira de interpretar o continente, os parques naturais são elementos com significativa

presença na Região africana. Dos 96 bens inscritos da região africana, 39% são inscritos com base nos critérios naturais, quantitativo que destoa dos números das outras regiões da UNESCO⁷.

Assim, para além do reconhecimento de parques naturais ser indicativo do embate na UNESCO entre paradigmas conservacionistas e preservacionistas (Ribeiro, 2010), tornou-se um caminho frequente para a participação dos países africanos. Alguns Estados participantes da Convenção de 1972 tiveram seus primeiros bens inscritos nessa categoria, como o Parque Nacional Simien (Etiópia, inscrito em 1978) ou o Parque Nacional de Virunga (República Democrática do Congo, inscrito em 1979). Em comum, os bens naturais reconhecidos como patrimônio mundial são aqueles que preservam os grandes mamíferos africanos, como elefantes, leões, gorilas, rinocerontes, etc. Ou aquelas relacionadas às grandes montanhas do continente, como as do Parque Nacional do Kilimanjaro (Tanzânia, inscrito em 1987) e do Parque Nacional de Rwenzori (Uganda, inscrito em 1994).

A África também tem sido representada na WHL a partir de valores ocidentais, como o capitalismo e a liberdade, expressando as diferentes fases de expansão europeia. Nesse ponto, ganham destaques os centros históricos construídos em função do desenvolvimento capitalista global. São exemplos dessa leitura do continente a Cidade Velha de Ribeira Grande (Cabo Verde, inscrita em 2009), a Ilha de Moçambique (Moçambique, inscrita em 1991) ou a Cidade Histórica de Grand Bassam (Costa do Marfim, inscrita em 2012). Cidades do período moderno são inscritas na Lista também quando seguem modelos arquitetônicos europeus, como na inscrição de Asmara: A cidade modernista Africana (Eritreia, inscrita em 2017) reconhecida pela utilização do racionalismo italiano em suas obras.

Nesse tema é interessante perceber que inscrições realizadas para valorizar movimentos tipicamente africanos e representativos da nacionalidade de determinados países, acabam por destacar a expansão de temas como a democracia e liberdade (Goody, 2010). Um exemplo é na inscrição da Ilha Robben (África do Sul, inscrita em 1999), local onde Mandela foi detido, inscrita como símbolo da democracia no mundo. Assim “A ilha Robben passou a representar o renascimento da democracia na África do Sul, um país que se tornou exemplo único de transformação em um mundo atormentado pela incerteza política.”⁸

⁷ Os dados podem ser consultados em <http://whc.unesco.org/en/list/stat>. Os números proporcionais de bens naturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em cada região são: 5,8% para os países árabes, 25% para os países da Ásia e Pacífico, 12% para a Europa e América do Norte e 26% para América Latina e Caribe.

⁸ De acordo com o documento de avaliação da inscrição especificada como 916-ICOMOS-1070. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/916/documents/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Por fim, uma quarta representação da África na Lista do Patrimônio Mundial é aquela que apresenta o continente formado por gêneros de vida tradicionais ou modelos político-econômicos antigos. Seria a África, então, o local onde culturas não industriais organizaram centros de decisão e de trocas comerciais controlados por sistemas políticos tribais, superados pelo modelo Ocidental-democrata, mas que devem ser lembrados, já que os resquícios de outras formas de organização não seriam encontrados nas outras regiões do mundo. São exemplos desse tipo de narrativa sobre o continente os Túmulos dos Reis do Buganda em Kasubi (Uganda, inscrito em 2001) e Mbanza Kongo (Angola, inscrito em 2017).

Esse panorama da presença do continente africano na Lista do Patrimônio Mundial mostra uma ausência de grandes cidades. Se nas outras regiões, cidades dinâmicas como Rio de Janeiro, Paris, Londres, Pequim, entre outras, apresentam áreas ou objetos inscritos na Lista, as cidades Africanas parecem não merecer essa inclusão. Outra ausência são os movimentos de lutas e resistência contra o imperialismo europeu. Assim, locais como a Prisão do Tarrafal, em Cabo Verde, antigo campo de concentração do governo de Salazar, apresentam poucas chances de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

Esses discursos sobre a África não são construções unicamente nacionais, mas resultado da articulação de diferentes instituições. No caso dos países africanos, a atuação da UNESCO se inicia com as Missões do Patrimônio, apontando possíveis elementos a serem inscritos, propondo capacitações do corpo técnico e realizando projetos de recuperação para edifícios específicos. Utilizando os PALOP como estudo de caso, analisamos algumas dessas missões realizadas no continente.

O Patrimônio Mundial vai à África: as Missões da UNESCO nos PALOP

Após longos e violentos processos de independência durante a década de 1970, os PALOP começaram a formar suas instituições burocráticas. Ao contrário dos Estados ocidentais onde as práticas de conversação e as primeiras leis do patrimônio surgiram no momento da queda dos regimes monárquicos, como fala Choay (2006) em relação à França, uma política de preservação do patrimônio nestes países recém-independentes viria surgir já em um contexto de globalização, com a atuação da UNESCO em seu território.

Uma das formas de atuações da UNESCO ocorre através da assistência técnica aos países-membros, com destaque para a realização de missões de estudo ou de exploração realizadas a

pedido do Estado interessado. Segundo Ribeiro (2012) as assistências técnicas da UNESCO, entre elas as missões, tiveram início na busca pelo desenvolvimento das nações mais pobres, através da combinação do viés intelectual e operacional da instituição para inserir novos países recém-independentes no sistema da organização.

Observando de forma específica as missões destinadas a identificação, preservação ou classificação de bens patrimoniais culturais ou naturais desenvolvidas nos PALOP, é possível observar o nascimento do patrimônio daqueles países, bem como as maneiras como a UNESCO produziu uma reflexão sobre determinados territórios a partir das viagens realizadas por seus especialistas.

No continente Africano, identificamos em outro trabalho três tipos distintos de missões do patrimônio cultural realizadas: as missões práticas, voltadas a elaboração de projetos de restauros de edificações monumentais dos países do continente; assim como as missões de inventário, destinadas a considerar se uma localidade possui os atributos necessários a ingressar na Lista do Patrimônio Mundial; e, ainda, as missões administrativas, destinadas, por sua vez, à consolidação das instituições responsáveis pela preservação do patrimônio nos países visitados (Melo Filho, 2021).

Um primeiro grupo das missões do patrimônio desenvolvidas na África Lusófona são as missões de inventário. Em Cabo Verde duas missões de inventário, realizadas em 1980 e em 1983, buscaram identificar quais objetos são significativos para o país, merecendo proteção institucional e até se candidatar à Lista do Patrimônio Mundial. Ambas as missões tinham objetivos semelhantes: auxiliar o ministério responsável pela cultura na construção de um plano para a preservação do patrimônio cultural do país. Visitando diferentes localidades, tanto a primeira quanto a segunda missão, identificaram a Cidade Velha de Santiago como uma importante localidade nacional.

O texto do arquiteto Paulo Azevedo (expert da primeira missão com o título de *Préservation Du patrimoine culturel et architectural historique: Républiquedu Cap Vert*) e do arquiteto Gabor Mester de Parajd (expert responsável pela segunda missão intitulada de *Protection du patrimoine culturel et naturel: Cap-Vert*) apresentam diferenças em relação às necessidades de proteção desse bem. Enquanto para o primeiro a Cidade Velha (Figura 4) seria o principal bem do país, apesar de seu elevado estado de degradação, para o segundo era justamente o nível de “abandono” do sítio que o impedia de ter reconhecimento mundial, impondo ao país adoção de medidas urgentes de restauro.



Figura 4: Cidade Velha de Ribeira Grande de Santiago (Cabo Verde): a primeira cidade portuguesa nos trópicos.
Fonte: Autor.

Outra missão de inventário em um PALOP foi produzida no ano de 1988 a partir de missão realizada em Guiné-Bissau, apresentada no documento *Mission d'identification (préservation du patrimoine culturel): Guinée-Bissau - (mission)*. O objetivo oficial da missão foi discutir junto ao governo nacional do país ações de valorização para duas vilas: Cacheu e Boloma, bem como se elas apresentavam critérios adequados para sua candidatura à Lista do Patrimônio Mundial. Para o expert, a inscrição das cidades traria inúmeros benefícios ao governo do país, sobretudo pelo fortalecimento da nova nação que se formava. Segundo o documento, as vilas possuiriam um valor explícito, em função de terem sido ocupações portuguesas em uma região da África. Com isso, a descrição do expert mostra que a importância das vilas se traduz não por sua relevância à história nacional de Guiné Bissau ou a possíveis valores arquitetônicos, mas por serem vestígios históricos da presença portuguesa na África.

Missões práticas também tiveram uma relevância na formação do patrimônio e do território dos países da África Lusófona, ocorrendo em três situações. A primeira foi destinada à restauração do Palácio Dona Ana Joaquina, Angola. Para auxiliar na questão de como adequar uma edificação histórica às necessidades modernas, o expert da UNESCO apresentou no relatório

Problèmes de la réhabilitation du Palais Doña Ana Joaquina et sare utilisation comme galerie nationale d'art, a necessidade de capacitação do corpo técnico do país nos centros de saber. Além disso, o expert considera o edifício como detentor de valor patrimonial, o que permite solicitar uma ajuda multilateral e bilateral na sua restauração, já que Angola sozinha não seria, em sua avaliação, capaz de proteger o bem.

Moçambique (Figura 5) solicitou uma missão prática em 1981. Neste exemplo, a escala é distinta: o auxílio não é para uma edificação histórica isolada, mas para toda uma cidade, como pode ser observado no documento *Les Problèmes de las auvegarde de l'Ilha de Mozambique*. Fundamentando a proteção a partir da constituição de zonas de proteção, o expert busca auxiliar o governo moçambicano a reverter o processo de degradação iniciado pela ausência de usos. Chama a atenção que o expert propõe a proteção da paisagem da ilha, utilizando o conceito de maneira semelhante aos primeiros anos das políticas de preservação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil (Ribeiro, 2007). De forma semelhante ao relatório produzido para Guiné Bissau, o expert considera que a Ilha de Moçambique poderia pleitear uma candidatura à Lista do Patrimônio Mundial, por representar o mais rico conjunto português na região da África.



Figura 5: Ilha de Moçambique: exemplo da presença portuguesa na África.
Fonte: <https://whc.unesco.org/en/list/599/gallery/&maxrows=21>

O último relatório a ser incluído no grupo de missões práticas foi intitulado *Programme de sauvegardedu site de Cidade Velha* e buscou aconselhar o governo de Cabo Verde na recuperação da Cidade Velha. Igualmente aos outros exemplos, o expert apresenta o processo histórico de formação urbana e arquitetônica da Cidade Velha, destacando a importância do sítio para as rotas de navegação do século XVII.

Como no relatório proposto para Moçambique, também é utilizada a técnica do zoneamento para embasar a proteção do centro histórico. Ao final é apresentada uma justificativa para a inscrição da Cidade Velha na Lista do Patrimônio Mundial pautada na necessidade do governo nacional de criar uma identidade ao povo cabo-verdiano fundamentada na forma material do centro histórico.

Por fim, o grupo das missões administrativas realizadas na África Lusófona contou apenas com uma missão por solicitação de Moçambique. O trabalho buscou rever os dispositivos patrimoniais existentes no Estado, em busca de criar uma lei nacional do patrimônio para o país. O relatório *Nationallegislation for theprotectionofthe cultural heritage* apresentou Moçambique como carente em recursos naturais e humanos, o que dificultaria a construção de uma legislação sólida para a proteção do patrimônio. No relatório, o expert busca atribuir uma elevada importância ao patrimônio colonial da Ilha de Moçambique, classificando o sítio como representante da nova nação e, a partir de tal consideração, merecedor de estruturas administrativas modernas.

Nota-se que a construção de formas simbólicas a partir do patrimônio seguiu os padrões eurocêntricos que reforçam padrões coloniais (Melo Filho, 2017b). Compreende-se, porém, que o reconhecimento de formas portuguesas em territórios africanos foi uma estratégia de mobilização do conceito de patrimônio pelos governos dos PALOP, possibilitando a inserção deles em redes de auxílio e de cooperação.

Após a realização dessas missões e da efetiva inserção dos PALOP no sistema do patrimônio mundial, seja pela ratificação da Convenção do Patrimônio Mundial ou pela inscrição de bens na Lista do Patrimônio, outros atores passaram a atuar na construção do patrimônio mundial africano. Com atuações em alcance regional, os Centros de Categoria Dois da UNESCO se envolvem tanto com a capacitação técnica, por um lado, quanto, por outro lado, com a preparação de dossiês. No contexto dos PALOP, o Centro Lúcio Costa e o *African Wolrd Heritage Fund* têm atuação destacada.

Atores regionais na Política de Patrimônio Mundial: Os C2C e Os PALOP

A complexa organização da UNESCO em relação ao campo do patrimônio mundial envolve uma série de instituições, espaços de decisão e regramentos os mais variados. Em busca de descentralizar suas ações, a UNESCO criou os Centros de Categoria 2 (Category 2 Centres – C2C) para desenvolver suas atividades tanto no âmbito local quanto no âmbito regional dos vários territórios em questão.

Legalmente eles não fazem parte da UNESCO, porém estão vinculados à instituição a partir de acordos formais para auxiliar na aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. Atualmente existem 98 C2C vinculados a UNESCO, dos quais 9 são relacionados à temática do patrimônio. A tabela a seguir mostra as áreas de abrangência, países a que eles estão vinculados e as principais especializações propostas.

No caso dos PALOP, dois C2C têm capacidade para desenvolver atividades em seus territórios. O African World Heritage Fund (AWHF), sediado na África do Sul, e o Centro Lúcio Costa (CLC), sediado no Brasil. Através de encontros internacionais estes dois centros têm firmado parcerias para auxiliar na formação de conhecimento técnico e prático dos PALOP vinculados à gestão do patrimônio.

Observando as informações apresentadas à UNESCO nos relatórios produzidos pelas duas instituições é possível analisar a atuação delas junto aos PALOP. Desde 2013 o AWHF não desenvolveu ações nos PALOP no eixo relativo a tornar a WHL mais representativa e balanceada. As ações deste C2C têm se voltado para os países africanos anglófonos (Botsuana e Etiópia) e francófonos (Burquina Faso e Mali), a partir da realização de workshops sobre a avaliação das candidaturas à WHL.

Por outro lado, o eixo de atividades destinado a contribuir com a gestão sustentável e a conservação do patrimônio mundial na África contou com duas oficinas de treinamento voltadas aos PALOP. A primeira, realizada entre julho e agosto do ano de 2014 em Moçambique e a segunda realizada em 2015 entre fevereiro e março em Cabo Verde. Estes encontros se enquadram na estratégia de formação e capacitação do patrimônio mundial, atendendo aos aspectos relativos à melhoria das instituições nacionais na gestão e conservação do patrimônio; desenvolvimento de sistemas de avaliação dos projetos no patrimônio natural e cultural; treinamento na gestão do risco nos bens do patrimônio mundial; treinamento na gestão do patrimônio mundial (Tabela 1).

Centros de Categoria 2 da UNESCO vinculados ao grupo do patrimônio mundial			
Nome	País	Área de Abrangência	Especializações
African World Heritage Fund	África do Sul	África e Estados Árabes no continente africano	Gestão do patrimônio mundial
World Heritage Institute for Training and Research in Asia and the Pacific	China	Ásia e Pacífico	Atividades de educação e de formação para os técnicos da região da Ásia e do Pacífico, através do incentivo à pesquisa sobre patrimônio mundial
Arab Regional Centre for World Heritage	Reino do Bahrain	Estados Árabes	Implantação da Convenção do Patrimônio Mundial
Regional World Heritage Institute in Zacatecas	México	América Central e Caribe	Gestão do patrimônio
Centro Lucio Costa	Brasil	América Latina e países lusófonos	Gestão do patrimônio cultural material e imaterial
International Centre for Rock Art and the World Heritage Convention	Espanha	Global	Conservação, pesquisa e gestão do patrimônio com foco em arte rupestre
International Research Centre on the Economic of Culture and World Heritage Studies	Itália	Global	Economia patrimonial, patrimônio comum como motor para regeneração urbana
Centre for World Natural Heritage Management and Training for the Asia and Pacific Region	Índia	Regional	Investigações sobre questões relacionadas com a proteção do patrimônio natural mundial, com particular destaque para modelos de participação comunitária

Tabela 1: Centros de Categoria 2 da UNESCO vinculados ao grupo do patrimônio mundial.

Fonte: informações coletadas em <http://whc.unesco.org/en/category2centres/>

Já o CLC também desenvolve atividades a partir do treinamento e capacitação dos PALOP. Dois encontros foram organizados pelo instituto: O primeiro em 2013 teve como foco debater as realidades, demandas e possibilidades para a gestão do patrimônio nos PALOP. O encontro contou com participantes de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, além da realização de palestras sobre os bens inscritos na WHL e sobre o patrimônio imaterial do Brasil e dos países da África. Também foi destinado um espaço para a apresentação do programa de formação

proposto pelo CLC e uma apresentação das atividades realizadas do AWHF. O segundo encontro proposto pelo CLC ocorreu em 2014 e contou com a participação de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, além de representantes dos países da América Latina e da representante do AWHF. Estas atividades realizadas pelo CLC visavam a adesão dos países as atividades propostas pelo centro, bem como estabelecer parcerias com o AWHF. Em relação aos PALOP, apenas Cabo Verde e Moçambique aderiram formalmente às atividades do CLC.

Além das atividades de capacitação, o CLC tem atuado na publicação de documentos de referência em português e na realização de pesquisas sobre a gestão do patrimônio mundial e imaterial. Neste contexto, destacam-se a publicação do Caderno de Gestão do Patrimônio – intervenções PALOP e o Manual Gestão de riscos de desastres para o Patrimônio Mundial. No âmbito da valorização científica sobre patrimônio, destacam-se também as chamadas públicas de artigos e de pesquisas.

Esta contextualização das ações dos C2C em relação aos PALOP mostram uma tendência à descentralização das ações da UNESCO, mas também indicam interesses maiores dos Estados sedes dos centros. A realização de encontros de capacitação ou a publicação de documentos nos idiomas oficiais dos países pode representar mais do que uma busca por superar barreiras técnicas e linguísticas, mas mostram o interesse dos países sedes de atuação nesses territórios. No caso do CLC e do AWHF, Brasil e África do Sul buscam se firmar como potências regionais em relação ao continente africano, influenciado através da capacitação técnica a forma de construir e representar o território destes países.

Considerações finais

O presente texto discutiu a inserção dos PALOP na política internacional do patrimônio mundial. Inspirado na discussão sobre geopolítica, foi compreendido que a atuação desses países não ocorre de maneira passiva, com a UNESCO ditando normas e construindo os valores dos bens inscritos. Apesar dos representantes da instituição global de preservação produzirem narrativas sobre os PALOP através das diferentes missões do patrimônio, as decisões de se candidatar ou não à WHL são de cada Estado. De maneira semelhante, a atuação de atores regionais na oferta de cursos de treinamento para funcionários da burocracia de cada Estado é realizada com o apoio e indicação dos representantes técnicos desses países. Assim, a construção do patrimônio mundial em países surgindo no contexto da globalização é uma construção que envolve uma diversidade de atores, expandindo a temática do patrimônio para além do Estado e incluindo novas escalas institucionais.

Apesar dessa articulação, o controle temático da WHL envolve outros atores, como o Conselho Consultivo ou a órgão consultores (ICOMOS, IUCN, ICCROM), que no limite escolhem os bens a serem reconhecidos como patrimônio mundial ainda de maneira muito limitada e pouco diversa. Assim, mesmo que a construção desses patrimônios articule as escalas do nacional e do regional, as representações da África na WHL apresentam uma limitação de tema diante da diversidade do continente.

O texto procurou discutir que essa representação não é necessariamente algo negativo para os países africanos e menos ainda para os PALOP. Sendo os últimos países a passarem por um processo de descolonização, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique mobilizaram o patrimônio mundial para estruturar a gestão cultural de seu Estado, ingressando numa rede de cooperação internacional. Dessa maneira, o patrimônio mundial funcionou para esses países como um recurso que permitia participar de financiamentos internacionais, estruturar sua burocracia, fortalecer sentimentos nacionalistas e ingressar, efetivamente, no sistema-mundo contemporâneo.

É diante desse contexto de articulação entre diferentes atores e da manutenção de recursos no território para inserção de países no sistema-mundo que a geopolítica permanece interessante para refletir sobre o cenário internacional. A partir do entendimento de que o patrimônio mundial é um recurso cultural, construído por uma diversidade de atores, os PALOP podem ativar outras maneiras de participação no cenário internacional, deixando de lado a posição passiva de fornecedores de matérias primas ou mão de obras, tornando-se agentes atuantes na construção de valor patrimonial.

Referências

- BERTACCHINI, Enrico; LIUZZA, Claudia; MESKELL, Lynn. Shifting the balance of power in the UNESCO World Heritage Committee: an empirical assessment. *International Journal of Cultural Policy*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1-21, jun. 2015.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2006.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Edusp, 2013.
- CRATERRE-ENSAG; FRANCE-UNESCO, Convention. *Cultural Heritage & local development: a guide for african local governments*. Grenoble: Imprimerie Bastianel, 2006.
- GOODY, Jack. *Le vol de l'Histoire: comment l'Europe a imposé le récit de son passé au reste du monde*. Paris: Gallimard, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: UFF, 2013.
- LABADI, Sophia. *UNESCO: cultural heritage and universal outstanding value*. Maryland: AltaMira Press, 2013.
- MELO FILHO, Dirceu Cadena. *Patrimônio como recurso político: disputas por reconhecimento, fortalecimento e geopolítica entre UNESCO e Cabo Verde*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

_____. *Geografia e Patrimônio: a geopolítica dos países africanos de língua oficial portuguesa*. Pesquisa Desenvolvida no âmbito da 1ª Chamada Pública de Pesquisas do Centro Lucio Costa/clc-iphan, Rio de Janeiro, 2017b.

_____. Missões da UNESCO na África Lusófona: forjar patrimônio, forjar território. *Finnisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, [S.l.], v. 56, n. 118, P. 241-252, 2021. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/23942>>. Acesso em: 1 jun. 2022.

NDORO, Webber. World Heritage Sites in Africa: what are the benefits of nomination and inscription. In: LOGAN, William; CRAITH, MáiréadNic; KOCKEL, Ullrich (orgs.). *A companion to heritage studies*. New Jersey: Wiley-blackwell, 2015. p. 392-409.

RIBEIRO, Cecilia. *O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil*. 2012. 181 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2010.

SANZ, Nuria. *Human origin sites and the World Heritage Convention in Africa*. Paris: Unesco, 2012. World Heritage Papers Series, 33.

VESENTINI, José William. *Novas geopolíticas: as representações do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2000.





Monte da Aldeia de Nagarkot e Cordilheira do Himalaia. Bhaktapur, Nepal.

Á

S

I
A

Santuário de Miyajima. Hatsukaichi, Japão.



THOUGHTS ON HERITAGE AND CULTURAL LANDSCAPE PROTECTION LED SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN ASIA:

Some case studies from Nepal & China.

ROLAND LIN CHIH-HUNG | PADMA SUNDAR MAHARJAN | BAI JIE



Sustainable development as defined by the 1987 Brundtland Commission Report, “development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” focuses on the sustainable cities and communities as goal 11 of the 2030 United Nations Sustainable Development Goals (UN SDGs). The notion of cultural heritage protection has hugely transformed from the conservation of the monuments in isolation to the sustainable management of the towns, cities, and landscapes in a wider approach. Sustainable development can only be achieved by significantly transforming the way we build and manage our urban spaces. The three cases; two from China and one from Nepal represents three different contexts in terms of area, population, historicity and state of development in regards to heritage and cultural landscape protection. The cases try to portray the opportunities and challenges in heritage and cultural landscape protection led sustainable development in Asia.



O desenvolvimento sustentável, conforme definido pelo Relatório da Comissão Brundtland de 1987, "desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades", concentra-se nas cidades e comunidades sustentáveis como meta 11 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030 (ODS da ONU). A noção de proteção do património cultural transformou-se enormemente, saindo da conservação dos monumentos isoladamente para a gestão sustentável das vilas, cidades e paisagens numa abordagem mais ampla. O desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado transformando significativamente a forma como construímos e gerimos os nossos espaços urbanos. Os três casos, dois da China e um do Nepal, representam três contextos diferentes em termos de área, população, historicidade e estado de desenvolvimento no que diz respeito à proteção do património e da paisagem cultural. Os casos tentam retratar as oportunidades e desafios no desenvolvimento sustentável liderado pela proteção do património e da paisagem cultural na Ásia.



El desarrollo sostenible, tal como se define en el Informe de la Comisión Brundtland de 1987, "desarrollo que satisfaga las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para satisfacer sus propias necesidades" se centra en las ciudades y comunidades sostenibles como objetivo 11 de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de las Naciones Unidas para 2030. La noción de protección del patrimonio cultural se ha transformado enormemente, pasando de conservar los monumentos de forma aislada a la gestión sostenible de los pueblos, ciudades y paisajes en un enfoque más amplio. El desarrollo sostenible solo puede lograrse transformando significativamente la forma en que construimos y gestionamos nuestros espacios urbanos. Los tres casos; dos de China y uno de Nepal representan tres contextos diferentes en términos de área, población, historicidad y estado de desarrollo en lo que respecta a la protección del patrimonio y el paisaje cultural. Los casos tratan de retratar las oportunidades y los desafíos en el desarrollo sostenible liderado por la protección del patrimonio y el paisaje cultural en Asia.



Initial considerations

The new thinking of cultural heritage protection has led towards shifting the emphasis in conservation from “the conservation of discrete monuments in isolation to the sustainable management of towns, cities, and landscapes as a whole” (Clark; Drury, 2000). The 2011 UNESCO general conference calls for “an approach that aims to balance urban heritage conservation and socio-economic development. It reflects urban heritage in its broader urban and historical contexts and geographical settings taking into account land use patterns and spatial organizations, social and cultural practices and values, economic processes and the intangible dimension of heritage.” (Labadi; Logan, 2016).

In 1992, ‘Cultural Landscapes’ became a new category on the World Heritage List combining works of nature and of humankind: Cultural Landscapes often illustrate a specific relation between people and nature and can reflect techniques of sustainable land use, fostering strong links between culture and sustainable development. Each cultural landscape could be characterized by certain interactions with the economic, social and environmental dimensions as three pillars of Sustainable Development. These interactions must be identified and analyzed so that every opportunity to maximize sustainable development benefits can be seized while conserving the heritage values. Cultural landscapes face numerous threats across the world, and especially in Asia, where growing infrastructure development and urbanization represent significant challenges to their conservation (Rössler; Lin, 2018).

The following article portrays thoughts on heritage and cultural landscape protection led sustainable development in Asia by taking three cases; two from China and one from Nepal. The first case Vajrayoginī and early settlement of Sankhu (around 3000 population) is selected as it was included in the Nepali Tentative World Heritage list in 2008 but the 2015 earthquake damaged a huge part of the urban fabric and is under massive development pressure (Bledsoe, 1998). The Qufu

city of Shandong Province, China (around 700.000 population), a World Heritage site, is selected for its orientation towards Confucianism while Shijiazhuang city of Hebei Province, China (around 11 million population) is chosen for its unique case of revival of Hutuo river along with the regional biodiversity and landscape (Figure 1).



Figure 1: Sankhu in northeast of Kathmandu/Nepal; Qufu and Shijiazhuang located in the South and West of Beijing/China. Source: Alterations from <https://pt.wikipedia.org>.Wikipedia.com

Vajrayoginī and early settlement of Sankhu: a case from Nepal

Historic context of Vajrayoginī and early settlement of Sankhu

Sankhu¹, much frequently titled as Sakva literally mean the country situated below Tibet that lies on the north-eastern corner of the Kathmandu Valley on the ancient trade route to Tibet (Figure 2).



Figure 2: Historic settlement of Sankhu on the lap of Maniçuda hill seen from Changu Narayan Hill. Source: Shankar Shrestha.

¹ Sakva - a Newar name for the town often interpreted as meaning “below Tibet”.

According to the Maṇiśaila Mahāvadāna², the first priest of the goddess Vajrayoginī, Vācāsiddhi built Sankhu in 1801 Kaligata³ era 3320 years ago (Shrestha, 2012). Amsuverman⁴ stipulates donations to a number of vihāras of which Guṃvihāra is one of the five Specified vihāras designated as a royal beneficiary that signifies antiquity of the Vajrayoginī and the early settlement of Sankhu (Slusser, 1982). At present the ancient Guṃvihāra site is better known as Vajrayoginī which has close association to the settlement of Sankhu.

The temple complex of Vajrayoginī is one of the finest Buddhist temple complexes in Kathmandu valley well protected within the surrounding forests. The temple site is occupied with a three-tiered main temple of Vajrayoginī built in 1654 AD by Jaya Pratap Malla, a two-tiered temple dedicated to the Buddhist spell-goddess Mahāmāyūrī which houses a rock-cut caitya, one of the four svayambhū⁵ caityas in the Valley to complete the Buddhist pilgrimage (Gutschow, 2011), a 10th century water conduit at the center surrounded by a two-storied temple of MhāsukhvāMāju (Yellow faced mother goddess) to the south and two-and-a-half storey agam⁶ house in other directions. The nine-day celebration of the chariot procession from Caitrapūrṇimā to Aṣṭamī during April still performed since 1599 initiated by king Surya Malla is one of the major intangible cultural heritages in Sankhu (Figures 3, 4, 5, 6 and 7).

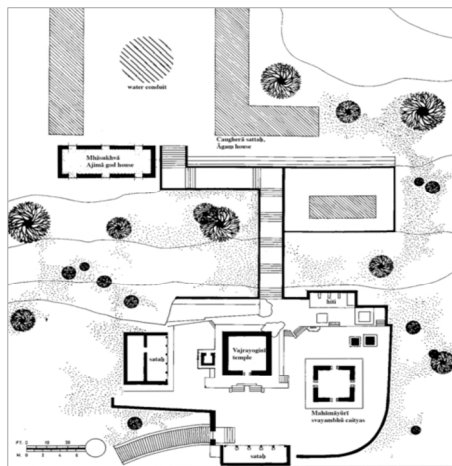


Figure 3: Vajrayoginī temple complex Puruscha, 1975. Source: Carl Pruscha.

Figure 4: Chariot procession of Vajrayoginī and Caitya, 2018. Source: David Lai.

² The history and creation of the early settlement of Sankhu and the festival of Vajrayogini is found in the mythical stories of the Maṇiśaila Mahāvadāna. The other legends mentioning the creation of Sankhu are Svayambhū Purāṇa and Svasthānī.

³ Kaligata Samvat was established in 3100 BCE, and is one of the calendar systems found used in legends and manuscripts.

⁴ Lichhavi ruler Nepal ca. A.D. 605-621.

⁵ Svayambhu meaning self-manifested.

⁶ Agam: house for secret clan gods.



Figure 5: Vajrayoginī temple to the right and Mahāmāyūrī to the left seen from North courtyard above.
Source: Anil Tuladhar.



Figure 6: A stone caitya at the temple complex of Vajrayoginī.
Source: Anil Tuladhar.



Figure 7: The Vajrayoginī temple in its complex.
Source: Samir Pradhananga.

Settlement Structure and its socio-spatial configuration

The early settlement of Sankhu is situated on the lap of the legendary mountain Mañicuḍa (2403 metres) to the north which is the location of the sacred pilgrimage site of the Buddhists, Vajrayoginī. The geographical territory of Sankhu is distinguished with two holy rivers; Sālinadī to the east below Thugū hill and manamati river to the west. To the south is Itāgū forests across the Budhikhusi river below the cāgu Narāyaṇa temple, a World Heritage Monument zone in Kathmandu Valley – valley of Sankhu and the shrines of Eight mother goddesses (Aṣṭamātrikā) around the town of Sankhu (Figure 8). The socio-cultural configuration of Sankhu can be studied properly in relation to the temple of Vajrayoginī and its chariot procession within the settlement – the Kathmandu Valley showing seven World Heritage Monument Zones in yellow circles and Sankhu in red circle (Figure 9).

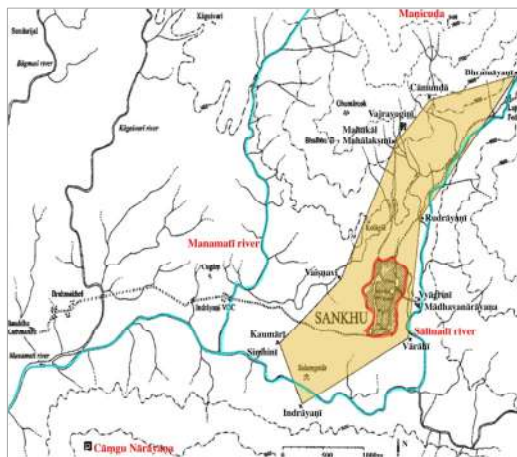


Figure 8: The valley of Sankhu and Aṣṭamātrikā.
Source: Bal Gopal Shrestha.

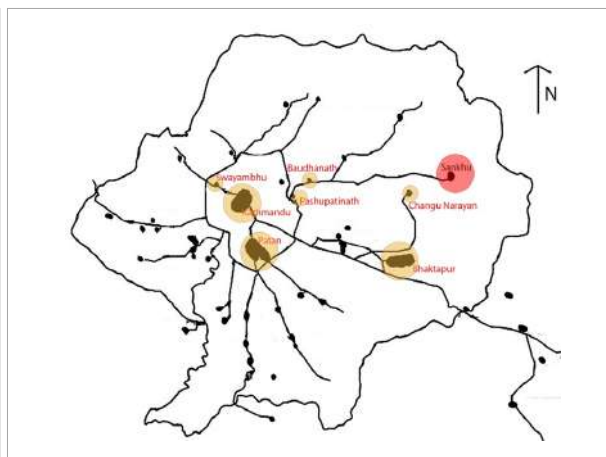


Figure 9: The Kathmandu Valley and World Heritage Zones.
Source: Padma Sundar Maharjan.

JogdevVajrācārya constructed Sankhu by assimilating seven villages creating eight quarters namely; Dhomlā, Sālkhā, Calākhū, Dugāhiti, Saṃtvāḥ, Ipā, Imlā and Pukhulāchī (Shrestha, 2012). Zanen assumes the construction of Sankhu was carried out in accordance with the traditional theory of Indo-Aryan town Planning where he proclaims that the configuration of the town has several symbolic components that symbolizes a conceptual mandala with eight mother goddesses (Aṣṭamātrikā) forming an outer circle (Zanen, 1986). In addition, the settlement is situated on a highland with surrounding fertile agricultural land. In Sankhu, it is evident that the whole settlement is well organized with the network of the major and minor streets. The two major streets that run along north south axis hold the entire configuration of the buildings, public open spaces, shrines and temples and other communal spaces within eight quarters. The early settlement of Sankhu is full of

all the urban elements of Newar planning system like courtyards (cuka, nani), monasteries (bāhāḥ, bahī), platforms for socio-cultural performances (dabū), processional routes (mūlampu), gates (dhvākā), rest places or rest houses (phalcā or sataḥ), ponds (pukhu), water channels (dha), water conduits (gāḥhiti), temples and shrines etc.

The residential buildings are aligned to the major and minor streets in a row known as Jhvaḥ in Newari language forming a linear composition of the settlement with a back-kitchen garden known as Keba. The city quarters (tvāḥ) are interconnected to each neighborhood with the cross roads (dokā) and are supplied with small shrines and open courtyards many times with the rest places (phalcā) – the Historic town boundary of Sankhu with city quarters, ponds and Vajrayoginī procession route (Figure 10). There are four historical gates in four corners of the settlement that suggests the settlement is a fortified town. The territorial boundary of the gates resembles the inside as a separate nation and termed as “des” giving name Sakvades. Each gate is symbolically used for different purposes; Bhaudhvākā in south-west corner is used for bringing brides into the town, Dhomlādhvākā in north-west is for carrying the processional statues of Vajrayoginī to the town during the festival, Sāṃgādhvākā in the south-east to farewell the daughters in marriage and Sāikhādhvākā in the north-east is used for carrying dead bodies to the cremation grounds – site map of Sankhu historic town (Figure 11).

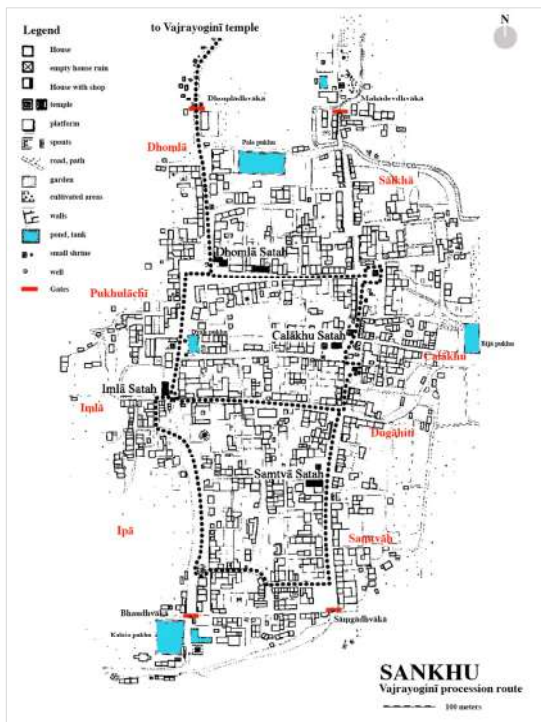


Figure 10: Historic town boundary of Sankhu (2012).
Source: Bal Gopal Shrestha.

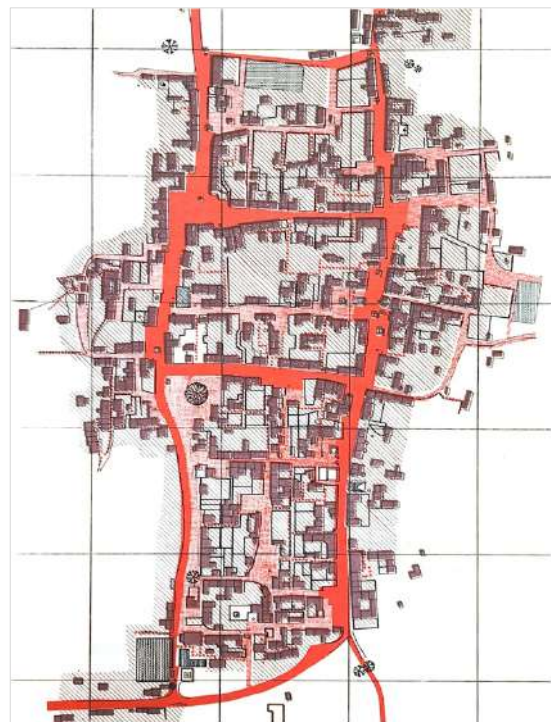


Figure 11: Sankhu historic town (1969).
Source: PDP of Kathmandu Valley.

The historical water channels that flow from the northern hill, along the two major streets connects all households in the settlement and fill the ponds that are placed strategically in four cardinal directions. These water system and positioning of the ponds can be observed to enhance the microclimate of the settlement sustainably. The ponds help to recharge the ground and are the sources of the potable water in wells and water conduits locally known as gāḥhiti. The water channels not only serve the earlier mentioned purposes but also the major sustainable system of irrigation in the agricultural fields around the settlement.

The expansion of settlement and aspects of environmental changes

The historical town of Sankhu is losing gradually its original character due to various reasons. The outmigration of the local inhabitants to Kathmandu city due to declining business and closure of the trade with Tibet has significantly left the traditional homes abandoned. The 2015 Gorkha earthquake claimed more than 65% of its buildings seriously damaged or destroyed (UNESCO, 2015) leading to a massive destruction to the architectural heritage and its cultural landscape. With this, the trend of abandoning the historic buildings and moving outside the ancient territory is increasing (Figure 12).



Figure 12: Satellite image of Sankhu from 2005-2021 (show the urban expansion along the roads towards the agricultural fields).
Source: Google Earth Images.

The rapid construction of the new houses along the roads towards the agricultural fields without any proper planning is becoming a major threat to the cultural landscape of Sankhu. Such unplanned expansion has disrupted the historic water channel and dried up ponds within the settlement adversely affecting the overall ambience and cultural continuum. The extensive extraction of sand in the western and northern areas from the hills and lowland fields is another threat to the settlement. The hills are dug for sand without any scientific investigations and are the major threats to the landslide and soil erosion. In another case, the road construction to Vajrayogini has resulted in deforestation causing changes in local climate.

The transformation of historic settlement into municipality and pressure of new development

Challenges and opportunities. Vajrayoginī and early settlement of Sankhu was proposed for the Nepali UNESCO World Heritage Tentative list (ref. 5257) in 2008 under criteria (iii), (iv) and (vi) under cultural category (or could be as a possible future extension to the existing Kathmandu valley World Heritage site). In the restructuring of the local government of Nepal in 2016, the area of historic town of Sankhu is broadened to Sankharapur municipality with an area of 60.21 square kilometers joining other nearby villages around. During this period many changes have occurred within the settlement and the temple complex of Vajrayoginī. One of the major events is the 2015 earthquake which had a massive destruction in the settlement and the temple of Vajrayoginī – view of one of the few remaining historic houses at Dhomlā (Figure 13); view of the partly collapsed traditional building with shop at the ground floor in Ipā (Figure 14).



Figure 13: Remaining historic houses(2021).
Source: Padma Sundar Maharjan.



Figure 14: Partly collapsed building (2021).
Source: Padma Sundar Maharjan.

The department of Archaeology (DOA), have recently successfully reconstructed the Vajrayoginī temple and other temples and buildings in the premises. However only a Master Plan for regeneration of Sankhu historic town was prepared in 2019 by a consultant assigned by National Reconstruction Authority (NRA) and is not seen implemented till date. The collapsed historic rest houses and historic buildings are in ruins without proper safeguarding of the artefacts. What has been rebuilt does not comply with the historic setting of Sankhu resulting in loss of architectural character and historic urban landscape. The reconstruction or restoration of the heritage structures and historic buildings have been a challenge to the new municipality and the Nepali central government and DOA for retaining the authenticity and integrity of this early settlement of Sankhu and Vajrayoginī. This provides, in the same time, an opportunity to the stakeholders in realizing the multidisciplinary approaches in conserving the cultural heritages and move forward to the cultural landscape protection led sustainable development.

From the case study and the current challenges, it is seen that materializing the concept of cultural heritage protection envisaged half a century ago in 1969 documented in the Physical Development Plan of Kathmandu Valley, 1969 (Department of Housing, and Physical Planning, 1969) and six years later in 1975 Kathmandu Valley Preservation of Physical Environment and Cultural Heritage, Protective Inventory (Department of Housing, and Physical Planning, 1975) is not enough to deal with the current new development pressure and challenges – view of the Lotus Pond, Pale Pukhu, covered with grass at Dhoṃlā (Figure 15); view of the unique ‘two storied corner’ rest house, KuṃPhalcā, at Iṃlā (Figure 16).



Fig. 15: The Lotus Pond (Pale Pukhu).
Source: Padma Sundar Maharjan.



Fig. 16: two storied corner rest house (KuṃPhalcā).
Source: Padma Sundar Maharjan.

This study shows that the cultural identity of Sankhu is not only in its socio-religious aspects but is well manifested in its built scape, connections, architecture character of its houses

and open spaces, water system network, as well as the connection of city with the trade route, agricultural fields, surrounding hills and rivers – view of public open space defined by a Peepal tree, *Ficus religiosa*, and ensemble of small shrines, traditional houses line up along the street in either side, to the bottom left stone slabs can be seen covering the ancient water canal, at Ipā (Figure 17); view of an abandoned historic building left after the vertical division of the property among brothers, this process has led to the destruction of many architecturally exquisite historic buildings in traditional settlements (Figure 18).



Figure 17: Public open space defined by a Peepal tree.
Source: Padma Sundar Maharjan.



Figure 18: Abandoned historic building.
Source: Padma Sundar Maharjan.

The move ahead to realize the goals of cultural heritage led sustainable development requires understanding the necessity to retain such character defining elements of the city in totality. A master plan covering the ancient territory needs to be developed where an effective land use plan focusing on preservation of green fields, forests and rivers is included. Besides, it is essential to be inclusive so as to understand the aspirations of the city dwellers who are the real actors giving continuity to the cultural heritage.

Sustainable and Balanced Urban Policy in a Chinese Living Historic City

Historic City Conservation: The Case of Qufu

Qufu is located in the southwest of Shandong Province, China. It covers an area of 895 square kilometers and has a total population of 700.000. It is 160 kilometers away from Jinan, the capital city of Shandong Province. It is an ancient city with 3000 years of urban development history and the hometown of Confucius (also known as Confucius saint, 551-479 BC), the great thinker, educator and founder of Confucianism in ancient China, it is a world-famous holy land of

Confucianism. In 1994, "Confucius Temple, Confucius Mansion (where the descendants of Confucius live) and Confucius Forest (the cemetery of Confucius clan)" were listed in the World Heritage list. In 1982, Qufu was listed as one of the first 24 most important historical and cultural cities in China. In recent years, it has faced many problems and challenges in historical protection and urban development (Figure 19).



Figure 19: Qufu Confucius Temple and Confucius family mansion.
Source: Qufu City Government.

At present, Qufu urban protection and development planning aims to strengthen the overall appearance of urban development and retain the cultural and natural heritage of the city, strive to update the heritage protection thought based on sustainable development, explore interdisciplinary research methods, and think about the strategies and methods of urban policy sustainability and balance from the five dimensions of urban history, nature, culture, society/communities and regional/territory planning.

Urban changes in Qufu

The history of Qufu originates from the urban land use of various dynasties in China and the continuous migration of urban centers within a certain boundary. The basic framework of urban spatial structure began to take shape in Ancient City of Lu State (1035-249 BC) born during the Zhou Dynasty, which laid the foundation for the morphological evolution of Qufu in previous dynasties. In the development process spanning 30 centuries, it has constantly changed in the historical environment, integrating different urban densification in different periods on the same land, and inherited and continued the life of the city: some significant historic moments that

transition of urban land use and urban centers in Qufu throughout the time of its history (Figure 20); ink drawing of map of the Lu State in Song Dynasty – it revealed the natural geographic conditions and historical relics nearby Qufu (Figure 21).

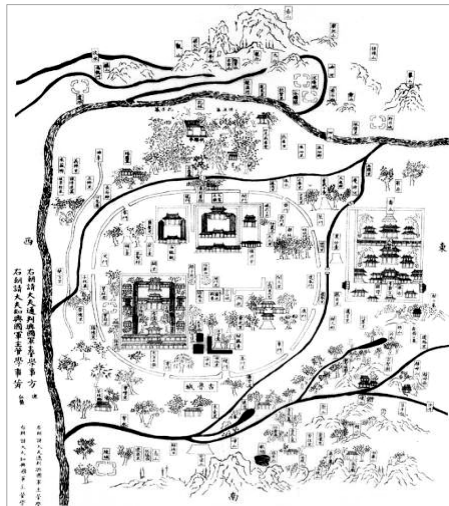
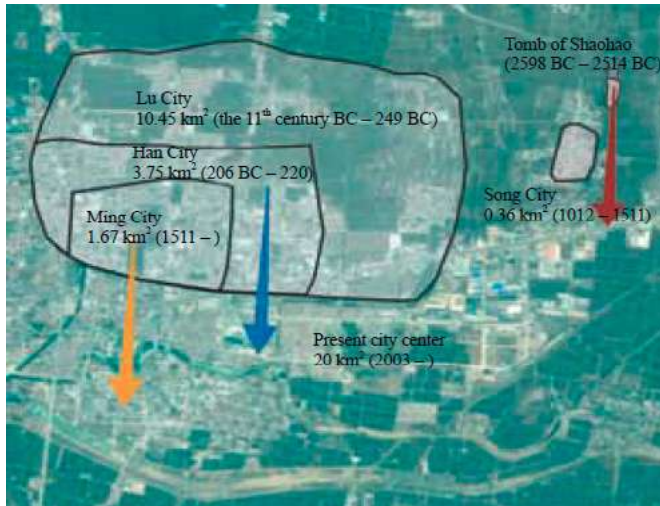


Figure 20: Qufu throughout the time of its history.
Source: Roland LIN Chih-Hung & ISASES Consultants.

Figure 21: Lu State in Song Dynasty.
Source: Cao Wanru.

The site selection of the Ancient City of Lu based on the regional climate, hydrology and topographic environment, the principle of "choosing the middle" of palaces and temples, and the formation of a rigorous urban structure through the urban central axis are considered to be an important example for studying (Chen et al., 2020) the development history of Oriental civilized capital and China's urban planning history (Figures 22 and 23).

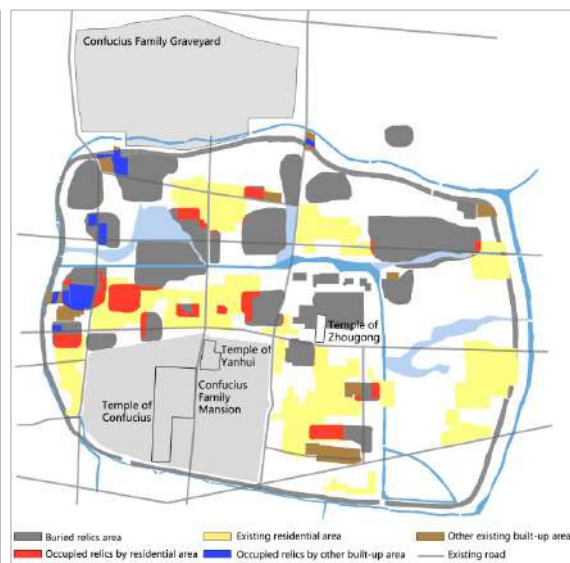
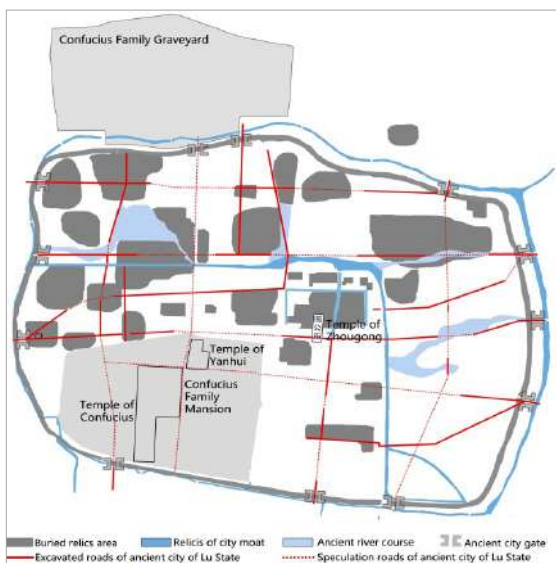


Figure 22: Relics Distribution (2018).
Source: Guo Lu, Liu Jian.

Figure 23: Occupancy Situation (2018).
Source: Guo Lu, Liu Jian.

In the following thousands of years, Qufu developed gradually relying on the urban structure of Ancient City of Lu State. In the mid of the Western Han Dynasty, the west wall and south wall of Ancient City of Lu State were used to build Lu city (the area was reduced to 3.75 km²). In the Song Dynasty (1012), Xianyuan city was built outside the east gate of Lu City, forming a new urban pattern of juxtaposition of two cities. In the first year of Emperor Shizong of Ming Dynasty (1522), "moving the city to protect the temple" opened the development and construction plan of the whole temple city (today known as Qufu Ming city) centered on the construction of Confucius Temple, and the area has been reduced to 1.64km² (Guo; Liu, 2018). Today's basic urban pattern of Qufu was gradually developed and formed based on the Ming and Qing Dynasties. Many relics let us clearly feel the precipitation of history and the continuation of context, which brought Qufu's unique urban temperament.

Confucian culture and regional memory in Qufu

Under the influence of China's traditional ideas of respecting ancestors and sages, Qufu ancient city, as the birthplace of Confucius and Confucianism, architectural construction presents a continuous and strengthened for the purpose of commemorating Confucius and carrying forward Confucianism (Gu, 2013). In each dynasty, regardless of the size of the capital, the change of the city wall, the construction of the city was based on the principle of fully reflecting the core and noble status of Confucius and Confucianism. The urban layout and form show distinct characteristics of following the Confucian ritual system. Confucius Temple, Confucius Forest and Confucius Mansion are human heritages closely related to commemorating Confucius and advocating Confucianism and developed in continuous expansion and reinterpretation. They have laid a complete and magnificent pattern of Qufu and become an important positioning basis for urban form. These constitute the typical regional memory of Qufu City, supporting Qufu's continuous city reintegration and adaptation on the same land.

In the long development, Confucianism respected by Confucius followers and Qufu citizen has been continuously adjusted and strengthened with the evolution of society. It has played a decisive role in the development of Chinese culture through the praise of successive rulers and the development and inheritance of Confucius' later studies. Because of its status as the center of Confucian culture, Qufu has become an important symbol of Chinese culture and even the birthplace of Confucian culture in the world. At present, facing the needs of Qufu's development planning culture in the new period, holding an International Confucius Culture Festival, setting up a Confucianism research center and building Xingtang cultural square are all exploration and practice to

promote the Confucianism, display Confucianism thought and culture, consolidate the central position of Qufu Confucianism culture and implement a sustainable and balanced urban policy.

Characteristics of regional natural environment in Qufu

From the perspective of Feng shui / geomancy theory, Qufu is adjacent to Tai Mount as a black turtle in the north, Yi Mount as a red phoenix in the south, Yimeng Mountains as a blue dragon in the east and Qian Chou plains as a white tiger in the West (Figure 24). Si River and Yi River converge from east to west to form an embracing trend (Shao, 2018).

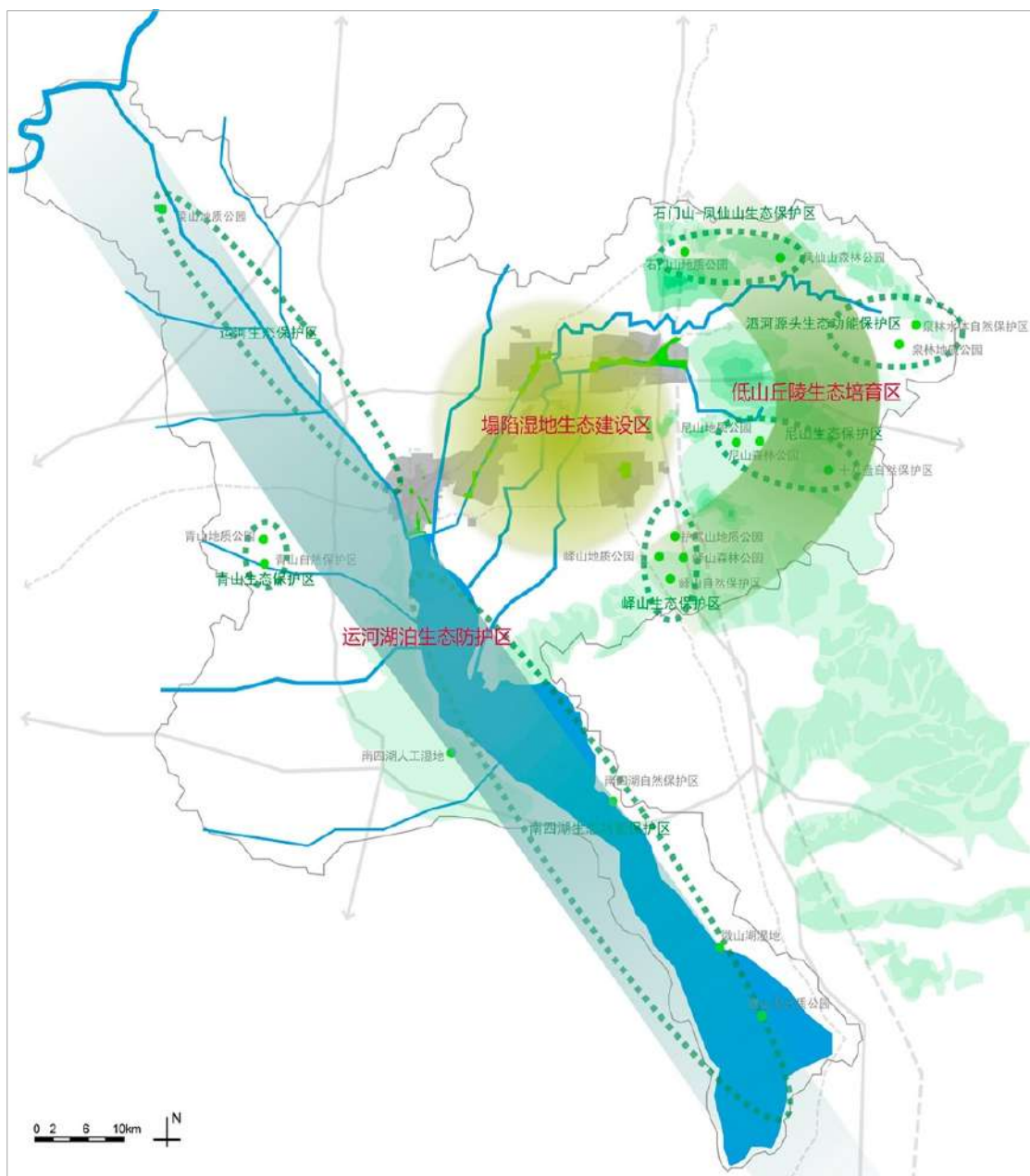


Figure 24: A conceptual ecological zoning of the Ji-Yan-Zou-Qu Lu- Culture City Region (2018). Source: Liu Jian, Wu Liangyong.

This natural pattern is just in line with the ideal model of traditional urban site selection in China, and then reveals the environmental basis of Qufu's historical city site selection and continuous development and requalification.

In the research process of sustainable and balanced urban policy, Qufu is regarded as a part of the regional system, and a unique regional overall spatial pattern of "two cultural axes and two cultural belts" is formed by using the good natural environment and long historical context of the Lu-culture region where Qufu is located, that is, in the middle of the region, relying on the Yellow River, Tai Mount, Qufu and also Zoucheng to form a traditional "landscape sage cultural axis".

In the western region, relying on the Beijing Hangzhou canal, a "canal culture belt" is formed; In the eastern part of the region, the "mountain forest culture belt" is formed by relying on mountain woodlands such as Jiulong Mountain, Nishan mountain and Yishan mountain; In the regional center, relying on Si river, Zhu river and other river water systems, the "Zhusi cultural axis" is formed (Liu; Wu, 2018). Through the integration of natural resources, give play to historical and cultural characteristics, form a unique regional overall spatial structure integrating nature and humanities, promote the harmonious and common prosperity of diversified traditional culture and modern culture, and explore new resources for tourism industry and urban development.

Actual situation of the historical preservation in Qufu, the problems and challenges

Qufu highlights two important and fundamental ideas of Chinese planning: in one hand, for the city itself, the long duration of the urban phenomenon since its settlement establishment "City of Lu" twenty-five centuries ago and its persistence in the same territory; and on the other hand for housing and the persistence of an ideal model of courtyard housing "Siheyuan – a house with four wings surrounding a courtyard" which is still the architectural model when it comes to thinking of how the "Ming Historical Heritage City" can be preserved and renewal, not just as element of protection but also of regeneration.

It is surprising for us to see that the City of Lu covering a vast territory of some 10.45 km², according to the Chinese city model described by Zhouli (Ritual of Zhou Dynasty), the trace of the structure: ramparts, eaves, roads, gates, although in ruins, are still visible, as it has lasted for 25 centuries. How to deal with this large archaeological reserve to preserve the only still visible Chinese city model in line with Zhouli. This City of Lu, currently inhabited by villages and country-

dwellers, itself poses a very specific problem for the large-scale preservation of a territory, of major landscapes, urban fabric and traces, as well as without doubt the richness that important relics that are buried under the ground.

Ming Heritage Historical City in Qufu (reduced into the very centralized territory of 1.64 km²), was intentionally constructed to protect sites related to Confucius: The Temple and the residences of the different lines of Master Confucius. Within this small territory, we are facing the contradictions between protecting the heritage sites and urban development. For a long time, importance was given only to the Temple. So, while tourism was being developed on the sites of the Temple and the Residence of Confucius, the economy of the old town declined, the environment was becoming deteriorated and the population was marginalized.

This Ming Heritage Historical City poses a very common problem, as other Chinese historical cities, how to preserve the whole city setting, with thorough considering the past, present and future of historical centre as a whole. The managing issue is also important challenges for Qufu, it seems the historical area and the historical relics have never benefited from a overall management system on a daily basis or any concrete principles to monitor the historic centre and heritage relics which has sometimes ended up in decision being made without much thought concerning the construction of unharmonised structures or tearing down the historical and vernacular building. (Lin, 2015)

People oriented and improving urban livability - As a world-famous historical and cultural city, Qufu's construction and development direction has been thinking about how to give consideration to heritage protection and economic development, re-recognize the value of urban heritage, and take the comprehensive urban heritage policy as a tool for balanced and sustainable development in the contemporary society to realize the important task of urban protection, renewal and sustainable development.

It emphasizes that residents and stakeholders should be placed at the center of urban development, integrate and improve public space, improve living conditions and quality, and let residents enjoy living and working in their cities by improving housing, green space, public space, public transportation, infrastructure, environment and health (Lin, 2015). Carry out community resource investigation, explore community cultural marketing, reinforce the regeneration of traditional communities with their living vernacular buildings, and seek the governance mode of combining traditional culture with modern life through non-governmental organizations and civil society activities.

In the implementation of comprehensive protection, we should strengthen the rich cultural connotation of the historical city and pay attention to the inheritance of intangible cultural heritage, such as oral traditional and culture of Confucianism, fine arts, social customs, etiquette, festivals and the production of traditional handicrafts. In the effective cooperation between departments and all levels, to create a livable living environment, the city will always be in the process of continuous renewal, change, sustainable development and adopting to meet the requirement of the contemporary city function.

Regional landscape planning and urban development in China

The case of Hutuo (滹沱) River in Shijiazhuang

Shijiazhuang is the capital of Hebei Province, China, with 11.24 million population and 14464 km² territory. It is located in the south-central part of Hebei Province, 273 kilometers away from the capital Beijing. It is the third pole core city in the Beijing-Tianjin-Hebei metropolitan area. The old city of Dongyuan (东垣) in the Spring and Autumn period (771 to 476 BC) and the Warring States period (475 to 221 BC) is the source of Shijiazhuang city. From Dongyuan (东垣) to Zhending (真定), from Zhending (真定) to Zhengding (正定) and then to the modern central city Shijiazhuang, it is not only the center of Hutuo River Basin, but also the birthplace of Shijiazhuang's history and culture (Li, 2016).

History and rebirth of Hutuo River

Hutuo River, known as the mother river of Shijiazhuang, was recorded in the Eastern Zhou Dynasty (770 to 256 BC) as early as more than 700 BC. It originates in Fanshi County, Shanxi Province, passes through the north side of the urban area, flows eastward through four districts and six counties of Shijiazhuang city and flows into the Bohai Sea, with a total length of 587 kilometers, including 205 kilometers in Shijiazhuang. Historically, Hutuo River Basin has abundant water, soil and fertilizer, and superior agricultural conditions. It is one of the earliest developed regions in northern China. However, since the 1970s, due to the influence of various factors, the Hutuo River has been cut off all the year round, the land on both sides has been desertification, the vegetation is scarce, and the ecological environment is becoming increasingly fragile.

The Hutuo prosperous scenery in the past, such as long boats, numerous pavements, clear water and beautiful scenery, has also disappeared. Since 2007, Shijiazhuang has begun to adopt the zoning oriented Hutuo River regional landscape ecological restoration project. Until July

2021, the river regional landscape planning with a total length of 109 km from the dam of the upstream Huangbizhuang reservoir to the boundary of Shenze (深泽) county has been completed. In the river section of Zhengding and the main urban area, which is about 19 kilometers long, the north-south river is 1100-1600 meters wide. A green ecological landscape corridor integrating "five functions" of protection, viewing, leisure, exercise and popular science has been built on both sides of the river (Lu, 2019, SHIJIAZHUANG URBAN AND RURAL PLANNING BUREAU, 2017), practicing the diversified space construction and sustainable development mode of interaction between city and river (Figure 25).



Figure 25: View of Hutuo River.
Source: BAI Jie.

Cultural context of Hutuo River regional landscape

Hutuo River basin carries Shijiazhuang's rich regional culture and historical and cultural resources, shows the historical and cultural picture of Shijiazhuang, the process of social and ecological changes, and forms the Hutuo River regional landscape culture context characterized by water culture, regional culture and historical culture (Tian, 2012).

The historically developed Hutuo River system promoted the development of foundry, ceramics and other manufacturing industries along the coast, stimulated the prosperity of shipping economy and commercial culture on both banks, outlined the ancient villages along the mountain stream, gave birth to the brilliance in ancient history such as Taixi in the Shang Dynasty (1600 to 1046 BC), Zhongshan state (414 to 296 BC), Changshan County, Dongyuan city and Zhending Prefecture, and left the historical legends of many heroes such as Zhao Tuo, king of Nanyue (203 to 137 BC) and Zhao Yun, a famous general of the Three Kingdoms period (220-280), have also composed modern Xibaipo's red culture and communist revolutionary spirit (JIAO, 2021).

The ancient city of Zhengding, a national historical and cultural city known for thousands of years of ancient charm, is located on the North Bank of Hutuo River, opposite the main urban area of Shijiazhuang (Figure 26).



Figure 26: The diagram of heritage distribution of Zhengding ancient city.
Source: Drawing of BAI Jie.

Located in the middle of Nancheng Gate axis, Yanghe building restored according to Mr. Liang Sicheng's surveying and mapping data and surrounding urban space texture (Figure 27); at the South Gate of Zhengding ancient city on the North Bank of Hutuo River, Yanghe building is located on the axis connected with the south gate, surrounded by four towers (Figure 28).



Figure 27: Nancheng Gate axis - Yanghe building.
Source: BAI Jie.



Figure 28: South Gate - Yanghe building.
Source: BAI Jie.

In the past, the central city of Hutuo River region rose and migrated along the water. The historical civilization here is the basic condition and foundation for the rise and development of Shijiazhuang city. Today's Shijiazhuang continues to thrive on water and once again brings the philosophy of harmonious coexistence between man and nature into history. By highlighting the "water element" and history and culture of Hutuo River, improving the city image and identity, condensing the city cohesion, improving the city competitiveness, providing basic conditions and resource elements for the sustainable development of the city, which is of great significance to realize the sustainable development of economy, ecology and culture.

Social development driven by Hutuo River regional landscape

With the progress of the regional landscape improvement project of Hutuo River in Shijiazhuang City, the revived Hutuo River has attracted rare wild birds such as swans and wild ducks. Every weekend, citizens come to sightseeing, fishing and kite flying. It has become a good place for citizens to relax. The good natural open space drives citizens' enthusiasm for outdoor sports and devotes themselves to sports such as rowing, marathon, cycling and so on. Relying on the regional advantages of Hutuo River, industrial clusters along the river have been formed, such as tourism (Figure 29).



Figure 29: "Urban track" square on the North Bank of Hutuo River. The other side is the main urban area of Shijiazhuang. Source: BAI Jie.

The "Hutuo flower sea" has become a well-known " internet-famous site ". Tayuanzhuang village, Zhengding County, adjacent to Hutuo River, develops ecotourism, promotes the industrial integration of village enterprises and innovates the Rural Revitalization model. The development strategy of embracing the river positions the Hutuo River as a river in the city, releases land resources and leads the urban space to the North

Under the joint action of natural and human forces, the Hutuo River regional landscape presents dynamic changes in the process of historical evolution, witnessing the changes and development of both banks (Wang, 2021).

After more than ten years of river restoration and reconstruction, Hutuo River regional landscape, as an important axis to guide urban expansion and structural adjustment, has achieved initial results.

It connects Taihang Mountain in the west, Huangbizhuang reservoir, Zhengding ancient city and Zhengding new area, and explores the construction of regional landscape systems including ecological conservation, flood control, regional culture and diversified urban space, it has promoted the regional socio-economic development and social progress, and developed the urban sustainable development model based on regional landscape planning (Figure 30).



Figure 30: Shijiazhuang National Convention and Exhibition Center on the North Bank of Hutuo River.
Source: BAI Jie.

Contemporary value thinking of Hutuo River regional landscape

Hutuo River crosses from Taihang Mountains and rushes eastward. It organically connects natural landscape, historical and cultural landscape and regional landscape, creates diversified functional space with the city, and integrates the ecological restoration of waterfront area with urban cultural rejuvenation and industrial development.

It has not only achieved success in urban cultural regeneration, It also plays a connecting role with the future. Reconstructing the urban pattern, leading the urban space out of the bottleneck of development, and writing a new connotation for the history of Hutuo River. This will be a practical example of giving full play to the driving effect of rivers and exploring the road of urban sustainable development from the perspective of regional landscape system (Figure 31).

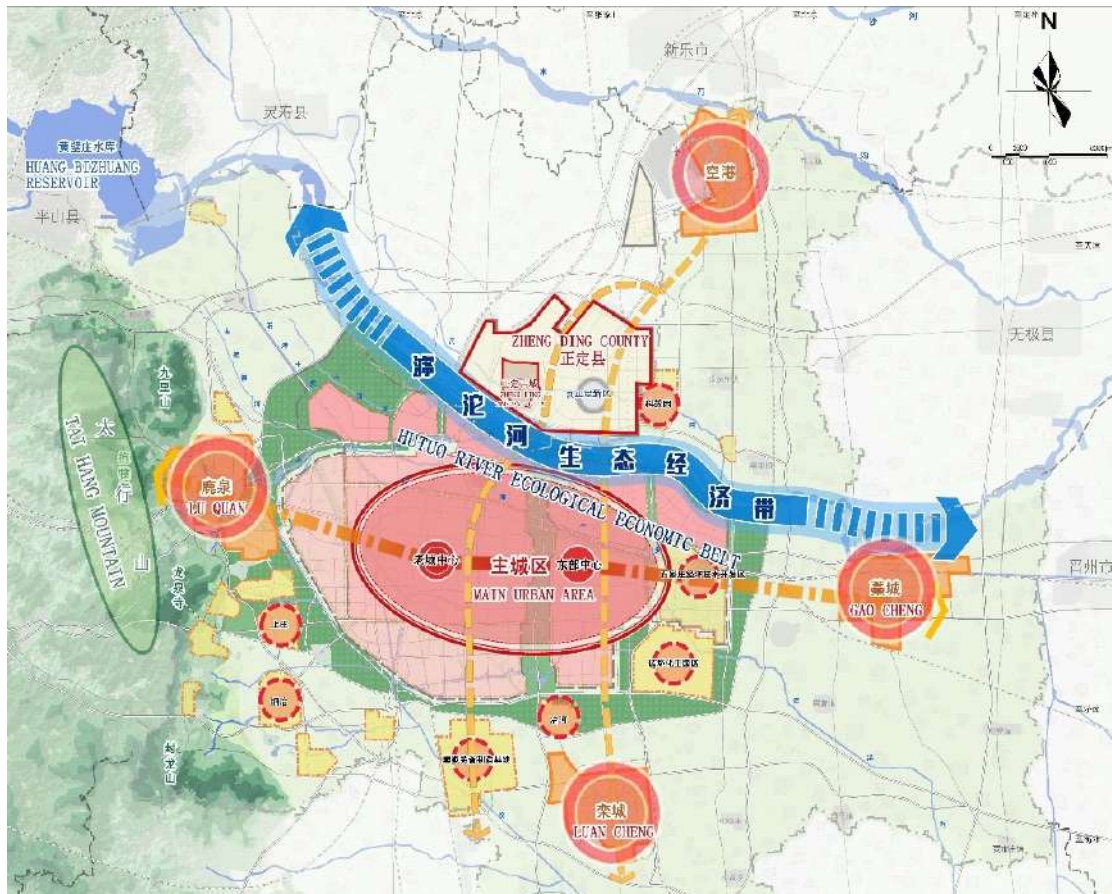


Figure 31: The relationship between Hutuo River and urban spatial development. Source: Shijiazhuang natural resources and Planning Bureau.

Such a large-scale, cross regional river regional landscape planning brings us several reflexion. First, the complexity of influencing factors. It requires multi-disciplinary, multi sectoral cooperation. It involves not only natural ecological resources, but also politics, society, economy,

culture and other aspects. The second is the process of natural regulation and adaptation. In the process of river landscape restoration, the contributions of artificial and natural forces account for half respectively. Scientific and effective planning is more used as a guiding auxiliary design. With the passage of time, the changes brought by natural work will produce surprising effects.

The third is to sort out the context of regional landscape culture. Fully aware of the practical value of the integrity of regional cultural landscape for the development of urban and rural space, cultural space can become a link for the construction of various spaces in the region, strengthen the continuity of regional cultural landscape, and organically integrate the historical and cultural structure with the development of regional urban and rural space (LI et al., 2020).

About Asian reality and perspectives

Summary of findings and analysis of the case studies

All the three cases are historic settlements which evolved through space and time to acquire its unique character. Their specific geographic locations are one of the important factors influencing the development of the city fabric and the lifestyle of city residents. For instance, Sankhu on one hand prospered due its location along the trade route which defined the characteristic of historic residential houses; Qufu on the other hand strived to become the center for commemorating Confucius and carrying forward Confucianism. Similarly, Shijiazhuang due to its advantage of being along the Hutuo river prospered in varied forms of industries and trade. These studies indicate that cities prospered due to their connections with the nature, which however is deteriorating in a fast pace mainly due to developmental pressure. The loss of the historic cultural landscape of Sankhu to the drying up of the Hutuo river (from 1970 – 2007) are all consequences of linear development activities.

The challenge today is to confront such development pressure and mold them to work in favor of culture and nature. This study shows that from working on a local level to identify and document the important cultural heritages to developing a regional plan, there is a huge challenge in bringing together the professionals from multidisciplinary fields to develop a conservation led plan. Having said this, there are opportunities of developing a framework which can truly encompass sustainable goals of our time. The opportunity of emphasizing the rights of local stakeholders in the decision-making process can be pushed ahead more today than ever before so that locals feel empowered to carry forward their cultural assets.

Towards a new step for heritage and cultural landscape protection led sustainable in Asia

Recently in March 2021, ICOMOS has prepared a policy guidance document to illustrate the many ways in which heritage can address the United Nations (UN) 2030 Agenda for Sustainable Development Goals (SDGs), which clearly indicates heritage as more than just monuments and defines heritage (cultural and natural, tangible and intangible) as an evolving resource that supports identity, memory and 'sense of place', which has a crucial role in achieving sustainable development. It enables social cohesion, fosters socio-economic regeneration and poverty reduction, strengthens social well-being, improves the appeal and creativity of regions, and enhances long-term tourism benefits.

We must take up the challenge of conserving this fragile, non-renewable resource for current and future generations. One of its key policy statements put forward the notion of considering the protection, conservation, and management of heritage as a priority component of urban planning and territorial development plans, and a valuable resource to rethink and implement sustainable urban development models. The issues on heritage considering innovative approaches to managing developmental pressures and focusing on how taking an ethical, inclusive and holistic approach to urban planning and heritage conservation may create a stronger basis for the sustainable development in the historic settlements.

Final considerations

The cases in this study clearly shows that the historic settlements are incomplete without their natural landscape. The spiritual connection between people and nature are seen in the socio-cultural and religious activities that man undertakes to establish and re-establish with nature. During this process of connecting with nature, man throughout history has established rituals which are undertaken in specific physical environs (built or unbuilt) and it is here where studies should focus to understand the nature and culture connectivity and diversity. This link can be crucial in formulating and implementing sustainable development plans which will protect such ritual centric areas and propose development so that modern man will not feel left out. At the end of the day, it is man who uses spaces and gives meaning to it.

This study encourages nature – culture connection with development but tries to focus on the locals who will use new infrastructure and continue the activities of the past. The modality should be such that new development not only protects the old but gives space to continue the

cultural activities. This implies that the new development will not try to be an isolated territory but the continuum of the old.

References

- BLEDSOE, B. Vajrayogini and the Kingdom of Kathmandu: constructing polity in 17th century Nepal. In: 50TH ANNUAL CONFERENCE OF THE ASSOCIATION OF ASIAN STUDIES, 1998, Washington DC. *Annals...* Washington DC, 1998, p. XX-XX.
- CHEN, Xiao; SUN, Hua; LIU, Ruguo. The layout of the Ancient City of the Lu State in Qufu. *A New Investigation*, n. 5, p. 48-58, 2020.
- CLARK, Kate; DRURY, Paul. From Monuments to People: the functions of cultural heritage in a changing Europe. In: *Forward Planning: the functions of cultural heritage in a changing Europe*. Strazbourg: Council of Europe, 2000, p. 113-117.
- GU, Jianhui. *Study on the evolution of Ancient Qufu City Form*. Shandong: Shandong University, 2013.
- GUO, Lu; LIU, Jian. Protection and display of relics of ancient capital city of Lu State in Qufu based on the study of historical value and realistic conditions. In: LIN, Roland. Ed. *Qufu, Birthplace of Confucius towards a sustainable city*. Shanghai: Tongji University, 2018, p. 150-169.
- GUTSCHOW, N. *Architectures of the Newars*. Serindia Publications, 3 vols, 2011.
- JIAO, Lili. Deeply excavate the historical and cultural roots of Hutuo River. *Shijiazhuang Daily*, Aug. 25, 2021.
- KATHMANDU VALLEY - THE PHYSICAL DEVELOPMENT PLAN FOR THE KATHMANDU VALLEY. *Kathmandu: His Majesty's Government of Nepal, Ministry of Public Works, Transport and Communications, Department of Housing and Physical Planning*, 1969.
- LABADI, Sophia; LOGAN, William. *Urban heritage, development and sustainability: international frameworks, national and local governance*, 2016.
- LI, Xinpeng; LI, Jinsheng; HOU, Wei. Research on regional historical heritage network from the perspective of cultural landscape: take the Jinzhong Basin as an example. *Urban Studies*, n. 5, p. 101-108, 2020.
- LI, Yong. Shijiazhuang comes from the old city of Dongyuan. *Modern*, n. 7, p. 76-78, 2016.
- LIN, Roland. A new step for a sustainable and balanced urban policy in asian living historic city conservation: the case of Qufu, China. *China City Planning Review*, v. 24, n. 3, p. 56-65, 2015.
- _____. Ed. *Qufu, Birthplace of Confucius towards a sustainable city*. Shanghai: Tongji University, 2018.
- LIU, Jian; WU, Langyong. From Qufu to Ji-Yan-Zou-Qu Lu-Culture City-Region: spatial development of Qufu in regional perspective. LIN, Roland. Ed. *Qufu, Birthplace of Confucius towards a sustainable city*. Shanghai: Tongji University, 2018, p. 112-129.
- LOCKE, J. K. Vajrayogini Temple of Sankhu. *Buddhist Himalaya*, v. 1, n. 2, p. 1-6, 1988-1999.
- LU, Weili. Great beauty Hebei - Shijiazhuang urban section of Hutuo River focusing on beautiful rivers and lakes: from drying up to fish flying shallow bottom. *Yanzhao Metropolis Daily*, Oct. 27, 2019.
- PRUSCHA, Carl (ed.). Kathmandu Valley: the preservation of physical environment and cultural heritage. *Protective Inventory*, v. 1, Anton Schroll, Vajra, 1975.
- RÖSSLER, Mechtild; LIN, Roland. Cultural landscape in world heritage conservation and cultural landscape conservation challenges in Asia, *Built Heritage*, n. 3, p. 3-26, Tongji University Press, Shanghai, China, October 2018.
- SHAO, Yong. Qufu Ming City: the attributes of the values and its comprehensive conservation. In: LIN, Roland. Ed. *Qufu, Birthplace of Confucius towards a sustainable city*. Shanghai: Tongji University, 2018, p. 130-149.
- SHIJIAZHUANG URBAN AND RURAL PLANNING BUREAU. *Hutuo River ecological restoration project planning and comprehensive upgrading planning of areas along the line[R]*. Shijiazhuang, 2017.
- SHRESTHA, B. G. *The Sacred Town of Sankhu: the anthropology of newar ritual, religion and society in Nepal*. Cambridge: Cambridge Scholars, 2012.

SLUSSER, M. S. *Nepal Mandala: a cultural study of the Kathmandu Valley*. Princeton: Princeton University, 1982.

TIAN, Qian. Analyzing the construction and management of Hutuo River scenic spot from the cultural level. *Hebei water conservancy*, n. 10, p. 33, 2012.

UNESCO. *Activities*, 2015. Available from: <<https://whc.unesco.org/en/activities/901/>>. Cited 2021 Nov. 5.

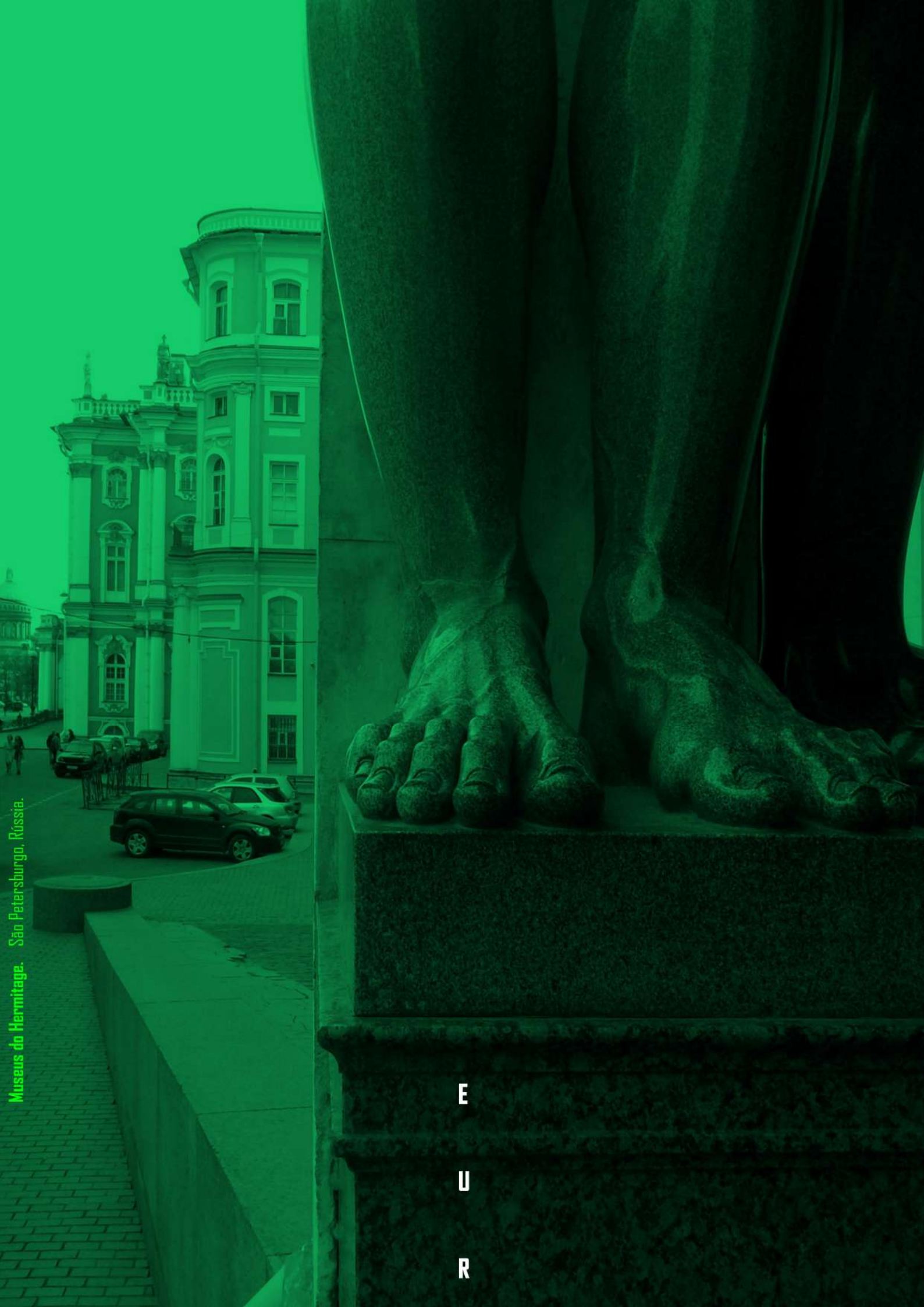
_____. *Revival of the Historic City of Sankhu (Nepal)*. Available from: <<https://whc.unesco.org/en/activities/901/>>. Cited 2021 Nov. 5.

WANG, Xiangrong. Formation and change of regional landscape. *Chinese landscape architecture*, n. 10, p. 2-3, 2021.

ZANEN, SJ. M. *The goddess Vajrayoginī and the kingdom of Sankhu*. Purusartha 10, 1986.



Museus do Hermitage. São Petersburgo, Rússia.



E
U
R

O
P
A

Duomo de Brunelleschi. Firenze, Italia.



LANDSCAPE AND CULTURAL HERITAGE POLICIES IN EUROPE:

Experiences for Urban Planning Innovation in Italy.

FRANCESCO ROTONDO

|

GIOVANNA MANGIALARDI



The landscape and cultural heritage policies offered by the European Landscape Convention and transposed in 2004 by the Italian Cultural Heritage and Landscape Code, marks new scenarios and offers numerous possibilities for intervention and design in urban and suburban space, through the holistic and social-perspective approach, the subsidiarity, the dynamism, and the active protection. Italy, as a point of reference in European cultural heritage policies, is experimenting, slowly and often without a real awareness of the national state, policies of re-centralization of urban planning tools and techniques, but through the innovations more easily diffused in the governments of the regional territories. In this context, this reflection on urban planning innovation in Italy is placed, by questioning the current planning tools by identifying possible lines of sustainable territorial development. To do this the case of the Apulia Region has been selected, which was the first to develop a Regional Landscape and Territorial Plan adapted to the European Landscape Convention and Law 42/2004 and offers an exemplary experience of a process that is also involving the other Italian regions and is also, spreading to the rest of Europe.



As políticas de paisagem e patrimônio cultural oferecidas pela Convenção Europeia da Paisagem e transpostas em 2004 pelo Código Italiano do Patrimônio Cultural e da Paisagem, marcam novos cenários e oferecem inúmeras possibilidades de intervenção e design no espaço urbano e suburbano, por meio da abordagem holística e sócio-perspectiva, da subsidiariedade, do dinamismo e da proteção ativa. A Itália, como ponto de referência nas políticas europeias de patrimônio cultural, está experimentando, lenta e muitas vezes sem uma consciência real do estado nacional, políticas de re-centralização de ferramentas e técnicas de planejamento urbano, mas através das inovações mais facilmente difundidas nos governos dos territórios regionais. Nesse contexto, coloca-se essa reflexão sobre a inovação do planejamento urbano na Itália, ao questionar as atuais ferramentas de planejamento, identificando possíveis linhas de desenvolvimento territorial sustentável. Para tal, foi selecionado o caso da Região da Apúlia, que foi a primeira a desenvolver um Plano Regional de Paisagem e Território adaptado à Convenção Europeia da Paisagem e à Lei 42/2004 e oferece uma experiência exemplar de um processo que envolve também as outras regiões italianas e que está se espalhando para o resto da Europa.



Las políticas de paisaje y patrimonio cultural ofrecidas por la Convención Europea del Paisaje y transpuestas en 2004 por el Código Italiano de Patrimonio Cultural y Paisaje, marcan nuevos escenarios y ofrecen numerosas posibilidades de intervención y diseño en el espacio urbano y suburbano, a través del enfoque holístico y de perspectiva social, la subsidiariedad, el dinamismo y la protección activa. Italia, como punto de referencia en las políticas europeas de patrimonio cultural, está experimentando, lentamente y frecuentemente sin una conciencia real del estado nacional, políticas de recentralización de las herramientas y técnicas de planificación urbana, pero a través de las innovaciones más fácilmente difundidas en los gobiernos de los territorios regionales. En este contexto, se sitúa esta reflexión sobre la innovación urbanística en Italia, cuestionando las herramientas de planificación actuales mediante la identificación de posibles líneas de desarrollo territorial sostenible. Para ello se ha seleccionado el caso de la Región de Apulia, que fue la primera en desarrollar un Plan Territorial y Paisajístico Regional adaptado al Convenio Europeo del Paisaje y a la Ley 42/2004 y ofrece una experiencia ejemplar de un proceso que también está involucrando a las otras regiones italianas y que también se está extendiendo al resto de Europa.



Initial considerations

This chapter¹ addresses the traditional theories and practices of urban planning, a field that faces a new evolutionary phase to implement in the territory the models of sustainable development that the world is trying to pursue from the United Nations to local authorities, albeit in the enormous different situations of the socio-economic, historical-cultural, and environmental context. The era in which scholars such as the Nobel Prize winner Paul Crutzen (Steffen; Crutzen; McNeill, 2007) have defined the Anthropocene is characterized by an ever more rapid awareness of the need to radically change habits of life and relationships between man and the environment. Urban planning represents the conventional code that industrial civilization, bringing to maturity techniques and tools used since ancient times, has used to regulate the relationship between population, activities, and places (Maciocco, 1991) which have determined the territorial transformations that precisely the industrial revolution has accelerated since the 1950s (Gemenne; Rankovic, 2019).

Recycling and reuse of urban spaces discarded by modern expansion planning, urgent need to avoid further land consumption, the flexibility of uses and speed of social and economic changes, need to determine new relationships between natural and anthropogenic habitats capable of promoting co-evolution between man and nature that not only preserves current resources but is able to increase their values for future generations, are the drivers of a different way of designing and thinking about cities, which, with difficulty, are changing territorial planning. In this context, the definition of landscape contained in the European Convention signed in 2000 in Florence, which potentially makes the whole territory "landscape" in its different natural or anthropic characteristics and in the ways in which the populations perceive it, offers a different interpretation of the relationship between populations, activities, and places. It puts heritage

¹ This paper is the result of a joint work by the authors, also if initial and final considerations have been written by Francesco Rotondo, the others by Giovanna Mangialardi.

resources at the center of the sustainable development model, revolutionizing and overcoming the traditional difference between places to be protected and places to be transformed that has characterized traditional urban planning through the historical technique of zoning.

Italy, as a point of reference in European cultural heritage policies, is experimenting, slowly and often without a real awareness of the national state, policies of re-centralization of urban planning tools and techniques, but through the innovations more easily diffused in the governments of the regional territories. It specifically refers to a different way of conceiving urbanism and planning of anthropogenic and natural resources with the landscape and cultural heritage at the center, considered the cornerstone of the memory of the local community and therefore the material reflection of the above-mentioned relationship between population, activities, and places that urban planning still regulates today. The “Landscape” definition and approach offered by the European Landscape Convention and transposed in 2004 by the Italian Cultural Heritage and Landscape Code, marks new operational methods and offers numerous possibilities for intervention and design in urban and suburban spaces, by means of the holistic and social-perspective approach, the subsidiarity, the dynamism, and the active protection. This complex and polysemic approach favors an integrated action oriented to the protection and conservation, but at the same time to the enhancement and enjoyment of the landscape, understood as a territory in its entirety and its multiple forms (exceptional, ordinary, and degraded).

In Italy, after 1972 (Urban planning was delegated to the Regions) and even more after the constitutional reform of 2001 (Law 3/2001), it is the Regions that have changed the rules on urban planning (the Italian state has kept law 1150/1942 unaltered, after eighty years). The case of the Apulia Region (Figure 1), which was the first to develop a regional landscape and territorial plan adapted to the European Landscape Convention and Law 42/2004, offers an exemplary experience of a process that is also involving the other Italian regions and is also, spreading to the rest of Europe.



Figure 1: Italy and Its 20 regions with emphasis for Apulia Region (divided into 6 provinces).
Source: Alterations from <https://pt.wikipedia.org>

For this purpose, the case study of the "Piano Paesaggistico Territoriale (PPTR)" of the Apulia Region (Figure 1), approved on February 16th, 2015, is analyzed to highlight strengths and weaknesses in the relationship between landscape and urban planning, and define possible directions toward what we define – paraphrasing the title of Campos Venuti's book (Campos Venuti, 1987) – the "fifth generation of urban planning". Starting from a historical excursus of the "Landscape" concept, described by the Italian legal framework – from the Bottai Laws in 1939 to the Code of Cultural Heritage and Landscape n. 42 of 22 January 2004 –, through the Landscape Apulia Region Plan this contribution aims to question the current planning tools by identifying possible lines of sustainable territorial development of this region, known internationally for some of its unique landscapes and communes (Figure 2).



Figure 2: Vieste (Foggia), Trani (Barleta), Alberobello (Bari), San Donaci (Brindisi), Massafra (Taranto), Melendugno (Lecce).
 Source: Alterations from <https://commons.wikimedia.org>

Landscape and cultural heritage policies

It is usual to associate the landscape with how it is perceived, as a phenomenon that identifies the beautiful views and excellences with an aesthetic approach. The different conditions over time and in different geographies have given multiple declinations to the landscape meaning, nowadays recognized in its complexity and cultural and social inclusivity.

To the aesthetic-perceptual approach have been added the ecological and environmental dimensions of the landscape and the systemic and structural approaches, recognizing the different sub-systems that compose it (e.g. historical, territorial, archaeological, geographical, etc.), and promoting a proactive and holistic vision, in which the territorial identity promotes and sustains a respectful and sustainable transformation and development.

In the Italian normative framework, the term "landscape" appears for the first time in Article no. 9² of the Constitution of 1948, among the fundamental principles, establishing a primacy at the European level in terms of contents and innovation (Cartei, 2007). Indeed, the Italian Constitution promotes the "common good" and its development using culture and research. It attributes to the Italian Republic the protection of the national historical and artistic landscape, the environment, the biodiversity, and the ecosystems, in symbiosis with Article no. 117 that attributes to the Regions the cultural activities promotion and organization, and the scientific and technological research. Therefore, the landscape, cultural and environmental heritage protection, must be activated to enable the development, promotion, and enhancement of the individual and the community, consciously regulating the interventions and interests (Predieri, 1969).

Both the European Landscape Convention of 2000, in force in Italy since September 1, 2006, after its ratification by Law no. 14 of 2006, and the Faro Convention of 2005 on the Value of Cultural Heritage for Society, ratified in Italy on September 23, 2020, are parts of the framework of national policy action. They assume plural perspectives of landscape and heritage as resources for the cultural and socio-economic growth of territories, and are highly consistent with Article no. 9 of the Italian Constitution. Indeed, the recent Faro Convention promotes the protection, inclusion, and participation actions, because every citizen is entitled to enjoy cultural heritage and be an active part of heritage and landscape promotion and valorization.

Consistent with the Faro Convention, the concept of heritage is understood in its broad meaning as the outcome and process of progressive accumulation of tangible and immaterial sediments of communities that with their care pass it on to future generations, in addition to sharing its value (Vícha, 2014). Urban and territorial planning, focusing both on the elements inherited from the past and thus preserved, as well as on what is recognized as "landscape" in an economic, social, and cultural constant relationship with the community, could overcome the limits of contemporary processes of patrimonialization (Choay, 1996) and the low effectiveness of conservation actions. Both issues discussed in current disciplinary and political debates.

² Source: <www.governo.it/it/costituzione-italiana/principi-fondamentali/2839>. Accessed: February 24, 2022.

The close connection between assets, communities, and landscape is a privileged context for institutional and private stakeholders’ confrontation and represents an opportunity for integrated and innovative policies (EC, 2018) to tackle the increasing severity of climate change, social crisis, environmental degradation, and fragilities, and the intensive process of urbanization (SNPA, 2021). In this perspective, the contents and tasks of spatial planning and government take on crucial importance (Cartei, 2007). The issues briefly mentioned are the theoretical premise of the notes below in this contribution.

The Landscape evolution. From perceptive and aesthetic to proactive approach

The landscape in Italy assumes importance from the beginning of the twenty-first century, but during this century, it undergoes important evolutions in terms of meaning, value, and strategies. An articulated normative system marks the strategic passages of this cultural and interpretative panorama, recalled below and summarized in (Diagram 1).

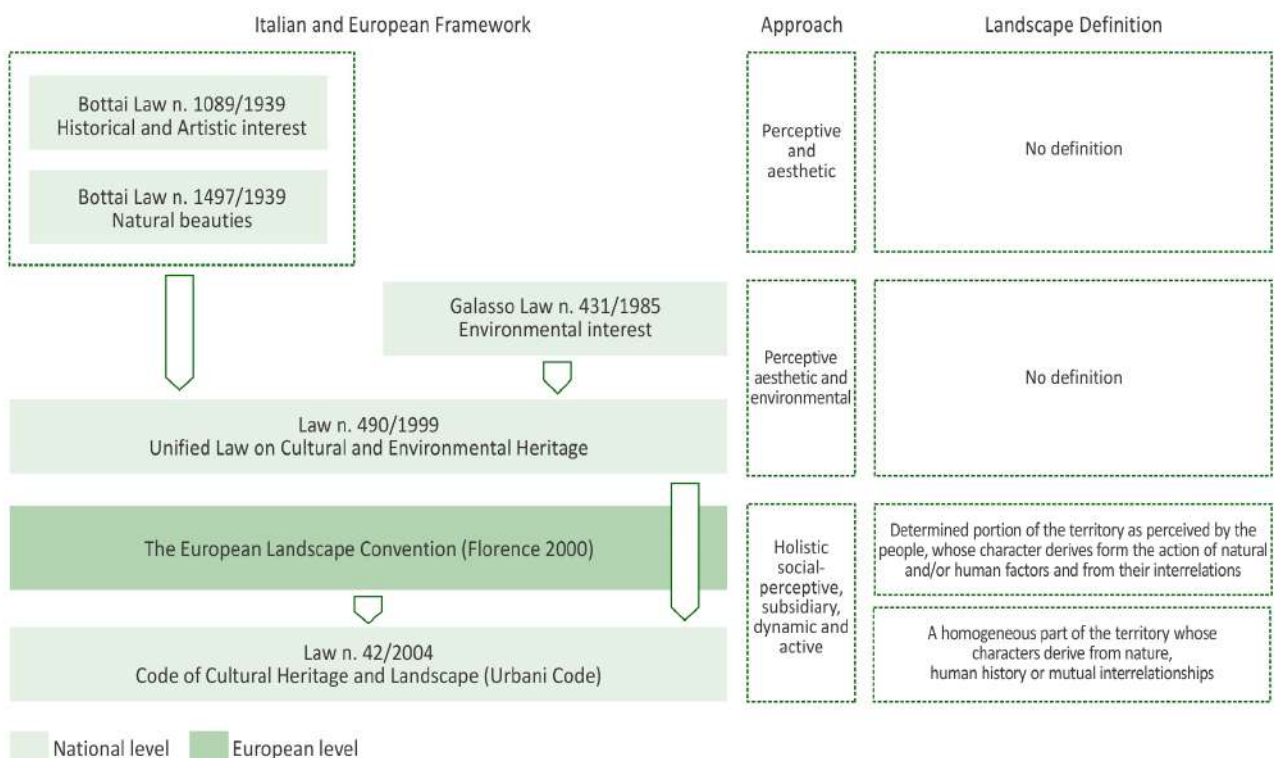


Diagram 1: Italian and European framework on Landscape.
Source: Author’s elaboration.

The Italian legislative history on this subject begins in 1905 with the Rava Law n. 411 of July 16, 1905, for the conservation of the Ravenna Pinewoods, which declared the inalienability of the sandy shores in the province of Ravenna and their destination for reforestation (Andreatta,

2013). The pine forest subjected to intensive exploitation in the 1800s was then protected to preserve its intrinsic aesthetic and cultural value that was also celebrated in the novella of the Decameron and the paintings of Botticelli.

Although this experience was limited in space, it paved the way for two new laws promoted by Benedetto Croce, then deputy Minister on the subject. The Law n. 364 of June 20, 1909, established and fixed the rules for the antiquities and fine arts inalienability, and the Law n. 778 of June 11, 1922, protected the natural beauty and property of particular historical interest. The latter safeguarded both panoramic beauties and immovable things of notable public interest concerning civil and literary history, assuming as criteria the protection of the historical and aesthetic aspects of the good and the safeguarding of panoramas considered as natural pictures, subject to authorization by the competent bodies.

These instruments represent the basis for the following two Bottai Laws, still in force in Italian legislation. The Law n. 1089 of June 1, 1939, "Protection of things of historical and artistic interest", established the historical, artistic, and landscape constraint on the property, intended as a limitation on the availability and use of the property itself because it is considered of public interest. The Law n. 1497 of June 29, 1939, "Protection of natural beauty" distinguished by uncommon beauty, identified and included them in specific lists through the affixing of a decree of constraint or declaratory, and introduced the provision of landscape plans. Both the two different Laws aimed at protecting only the aesthetic and perceptive value of the landscape through urban planning tools, providing authorization to intervene without harming landscape appearance.

After the Bottati Laws, "a long silence on the theme followed the post-war period, in the age of reconstruction development" (Severini, 2019) up to the writings of Predieri's writings, "which called for an integral landscape protection because of the form of the whole territory". At the same time, the phase of post-war reconstruction and the urban expansion of the '60s and '70s negatively engraved on the Italian landscape and favored the debate onset of environmental issues. All this led to a change in the landscape concept that went beyond the purely aesthetic vision toward an environmental one and, therefore, to the emanation of the Galasso Law of August 8, 1985. The Galasso Law recognizes the landscape as a hybrid of nature and culture that protects the landscape not because it is beautiful but because it is part of nature; the protection *ope legis* and *ex-ante*, the geographical approach, and the landscape planning are its main distinctive features. In detail, through a physical and objective dimension of safeguarding conception, the Galasso Law introduces a list of eleven types of natural and environmental portions of the national territory

subject to state protection without the need to affix a decree of constraint or declaratory as the previous Bottai Laws³. For completeness, it is necessary to mention the Law n. 490, 1999, the Unified Text of the legislative dispositions on the cultural and environmental goods. Its purpose was not to innovate the matter, but to order the existing legislation, coordinate the various norms, and simplify the application procedures.

Although the evolution of the landscape concept modified toward the inclusion of the environmental component, on the other hand, many parts of the territory remained uncovered by the protection and valorization of the regional landscape plans conceived according to the Galasso Law. The most protected areas corresponded to the territory portions where more constraints overlapped. The type of protection created a patchy discretization of the territory as if the remaining parts did not contribute to the landscape creation, lacking an overall vision. On the contrary, the different territorial components are placed in a mutual relationship in space and time based on functional relationships and contribute, even the ordinary and the degraded portions, to the landscape creation.

Hence, it was necessary to extend the landscape vision to the whole national territory. This further evolution of the landscape meaning is contained in the European Landscape Convention⁴, an international treaty binding for the states that signed it, signed in 2000 in Florence and ratified by Italy in 2006. The Convention sanctions the equivalence between landscape and territory, overcoming administrative borders and referring to the entire European territory, where the community life takes place. It introduces a new way to consider and manage the territory, functional to achieve sustainable development balancing social needs, economic activity, and the environmental relationship. The landscape needs protection in its entirety, not only as an exceptional landscape but also as a suburb or a degraded landscape.

The main Convention innovations (Albrechts; Barbanente; Monno, 2020) consist in:

1) the landscape definition; it is an essential component of the populations' life, expression of the diversity of their cultural and natural heritage and foundation of their identity;

2) the public participation in the definition and implementation of landscape policies;

³ Article no. 1 of the Galasso Law identifies the goods subject to landscape protection, that is: a) coastal territories in a zone of the depth of 300 meters from the coastline, b) the territories contiguous to the lakes included in a belt of the depth of 300 meters from the line of shoreline, c) rivers, torrents, and watercourses, d) the mountains for the part exceeding 1,600 meters above sea level for the Alpine chain and 1,200 meters above sea level for the Apennine chain and the islands, e) glaciers, f) parks and reserves, g) territories covered by woods and forests, h) civic uses, i) wetlands, l) volcanoes, m) areas of archaeological interest.

⁴ Source: <www.coe.int/en/web/landscape/the-european-landscape-convention>. Accessed: February 20, 2022.

3) the policies promotion to raise the landscape quality, based on protection, management, planning through specific measures;

4) the landscape integration in the territorial and urban planning policies, and in those of a cultural, environmental, agricultural, social, and economic nature, as well as in other policies that may have a direct or indirect impact on the landscape.

The Legislative Decree of 22 January 2004, the "Code of cultural and landscape heritage", closes the overview of the national landscape regulatory framework. The Code is the direct implementation of Article no. 9 of the Constitution based on the contents and principles of the European Landscape Convention, with a holistic and systemic vision. It is innovative in the way of conceiving the landscape, no longer, as portions of the territory but as the whole territory (even ordinary or degraded) in which identity elements, factors, relations, and interrelationships that build the same landscape are recognized. The Urban Code defines, in fact, the landscape as "the expressive territory of identity, whose character derives from the action of natural and human factors and their interrelations".

The Regions in agreement with the Ministry draw up the landscape plans, foreseen by the Code. They define the transformations compatible with the landscape values, the actions of recovery and requalification of the properties and areas subject to protection, as well as the interventions of valorization of the landscape, also concerning the prospects of sustainable development.

The Regional Landscape Plan. The case of the Apulia Region

Planning is an effective tool for balancing development and protection and orienting the use of the territory, the city, and the environment, providing the necessary means to make conscious choices that affect the community. The different culture on the subject developed over time finds, therefore, wide application and experimentation in landscape planning, which represents, among the tools of local government, the superordinate one and which has the task of directing urban and spatial visions and quality projects.

During the XXVI National Conference of FAI Delegates and Volunteers⁵, dedicated to the theme of Landscape in the delicate phase of the ecological transition and the implementation of

⁵ Source: <fondoambiente.it/il-fai/convegni-nazionali/xxvi-convegno-dei-delegati-e-dei-volontari-fai/>. Accessed: March 20, 2022.

the Recovery and Resilience Plan, the importance for the Regions of adopting a new-generation Landscape Plan that contemplates "a protection that does not prohibit but accompanies change" was stressed. Indeed, the Landscape Plan must be perceived as an opportunity to plan the sustainable and lasting development of the territory and not only as an obstacle.

Landscape Plans, as redefined in 2004 by the Urbani Code, represent an indispensable basis for co-planned management and valorization of the landscape. In their new form, they reconcile both issues. It is necessary, however, to find a balance between the protection of heritage and practical action in the landscape, and the development and economic growth. To date, only six out of twenty regions have a new Plan: Sardinia and Lazio have second-generation plans, i.e., approved under the Urbani Code, while Apulia, Tuscany, Piedmont, and Friuli-Venezia Giulia have third generation plans under the Code and co-planned with the Ministry of Culture (Banchini, 2018).

The Landscape Plan of the Apulia Region, called "Piano Paesaggistico Territoriale Regionale - PPTR", was approved in 2015⁶ among the former third-generation plans approved in Italy, co-planned with the Ministry of Culture and in collaboration with the different regional and local bodies of the government of the territory. Many academics and politicians recognized it as a best practice (Colavitti, et al., 2018). The Plan has territorial value and is, therefore, a "landscape - territorial" plan that assumes at the same time the protection of the landscape and its enhancement, promoting the rehabilitation of degraded landscapes and sustainable development. It replaces the previous plan, the "Thematic Territorial Urban Plan - PUTT", marked by the constraints of protection and planned on old and approximate maps (Avarello, 2011).

The Apulia Region, in the south of Italy, with 4 million inhabitants, six sub-regional units, one of which is the Metropolitan City of Bari, 257 municipalities, 4 Internal Areas included in the National Strategy of Internal Areas, a fusion of municipalities, and 22 Unions of municipalities, is a complex territory in its multiple articulations (Martinelli; Mangialardi, 2021). It is a region "that eludes unambiguous descriptions not only because of the marked variety of its physical, socio-cultural, and economic landscapes but also because of its ability to capture articulations and differences" (Barbanente, 2011). The Apulian legislative reference in urban planning is the Regional Law n. 20/2001 "General rules of government and land use". The regulatory framework is enriched, among many others, by the Regional Law n. 21/2008 "Rules for urban regeneration", innovative law in processes and contents (Calace, et al., 2021).

⁶ By Deliberation of the Regional Council 176/2015 of February 16, 2015.

The PPTR of the Apulia Region, according to the Urbani Code, and under the principles expressed in Article no. 9 of the Constitution and the European Landscape Convention, pursues the aims of protection and conservation of environmental, historical, and cultural values expressed by the territory. It ensures the social identity and the sustainable development of the entire regional territory, adopting the holistic and systemic vision of landscape enhancing the excellences, and at the same time recovering the compromised landscapes for the creation of new landscape values. It is addressed to all subjects, public and private, and to the bodies responsible for programming, planning, and management of the territory and the landscape. The Landscape Plan represents the main instrument of territorial government that must guide the other urban planning tools in the actions of intervention on the landscape (MiBACT, 2018). Avarello (2011) argues, indeed, "the theme of the landscape seems to become tendentially pervasive even in the most recent ordinary, provincial and municipal planning, at least in intentions". As such, it provides guidelines, directives in the environmental, territorial, and landscape fields to sector plans, provincial plans, and municipal urban plans, ensuring the integration of landscape aspects in the different territorial and urban policies. Some descriptive elements are necessary to appreciate the PPTR's strengths and weaknesses. It is organized into three major chapters: Atlas of Environmental, Territorial, and Landscape Heritage; The Strategic Scenario; and The Protection System. In its structure, it reflects national and European cultural orientations (Diagram 2).

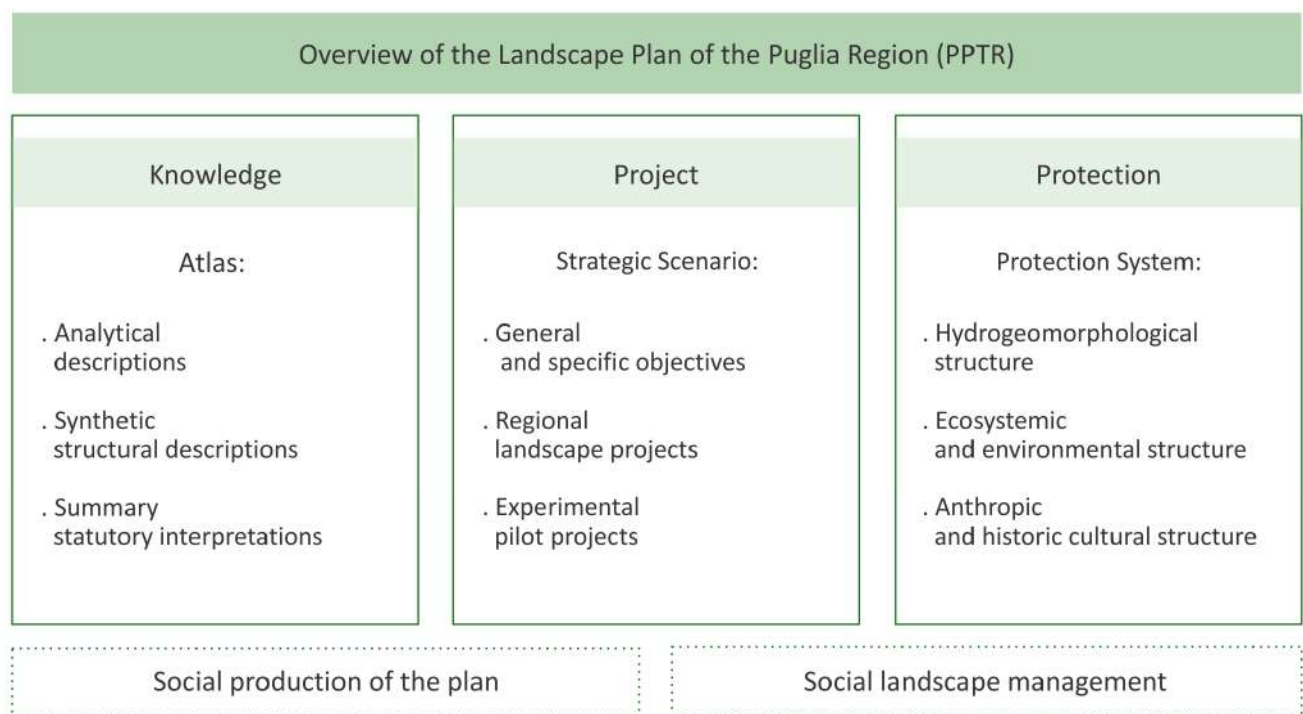


Diagram 2: A diagrammatic overview of the structure of the Plan of the Apulia Region (PPTR).
 Source: Authors' elaboration from: <https://pugliacon.regione.puglia.it/web/sit-puglia-paesaggio>.

The Atlas represents the cognitive framework useful and necessary to any activity of planning and design of the territory. It aims to recognize the identity characters of the Apulian territory and to interpret them as potential resources for the project, represented in the form of dynamic and overlapping cartographies. The synthesis of the descriptions are the Figures and the Territorial Ambits elaborated as the interpretation of all the information becomes the expression of the different regional landscapes.

The Strategic Scenario provides the design vision and indicates the major strategies of the plan that will guide the experimental projects, quality objectives, and technical standards. It contains the transformation objectives to accompany virtuous processes and to counteract phenomena of degradation. The Strategic Scenario is composed of the specific general objectives, the experimental integrated landscape projects, the guidelines, and the five territorial projects for the regional landscape⁷ (Figure 3).

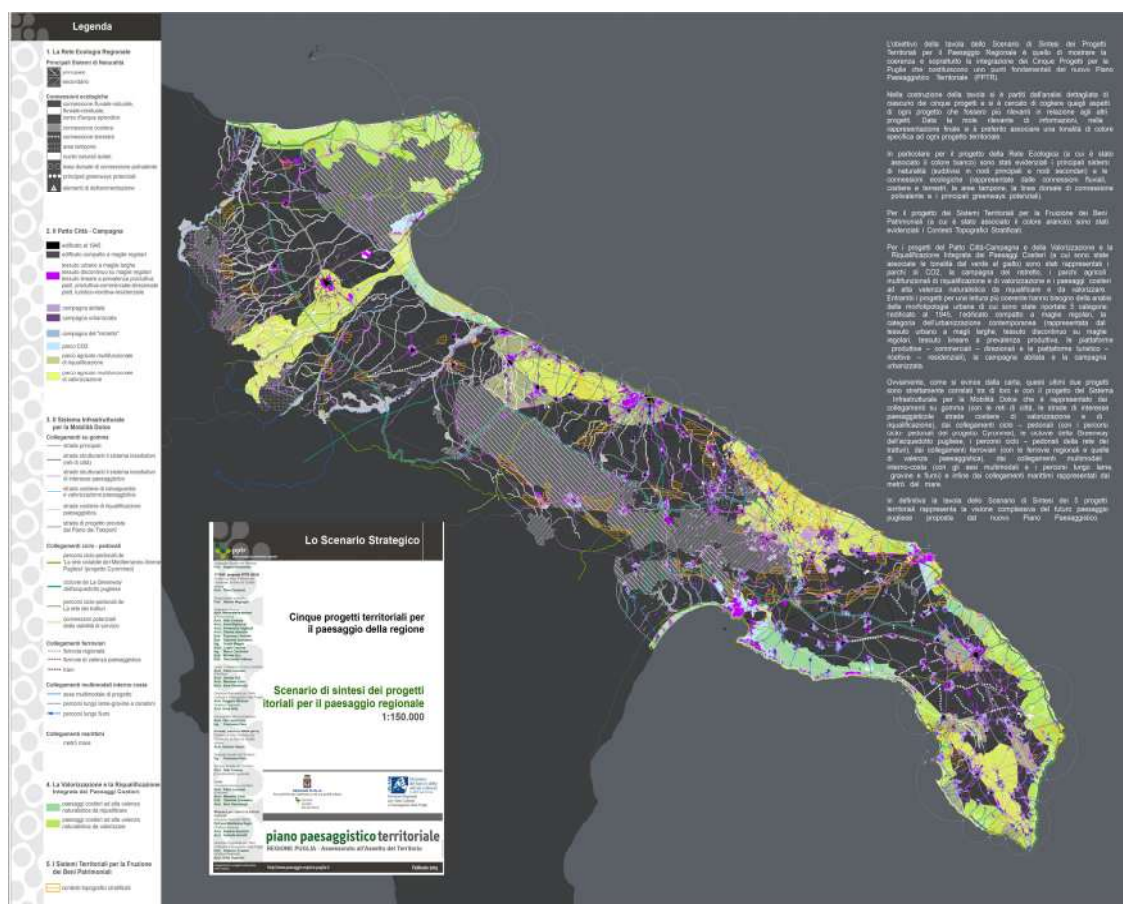


Figure 3: Summary (The Strategic Scenario) of territorial projects for regional landscape. Source: <https://pugliacon.regione.puglia.it/web/sit-puglia-paesaggio>

⁷ More in: www.paesaggio.regione.puglia.it/images/stories/MATERIALE_PROPOSTA_ADOZIONE_PPTR/4_lo_scenario_strategico/4_2_cinque%20progetti%20territoriali%20per%20il%20paesaggio%20regionale.pdf. Accessed: February 20, 2022.

The five territorial projects represent the core of the proactive vision of the Plan and are briefly recalled below. The "Regional Ecological Network" project addresses in an ecological key the design of the regional territory aimed at raising the ecological and landscape quality and improving the connectivity of the system through existing biodiversity, historical infrastructure, river systems, blades, etc. The "City-countryside pact" project aims to raise the quality of urban and rural living, of the degraded landscapes of the suburbs, and widespread urbanization through agro-silvopastoral policies, multifunctional agricultural parks, and urban reforestation.

The "Infrastructure system for soft mobility" project aims to make it usable for inhabitants and tourism landscapes through an integrated network of bicycle and pedestrian mobility that recovers and enhances the existing connection with the major intermodal poles. The "Valorization and Requalification of Coastal Landscapes" project aims to stop the processes of degradation and enhance the coastal heritage and its hinterland with a waterfront project that considers the complexity of the territories (Figure 4).

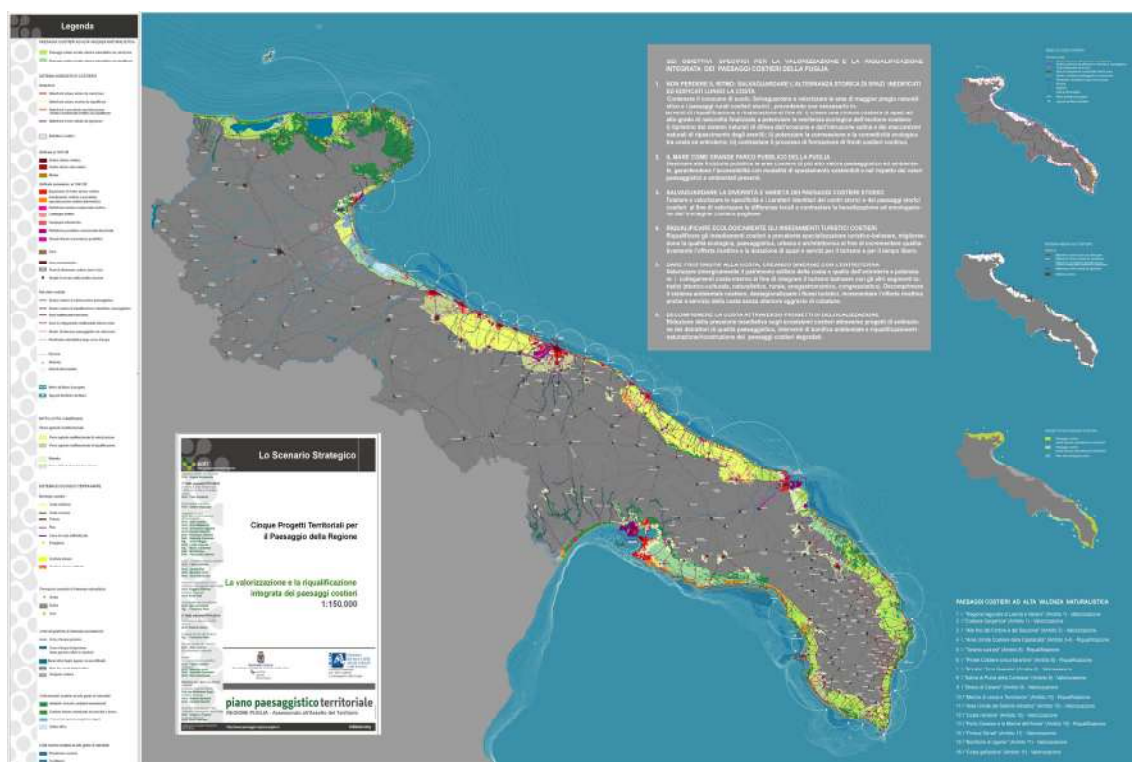


Figure 4: The "Valorization and Requalification of Coastal Landscapes" territorial project in the Apulia Region. Source: <https://pugliacon.regione.puglia.it/web/sit-puglia-paesaggio/elaborati-dello-scenario-strategico>

The "Territorial Systems for the fruition of heritage assets" project aims to make usable the cultural heritage assets, treating the as systems for the enhancement and fruition. These five territorial projects feed a "strategic vision of future arrangement of the landscapes" (MAGNAGHI, 2011),

proposing competing design responses to the plan's objectives. Finally, the Protection System, through systematic reconnaissance, identifies the areas under PPTR protection and the relative prescriptions according to three landscape structures: Hydro geomorphological; Ecosystemic and Environmental; and Anthropic and Historic-Cultural. Some of the main strengths of the Plan of the Apulia Region are highlighted below. The Plan, using a strategic and identity connotation of the cognitive framework and thanks to the active and planning valorization, defines the use and transformation rules in the local development scenario, recognizing the whole landscape as a resource and common good. An experience that fully embraces the territorialist approach (Magnaghi, 2020).

The Plan encourages the participation and empowerment of residents and local stakeholders. The "social production of the plan" and the "social landscape management" are transversal issues to the whole structure of the plan. Area conferences, the landscape observatory, experimental integrated landscape projects, the production of community maps and ecomuseums, and the landscape award to recognize good practices, ensure multi-sectoral and multi-agent participation. Another strength is the integrated and updatable information system for dynamic processes management. In detail, the Apulia Region is equipped with a Territorial Information System, the SIT Puglia⁸, which allows consulting and downloading in an open way the geo-referenced information layers of the cognitive frameworks, described above, and of the interpretative scenarios. It represents systematic, accessible, shared, expert, and experiential knowledge⁹ aimed at the "common good". The creation of a database of official and shared references for the government of the territory, usable by all operators in the field of citizens, represents an advantage in terms of coordination of procedures, dematerialization of information flows, transparency, and monitoring.

As an example of Plan implementation, the experience within the "Valorization and Requalification of Coastal Landscapes" territorial project is reported. In order to fulfill the strategy of PPTR, Apulia Region has identified the "Design Competition" as the key mechanism for the acquisition of the best project proposals with the objective to mobilize public and private actors for redevelopment and recovery areas affected by processes of degradation of coastal strips. Areas involved in the experimentation are (Figure 5): the towns of Ugento (Lecce), Torchiarolo (Brindisi), Melendugno (Lecce), Gallipoli in association with the municipalities of Alliste, Taviano and Racale (Lecce) and the association of the municipalities of Ortelle, Diso, Spongano and Andrano (Lecce).

⁸ Source: <www.sit.puglia.it/>. Accessed: March 20, 2022.

⁹ Source: <www.slideshare.net/lpacFVG/angela-barbanente-conoscenza-condivise-per-la-tutela-e-valorizzazione-del-paesaggio-il-sistema-informativo-integrato-della-regione-puglia>. Accessed: March 20, 2022.



Figure 5: Some project proposals of Pulia - Ortelle, Diso, Spongano and Andrano (Lecce); Torchiarolo (Brindisi); Alliste, Taviano and Racale (Lecce) winners of the Design Competition for the Integrated Projects of "Valorization and Requalification of Coastal Landscapes".
 Source: <https://urbanpromo.it/2015/progetti/valorizzazione-e-riqualificazione-integrata-dei-paesaggi-costieri-della-puglia/>

On the other hand, some 10 years after its conception, it is useful to highlight some more critical aspects. Although the PPTR provides five territorial projects for the regional landscape, these are representative of only a few themes, excluding others particularly significant for local development and for directing major post-pandemic recovery projects. Examples are the major transport systems, infrastructure or social housing issue. Moreover, in the common consciousness, the design value of the Plan is still not widespread but prevails the constraint culture that seems to protect punctually and rigidly the territory, in the belief that the landscape should and can always remain the same "as a view or postcard" (Avarello, 2011).

Finally, it should be noted that, concerning the local urban plans, only 22 municipalities out of 257 ended the compliance process to the Landscape Plan (Figure 6).

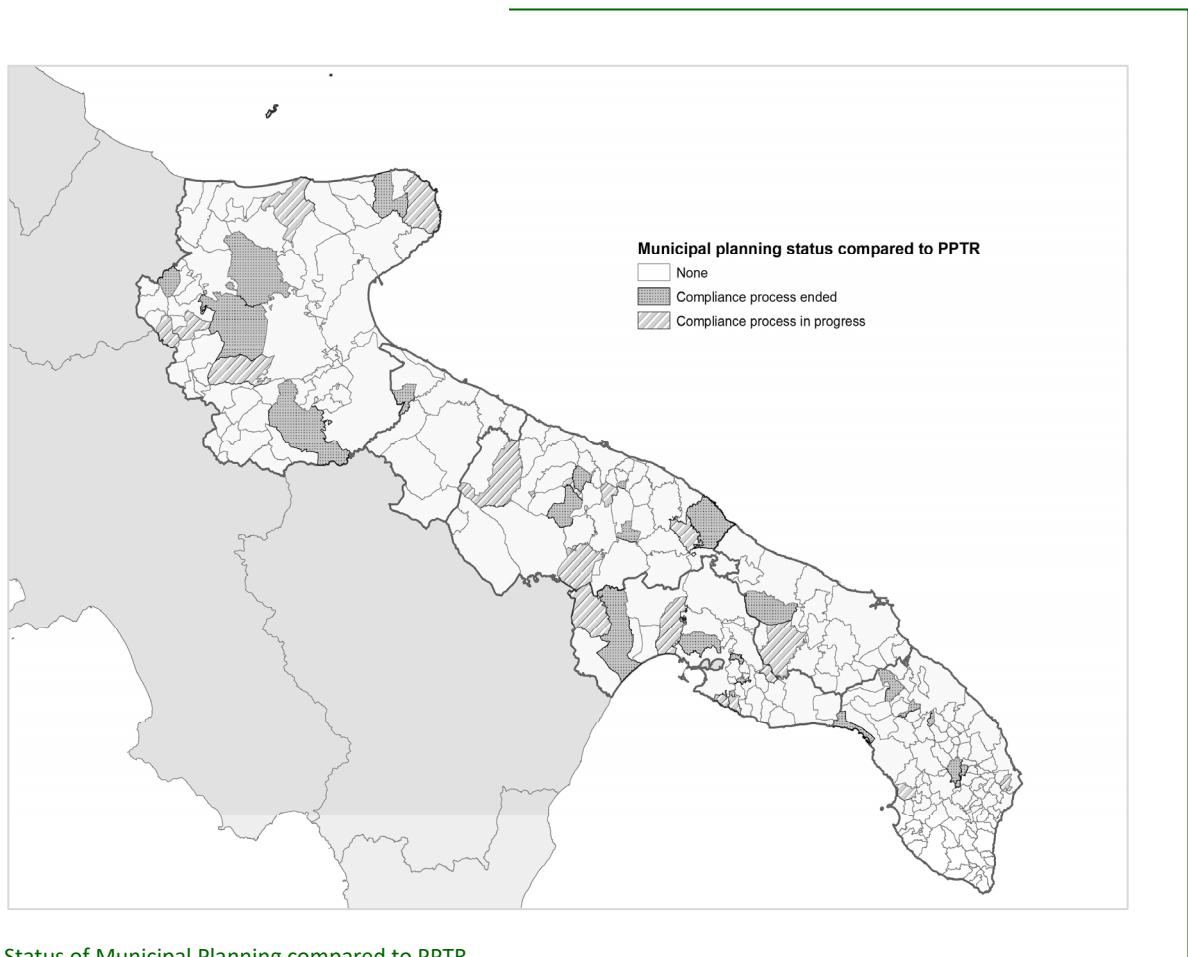


Figure 6: Status of Municipal Planning compared to PPTR.
Source: Authors' elaboration.

This data is consistent with the discouraging state of new urban planning. It can be deduced that the municipalities of the Apulia Region have difficulty in "planning" and, therefore, in equipping themselves with a systemic framework and a unitary vision, although they transform caused by punctual projects. This is demonstrated by the significant presence of old urban

planning tools. The new generation plans approved are only 46 of 257, twenty years after the enactment of Regional Law n. 20/2001 (Martinelli; Mangialardi, 2021). This aspect is crucial in the implementation of the landscape plan because it is the municipal plans that are "put to the test by the assumption of heritage, cultural and landscape visions [...] in the structural vision and as guiding devices in the programmatic transformations" (Mininni, 2011). A transformation that is struggling to "take off."

Final considerations

As described in the previous paragraphs, until the European Landscape Convention (2000), territories were planned in a sort of binary system limited to a choice between the territories to be protected and preserved and the others that could be transformed without too many reflections. After the adoption of the sustainable development perspective and the adoption of the Convention, many European countries started to experiment the new role of landscape in planning (Kovács, et. al., 2013), and many times landscape is not any more strictly related just to natural habitats but it becomes attentive to urban landscapes and determines the methods of governing the territory, causing territorial policies in a much more binding way, in the past the exclusive field of urban planning.

Naturally, the role of the utility appeared prevalent in the experiences that can be analyzed in the literature (Sala; Puigbert; Bretcha, 2014) while more rarely the landscape becomes the guiding element of the urban project. Another big question related to the management of this difficult relationship is that the landscape issues are mostly divided among different bodies but also between different spatial levels as well.

These multiple actors' management makes it more difficult to integrate landscape and urban planning. In the authors' opinion, after the Convention potentially each portion of the territory is a latent landscape resource that the perception of the population could discover and highlight. Therefore, it no longer seems to make sense to continue to think of the landscape as a protection to be superimposed on or added to the provisions of urban planning. We need to think of the landscape, as a constitutive element of urban planning that requires different ways of thinking about methods and tools. Ri-use and recycling need to be put on they must be placed at the center of urban planning, both for environmental reasons (reusing resources already available and avoiding increasing land consumption), and to reconfigure, possibly improving it, the already consolidated urban landscape. Concepts such as reversibility and temporariness need to be

explored more in depth to "lighten" the impact of transformations on the landscape and the environment and make them more compatible.

Considerations made, have the limitation of not delivering an exhaustive drawing of the topic but have the objective of inserting in an in-progress reflection useful to reposition the subject of the landscape and the government of the territory at the center of the important transformations expected in the next few years of post-pandemic recovery, as the funding of the Next Generation EU, made available for European countries after the Covid19 pandemic. The culture can have a multiplier effect on the Italian economy, promoting a new form of the economy more sustainable, with more social cohesion, and inclusion.

References

- ALBRECHTS, L.; BARBANENTE, A.; MONNO, V. Practicing transformative planning: the territory-landscape plan as a catalyst for change. *City, Territ Arch.* v. 7, n. 1., 2020. Available from: <<https://doi.org/10.1186/s40410-019-0111-2>>. Cited 2022 May 8.
- ANDREATTA, G. Interventi gestionali all'interno della Riserva Naturale "Pineta di Ravenna": un esempio di selvicoltura sistemica. *L'Italia Forestale e Montana*, v. 67, n. 6, p. 459-472, 2013.
- AVARELLO, P. Beni culturali e paesaggi quotidiani. *Urbanistica*, LXIII, v. 147, n. 41, p. 4-6, 2011.
- BANCHINI, R. La pianificazione paesaggistica in Italia: un quadro di sintesi e le principali questioni sul tappeto. *A&RT della Società degli Ingegneri e degli Architetti in Torino "Il Piano paesaggistico del Piemonte"*, LXXII, n. 146, n. 3, p. 15-19, 2018.
- BARBANENTE, A. A landscape plan which safeguards common goods and promotes a new type of development. *Urbanistica*, LXIII, v. 147, n. 41, p. 60-64, 2011.
- CALACE, F. et al. Regione Puglia, L'urbanistica in Puglia tra normazione, strumenti e azioni di governo del territorio. In: C. I. SIU, a cura di Urbanistica. Le leggi regionali a confronto per il buon governo del Paese, *Nt+Enti Locali & Edilizia (Sole 24 ore) Dossier Speciale-Urbanistica*. Cosenza: Luigi Pellegrini Editore, p. 429-459, 2021
- CAMPOS VENUTI, G. *La terza generazione dell'urbanistica*. Milano: Franco Angeli, 1987.
- CARTEI, G. *Convenzione Europea del paesaggio e governo del territorio*. Bologna: il Mulino, 2007.
- CHOAY, F. *L'allegoria del patrimonio*. Roma: Officina edizioni, 1996.
- COLAVITTI, A.; USAI, A.; SERRA, S. Towards an integrated assessment of the cultural ecosystem services in the policy-making for urban ecosystems: lessons from the spatial and economic planning for landscape and cultural heritage in Tuscany and Apulia (IT). *Planning Practice & Research*, v.33, n. 4, p. 441-473, 2018.
- EC. *Safeguarding cultural heritage from natural and man-made disasters: a comparative analysis of risk management in the E*. Brussels : Publications Office of the EU, 2018.
- GEMENNE, F.; RANKOVIC, A. *Atlas de l'anthropocène*. Paris: Presses de Sciences Po, 2019.
- KOVÁCS, K. F. et al. "Landscape in the Spatial Planning System of European Countries," Proceedings of the Fábos Conference on Landscape and Greenway Planning. v.4 : i. 1 , Article 33, 2013. Available from: <<https://scholarworks.umass.edu/fabos/vol4/iss1/33>>. Cited 2022 May 8.
- MACIOCCO, G. *La pianificazione ambientale del paesaggio*, Milano: FrancoAngeli, 1991.
- MAGNAGHI, A. *Il principio territoriale*. Vignate: Bollati Boringhieri, 2020.
- _____. The apulian approach to landscape planning. *Urbanistica*, LXIII, v. 147, n. 41, p. 8-13, 2011.

MARTINELLI, N.; MANGIALARDI, G. Verso una legge di principi, con politiche urbane integrate. *L'Ingegnere Italian - Polis*, v. 380, n. 2, p. 78-79, 2021.

MiBACT. *Rapporto sullo stato delle politiche per il Paesaggio Ottobre 2017*, Roma: CLAN Group, 2018.

MININNI, M. La sfida del Piano Paesaggistico per una nuova idea di sviluppo sociale sostenibile. *Urbanistica*, LXIII, v. 147, n. 41, p. 7-8, 2011.

PREDIERI, A. *Urbanistica, tutela del paesaggio, espropriazione*. Milano: Giuffrè, 1969.

SALA, P.; PUIGBERT, L.; BRETCHA, G. *Landscape Planning at a Local Level in Europe*. Olot: Novoprint, 2014.

SEVERINI, G. 2019. Paesaggio: storia italiana, ed europea, di una veduta giuridica. *Aedon: rivista di arti e diritto online*, v. 1, gen-apr, p. 65-82, 2019.

SNPA. *Consumo di suolo, dinamiche territoriali e servizi ecosistemici. Edizione 2021*, s.l.: s.n, 2021.

STEFFEN, W.; CRUTZEN P. J.; McNEILL, J. R. The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of Nature? *AMBIO: A Journal of the Human Environment*, n. 36, p. 614–621, 2007.

VÍCHA, O. The concept of the right to cultural heritage within the Faro Convention. *International and Comparative Law Review*, v. 14, n. 2, p. 23-38, 2014.





A

M

É

R

I

C

A

Street Viewing Spur - High Line Park. - Nova York. EJA.



UNA MIRADA INTEGRAL PARA EL DESARROLLO LOCAL EN AMÉRICA:

Los poblados históricos del Iberá–Corrientes, en Argentina.

LUCIANA SUDAR KLAPPENBACH

I

GABRIEL ROMERO



Iniciado el Siglo XX, como en gran parte de Latinoamérica, en Argentina comenzaron a desarrollarse acciones de reconocimiento y valoración de su patrimonio cultural, las que tomaron especial impulso con la creación de ámbitos públicos de gestión y de instrumentos normativos para su protección a partir de la década del 40. Entre aquellos primeros años y la actualidad, las perspectivas, intereses y valores que determinaron la selección y legitimación formal del patrimonio argentino han recorrido un largo y sinuoso derrotero, acompañado por la ampliación y diversificación del propio concepto de patrimonio a la luz de diferentes intereses políticos, ideológicos, culturales y sociales. En este contexto, poblados históricos de la provincia de Corrientes, algunos de origen colonial y otros fundados en el siglo XIX, fueron declarados como patrimonio histórico cultural tanto en la escala nacional como regional. El presente capítulo aborda el proceso de reconocimiento de estos poblados ubicados en la región de los Esteros del Iberá, en una mirada diacrónica y en diálogo con el surgimiento de dispositivos normativos, la creación de instituciones patrimoniales y la implementación de programas y acciones que articulan la gestión cultural, natural y ambiental sobre las que se han considerado las últimas valoraciones de los poblados históricos correntinos.



No início do século XX, como em grande parte da América Latina, a Argentina começou a desenvolver ações de reconhecimento e valorização de seu patrimônio cultural, que ganharam especial impulso com a criação de áreas públicas de gestão e instrumentos regulatórios para sua proteção a partir da década de 1940. Entre esses primeiros anos e hoje, as perspectivas, interesses e valores que determinaram a seleção e legitimação formal do patrimônio argentino percorreram um caminho longo e sinuoso, acompanhado pela expansão e diversificação do próprio conceito de patrimônio à luz de diferentes interesses políticos, ideológicos, culturais e sociais. Nesse contexto, as cidades históricas da província de Corrientes, algumas de origem colonial e outras fundadas no século XIX, foram declaradas como patrimônio cultural histórico nacional e regional. Este capítulo aborda o processo de reconhecimento dessas cidades localizadas na região de Esteros del Iberá, numa perspectiva diacrônica e em diálogo com o surgimento de mecanismos regulatórios, a criação de instituições patrimoniais e a implementação de programas e ações que articulem a gestão cultural, natural e ambiental sobre as quais foram consideradas as últimas avaliações das cidades históricas de Corrientes.



At the beginning of the 20th century, as in much of Latin America, Argentina began to develop actions to recognize and value its cultural heritage, which took special momentum with the creation of public areas of management and regulatory instruments for their protection from the 1940s. Between those early years and today, the perspectives, interests and values that determined the selection and formal legitimization of Argentine heritage have traveled a long and winding path, accompanied by the expansion and diversification of the concept of heritage itself in the light of different political, ideological, cultural and social interests. In this context, historic towns in the province of Corrientes, some of colonial origin and others founded in the nineteenth century, were declared as historical cultural heritage both nationally and regionally. This chapter addresses the process of recognition of these towns located in the region of Esteros del Iberá, in a diachronic perspective and in dialogue with the emergence of regulatory mechanisms, the creation of heritage institutions and the implementation of programs and actions that articulate cultural, natural and environmental management on which the latest assessments of the historical towns of Corrientes have been considered.



Consideraciones iniciales

El continente americano conserva un variado, extenso y valioso legado arqueológico, arquitectónico y urbano, que incluye sitios, lugares y obras de diferentes periodos: prehispánico, colonial, decimonónico y del siglo XX o contemporáneo. El interés en la preservación de este patrimonio obedeció a diferentes procesos, motivaciones y valoraciones. Hacia el siglo XVIII, estos procesos respondieron al interés cultural de intelectuales, aficionados, literatos, funcionarios de la corona, como también estudiosos de las órdenes religiosas establecidas en el continente.

En este periodo, se podría decir, que el rescate de objetos y documentos del pasado americano se centró por un lado en las culturas prehispánicas o de la América Antigua, en término anglosajón, como en la colonial, y dio lugar a una incipiente constitución de organizaciones interesadas en la preservación “histórica”, como pilar para la construcción de una naciente identidad americana que alimentó los movimientos independentistas. En los Estados Unidos, en el año 1791, se conformó la Sociedad Histórica de Massachusetts (Massachusetts Historical Society) como primera organización destinada a coleccionar, recopilar, preservar objetos, documentos, y archivos para documentar la “historia americana”, a través de sus vestigios materiales. Sin embargo, no fue hasta entrado el siglo XIX, que la preservación patrimonial iniciara paulatinamente su camino de institucionalización política y académica, tan extendido en la actualidad.

Este capítulo aborda uno de estos casos actuales, el proceso de reconocimiento de antiguos poblados históricos latinoamericanos ubicados en la región del Parque Nacional Iberá (Figura 1), creado en 2018, en los Esteros del Iberá, en Argentina. Sin embargo, acciones y programas de protección como esta, vinculadas a bienes naturales y de la cultura popular junto

con sus posibilidades de gestión, son muy recientes si consideramos la historia de la preservación, especialmente en Sudamérica.

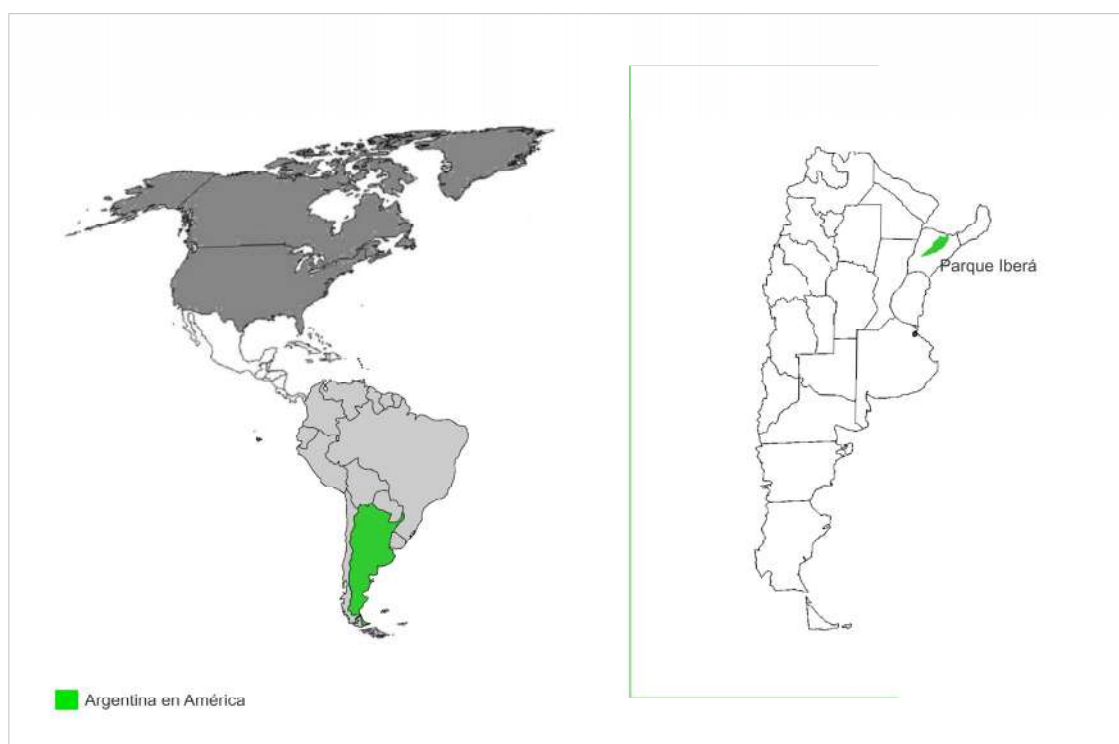


Figura 1: Esteros del Iberá en Latinoamérica– el Parque Nacional y alguns poblados históricos.

Fuente: Elaboración a partir de <https://pt.wikipedia.org>

De hecho, el proceso de preservación cultural y ambiental en Latinoamérica estuvo directamente ligado, en un primer momento, a la proliferación de estudios sobre el pasado precolombino y colonial, que tuvo lugar a partir de las últimas décadas del siglo XIX. Ese pasado oculto, como consecuencia tanto del proceso de europeización, acontecido durante la colonización y posteriormente en el periodo de organización nacional, como modernización postindustrial¹, que borró sistemáticamente las huellas de los pueblos originarios y la riqueza de lo construido durante la colonia, fue el motivo de las primeras iniciativas que dieron cuenta de una conciencia patrimonial, en el sentido del reconocimiento de la existencia de esas herencias culturales como constitutivas de las identidades americanas. Proceso complejo que se complementaba con el camino trazado en la búsqueda de nuevas formas de expresión cultural, y

¹ Esto se ha dado principalmente en los ámbitos urbanos, en los que los procesos de modernización modificaron las estructuras urbanas coloniales mediante el trazado de nuevas avenidas y vías de circulación, ampliación y modificación de las existentes, introducción de bulevares, incorporación de espacios verdes, ensanches, y todas aquellos cambios originados por las nuevas tecnologías de comunicación y producción: ferrocarriles, conjuntos productivos, etc.; a lo que se sumaron los nuevos lenguajes arquitectónicos y las consecuentes transformaciones del paisaje de las ciudades.

la necesidad de creación de un arte nacional, que empezaba a emerger en los diferentes países latinoamericanos independizados de sus metrópolis europeas:

En los primeros años del siglo XX, la Revolución mexicana, los festejos de los centenarios y los primeros descubrimientos de ruinas arqueológicas en México, Perú y Argentina, fueron el marco histórico que tuvo su manifestación en el pensamiento, la literatura y la arquitectura con el desarrollo del estilo neocolonial (Romero, 2016, p. 36).

Muestra de estas reivindicaciones fueron, por ejemplo, los escritos de Jesús Galindo y Villa, Manuel Álvarez y Nicolas Mariscal, en este periodo los cuales evidenciaron la importancia de los conjuntos arqueológicos mexicanos (Romero, 2016). Otro hecho significativo, fue la construcción del pabellón de diseño azteca que presentó México en la Exposición Internacional de París del año 1889, reivindicando y visibilizando este pasado prehispánico como signo de una identidad americana.

A ello sumamos también la creación de museos públicos, que desde mediados del siglo XIX tuvo lugar en el continente, al igual que en el resto del mundo, lo cual significó en América el primer antecedente en la institucionalización patrimonial por parte del Estado. Estos primeros museos conservaban objetos importantes de la historia natural, como de la arqueología e historia para la apreciación del público, pero sobre todo para su investigación, y preservación como testimonios del pasado (González Zamora, 2018).

En este proceso podemos mencionar la creación en 1825, del Museo Nacional Mexicano, el cual reunía piezas de arqueología, colecciones científicas, documentos mexicas antiguos, obras artísticas; en Argentina, en 1812, se crea el Museo de Ciencias Naturales², en Perú el Museo Nacional hacia 1822, y el Museo Real de Brasil en 1818 (Sudar Klappenbach, 2021).

Los hallazgos arqueológicos en distintos lugares del continente, y sus consecuentes investigaciones, las intervenciones arquitectónicas en sitios y edificios emblemáticos, sumado a los avances científicos, técnicos y disciplinares en diferentes y nuevas áreas de conocimiento, devinieron en el rescate de la cultura material americana y la necesidad de crear herramientas para su protección. Destacamos los trabajos de Leopoldo Batres en Teotihuacan, Mitla, Xochicalco entre 1895 y 1890, el descubrimiento de Copan de la mano de Alfred Mudslay (1891-1889), las exploraciones científicas de Hiram Bingham de Machu Pichu (1911) y hacia la década del 20 y 30 el descubrimiento de Chichen Itzá.

² Este museo, como primer antecedente de institución cultural pública, creado por decisión gubernamental, conformó su colección a partir de la donación que el naturalista rioplatense Presbítero Bartolomé Doroteo Muñoz realizó en 1814.

En este contexto, resulta innovador en la escena boliviana el dictado de normas, entre 1906 y 1909, para la protección de las ruinas de Tiahuanaco y demás ruinas incaicas o anteriores (Ochoa Jiménez, 2008). También tiene lugar en este momento el surgimiento de las primeras legislaciones referidas a la protección de la propiedad intelectual, tales como las emanadas en El Salvador en 1901, en Honduras (1902), Panamá (1905), República Dominicana (1907) y Bolivia (1916).

Los antecedentes de este impulso en la valoración del patrimonio americano devinieron de las corrientes arqueologistas europeas, en consonancia con la función simbólica y política que asumía el patrimonio en la construcción de un ideario nacional, heredado de la cultura francesa posrevolucionaria (Choay, 2007). Función que en América radicó en el pensamiento independentista, en un primer momento, y luego en el periodo de conmemoración de los centenarios de la independencia, encontrando eco en el movimiento llamado de *Restauración Nacionalista*. Entre la década del 30 y el 40, en los distintos países se inició un proceso de formalización de ámbitos especializados para la protección patrimonial. Se crearon las oficinas públicas responsables de la conservación de los “monumentos nacionales”, dando inicio al desarrollo de nuevos espacios de gestión y administración cultural, y la incipiente conformación de un campo disciplinar especializado.

En Brasil se creó en el año 1934 la Inspectoría de Monumentos Nacionales, que dio origen, un par de años después, al Servicio de Patrimonio Histórico, Artístico Nacional (SPHAN), en Argentina, en el año 1938, se creó la Comisión Nacional de Museos y Lugares Históricos (CNMLH) sobre la que nos referiremos más adelante y en México, en 1939, el Instituto Nacional de Antropología e Historia (Sudar Klappenbach, 2021).

Asimismo, para esta época, en el ámbito internacional en el año 1935 se firma en Washington el Pacto de Roerich, o Pacto Internacional para la Protección de Instituciones Artísticas, Científicas y Monumentos Históricos, Delegaciones y Colecciones. Incorporándose de esta manera al debate internacional la necesidad de tutela del patrimonio cultural de los pueblos. Los países firmantes en ese momento fueron: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Haití, Honduras, México, Nicaragua, Panamá Paraguay, Perú, Uruguay, Venezuela y Estados Unidos. Hacia la década del 60 comienzan a organizarse en América conferencias, congresos, coloquios y otros espacios dedicados a promocionar el debate en relación a la situación patrimonial del continente y a sus posibilidades de gestión, sentando también las bases teóricas e instrumentales para la formulación de herramientas legales y técnicas de protección. En este contexto, destacamos las Normas de

Quito (1967), la Carta de Quito (1977), la Carta de Machu Pichu (1978), y más adelante la Carta de Brasilia en 1995, por citar solo algunos ejemplos. Asimismo, en Bolivia, se aprueba Protocolo sobre derecho de autor con miras a proteger el folklore, en 1973 – un antecedente fundamental en la emergencia de categoría de Patrimonio Cultural Inmaterial, que quedaría incorporada en la Convención para la Salvaguarda del Patrimonio Cultural Inmaterial de la UNESCO en 2003.

La protección y las nuevas valoraciones del patrimonio cultural en Argentina

En Argentina uno de los primeros antecedentes en el inicio de un trabajo de reconocimiento patrimonial, se dio a partir de descubrimiento de Juan Bautista Ambrosetti, en el año 1908, de las Ruinas del Pucará de Tilcara en la Provincia de Jujuy, las cuales, entre 1911 y 1948 entraron en un proceso de reconstrucción, sentando las bases de un proyecto, paulatino pero sistemático, de investigación arqueológica y de intervención patrimonial. Décadas más tarde, en el ámbito del patrimonio arquitectónico, Mario Buschiazzo inició las primeras intervenciones en edificios históricos, tales como el antiguo Cabildo de Buenos Aires (1940), la Casa de la Independencia Argentina en San Miguel de Tucumán (1942), obras significativas ligadas a la reafirmación de los valores nacionales y americanos.

Junto a la restauración de estos patrimonios, el espíritu de la época construyó un andamiaje institucional que permitió la conservación del patrimonio hasta la actualidad. Se creó mediante Decreto del Poder Ejecutivo Nacional (PEN) n° 3390 del 29 de abril de 1938 el primer organismo público colegiado dedicado a la identificación y protección legal de bienes culturales, que resultaban testigos de la historia y la memoria nacional en toda la extensión del territorio: la Comisión Nacional de Museos y Lugares Históricos (CNMMLH).

Dicho organismo reemplazó a la antigua Superintendencia de Museos y Lugares Históricos³. La Comisión tendría por funciones (CNMMLH, 2000): “Proyectar la legislación nacional para unificar el contralor, administración, conservación, etc., de todos los lugares, monumentos, templos, casas y museos históricos del país; Ejercer la superintendencia de los lugares y museos históricos que por ley de presupuesto dependan del Ministerio de Justicia e Instrucción Pública o que reciban subvenciones por su intermedio; Formular un inventario detallado de todos los museos y lugares históricos existentes en la Nación”⁴, entre otras funciones.

³ Esta Superintendencia fue una institución que duró solo unos cinco años antes de ser reemplazada por la Comisión Nacional.

⁴ Boletín del Ministerio de Justicia e Instrucción Pública de la Nación, Buenos Aires, año 1, n° 2, 2 abr/1 de jun, 1938, p. 32.

Dos años más tarde, en 1940, por Ley Nacional n° 12665 se incorporó el término monumentos al nombre del organismo original, dando lugar así a la Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos (CNMMLH) como institución gubernamental dependiente del Ministerio de Justicia e Instrucción Pública. Los bienes considerados bajo tutela de la Ley n° 12665 de 1940 se expresan en su art. 2°: “los bienes históricos y artísticos, lugares monumentos, inmuebles propiedad de la Nación, de las Provincias, de las Municipalidades o instituciones pública que se acojan a la presente ley”; y agrega en su art. 3° que el Poder Ejecutivo podrá declarar, a propuesta de la Comisión, como elementos de utilidad pública a: “los lugares, monumentos, inmuebles y documentos de propiedad de particulares que se consideren de interés histórico o histórico artístico”.

Es decir, el reconocimiento del valor patrimonial recaía fundamentalmente en lugares históricos, monumentos (bienes inmuebles) y bienes muebles de valor artístico e histórico, sean estos: obras artísticas, documentos u otro tipo de acervo. Como plantea Pagano (2017), el concepto que imperó en las declaratorias de los primeros años de funcionamiento de estas instituciones respondió a un “determinado relato historiográfico”, sustentado en el reconocimiento de los bienes patrimonializados a partir de su capacidad de evocar ‘hechos importantes’ o ‘personajes significativos’ de la historia nacional. En este contexto tuvo lugar la consideración de los primeros poblados históricos como parte de este repertorio, en la Provincia de Corrientes.

A lo largo de los años el concepto de patrimonio se fue transformando y la CNMMLH fue incorporando una diversidad de bienes que han respondido a funciones, fechas, localizaciones, tipologías y lenguajes diversos, trascendiendo la mera dimensión histórica. Estas actualizaciones se han ido dando a partir de sucesivas disposiciones que incorporaron nuevas categorías patrimoniales desde la década del 90. El alcance de las declaratorias en la actualidad comprende la valoración de sitios arqueológicos, sepulcros, obras artísticas y conmemorativas, arquitectura rural, modesta, industrial y moderna, entre otros. En el ámbito territorial, se comenzó a trabajar también con la categoría de itinerarios culturales, plasmada en el proyecto de ChapaqÑan, sistema vial andino que logró reconocimiento internacional al ser declarado Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO en el año 2014⁵.

También en esta línea podemos referirnos al desarrollo del Proyecto de Itinerarios Culturales del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), que comprende el estudio, relevamiento de

⁵ Véase: UNESCO. *Qhapaq Ñan: sistema vial andino*. Disponible em: <<https://whc.unesco.org/es/list/1459>; <https://whc.unesco.org/es/actividades/65/>>. Acceso en: 09 jul 2022.

las Misiones Jesuítico Guaraníes de Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay. En 2018, la Comisión incorporó el término de “sistema o archipiélago cultural” para referir a una red o conjunto de espacios urbanos de diferentes características: edificios, espacios verdes, trazados, estructuras urbanas que comportan valor patrimonial y bajo cuya conceptualización se iniciaron trámites para el proceso de reconocimiento patrimonial de las ciudades argentinas de Buenos Aires y La Plata para su incorporación como elementos componentes de la lista de Patrimonio Mundial declarada por la UNESCO.

En la actualidad el abordaje del patrimonio cultural, en nuestro país, supone un desafío tanto desde una perspectiva analítica, como desde el campo de su gestión, debido en gran medida a su carácter dinámico y trascendente, que determina su propia definición, que, como hemos visto, se ha ido ampliando y diversificando durante el último siglo, como también, a su función en tanto condensador de identidades sociales. En este sentido, entendemos al patrimonio como una de las formas de representación y exteriorización de las identidades y del pasado, a partir de procesos selectivos, cambiantes y dinámicos, que establecen, tomando palabras de Ballart (1997), “itinerarios de memoria”.

Los referentes seleccionados por los grupos sociales a lo largo del tiempo cambian, se resignifican, reactualizan según las necesidades de cada presente. De este modo, a partir de los patrimonios reconocidos y de las prácticas de legitimación y acción, es posibles interpretar e interpelar los criterios y visiones consideradas al momento de ‘construir ese recorte’, como también, el alcance de dicho reconocimiento. Bajo estas consideraciones nos referiremos a continuación a los poblados históricos en la Provincia de Corrientes reconocidos como legado patrimonial, profundizando en la propuesta de acción, desde el ámbito público de los tres últimos incorporados al acervo nacional. Los mismos se sitúan en la región occidental de los Esteros del Iberá, sus procesos de reconocimiento y medidas de gestión se enmarcan dentro de las nuevas conceptualizaciones del patrimonio cultural, que apelan a una visión integral y articulan la memoria y la identidad con los procesos de desarrollo local.

Poblados correntinos y patrimonio nacional

La provincia de Corrientes fue pionera en el reconocimiento de sitios, lugares y edificios patrimoniales. Si bien las declaratorias en la escala nacional se dieron en el país a partir de la creación de la CNMMLH, Corrientes fue destino de protecciones especiales con antelación a la implementación de las acciones programáticas definidas y ejecutadas por la mencionada comisión.

Entre ellas se destaca el largo y confuso proceso de reconocimiento de la presunta casa natal del Libertador General San Martín, en la localidad de Yapeyú (Corrientes) “con el objeto de restaurarla y conservarla como monumento de gratitud nacional” (Ley Nacional n° 9655, del 13 de Julio de 1915) y las distintas medidas encaminadas desde el Poder Ejecutivo Nacional hacia 1915, como prolegómeno del largo derrotero que llevaría, décadas más tarde, a la institucionalización de las acciones de reconocimiento patrimonial en el país⁶.

Asimismo, desde el ámbito provincial, en el año 1929, por Decreto-Acuerdo n° 277⁷ del Poder Ejecutivo Provincial, se declararon una serie de lugares, sitios y parques como ‘monumentos provinciales’: la Columna Conmemorativa de la fundación de la Ciudad de Corrientes, la Manzana n° 45 de Yapeyú donde naciera el General San Martín, al puente de La Batería en la ciudad de Corrientes, el Paso Caá Guazú, donde se libró la batalla homónima el 28 noviembre de 1843 en el Departamento de Mercedes⁸, la casa natal del Gobernador Juan Pujol (1852-1859) en Saladas, destacado gobernador progresista que transformó sustancialmente la provincia a mediados del siglo XIX. A ello se agrega una serie de otros sitios desde entonces categorizados como parques históricos provinciales, sitios vinculados a hechos trascendentes en la historia provincial y que realzan el rol que asumió la ciudad argentina de Corrientes en la construcción de la historia nacional.

El reconocimiento de lugares y monumentos históricos correntinos a escala nacional se inició como parte de las acciones de la CNMMLH en el año 1942, a partir del Decreto PEN n° 112765, que incluye monumentos, lugares, sitios y conjuntos como patrimonio de la nación. En este contexto obtuvo su reconocimiento como primer poblado histórico correntino el pueblo de Curuzú Cuatiá, fundado después de la Revolución de Mayo en noviembre de 1810 por el General Manuel Belgrano. Por este mismo Decreto, se declararon como Lugares Históricos Nacionales a los cuatro sitios ubicados en la provincia de Corrientes que habían formado parte de las históricas treinta reducciones jesuíticas guaraníes situadas en la región: Yapeyú, San Carlos, La Cruz y Santo Tomé.

En el año 1945 el pueblo de Yapeyú, nuevamente alcanza estatuto patrimonial a escala nacional por Decreto Nacional n° 24455, bajo la órbita de la mencionada Comisión. Si bien ya en el

⁶ Véase sobre este tema: SCHAVELSON, Daniel. *Mejor Olvidar. La conservación del patrimonio en la Argentina*. Buenos Aires: Academia de Historia de la Ciudad de Buenos Aires, De los cuatro vientos, pp. 87-97, 2008.

⁷ Recopilación de Decretos Acuerdos de la Provincia de Corrientes desde el año 1929 al año 1963. Poder Legislativo-Departamento Archivo-Provincia de Corrientes. Disponible en: <<http://www.hcdcorrientes.gov.ar/RECOPIILACIONES/Listadodedecretos-acuerdos-18-12-2013.pdf>>. Acceso en: 15 jul. 2021.

⁸ El Paso Caá Guazú, fue el lugar donde tuvo lugar la Batalla homónima, combate de la Guerra Civil Argentina, entre las fuerzas de Entre Ríos, al mando de brigadier Pascual Echagüe y las de la provincia de Corrientes, dirigidas por el brigadier José María Paz, que significó una tremenda derrota del partido federal.

año 1942, como vimos, se había incluido al acervo nacional como parte del conjunto de reducciones jesuíticas, en esta oportunidad la declaratoria obedecía al hecho de haber sido el lugar de nacimiento del General San Martín ‘Libertador de América’, es decir retomaba las antiguas intenciones y valoraciones vinculadas a la gesta sanmartiniana, promovidas en la provincia de Corrientes ya desde finales del siglo XIX (Arnaiz, 2019).

Luego de varias décadas en las que no se registraron sitios, lugares y poblados históricos en la esfera de la CNMMLH, en 1999, tuvo lugar una nueva declaratoria nacional por la cual se reconoce al Casco Histórico de Itatí como Lugar Histórico⁹. Aunque no se registran mayores detalles que fundamenten tal reconocimiento, se deduce de la normativa que primó el valor de antigüedad de la localidad de origen colonial: “Declárase Pueblo Histórico al Casco Histórico de la localidad de Itatí, provincia de Corrientes, que data del siglo XVII” – específicamente del año 1615 cuando se estableció la reducción franciscana de la Pura y Limpia Concepción de Itatí de la mano de Fray Luís de Bolaños¹⁰.

Aunque no se explicita en el escueto texto normativo, se infiere que primó también la valoración de la dimensión simbólica religiosa que concentra esta localidad, centro de peregrinación regional y de devoción a la Virgen ya desde época colonial argentina, al especificarse en el art. 2 de la Ley (1945) que: “Integrarán dicha área los siguientes monumentos: la Basílica de ‘Nuestra Señora de Itatí’; el Seminario y Antiguo Santuario (hoy Museo Sacro); el Antiguo Santuario y Camarín del Obispo Nielli; la Casa de Güeri y Vallejos y las Casas de Bonastre y de Fray Alegre”. A partir de la década del 70 comenzó un periodo de reconocimiento de poblados correntinos en la esfera provincial, es así que en el año 1976 se declaró a la localidad de Santa Ana de los Guácaras¹¹ como “pueblo de interés histórico y turístico” por medio de la Ley Provincial n° 3327¹².

En el año 1985 se aprobó la Ley Provincial para la protección, conservación, restauración y acrecentamiento de los bienes que interesan al patrimonio cultural de la Provincia de Corrientes

⁹ Véase: ARGENTINA. *Lugares históricos*. Disponible en: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-25221-61776>>. Acceso en: 15 jul. 2021.

¹⁰ Véase sobre Itatí: GÓMEZ, Hernán. *Historia de la Provincia de Corrientes: desde la fundación de la ciudad a la Revolución de Mayo*. Corrientes: Imprenta del Estado, 1929. LABOUGE, Raúl de. *La reducción Franciscana de Itatí. Investigaciones y Ensayos*, Buenos Aires, n. 3, pp. 281-323, 1968. SALINAS, María Laura. *Dominación colonial y trabajo indígena: un estudio de la encomienda en Corrientes colonial*. Asunción: Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, Biblioteca de Estudios Paraguayos, 2010. (Colección Bicentenario).

¹¹ Previamente en el año 1973 la CNMMLH declaró a la Capilla homónima como Monumento Nacional (Decreto PEN n° 574).

¹² Véase: REPÚBLICA ARGENTINA. *H.C.S.* Disponible en: <<http://www.senadoctes.gov.ar/leyes.htm?menu3=http%3a%2F%2Fwww.senadoctes.gov.ar%2Fleyes-texto%2Fley3327.doc&Submit=VER#>>. Acceso en: 16 jul. 2021.

nº 4047, sentándose las bases jurídicas para la protección efectiva de los bienes declarados en el marco de esta normativa. Los criterios valorativos que presenta para efectivizar las declaratorias corresponden a: edad, rareza, cualidades intrínsecas y valor significativo. Asimismo, esta ley considera bienes culturales pasibles de ser declarados patrimonio cultural a ‘bienes inmuebles’, como: monumentos, sepulcros, lugares históricos; yacimientos arqueológicos y paleontológicos; piezas de arqueología, antropológicas y etnográficas; ‘bienes muebles’, como: manuscritos, papeles, objetos artísticos, históricos, científicos; libros sueltos o formando bibliotecas; obras de arte; piezas de artesanía; muebles de uso personal. Bajo el amparo de esta legislación en 1989 (año en que otras referencias importantes de Argentina también fueron declaradas como patrimonio nacional¹³), el pueblo de Caá Catí logra reconocimiento patrimonial (Ley Provincial nº 4346) y en 1995 el pueblo del Ingenio Primer Correntino (Ley Provincial nº 4998).

El primero, data de la época colonial fundado en el año 1707, mientras que el segundo, fue un establecimiento de elaboración de caña de azúcar creado en 1850 por iniciativa del italiano Francisco Bolla que funcionó hasta mediados del SXX. Las ruinas de ese emprendimiento constituyen así un exponente de lo que fuera la antigua Industria del Azúcar dentro de la Provincia. Según plantea Pagano (2017) hasta la década del 90 la noción de patrimonio que primó fue aquella que lo definía como un conjunto de bienes estables, con valores y sentidos fijados de una vez y para siempre, centrados en la tradición, y constituido al servicio de un proyecto político y a través de las declaratorias se consagró una memoria ‘pública’ oficial, cuyo objetivo fue suprimir las diferencias y crear una sociedad uniforme.

En las últimas décadas la noción de patrimonio amplió su espectro, nuevos paradigmas culturales sustentaron su redefinición diversificando, no solo, las tipologías de bienes y expresiones culturales detentoras de su valoración patrimonial, sino también el reconocimiento de diferentes funciones del patrimonio fundadas en relación con los sujetos colectivos. Ello fue derivando en nuevas propuestas de gestión y mecanismos participativos para su legitimación. La memorias e identidades objetivadas en el patrimonio se multiplicaron, deconstruyendo el fervor nacionalista, unívoco, homogéneo y verticalista dominante hasta la década del 80.

En el año 2015, por Ley Nacional nº 27103, se modificó la primigenia Ley Nacional nº 12665, por la cual también cambió la nomenclatura de la Comisión correspondiendo en la actualidad la nomenclatura de Comisión Nacional de Monumentos, Lugares y Bienes Históricos

¹³ Ese mismo año, 1989, el Conjunto Urbano de la Plaza 25 de Mayo de la Ciudad de Corrientes se declara como patrimonio nacional por Decreto PEN nº 325).

(CNMyBH). Por la misma se definieron trece categorías patrimoniales que encuadran actualmente las declaraciones de la siguiente manera: Monumento Histórico Nacional, Lugar Histórico Nacional, Poblado Histórico Nacional, Área Urbana Histórica Nacional, Área de Amortiguación Visual, Bien de Interés Histórico Nacional, Bien de Interés Artístico Nacional, Bien de Interés Arquitectónico Nacional, Bien de Interés Industrial Nacional, Bien de Interés Arqueológico Nacional, Sepulcro Histórico Nacional, Paisaje Cultural Nacional, Itinerario Cultural Nacional. Otro de las modificatorias refiere a que museos nacionales salen de la órbita de la Comisión para depender directamente del Ministerio de Cultura de la Nación.

También en la Ley Nacional n° 27103, de 2015, quedó claramente especificada la definición de ‘Poblado Histórico Nacional’ como el “núcleo poblacional de pequeña escala de alta calidad ambiental y paisajística”. Se caracteriza por la singularidad de la combinación de su traza, tejido, tipologías arquitectónicas y en la relación armónica con su entorno, todo ello articulado en un ambiente singular que se imbrica con las características del territorio. Generalmente posee escalas homogéneas y las técnicas constructivas utilizadas son la resultante de una tradición heredada de su propia comunidad. De esta manera, se constituyen en un referente excepcional de alcance nacional con valores inmateriales que perduran y se fortalecen en las tradiciones y costumbres locales.

Esta definición expresa una actualización en la comprensión del patrimonio histórico y cultural presente en las primeras iniciativas proteccionistas, hacia una mirada integral, holística del patrimonio como expresión inescindible de las condiciones ambientales, naturales y socio-culturales vigentes. Ya los nuevos poblados históricos no sólo se consideran a partir de la concentración de valores arquitectónicos asociados a determinados periodos históricos, o a estructuras urbanas coloniales o decimonónicas, sino que se comprenden como estructuras vivas, que condensan identidades colectivas, que las reproducen de una manera dinámica y que forman parte del desarrollo local.

La CNMyBH inició en el año 2017¹⁴ el ‘Programa Pueblos históricos’, con el propósito de reconocer, declarar a escala nacional y poner en valor poblados y pequeñas ciudades de interés histórico cultural ubicados en diferentes puntos del territorio nacional. En una primera etapa, en el año 2017, se propuso trabajar con doce poblados, algunos ya declarados, articulando muchas

¹⁴ Datos otorgados por el arquitecto Gabriel Romero, miembro de la CNMyBH, publicados en el sitio de la Secretaría de Cultura de la Nación. Disponible en: <http://www.cultura.gov.ar/se-lanzo-pueblos-autenticos-el-programa-que-busca-rescatar-poblados-argentinos-de-interes-cultural_4944/>. Acceso en: 16 jul. 2021.

acciones de asesoramiento, planificación, restauración y recuperación con las administraciones locales y provinciales, y en otros casos se avanzó con nuevas declaratorias.

Formaron parte de esta etapa las localidades de San Francisco de Alfarcito (Jujuy), la Isla Martín García (Buenos Aires), Camarones (Chubut), Colonia Avigdor (Entre Ríos), Guanacache (Mendoza), Gaiman (Chubut), Tulumba y la Cumbre (Córdoba), Moisesville (Santa Fé), Chamental (Salta), y en Corrientes, Concepción del Yaguareté Cora y el Área urbana histórica del centro de la localidad de Goya. El primero declarado en 2019 como Poblado Histórico Nacional por Decreto PEN N° 529, y el Segundo declarado por Decreto PEN n° 472 en 2020.

Estas declaraciones más allá del significado valorativo proponen fortalecer la identidad, integrarlos al desarrollo turístico, crear oportunidades de negocio y favorecer la generación de puestos de trabajo, contribuyendo a partir de su reconocimiento y la puesta en valor patrimonial al desarrollo territorial. Durante el año 2020, la CNMyBH, aprobó la postulación de otras tres localidades correntinas como Poblados Históricos Nacionales: Caá Catí (ya declarado como patrimonio provincial en el año 1989), San Miguel y Loreto. Son poblados ubicados en el margen oeste de los Esteros del Iberá, y fundados entre el Siglo XVIII y principios del siglo XIX (Tabla 1).

Poblados Históricos en Argentina	
Poblados Históricos Nacionales	
. Decreto PEN n. 112765/1942	- Pueblo de Curuzú Cuatiá
. Ley Nacional n. 24455/1945	- Pueblo de Yapeyú
. Ley Nacional n. 25221/1999	- Casco Histórico de Itatí
. Decreto PEN n. 529/2019	- Pueblo de Concepción del Yaguareté Cora
. Decreto PEN n. 472/2020	- Casco Histórico de la Ciudad de Goya, Pueblo Histórico de Caá Catí, Pueblo Histórico de Loreto, Pueblo Histórico de San Miguel (aprobados pro la CNMyBH)
Poblados Históricos Provinciales	
. Ley Provincial n. 3327/1976	- Pueblo Santa Ana de los Guácaras
. Ley Provincial n. 4346/1989	- Pueblo Caá Catí
. Ley Provincial n. 4998/1995	- Pueblo Ingenio Primer Correntino

Tabla 1: Poblados históricos en Argentina.
Fuente: Elaboración propia

Nuevos paradigmas y formas de gestión de los poblados históricos del Iberá

Esteros del Iberá constituyen un extenso humedal que abarca unos 12 000 km², en el corazón de la provincia, y se extiende a la república del Paraguay, en dirección noreste sudoeste la

Provincia de Corrientes, en el nordeste de Argentina; forma parte de un sistema hidrográfico mucho más extenso que conforma el conocido Acuífero Guaraní, también denominado el macrosistema del Iberá. Este importante sistema hídrico, por su condición geográfica natural presenta una biodiversidad, no solo en especies sino también paisajes y condiciones topográficas, por lo que constituye un área de inigualable valor ecológico y ambiental, importante no solo para esta región.

En el año de 1983 se creó por Ley Provincial n° 3771 de la Reserva Natural Provincial Iberá con 1.300.000 hectáreas y diez años más tarde el Parque Provincial con 550.000 has – (Ley Provincial n°4736, de 1993) en el interior de la ya delimitada Reserva. Fue declarado a su vez, como sitio RAMSAR: Humedal de Importancia Internacional por la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN). En el año 2018 nació el Parque Nacional Iberá, por la Ley Nacional n° 27.481, con la extensión de 157.000 hectáreas que se sumaron al Parque Provincial; creando en conjunto el Gran Parque Iberá de más de 700.000 hectáreas¹⁵. El Gran Parque Iberá involucra distintas categorías jurídicas de áreas protegidas y es considerado una de las grandes reservas naturales mejor conservadas de Latinoamérica cuya biodiversidad representa el 30 % del total de la biodiversidad del país (Donato, 2018).

Las acciones de preservación y de conservación de la naturaleza han hecho que el área sea considerada también pionera en la reintroducción de especies extintas. La existencia de diferentes categorías de conservación¹⁶ e instituciones vinculadas (nacional, provincial, local) y los múltiples portales de acceso, complejizaron la gestión del área y sus alrededores, convirtiendo al Parque Iberá en un 'territorio inteligente', que requiere ser planificado para mantener su calidad y sustentabilidad y preparado para promover un desarrollo sostenible y equitativo.

Los Esteros del Iberá (Figura 2) constituyen un patrimonio natural único, sin embargo, la riqueza de este territorio no solo se ciñe a sus cualidades ambientales y su diversidad biológica sino también se integra y articula con la diversidad cultural de los pueblos y pobladores de la región conservando un patrimonio cultural que se destaca en la provincia y da cuenta de la identidad regional. El guaraní como lengua, que dio nombre a esta región: I vera, vocablo guaraní que significa aguas brillantes o aguas que brillan, música propia, modos de vida, historias y leyendas técnicas constructivas, artesanales y gastronómicas, conforman un patrimonio cultural

¹⁵ Las hectáreas agregadas al parque y reserva Nacional fueron donadas a la Nación por la fundación TheConservationLand Trust, a los fines de la conservación del sector.

¹⁶ Nos encontramos ante un espacio geográfico afectado por diferentes categorías de gestión según la UICN (Unión Internacional de Conservación de la Naturaleza) correspondientes a: Reserva Provincial categoría VI: Área Protegida con Recursos Manejados; Parque Provincial y Parque Nacional, ambos Categoría II: Conservación y protección del ecosistema.

vivo que junto con el natural, crean un entorno al cual se asientan parajes, pueblos y también pequeñas ciudades en el que confluyen el pasado guaraní, la influencia de las Misiones jesuíticas y tradición española.



Figura 2: Región del Iberá – áreas protegidas, portales y poblados históricos.
Fuente: Parque Iberá – Guía del Inversor, Corrientes.

El Gobierno de Corrientes, teniendo en cuenta la complejidad y amplitud de temas a tratar para la gestión de Iberá debido a la fuerza de su naturaleza y cultura (Figuras 3 y 4), impulsó en 2016 la conformación del Comité de Agenda Iberá, integrado por autoridades del Poder Ejecutivo y Legislativo de la Provincia de Corrientes, autoridades del Poder Ejecutivo Nacional, equipos técnicos del Gobierno Provincial y entidades no gubernamentales sin fines de lucro con fuerte presencia territorial.



Figura 3: Vista del paisaje Iberoño ao amanecer.
Fuente: Lucio Chiozzi.

Figura 4: Vista del paisaje Iberoño ao atardecer.
Fuente: Ministerio de Turismo de Corrientes.

A partir de entonces y entendiendo la necesidad de atender, no solo, a las problemáticas que supone la protección del área como patrimonio natural, sino el valioso bagaje cultural de la región, se articularon gestiones entre diferentes niveles jurisdiccionales, organismos, instituciones gubernamentales y no gubernamentales, junto a las comunidades locales, con vistas a integrar la riqueza natural y de esta manera potencializar el capital histórico cultural de toda la region (Figuras 5 y 6).



Figura 5: Acciones de preservación en los Esteros del Iberá.
Fuente: Ministerio de Turismo de Corrientes.

Figura 6: Acciones de preservación y turismo en Iberá.
Fuente: Ministerio de Turismo de Corrientes.

Así, a fines del 2017 y ante la necesidad de constituir un equipo ad hoc abocado exclusivamente a gestionar el desarrollo del Gran Parque Iberá, se creó la Unidad Ejecutora Provincial Comité Iberá (UEP); siendo su objetivo principal: coordinar el trabajo de las distintas

áreas de gobierno involucradas en la implementación del Plan Estratégico para el desarrollo del Iberá. La UEP Comité Iberá es un espacio decisor desde donde se discuten problemáticas, se planifican y ejecutan proyectos vinculados al humedal; con reuniones semanales donde se convoca a los actores más relevantes en los temas de agenda. Lleva adelante planes de obras de infraestructura vial eléctrica, internet y de equipamiento turístico y cultural. Esta mecánica de trabajo ha propiciado un espacio de Gobernanza Multinivel.

Esto se plasmó en el eje de ‘Conservación y revalorización del patrimonio cultural del Iberá’, del Plan Estratégico mencionado. Como parte de ello, se concretó, la incorporación de las localidades correntinas antes mencionadas: Concepción del Yaguareté Corá, San Miguel, Loreto y Caá Catí al acervo patrimonial nacional. Estos poblados fueron fundados entre el Siglo XVIII y principios del siglo XIX. San Miguel y Loreto fundadas por antiguos habitantes de las Misiones Jesuíticas a principios del 1800 y Caá Catí como un antiguo asentamiento con noticias de población a partir de 1707 (Figuras 7, 8 y 9).



Figuras 7, 8 y 9: Perfiles urbanos por la disposición de casas de galería – San Miguel, Loreto y Yaguareté Corá.
Fuente: Gabriel Romero.

El proceso de puesta en valor de los poblados históricos del Iberá, que tuvo como corolario la declaratoria nacional, supuso una oportunidad de trabajo a nivel provincial y local mediante la implementación de modelos de gestión participativa y asociada, que involucró no solo una diversidad de actores sino la articulación de proyectos desplegados desde la recuperación de objetos y colecciones, la creación de nuevas instituciones patrimoniales, la identificación del

patrimonio cultural inmaterial, de la mano de programas de formación y capacitación local y el fomento y promoción de nuevas redes y organizaciones no gubernamentales que garantizan la continuidad y sustentabilidad de los avances conseguidos en este proceso de patrimonialización de la localidad.

El Plan Poblados Históricos (2020-2022)¹⁷ tiene como objetivo la preservación y restauración de ejemplos arquitectónicos representativos, formar mano de obra especializada para los diferentes rubros de la restauración, trabajar en concientización de la preservación arquitectónica y urbana y trabajar en la creación de aparato legislativo a escala municipal para la preservación del patrimonio. Estos poblados conservan casas de galerías al exterior, particularidad que caracteriza a la arquitectura colonial del área guaraníca y que en Argentina solo se da en Corrientes. La sucesión de estas viviendas encontradas en mayor volumen en Loreto y Caa Catí, conforman verdaderos corredores que resultan una solución apropiada a los calores, fuertes lluvias, formas de vida y protección técnica de muros construidos en tierra. Con la llegada de nuevos materiales y lenguajes arquitectónicos a finales del siglo XIX se sumaron nuevas construcciones que convivieron armoniosamente con las viejas casas creando paisajes urbanos muy atractivos que conviven hasta los días de hoy.

El Plan tiene programada la restauración de cinco fachadas por localidad, el criterio de elección está orientado a las casas coloniales de galerías al exterior preservando el espíritu colonial de los poblados. Un consenso con intendentes y propietarios, la ubicación de las viviendas priorizando aquellas cercanas a las plazas principales y sus características arquitectónicas fueron las que definieron las prioridades. Por toda esta localidad las viviendas están construidas en tierra. Prevalecen dos técnicas fundamentalmente, el adobe – mampuesto de tierra cruda- y el ‘estanteo’ que es una técnica constructiva tradicional que consiste en una estructura de maderas y tacuaras organizando una trama rectangular a la que se aplica paja embarrada. Las estructuras de la cubierta en la mayoría de los casos son independientes de madera dura de grandes secciones. Techo a dos aguas y cubiertas de paja y tejas con muchas renovaciones de chapas en la mayoría de los casos. Los deterioros habituales son faltantes en cubiertas, roturas o faltantes de elementos de la estructura de madera de techos y columnas, deterioros y rajaduras en muros. En este contexto, el trabajo en cada una de las localidades, se completa con la mejora de las veredas, iluminación y señalética (Figuras 10 y 11).

¹⁷ Véase: COMISIÓN NACIONAL DE MONUMENTOS, DE LUGARES Y DE BIENES HISTÓRICOS. DI-2021-1-APNCNMLYBH#MC del 13 de enero de 2021, Buenos Aires, Argentina. INFORME GESTIÓN CNMyBH. Disponible en: <<https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe-gestion-2021.pdf>>. Acceso en: 20 jul. 2021.



Figura 10: Paisaje tradicional en zona de los Esteros.
Fuente: Instituto de Cultura de Corrientes.

En principio, es posible decir que la restauración de estos núcleos urbanos y la incorporación de equipamiento puede mejorar la oferta cultural y la integración a un circuito turístico centrada en naturaleza y cultura.



Figura 11: Técnicas constructivas tradicionales en zona de los Esteros.
Fuente: Instituto de Cultura de Corrientes.

Asimismo, considerando el enfoque de integralidad de los programas y proyectos de recuperación patrimonial del Iberá se implementaron, y continúan vigentes, otras propuestas y acciones que se despliegan desde intervenciones para la recuperación del patrimonio material (edificaciones, piezas de colecciones), hasta la identificación del patrimonio cultural inmaterial, transversalizadas por programas continuos de capacitación para trabajos en el campo del patrimonio. En cuanto a la recuperación del patrimonio material, desde 2015 en adelante, se realizaron, restauraron y se refuncionalizaron edificios en los poblados históricos de Concepción del Yaguareté Corá, San Miguel y Loreto, ubicados en el margen occidental del Parque Nacional de Iberá (Tabla 02).

Poblados Históricos Correntinos en la Región del Iberá	
Concepción del Yaguareté Corá	
<ul style="list-style-type: none"> . Capilla Antigua (c. 1820), ahora Museo Histórico Manuel Belgrano . Conjunto de viviendas italianizantes, hoy Centro de Interpretación del Iberá y Museo de Muñecas La Pilarcita . Construcción del Museo del Campo Correntino 	
San Miguel	
<ul style="list-style-type: none"> . Restauración de la Antigua Iglesia (ca. 1930) y creación del Museo de Arte Sacro (c.1930) . Restauración de la imaginería colonial proveniente de las Reducciones Jesuíticas . Restauración de la Capilla de Mboy Cuá (C. 1850) 	
Loreto	
<ul style="list-style-type: none"> . Restauración de la Antigua Capilla (1820) . Restauración de la imaginería colonial proveniente de las Reducciones Jesuíticas . Musealización para Museo de Arte Sacro 	

Tabla 02: Poblados Históricos Correntinos – Región Iberá, Argentina.
Fuente: Elaboración propia.

Por su parte, en el año 2013 se aprobó la Ley Provincial nº 6193 que refiere específicamente al Patrimonio Cultural Inmaterial de la provincia, en el año 2016, se creó por Resolución nº 1553 del Instituto de Cultura el Registro de Bienes de Patrimonio Cultural Inmaterial de la Provincia de Corrientes y con ello se dio inicio a las acciones y procesos para la identificación de estas expresiones intangibles. En este sentido, se destaca el derrotero para la postulación del género musical del Chamamé como Patrimonio Inmaterial del Mercosur y como Integrante de la Lista Representativa del Patrimonio Cultural de la Humanidad por parte de la UNESCO. Reconocimiento alcanzado en la última Asamblea nº 15 del mes de diciembre de 2020. Los diferentes proyectos de conservación y revalorización del patrimonio cultural en el Iberá, y en toda

la extensión del territorio correntino, definidos desde una política pública provincial, se han desarrollado mancomunadamente.



Figura 12: Capela restaurada en Yaguareté Corá (actual Museo).
Fuente: Instituto de Cultura de Corrientes.



Figura 13: Vista del sector urbano de Yaguareté Corá.
Fuente: Instituto de Cultura de Corrientes.

En esta línea de acción, a través del Comité Iberá, el Ministerio de Turismo y el Instituto de Cultura, se implementaron dos programas que complementan estos impulsos: Cocineros del Iberá y Artesanos del Iberá. El conjunto de programas se orienta a fortalecer la generación de puestos de trabajo a partir del turismo y la cultura. A ello se han sumado los Ciclos de Formación Intensiva en Gestión Cultural desarrollados desde el año 2013 en localidades del interior provincial y los Ciclos de Formación en Patrimonio Inmaterial y Gestión Cultural, desde el 2018, particularmente dictados en las localidades históricas del Iberá: Concepción de Yaguareté Corá (Figuras 12 y 13), Mburucuyá, Loreto (Figuras 14 y 15), San Miguel (Figuras 16 y 17), y también en la Ciudad de Corrientes capital.



Figura 14: Vivienda de construcción tradicional em Loreto.
Fuente: Gabriel Romero.



Figura 15: Antigua Capilla restaurada (actual Museo) en Loreto.
Fuente: Gabriel Romero.

Este programa se viene desarrollando en forma continua junto a la Facultad de Artes, Diseño, y Ciencias de la Cultura de la Universidad Nacional del Nordeste (UNNE). Estos ciclos se han diseñado desde un enfoque participativo y con el objetivo de generar espacios para la reflexión e identificación de los patrimonios locales. De este modo, el trabajo de identificación y valoración de los poblados históricos se ha venido sosteniendo en el reconocimiento, no solo del patrimonio construido, sino también de otras expresiones culturales intangibles y como parte de un sistema de significaciones más amplio y complejo que hace a la identidad de estos específicos espacios.



Figura 16: Capilla restaurada (actual Museo) en San Miguel.
Fuente: Luciana Sudar.



Figura 17: Vista de la Capilla/Museo en San Miguel.
Fuente: Luciana Sudar.

Estas localidades, Concepción de Yaguareté Corá, San Miguel y Loreto, se configuran como expresión de identidad a partir de la integralidad entre el territorio natural y culturizado en un entramado inescindible en el que confluye la historia, el paisaje natural y edificado, las instituciones, los tejidos urbanos, las formas de organización, las tradiciones, la oralidad, los saberes, las prácticas populares.

Consideraciones finales

Las políticas públicas patrimoniales, la generación de instrumentos normativos, las concepciones que subyacen a las nuevas declaratorias, y las herramientas de concientización dan claras cuentas de un cambio de paradigma en los procesos de patrimonialización. Si bien, en un primer momento la legitimación tenía lugar desde un orden superior, en el sentido de nivel administrativo jurisdiccional, es decir a partir de un reconocimiento nacional y de la significación que determinados sitios y bienes revestían para la identidad y la historia política del país, desde los

planteamientos monumentalistas historicistas, en los últimos años la mirada y valoración del patrimonio se ha revertido, para dejar lugar a un reconocimiento sustentado en la valoración, apropiación y significado local y regional.

En textos precedentes consignábamos que durante los primeros años de accionar de la entonces CNMMLH, los criterios de selección y valoración para las declaratorias de lugares y poblados históricos nacionales se centraron en significados vinculados a un relato histórico elaborado desde la esfera oficial, los cuales buscaban definir una identidad cultural capaz de unificar la sociedad bajo la idea de nación, y en la esfera provincial, recatar aquellos relatos funcionales a la construcción de una ‘correntinidad’ (Piñeyro, 2011) sustentada en una dimensión ‘heroica’ (Barrios Cristaldo, 2016) de hombres y gestas libertarias.

Las nuevas concepciones de cultura y del patrimonio cultural, en tanto construcciones sociales y claves del desarrollo, que asume un enfoque subjetivista, ha demandado iniciar, promover y acompañar procesos de identificación, concientización, apropiación y activación desde los ámbitos locales, para luego avanzar hacia otros reconocimientos. Implica una forma de comprender el patrimonio cultural como el resultado de una construcción en la que participaron diversos sectores sociales, culturales, étnicos. Ello determina nuevas modalidades de gestión y activación a partir de modelos participativos, integrales, y articulados con los contextos socio-ambientales en los que los bienes históricos tienen y han tenido lugar.

Se entiende que los procesos participativos sitúan a los habitantes, a los actores locales como sujetos de derecho y de su propia transformación y no meros destinatarios pasivos de beneficios o de declaratorias vacías carentes de significación social, y por lo tanto de sentido patrimonial. Por su lado, la estrategia de gestión articulada o asociada identifica y fortalece las relaciones entre distintos actores, gestores, instituciones y agentes involucrados en problemática comunes, por lo que la vinculación entre los organismos de gobierno presentes en el mismo territorio con las organizaciones sociales, los referentes culturales, los educadores y el sector académico, ofrece la oportunidad de construir una estructura en red capaz de sostenerse en el tiempo y apuntar al largo plazo, y en este sentido, otorgar sustentabilidad al patrimonio identificado y apropiado colectivamente.

El trabajo y el compromiso conjunto entre la CNMyBH, el Gobierno de Corrientes a través de diferentes áreas, el Comité Ibero y de los municipios es fundamental para garantizar la conservación no solo de los bienes patrimoniales materiales y ambientales, sino para propiciar también el registro, preservación y difusión de los bienes inmateriales como historias, tradiciones, técnicas que son únicas y que identifican a esta parte de la provincia. En esta región el patrimonio

cultural está vivo, integrado a la vida cotidiana, y como organismo vivo se reinterpreta y se transforma. El Estado, en sus diferentes niveles de actuación, y la sociedad son responsables de su preservación, como así de construir los andamiajes para integrar a las comunidades y su patrimonio y fortalecer, de este modo, el sentido de pertenencia.

Referencias

- ARGENTINA. Decreto del Poder Ejecutivo Nacional n° 3390 (1938). *Boletín del Ministerio de Justicia e Instrucción Pública de la Nación*: Buenos Aires, año 1, n. 2, p. 32, 2 abr/1 jun. 1938.
- _____. Decreto Poder Ejecutivo Nacional n° 112765 (1942). *Boletín del Ministerio de Justicia e Instrucción Pública de la Nación*: Buenos Aires, año 5, n. 24, feb. pp. 198-200, 1942.
- _____. Decreto Poder Ejecutivo Nacional n° 574 (1973).
- _____. Decreto Poder Ejecutivo Nacional n° 325 (1989). Disponible en: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-325-1989-60570>>. Acceso en: 15 jul. 2021.
- _____. Decreto Poder Ejecutivo Nacional n° 529 (2019). *Boletín Oficial*: Buenos Aires, 27 ago. 2019. Disponible en: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-592-2019-327155>>. Acceso en: 10 jul. 2021.
- _____. Decreto Poder Ejecutivo Nacional n° 472 (2020). *Boletín Nacional*: Buenos Aires, 15 may. 2020. Disponible en: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-472-2020-337542/texto>>. Acceso en: 10 jul. 2021.
- _____. Ley Nacional n° 12665 (1940). *Boletín Oficial*: Buenos Aires, 30 set. 1940. Disponible en: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-12665-23121>>. Acceso en: 11 jun. 2021
- _____. Ley Nacional n° 9655 (1915). Disponible en: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-9685-291454>>. Acceso en: 16 jun. 2021.
- _____. Ley Nacional n° 27103 (2015). *Boletín Oficial*: Buenos Aires, 23 ene. 2015. Disponible en: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27103-2014-241196>>. Acceso en: 12 jul. 2021.
- _____. Ley Nacional n° 27.481 (2018). *Boletín Oficial*: Buenos Aires, 21 dic. 2018. Id SAJ: LNS0006438. Disponible en: <<http://www.saj.gob.ar/27481-nacional-creacion-reserva-nacional-ibera-Ins0006438-2018-12-05/123456789-0abc-defg-g83-46000scanyel?&o=87&f=Total%7CFecha%7CEstado%20de%20Vigencia/Vigente%2C%20de%20alcançe%20general%7CTema%5B%2C1%5D%7COrganismo%5B%2C1%5D%7CAutor%5B%2C1%5D%7CJurisdicci%F3n/Nacional%7CTribunal%5B%2C1%5D%7CPublicaci%F3n%5B%2C1%5D%7CColecci%F3n%20tem%E1tica%5B%2C1%5D%7CTipo%20de%20Documento/Legislaci%F3n/Ley&t=5394>>. Acceso en: 11 jul. 2021.
- _____. Ley Nacional n° 25.221 (1999). [Declarase Pueblo Histórico al Casco Histórico de la localidad de Itatí, provincia de Corrientes]. *Boletín Oficial*: Buenos Aires, 31 dic. 1999. Disponible en: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/60000-64999/61776/norma.htm>>. Acceso en: 13 jul. 2021.
- ARNAIZ, J. M. Representaciones y homenajes en torno al Gral. San Martín en la provincia de Corrientes: Yapeyú en el Bicentenario del nacimiento del prócer en 1978. En: *Actas... XXXVIII ENCUENTRO DE GEOHISTORIA REGIONAL: VIII SIMPOSIO REGIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS*, 2019, Resistencia (Argentina). *Actas...* Instituto de Investigaciones Geohistóricas, Resistencia (Argentina), 2019.
- BALLART, J. *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel, 1997.
- BARRIOS CRISTALDO, C. Reconfiguración de representaciones y descentramientos de la mirada. *La Trama de la Comunicación*, Rosario, v. 20, n. 1, ene./jun. 2016.
- CHOAY, F. *Alegoría del Patrimonio*. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.
- COMISIÓN NACIONAL MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y DE LUGARES HISTÓRICOS. *Monumentos Históricos de la República Argentina*. Buenos Aires: Secretaría de Cultura y Comunicación. Presidencia de la Nación. 2000.
- CORRIENTES. Ley Provincial n° 3327 (1976). [Santa Ana de los Guácaras pueblo de interés turístico].
- _____. Ley Provincial n° 3771 (1983). [Reserva Natural Provincial Iberá]. Disponible en: <<https://www.ecofield.net/Legales/Corrientes/ley3771.htm>>. Acceso en: 23 jul. 2021.

_____. Ley Provincial n° 4047 (1985). [Para la protección, conservación, restauración y acrecentamiento de los bienes que interesan al patrimonio cultural de la Provincia de Corrientes]. *Boletín Oficial*: Corrientes, octubre, 1985. Disponible en: <<http://www.saij.gob.ar/4047-local-corrientes-declara-interes-provincial-proteccion-conservacion-restauracion-acreentamiento-bienes-patrimonio-cultural-provincia-lpw0004047-1985-10-03/123456789-0abc-defg-740-4000wvorpel>>. Acceso em: 21 ju. 2021.

_____. Ley Provincial n° 4346 (1985). [El pueblo de Caá Catí].

_____. Ley Provincial n° 4736 (1993). [Régimen de parques provinciales, monumentos naturales y reservas naturales. Creación del parque provincial del Ibera]. *Boletín Oficial*: Corrientes, 12 oct. 1993. Disponible en: <<http://www.saij.gob.ar/4736-local-corrientes-regimen-parques-provinciales-monumentos-naturales-reservas-naturales-creacion-parque-provincial-ibera-lpw0004736-1993-09-16/123456789-0abc-defg-637-4000wvorpel?&o=1&f=Total%7CFecha/1993%5B20%2C1%5D%7CEstado%20de%20Vigencia/Vigente%2C%20de%20alcance%20general%7CTema%5B5%2C1%5D%7COrganismo%5B5%2C1%5D%7CAutor%5B5%2C1%5D%7CJuridicci%F3n/Local/Corrientes%7CTribunal%5B5%2C1%5D%7CPublicaci%F3n%5B5%2C1%5D%7CColecci%F3n%20tem%E1tica%5B5%2C1%5D%7CTipo%20de%20Documento/Legislaci%F3n/Ley&t=3>>. Acceso en: 20 jul. 2021.

_____. Ley Provincial n° 4998 (1995). [Declara de interés histórico provincial el pueblo ingenio primer correntino, lugar ex-camposarpa]. *Boletín Oficial*: Corrientes, 10 oct. 1995. Disponible en: <<http://www.saij.gob.ar/4998-local-corrientes-declara-interes-historico-provincial-pueblo-ingenio-primer-correntino-lugar-ex-campo-sarpa-lpw0004998-1995-09-22/123456789-0abc-defg-899-4000wvorpel?&o=8&f=Total%7CFecha/1995%5B20%2C1%5D%7CEstado%20de%20Vigencia%5B5%2C1%5D%7CTema/Cultura%20y%20educaci%F3n%7COrganismo%5B5%2C1%5D%7CAutor%5B125%2C1%5D%7CJuridicci%F3n/Local/Corrientes%7CTribunal%5B5%2C1%5D%7CPublicaci%F3n%5B5%2C1%5D%7CColecci%F3n%20tem%E1tica%5B5%2C1%5D%7CTipo%20de%20Documento&t=27>>. Acceso en: 19 jul. 2021.

_____. Ley Provincial n° 6193 (2013). [Declara Patrimonio Cultural Inmaterial de la Provincia de Corrientes a los usos, conocimientos y técnicas de la comunidad correntina]. *Boletín Oficial*: Corrientes, 15 may. 2013. Disponible en: <<http://www.saij.gob.ar/6193-local-corrientes-declara-patrimonio-cultural-inmaterial-provincia-corrientes-usos-conocimientos-tecnicas-comunidad-correntina-lpw0006193-2013-04-25/123456789-0abc-defg-391-6000wvorpel?&o=32&f=Total%7CFecha/2013%5B20%2C1%5D%7CEstado%20de%20Vigencia/Vigente%2C%20de%20alcance%20general%7CTema%5B5%2C1%5D%7COrganismo%5B5%2C1%5D%7CAutor%5B5%2C1%5D%7CJuridicci%F3n/Local/Corrientes%7CTribunal%5B5%2C1%5D%7CPublicaci%F3n%5B5%2C1%5D%7CColecci%F3n%20tem%E1tica%5B5%2C1%5D%7CTipo%20de%20Documento/Legislaci%F3n/Ley&t=36>>. Acceso en: 17 jul. 2021.

_____. Decreto-Acuerdo n° 277. *Poder Ejecutivo Provincial*: Corrientes, 1929. Recopilación de Decretos Acuerdos de la Provincia de Corrientes desde el año 1929 al año 1963. Poder Legislativo- Departamento Archivo-Provincia de Corrientes. Disponible en: <http://www.hcdcorrientes.gov.ar/RECOPIACIONES/Listadodedecretos-acuerdos-18-12-2013.pdf>>. Acceso en: 15 jul. 2021.

DONATO, V. (dir.). Observatorio PyME Regional Provincia de Corrientes Corrientes, Fundación Observatorio Pyme y Gobierno de Corrientes, 2018.

GÓMEZ, H. *Historia de la Provincia de Corrientes: desde la fundación de la ciudad a la Revolución de Mayo*. Corrientes: Imprenta del Estado, 1929.

GONZÁLEZ ZAMORA, F. E. El Museo Nacional Mexicano y la fundación de la revista Anales del Museo Nacional Mexicano (1877-1908). *Quiron*. v. 4, n. 8, ene./jun. 2018.

LABOUGE, R. de. La reducción Franciscana de Itatí. *Investigaciones y Ensayos*, Buenos Aires, n. 3, pp. 281-323, 1968.

OCHOA JIMÉNEZ, M. J. *América Latina y el concepto de cultura en el orden jurídico internacional*. Ciudad de México: Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM, 2008. Disponible en: <<http://www.bibliojuridica.or>>. Acceso en: 15 jul.2021.

PAGANO, N. La gestión patrimonial de la Comisión Nacional de Monumentos, de Lugares y de Bienes Históricos: antecedentes y actualidad. En: XVI JORNADAS INTER ESCUELAS, 2017, Mar del Plata. *Actas...* Facultad Humanidades de la Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, 2017. Disponible en: <<https://cdsa.academica.org/000-019/618>>. Acceso em: 21 ju. 2021.

PIÑEYRO, E. *Tiempo de Chamamé*. Corrientes: Universidad Nacional del Nordeste, 2011.

ROMERO, G. La valoración del Patrimonio Americano. *Domus México, América Central y El Caribe*, n. 28, p. 32, 2016.

SALINAS CÓRDOBA, D. Los inicios de la protección del patrimonio cultural en México: de la Independencia a los gobiernos posrevolucionarios. En: COLOQUIO ENCUENTROS Y DESENCUENTROS. EL PATRIMONIO Y LOS MEDIOS PARA

SU DIVULGACIÓN, México D. F., 2015. *Actas...* Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional Autónoma de México, México D.F., 23 abr. 2015, p. 1-8.

SALINAS, M. L. Dominación colonial y trabajo indígena: un estudio de la encomienda en Corrientes colonial. Asunción: Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, Biblioteca de Estudios Paraguayos, 2010. (Colección Bicentenario).

SCHAVELSON, D. Mejor Olvidar. *La conservación del patrimonio en la Argentina*. Buenos Aires: Academia de Historia de la Ciudad de Buenos Aires, De los cuatro vientos, pp. 87-97, 2008.

SUDAR KLAPPENBACH, L. Procesos de patrimonialización en América Latina: reflexiones en torno a la dimensión urbana. En: SUDAR KLAPPENBACH, Luciana, REYERO, Alejandra y BARRIOS, Cleopatra (orgs.). *Mirada, memoria y territorio: desplazamientos epistémicos, estéticos y patrimoniales en Latinoamérica*. Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistóricas, 2021.

UNESCO. *Qhapaq Ñan: Sistema vial andino*. Disponible en: <<https://whc.unesco.org/es/list/1459>>. Acceso en: 20 jul. 2021. Acceso en: 20 jul. 2021.

_____. *Qhapaq Ñan: Camino Principal Andino*. Disponible en: <<https://whc.unesco.org/es/actividades/65/>>. Acceso en: 20 jul. 2021.





O
C
E
A

N
I
A



Port Jackson, Sydney, Australia.

DRAWING UP THE BATTLE LINES IN OCEANIA:

Conserving culture and planning for Growth in New Zealand's Capital City.

PAULETTE WALLACE



Wellington City Council's Planning For Growth work programme has created controversy in New Zealand's capital city. A Spatial Plan that was strongly driven by compliance with the New Zealand National Policy Statement on Urban Development 2020 (NPSUD) has sent shock waves through the city. The Plan enables growth by deregulating Wellington's planning system and it has deeply divided citizens over its scheme to reduce "special character areas" in the city's inner-suburbs. The process, the plans, the protection mechanisms and the people of Wellington are all part of the equation, and the UNESCO Recommendation on the Historic Urban Landscape (HUL) is referenced as a potential guiding light for Wellington and other cities experiencing challenges as they plan for growth.



O programa de trabalho Planning For Growth da Câmara Municipal de Wellington criou controvérsia na capital da Nova Zelândia. Um Plano Espacial que foi fortemente impulsionado pela conformidade com a Declaração de Política Nacional da Nova Zelândia sobre Desenvolvimento Urbano 2020 (NPSUD) enviou ondas de choque pela cidade. O Plano permite o crescimento ao desregular o sistema de planeamento de Wellington e dividiu profundamente os cidadãos sobre seu esquema para reduzir "áreas de carácter especial" nos subúrbios da cidade. O processo, os planos, os mecanismos de proteção e o povo de Wellington fazem parte da equação, e a Recomendação da UNESCO sobre a Paisagem Urbana Histórica (PUH) é referenciada como uma potencial luz orientadora para Wellington e outras cidades que enfrentam desafios à medida que planejam o crescimento.



El programa de trabajo de Planificación para el Crecimiento del Ayuntamiento de Wellington ha creado controversia en la capital de Nueva Zelanda. Un Plan Espacial que fue fuertemente impulsado por el cumplimiento de la Declaración de Política Nacional de Desarrollo Urbano de Nueva Zelanda 2020 (NPSUD) ha enviado ondas de choque a través de la ciudad. El Plan permite el crecimiento al desregular el sistema de planificación de Wellington y ha dividido profundamente a los ciudadanos sobre su plan para reducir las "áreas de carácter especial" en los suburbios del interior de la ciudad. El proceso, los planes, los mecanismos de protección y la gente de Wellington son parte de la ecuación, y se hace referencia a la Recomendación de la UNESCO sobre el Paisaje Urbano Histórico (PUH) como una posible luz guía para Wellington y otras ciudades que experimentan desafíos a medida que planifican su crecimiento.



Initial considerations

This chapter is about planning for growth in New Zealand’s capital city. It examines a case where complex debate has been reduced to polarised discourse, where battle lines have been drawn, and discontent inflamed by mainstream media. Headlines such as “Wellington, a city divided as spatial plan thriller plays out beneath bureaucracy’s lights” claim that the public review of the local government’s plan for urban growth and development in Wellington, is “a battle of young versus old” (Hunt, 2021). The young want affordable housing and they say this means tearing down some of Wellington’s historic houses in order to build apartment blocks. The old, many of whom are Wellington home owners, want to ensure that any intensification does not negatively impact them or the neighbourhoods that they live in. Wellington is a truly unique city, with unique challenges and the aim here is to consider the current approach to planning for Wellington’s future in dialogue with New Zealand’s wider protection mechanisms, and in relation to the growing international recognition of the UNESCO Recommendation on the Historic Urban Landscape (HUL).

New Zealand is a remote island nation, located in the South Pacific. Approximately 5.2 million people live there (New Zealand Government, 2021), and the majority of the population live in towns and cities. New Zealand’s identity despite its urban make-up, is shaped around rural ideals of paddocks of sheep and unpopulated vistas. More recently, Peter Jackson’s *Lord of the Rings* and *The Hobbit* films staged New Zealand’s dramatic scenery as the home of hobbits and orcs, and the global branding of New Zealand as Tolkien’s “Middle Earth” has at times obscured the real and underlying values of New Zealand. New Zealand (Figure 1) is a relatively young country that was first settled when the ancestors of the Māori people arrived from tropical Polynesia around 1250-1300 CE (Irwin; Walrond, 2005). European settlers arrived much later, with mass migration from places such as Great Britain accelerating from 1840-1890 (Belich, 1996).

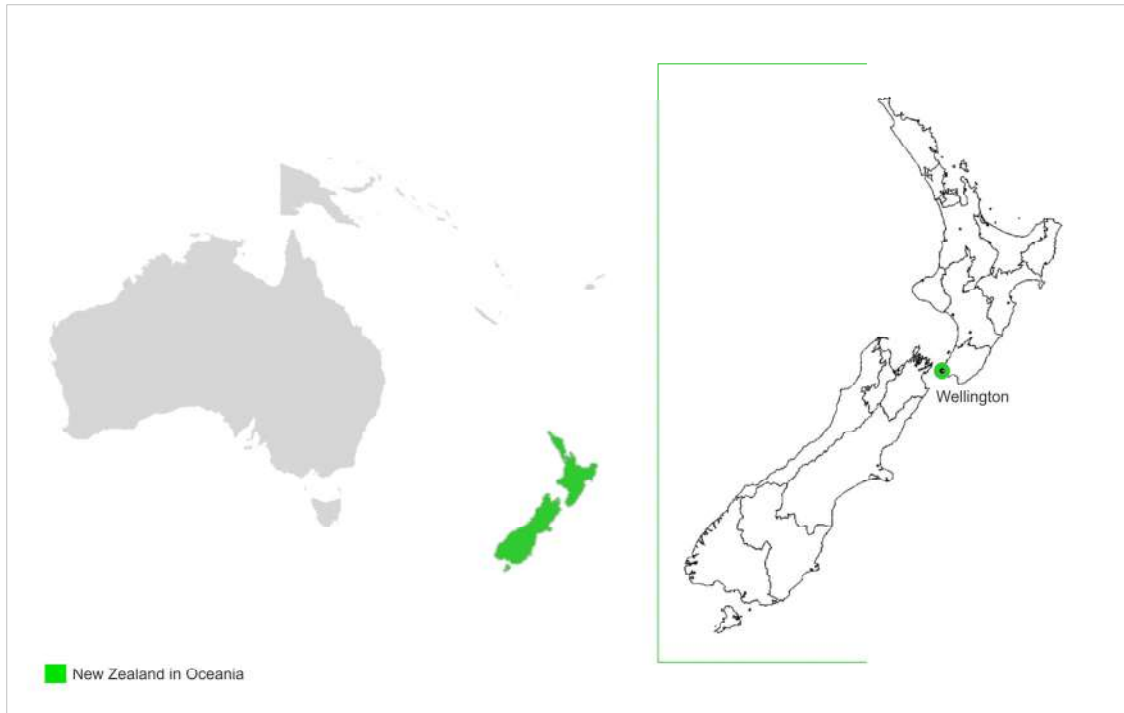


Figure 1: Oceania with detail of New Zealand and the country's capital city of Wellington.
 Source: Alterations from <https://pt.wikipedia.org.Wikipedia.com>

European settlers saw New Zealand first in terms of the bountiful resources it could provide, and secondly as a place where they had the power to create a version of what they had left behind in Britain and other locations. Settler capitalism drove the alienation of Māori land, and unfair and flawed processes created longstanding Māori grievances that continue to be readdressed today (Byrnes, 2001). Thus, between nature and pre-colonial cultures, cities and suburbs such as Wellington in New Zealand and developed emerged (Figures 2 and 3).



Figure 2: A view of central Wellington from a community garden.
 Source: Florian Ludwig.

Figure 3: The suburb of Brooklyn in Wellington.
 Source: Florian Ludwig.

Land taken by European settlers was turned into private property, with those areas deemed not ideal for settlement or pastoralism set aside as scenic reserves and national parks (Wallace, 2014). The settlements that would become cities, arose in places that “were Māori cultural landscapes long before their streets, building sand pipes marked them out as European spaces” (Schrader, 2016, xxii).

The suburban pattern of New Zealand's cities emerged during the 1840s. According to New Zealand historian, Ben Schrader (2016), most settlers wanted to own a stand-alone dwelling with a section and a garden to grow produce. Houses sprawled across new suburbs, rather than being tightly bunched together as in Britain, and by 1916 more New Zealanders lived in urban than in rural areas (Figure 4).



Figure 4: Houses near Hawker Street, Mount Victoria, Wellington.

Source: Michael Kelly.

Background: protection mechanisms in New Zealand

Early legislation was focused on scenery preservation and imperial ideals of progress influenced how European settlers “tamed” the wilderness of New Zealand. Mountains assumed social and national significance, with the distinction between mountainous national parks and settled towns and cities reflecting a sharp dualism of “people” and “nature” (Pawson, 2013). This

distinction developed into a country-wide dogma from the earliest days of settlement which has reduced land in New Zealand, to spheres of production and conservation. McLean (2000) explains that town planning legislation was enacted in the 1920s in New Zealand, but most local governments only began to take urban planning seriously after the Second World War when urbanisation and the private motor vehicle posed new challenges.

By the late 1970s planning and resourcement management law reforms switched the main emphasis from the regulation of land use activities to the evaluation of environmental effects (McLean, 2000). The passing of the *Resource Management Act 1991* (RMA) recommended that territorial authorities/local governments work towards the sustainable management of natural and physical resources (Figure 5). A definition of “historic heritage” meaning the natural and physical resources that contributed to an understanding and appreciation of New Zealand’s history and cultures, became a key part of the RMA.



Figure 5: A native Pohutukawa tree in Wellington's Scorching Bay.
Source: Florian Ludwig.

The “protection of historic heritage from inappropriate subdivision, use, and development” was elevated as a “matter of national importance” alongside provisions for “the relationship of Māori and their cultural and traditions with their ancestral lands, water, sites, wāhi tapu (sacred sites) and other taonga (treasures)” (Resource Management Act, 1991); according to this Act, it is the primary responsibility of New Zealand’s local governments - the city, town and regional councils - to give effect to the RMA by implementing the integrated management of the effects of use, development, or protection of land and associated natural and physical resources.

City and town councils prepare key operative plans, called “district plans” which have objectives, policies, rules and standards that manage how land is used and developed. Proposed developments are assessed on their potential effects on the natural, built, and cultural environments (Figure 6).



Figure 6: Māori Pou/post overlooks Wellington city from Mount Victoria also known as Tangi-te-Keo.
Source: Florian Ludwig.

At the national level, national government agencies are responsible for identifying, advocating, promoting and managing natural and cultural values. Heritage New Zealand Pouhere Taonga (HNZPT) (formerly the Historic Places Trust) is one of these agencies, which is tasked with the overarching protection of New Zealand's archaeological sites and for the identification of historical and cultural heritage on the New Zealand Heritage List/Rārangī Kōrero – the List (Heritage New Zealand Pouhere Taonga Act, 2014). Yet the List does not provide for protection of places, and local governments are required to have regard to the List when preparing district plans. Each district plan contains heritage schedules that include buildings, structures and sometimes areas, along with sites and areas of significance to Māori, to which the district plan provisions apply.

The List has received criticism over the years for having too much focus on individual buildings and not including enough heritage areas and sites of significance to Māori (Allen, 1998). In recent times, and with the *Heritage New Zealand Pouhere Taonga Act 2014*, the List has been expanding to include more places of importance to Māori for ancestral significance and areas that include one or more places sacred to Māori. HNZPT has also been taking broader thematic approaches to the List including beginning work in 2021 on recognising the LGBTTFQI+ (Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Takatāpui, Fa'afāfine, Queer and Intersex and other gender identities and sexual orientations) stories of many of its listed sites (Heritage New Zealand Pouhere Taonga, 2021). However, there has been doubt cast as to whether New Zealand's local governments are aligning with HNZPT's expanding heritage recognitions (Lewis, 2017).

Wellington and the Spatial Plan

Wellington is a harbour city that is located at the southern coast of New Zealand's North Island. The city has coastal boundaries with a compact central business district hemmed in by hills (Figure 7); and while it is New Zealand's capital (Figure 8), it is the smaller of the country's major cities. Wellington's inner suburbs have a land area of approximately 2,900 hectares and a population of just 211,200 (Wellington Council, 2021). The city's topography has engendered narrow streets winding up sharp inclines, and there is a townbelt and outer greenbelt which provides extensive areas of open space in close proximity to the urban area.

Wellington sits on top of an active geological fault that runs through the city and there are other active faults around the Wellington region that are capable of producing earthquakes (GNS Science, n. d.). The possibility of earthquakes in Wellington also generates a tsunami risk for

low-lying parts of the city. Furthermore, Wellington is one of the windiest places in New Zealand because of its location beside the passage of water that separates the North Island from the South Island (Harris, 1990).



Figure 7: View from the top of Wellington's Cable Car.
Source: Florian Ludwig.



Figure 8: The Beehive & Parliament Buildings.
Source: Florian Ludwig.

Wellington has distinctive timber weatherboard housing from the late 19th to mid-20th centuries. Timber homes are recognised for their inherent resilience to earthquakes due to the material's ability to flex, and from 1861-1981 wood was the most common external structural and wall cladding material utilised in New Zealand (STATS NZ, 2020). However, Wellington's low-density suburban living has been shifting in recent years, with urban growth leading to an increase in multi-unit dwellings and apartment buildings being built in the city and inner-city suburbs. In 2017, Wellington City Council (WCC) embarked on a "Planning For Growth" work programme that included the development of a Spatial Plan and the full review of the District Plan (2000). WCC described the Spatial Plan as a "blueprint" for where and how to direct growth across Wellington city, while the District Plan is the "rule book" that sets out the rules for building heights and what types of housing and activities are permitted and where (WCC, n.d.); WCC framed the process by noting:

The earth is moving, our climate is changing, and our population is growing. How we live and move in 30 years from now will be very different to how things are today. As we grow, we need to hold onto the things we love about our city, that make us who we are.

According to the same source, if Wellington did not change its current District Plan building rules, the city would be short of between 4,600 and 12,000 dwellings by 2047. National direction has informed the WCC approach, with amendments to the RMA in 2017, a National Policy Statement on Urban Development Capacity (NPSUDC) and New Zealand Productivity Commission reporting, pushing for more long-term planning and including the recommendation for mandatory spatial plans (Boffa Miskell, 2017).

National Policy Statements and National Environmental Standards are high-level statutory instruments that councils must include in their district plans. The New Zealand National Policy Statement on Urban Development 2020 (NPSUD) replaced the NPSUDC and added further statutory requirements for councils to plan for growth, particularly by including objectives, policies and timeframes that councils must give effect to in their resource management decisions (Ministry for the Environment, n. d.). Of particular note are requirements that New Zealand's larger city councils must provide sufficient development capacity for housing, and must enable building heights of at least 6 storeys in "metropolitan centre zones", and within a walkable catchment of the city centre and public transport "rapid transport stops" (New Zealand Government, 2020). There are some "qualifying matters" that are exempt, including places that are significant to Māori and other historic heritage, but councils must demonstrate why the qualifying matter is incompatible with the required level of development.

All of this comes at a time when housing affordability has become a key issue in New Zealand, with house prices over the last five years, rising at a faster rate than wages. The Wellington median sales price in mid-2020 was about \$700,000, and the median income about \$73,800, meaning house prices are about 9.5 times incomes (STATS NZ, 2020). Wellington's housing market is not only forcing first home buyers out of the market but it is also driving up rents making the city a very expensive place to live. WCC prepared reporting in 2017 and 2019 which received survey and submission responses from 724 and 1,372 Wellington citizens, respectively (Wellington City Council, 2020). The 2017 and 2019 findings then fed into the WCC preparation of the draft Spatial Plan which was made available to the public for feedback from 10 August until 5 October 2020. A report from 21 December 2020 presented community feedback gathered from 2,049 survey responses and 848 submission responses (GLOBAL RESEARCH, 2020).

What stands out the most about the key findings from the 2,897 submissions to the draft Spatial Plan is the lack of agreement in relation to many of its core proposals. And while a considerable number of respondents stated that they supported and admired the vision, a number submitted that the proposed Spatial Plan was not the way to achieve that vision. Just under half (48%) of respondents agreed that the draft Spatial Plan aligned with the five city goals of being compact, resilient, inclusive and connected, vibrant and prosperous, and greener.

The reliability of the key grounding statistics of the draft Spatial Plan, namely the anticipated 50,000 - 80,000 new residents projected, were also called into question by "a very large number of respondents", especially because the figures had been identified prior to the

Covid-19 pandemic. According to Global Research (2020), for the main proposal of intensification and zoning changes in Wellington, only 41% of respondents agreed with the proposed city-wide intensification plans.

Yet the draft Spatial Plan proposal that sparked the most controversy, pitting Wellington citizens against each other, was the scheme to reduce “special character areas” in the city. The proposed reduction in character areas is partly a result of the way in which “amenity values” such as special character and “historic heritage” are interpreted by the WCC and defined in the RMA. The RMA provides much greater levels of protection for “historic heritage” which is a “matter of national importance” than for “amenity” which is given lesser weight. And while “heritage” is noted in the NPSUD as a “qualifying matter”, councils must make a specific case to demonstrate the value of “amenity” and “special character” as a reason why they should not enable a minimum building height of 6 storeys in a particular area.

The parts of Wellington that have been identified as “character areas” were due to “amenity values” for the “natural or physical qualities and characteristics of an area that contribute to people’s appreciation of its pleasantness, aesthetic coherence, and cultural and recreational attributes” (Resource Management Act, 1991. section 2). But the “special character areas” located in eight inner city suburbs, were only characterised by attributes that could also be considered “heritage”, particularly for their coherent streetscapes of pre-1930 timber houses. The existing District Plan rules protected the streetscape values of these areas by requiring an application or “resource consent” to demolish pre-1930 buildings.

The draft Spatial Plan proposed to create smaller “sub-areas” of historic streetscapes where there was sufficient evidence for character to be a “qualifying matter” under the new NPSUD. This also meant that anything outside of the designated sub-areas would no longer be subject to the same demolition controls. Within the proposed character sub-areas, new buildings would be limited to a maximum building height of 3 storeys and outside of the sub-areas, new buildings would have a maximum height of 4-6 storeys (Wellington City Council, 2020).

Those in opposition to the changes to the character areas were concerned that parts of iconic Wellington suburbs would be irrevocably lost (Figure 9). Respondents in support of reduced character areas made the argument that protection of pre-1930 housing was a lower priority than providing warm, dry, safe and affordable housing. One respondent submitted that character areas were beset with “damp, cold, mouldy houses with overpriced rent” (Global Research, 2020).



Figure 9: Moir Street - within the former Mount Victoria character area and is part of the proposed M. V. sub area.
Source: Karen Astwood.

WCC asked whether respondents agreed that the refined approach to the pre-1930 character areas offers a good balance between protecting special character and providing new housing in these areas, of which 33% of respondents agreed, 48% disagreed, 15% were neutral and 5% not sure. On 24 June 2021, the *Our City Tomorrow: A Spatial Plan for Wellington City – An Integrated Land Use Transport Strategy* was adopted by WCC's Pūrora Āmua Planning and Environment Committee (which is made up of publically elected representatives/councillors). A number of resolutions to amend the draft Spatial Plan were agreed to by the committee. The councillors voted to free-up planning rules that restricted building heights in inner-city suburbs. They also reduced the spatial extent of character areas. In the District Plan (2000), there are 307

hectares of character areas within Wellington's inner suburbs that are subject to strict controls over the demolition and development of pre-1930 buildings. The draft Spatial Plan proposed reducing this to approximately 88 hectares.

In response to the public submissions made on the draft Spatial Plan, a small concession was made to those in favour of character areas, with the councillors voting to finalise the new character/sub areas at 127 hectares where the pre-1930 demolition controls would apply. The general character overlay which had been a buffer around the 307 hectare area was also removed to enable intensification to at least 6 storey development in surrounding areas (Wellington City Council, 2021). The meeting marked a significant change in Wellington's planning approach – principally because the emphasis of planning rules over the past three decades had been focused on protecting the character of the city's inner suburbs, and the finalised Spatial Plan, which was set to direct the review to the District Plan, set a very different agenda for the city's future.

Discussion: “values-driven” planning for the future

The Wellington case study illustrates that planning for growth is really complicated. There is a lot of potential to impact people where they live, and given the strong emotional attachment of home being “where the heart is”, it is understandable that planning for growth can generate conflict. WCC's Planning For Growth work programme was spearheaded by the draft Spatial Plan, which shone a light on the complexities of New Zealand's national protection mechanisms. The complicated planning lexicon in particular, with its singular interpretations of “historic heritage”, “sites of significance to Māori”, “amenity values”, “character areas” and “special character areas”, was enough in itself to create confusion amongst Wellington citizens.

Yet while legislation, national policy statements and spatial and district plans may provide a sense of certainty and security to help people in managing the future, these mechanisms can also entangle us in bureaucracy, and cause us to lose sight of the complex realities of people's lived experiences. American landscape architect, Robert Melnick, who is well known for his promotion of taking a wider “cultural landscape” approach to managing values, warns of the “codified expectation of finding only one truth” (Melnick, 2008, p. 208). Melnick (2008, p. 100) confirms that we need codes, rules, regulations, and all of the opportunities that they present. Yet he asserts, that in focussing on these methods alone “we lose something equally important, equally valuable, yet not at all quantitative or countable; something that cannot fit neatly on a National Register of Historic Places nomination form”.

The Historic Urban Landscape approach or “HUL” has been a key guiding force since its inception in the mid-2000s for addressing tensions between the dynamism of cities and the preservation of historic buildings and civic identity (VAN OERS, BANDARIN, 2012). The UNESCO Recommendation on the Historic Urban Landscape was envisioned for situations just like the Wellington case study, where “development” and “urban heritage conservation” are seen as conflicting rather than cooperative processes (The Hul Guidebook, 2016). This complexity is reinforced by the diversity and dynamics of the local culture, as there are many community fairs, festivals and cultural practices that take place in Wellington, where the city's streetscapes contribute to people's appreciation and enjoyment of these events. Change in scale, design and look can influence the way that people engage with their surroundings and impact the identity of an urban area (Figures 10 and 11).



Figure 10: Wellington Botanic Gardens summer concert series.

Source: Florian Ludwig.



Figure 11: The main street of Thorndon, Wellington, is full of people during the annual and much loved Thorndon Fair.
Source: Paulette Wallace.

HUL (2016) promotes an integrated framework for urban management that brings together the same toolkit of regulatory systems and knowledge and planning tools, as in Wellington, and it also includes financial and community engagement tools, which appeared to be not so prevalent in the Wellington case study. According to the HUL Guidebook (2016), the financial tools should “aim to build capacity and support innovative income-generating development rooted in tradition”. The Guidebook further recommends utilising community engagement tools place urban citizens in the driver’s seat, so that a diverse cross-section of stakeholders are empowered “to identify key values in their urban areas, develop visions, set goals and agree on actions to safeguard their heritage and promote sustainable development”.

The City of Ballarat in Victoria, Australia, like Wellington, New Zealand, has its groundings in a similar regulatory model focussed on protecting (mainly historic) heritage buildings and places from change. In 2013, Ballarat became the first local government in the world to sign onto the UNESCO Historic Urban Landscape Pilot Program. Since then, the City of Ballarat has worked to evolve its approach into a more integrated model that is supported by people-centred approaches

and effective partnerships (City of Ballarat, 2017). *Ballarat Imagine*, the largest community conversation the City of Ballarat had ever had, gave its citizens the opportunity to share their values on what they love about Ballarat, what they would like to retain in the city, and what they imagine for Ballarat in light of the forecast that their city of just over 100,000 citizens was set to grow by more than 60,000 people by 2040. 6,500 responses were collected from postcards, social media, websites, public events, gatherings at markets, shops, cafes, and engagement with local community groups (City of Ballarat, 2022). *Ballarat Imagine* was then utilised to inform the city's long-term plan, *Today, Tomorrow, Together: The Ballarat Strategy 2040*. Although this is only a very quick and broad-brush example, it does suggest that local governments can enable values-driven planning that seeks to find out what citizens want for the future, at the same time as it focuses on addressing urban growth.

The idea of enabling more of an open dialogue with citizens, was a topic that was highlighted in the consultation on the Wellington draft Spatial Plan (Global Research, 2020). WCC was operating in a pressurised environment and it should be noted that the draft Spatial Plan was effectively written and finalised while New Zealand was subject to Covid-19 lockdowns in 2020. The NPSUD was published in July 2020, about a month before the draft Spatial Plan was released for consultation, and with relatively little consultation between New Zealand's national government and the local governments charged with implementing it. Consultation on the draft Spatial Plan in October and November 2020 was delayed by restrictions on movement and gatherings required by the national government response to Covid-19. Then there was the added pressure that WCC was legislatively required to implement parts of the NPSUD in 2022, which was coincidentally an election year for local government in New Zealand. A further consideration was the 2019 National Planning Standard which requires the replacement of the Wellington District Plan within 5-years.

All of this meant that timing was not on the side of WCC and a number of the 2,897 respondents to the draft Spatial Plan submitted that they believed the consultation was inadequate. According to Global Research (2020, 11, 82, 195), respondents expressed concern that the planning process was being rushed and that the consultation was not effective.

Final considerations

Could WCC have done more in the public engagement space? WCC was caught in a difficult position, during a pandemic and following the introduction of a new high-level statutory instrument,

but analysis of the consultation suggests a lack of communication and attention to community aspirations. Despite WCC seeking Wellington citizens to accept that they needed to change their thinking about Wellington city and that a new format of plan was required to direct this change, the engagement approach for the draft Spatial Plan used an established WCC method primarily focussed on asking citizens to respond to a city-wide survey with a set of formulated questions.

During the consultation period WCC officers including planners, urban designers, and heritage advisors did also attend public meetings over a two month period, and set up walk-in sessions in the city centre and local shopping centres. Respondents could choose to formally present oral submissions to councillors, or participate in informal group sessions to express their views. Nevertheless, respondents argued that there was no differentiation, or specific engagement made with the people who lived in the suburbs that were to be most impacted by the changes proposed by the draft Spatial Plan. They also commented that they wanted to be consulted specifically on what is best for their community, rather than the city as a whole (Global Research, 2020, p. 8).

Some might ask - where to from here? Wellington may have a new Spatial Plan that sets out a roadmap for the future, but it also has a deeply divided public. Planning for growth in Wellington has been problematic, stressful, and thick with conflict. The case study has demonstrated that decision-making in Wellington needs to become more robust, participatory and localised. An approach of this kind may generate higher levels of buy-in and also diffuse the divisive and combative climate that currently exists in the city. Particularly if it can be implemented in a way that is less influenced by the vagaries of election cycles and other statutory timelines, and allows for sufficient time for community-led engagement and consultation.

References

- ALLEN, H. *Protecting historic places in New Zealand*. Auckland: University of Auckland, 1998.
- BARBER, I; MCLEAN, G. Heritage and the big picture: reading a cultural landscape. In: TRAPEZNIK, A. (editor). *Common Ground? Heritage and public places in New Zealand*. Dunedin (New Zealand): Otago University Press, 2000, p. 91-105.
- BELICH, J. *Making Peoples: a history of the New Zealanders from Polynesian settlement to the end of the nineteenth century*. Auckland (New Zealand): Allen Lane/Penguin, 1996.
- BOFFA MISKELL LTD. *Integrated planning for metropolitan Wellington: a report prepared for the Local Government Commission*. Wellington, 2017. Available from: <<https://www.lgc.govt.nz/assets/Uploads/Integrated-planning-for-metropolitan-Wellington-the-value-proposition-September-2017.pdf>>. Cited 2022 Jan. 26.
- BYRNES, G. *Boundary markers: land surveying and the colonisation of New Zealand*. Wellington (New Zealand): Bridget Williams Books, 2001.
- CITY OF BALLARAT. *Our people, culture & place: a manual for people implementing the heritage plan 2017-2030*. Supplementary manual October 2017. Available from:

- <http://www.hulballarat.org.au/cb_pages/files/A_MANUAL_FOR_IMPLEMENTING_Our_People_Culture_Place_October_2017.pdf>. Cited 2022 Feb.4.
- _____. *Resources Ballarat Imagine*. 2022. Available from: <http://www.hulballarat.org.au/cb_pages/resources.php?category_id=2607>. Cited 2022 Feb. 4.
- _____. *Today tomorrow together: the Ballarat strategy our vision for 2040*. 2015. Available from: <<https://www.ballarat.com.au/invest/strategies-and-plans/>>. Cited 2022 Feb. 4.
- GLOBAL RESEARCH LTD. *Wellington City Spatial Plan 21 December 2020*. Christchurch, 2020. Available from: <<https://planningforgrowth.wellington.govt.nz/your-views/consultations-and-engagements/draft-spatial-plan-feedback>>. Cited 2022 Jan. 27.
- GNS SCIENCE. Wellington fault. n. d. Available from: <<https://www.gns.cri.nz/Home/Learning/Science-Topics/Earthquakes/Major-Faults-in-New-Zealand/Wellington-Fault>>. Cited 2022 Jan. 26.
- HARRIS, F.T.W. Greater Cook Strait: form and flow. *Te Ara: the Encyclopedia of New Zealand*, 1990. Available from: <<https://teara.govt.nz/en/diagram/13182/windy-wellington>>. Cited 2022 Jan. 25.
- HERITAGE NEW ZEALAND POUHERE TAONGA. *Heritage New Zealand seeks stories of queer heritage*. 2021. Available from: <<https://www.heritage.org.nz/news-and-events/news/2021-august-24-rainbow-list-project-announcement>>. Cited 2022 Jan. 26.
- HERITAGE NEW ZEALAND POUHERE TAONGA ACT 2014. *Wellington: Parliamentary Counsel Office*. Available from: <<https://www.legislation.govt.nz/act/public/2014/0026/latest/DLM4005414.html>>. Cited 2022 Jan. 25.
- HUNT, T. Wellington, a city divided as spatial plan thriller plays out beneath bureaucracy's lights. *Dominion Post*, 2024 Jan. 24. Available from: <<https://www.stuff.co.nz/dominion-post/news/wellington/125471532/wellington-a-city-divided-as-spatial-plan-thriller-plays-out-beneath-bureaucracys-lights>>. Cited 2022 Jan. 24.
- IRWIN, G; WALROND, C. When was New Zealand first settled? *Te Ara: the Encyclopedia of New Zealand*, 2005. Available from: <<http://www.TeAra.govt.nz/en/when-was-new-zealand-first-settled>>. Cited 2022 Jan. 25.
- LEWIS, O. *Heritage New Zealand lacks resources to protect Maori heritage, academic claims. The Marlborough Express*, 2017 Mar. 27. Available from: <<https://www.stuff.co.nz/national/90665947/heritage-new-zealand-lacks-resources-to-protect-maori-heritage-academic-claims>>. Cited 2022 Jan. 26.
- MCLEAN, G. Where sheep may not safely graze: a brief history of New Zealand's heritage movement 1890-2000. In: TRAPEZNIK, A. (editor). *Common Ground? Heritage and public places in New Zealand*. Dunedin (New Zealand): Otago University Press, 2000, p. 25-55.
- MELNICK, R. Z. Are we there yet? Travels and tribulations in the cultural landscape. In: LONGSTRETH, R. (editor). *Cultural landscapes: balancing nature and heritage in preservation practice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008, p. 208.
- MINISTRY FOR THE ENVIRONMENT. *National policy statement on urban development*. n. d. Available from: <<https://environment.govt.nz/acts-and-regulations/national-policy-statements/national-policy-statement-urban-development/>>. Cited 2022 Jan. 26.
- NEW ZEALAND GOVERNMENT. Estimated population of NZ. *Stats NZ*, 2021 Nov. 16 . Available from: <<https://www.stats.govt.nz/indicators/population-of-nz>>. Cited 2022 Jan. 24.
- _____. *National Policy Statement on Urban Development*. 2020. Available from: <<https://environment.govt.nz/assets/Publications/Files/AA-Gazetted-NPSUD-17.07.2020-pdf.pdf>>. p. 11>. Cited 2022 Feb. 4.
- PAWSON, E. The Meaning of mountains. In: PAWSON, E.; BROOKING, T. (editors). *Making a new land: environmental histories of New Zealand*. New ed. Dunedin (New Zealand): Otago University Press, 2013, p. 158-173.
- RESOURCE MANAGEMENT ACT 1991. *Wellington: Parliamentary Counsel Office*. Available from: <<https://www.legislation.govt.nz/act/public/1991/0069/latest/DLM231907.html>>. Cited 2022 Jan. 25.
- SCHRADER, B. *The Big Smoke: New Zealand cities, 1840-1920*. Wellington (New Zealand): Bridget Williams Books, 2016.
- STATS NZ. *Housing in Aotearoa: 2020*. Wellington, 2021. Available from: <<https://www.stats.govt.nz/reports/housing-in-aotearoa-2020>>. Cited 2022 Jan. 26.
- THE HUL GUIDEBOOK. *Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments*. 2016. Available from: <<http://www.historicurbanlandscape.com/index.php?classid=5355&id=170&t=show.>>. Cited 2022 Feb. 4.

VAN OERS, R.; BANDARIN, F. *The Historic Urban Landscape: Managing Heritage in an Urban Century*. Chichester (England): John Wiley and Sons Ltd, 2012.

WALLACE, P. *Approaching cultural landscapes in postsettler societies: ideas, policies, practices*. (PhD Dissertation). Deakin University, Melbourne (Australia), 2014.

WELLINGTON CITY COUNCIL. *About: what is planning for growth? Our city tomorrow planning for growth*. n. d. Available from: <<https://planningforgrowth.wellington.govt.nz/about>>. Cited 2022 Jan. 26.

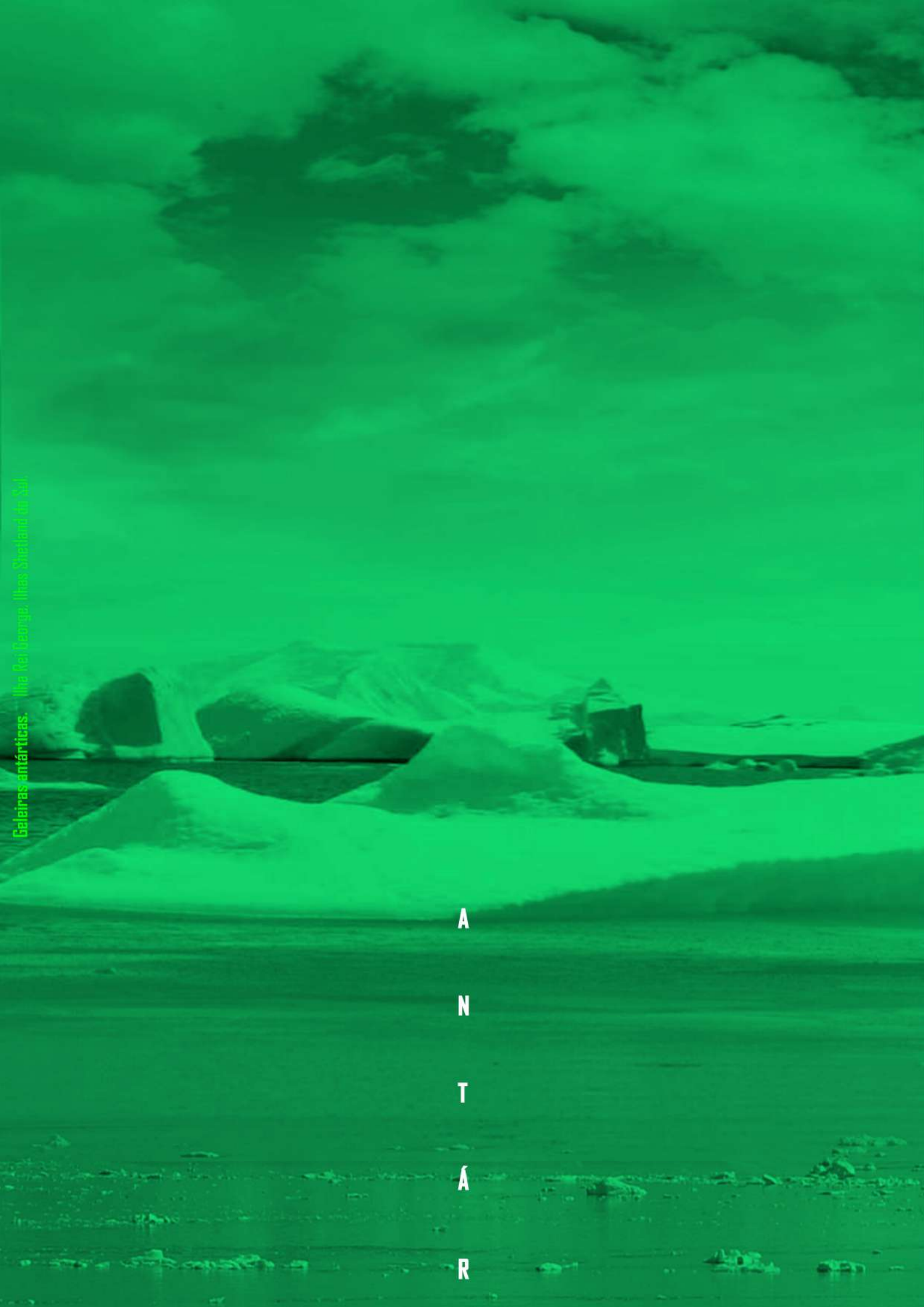
_____. *Closed consultations*. Absolutely Positively Wellington City Council. n. d. Available from: <<https://wellington.govt.nz/have-your-say/consultations/closed-consultations>>. Cited 2022 Jan. 27.

_____. *Draft District Plan, 2021*.

_____. *Inner suburbs: Character áreas*. Our city tomorrow planning for growth. 2020. Available from: <https://planningforgrowth.wellington.govt.nz/__data/assets/pdf_file/0026/13697/CharacterAreas_FactSheet.pdf>. Cited 2022 Jan. 27.

_____. *Pūroro Āmua Planning and Environment Committee decisions*. Our city tomorrow planning for growth. n.d. Available from: <https://planningforgrowth.wellington.govt.nz/__data/assets/pdf_file/0025/16756/Info-sheet-24-June-Spatial-Plan-P-and-E-Committee-decisions-20210824.pdf>. Cited 2022 Jan. 27.





Geleiras antárticas... Ilha Rei George, Ilhas Shetland do Sul

A
N
T
Á
R

T
I
C
A



Montes entre marés. Iha Rei George, Ihas Shetland do Sul (AN)

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE PROJETO NA ANTÁRTICA:

A proposta de abrigo polar-modular-sustentável para pesquisas.

GUSTAVO ALEXANDRE CARDOSO CANTUARIA



Este artigo investiga a construção de um abrigo polar na Antártica realizada na Ilha Rei George, situada em tal continente. Fazia parte dos objetivos iniciais o abrigo ser modular, sustentável, reutilizável, fácil de transportar e não consumir energia. Nessa experiência foram necessárias informações sobre uma série de variáveis e exemplos construídos de design sustentável, com estratégias de baixo consumo de energia e materiais ecológicos. Este capítulo, baseado na apresentação realizada em 2021 no IV Seminário Internacional de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília, discute a pesquisa e a construção de um abrigo verdadeiramente sustentável e autossuficiente para hospedar cientistas durante suas investigações de campo na Antártica. Este projeto de pesquisa é denominado Polar Lodge e faz parte do PROPOLAR, o programa Polar Portuguese conta com a participação da Universidade de Lisboa (Portugal), do Ceub de Brasília (Brasil), da Universidade de Cambridge (Reino Unido) e Heriot-Watt University de Edimburgo (Reino Unido).



Este artículo investiga la construcción de un refugio polar en la Antártida en la isla Rey Jorge, situada en ese continente. Formaba parte de los objetivos iniciales que el refugio fuera modular, sostenible, reutilizable, fácil de transportar y no consumiera energía. Esta experiencia requirió información sobre una serie de variables y ejemplos construidos de diseño sostenible, con estrategias de bajo consumo energético y materiales ecológicos. Este capítulo, basado en la presentación realizada en 2021 en el IV Seminario Internacional de Arquitectura y Urbanismo del Centro Universitario de Brasília, discute la investigación y la construcción de un refugio verdaderamente sostenible y autosuficiente para albergar científicos durante sus investigaciones de campo en la Antártida. Este proyecto de investigación se llama Polar Lodge y forma parte de PROPOLAR, el programa Polar Portugués cuenta con la participación de la Universidad de Lisboa (Portugal), Centro Universitario de Brasília (Brasil), la Universidad de Cambridge (Reino Unido) y la Universidad Heriot-Watt de Edimburgo (Reino Unido).



This article investigates the construction of a polar shelter in Antarctica held on King George Island, situated on that continent. It was part of the initial objectives for the shelter to be modular, sustainable, reusable, easy to transport and not consume energy. This experience required information on a number of variables and built examples of sustainable design, with strategies of low energy consumption and ecological materials. This chapter, based on the presentation made in 2021 at the IV International Seminar on Architecture and Urbanism of the University Center of Brasília, discusses research and the construction of a truly sustainable and self-sufficient shelter to host scientists during their field investigations in Antarctica. This research project is called Polar Lodge and is part of PROPOLAR, the Polar Portuguese program has the participation of the University of Lisbon (Portugal), the University Center of Brasília (Brazil), the University of Cambridge (United Kingdom) and Heriot-Watt University of Edinburgh (United Kingdom).



Considerações Iniciais

Arquitetura é o testamento das conquistas da humanidade ao longo da história. É um livro a céu aberto, sem palavras, mas com edifícios que contam histórias intermináveis de comunidades, sociedades e culturas e como elas interagiram com sua própria paisagem e ambiente. Inovações e transformações impressionantes ocorreram ao longo dos séculos, impulsionadas pela necessidade de concordar com seu entorno devido à necessidade de encontrar condições ideais e melhores de vida. Por meio desses avanços tecnológicos, o homem conquistou a capacidade de viver em qualquer lugar da Terra, como o deserto e os pólos. Temos até a capacidade de sobreviver por longos períodos no espaço sideral e no fundo do mar. O desejo incessante de dominação levou ao mesmo tempo a incríveis inovações tecnológicas, bem como ao distanciamento do ambiente natural. Nossas cidades estão ficando tão grandes, tão altas, tão espalhadas e tão construídas, que está se tornando impossível não apenas morar, mas também mantê-las. Nossas metrópoles consomem tanto energia que é necessário conectá-las diretamente a uma usina hidrelétrica. Nossos centros urbanos estão aninhados em ilhas de calor cada vez maiores. A poluição, especialmente na forma de CO₂, levou a Terra a um desafiador estado de aquecimento global. Com esse cenário sombrio, o objetivo desta pesquisa foi dar um passo para trás e refletir sobre exemplos anteriores, de tecnologia vernacular. Muito desse conhecimento foi ignorado e esquecido em detrimento das possibilidades irresponsáveis e insustentáveis de alta tecnologia. Buscamos enfatizar a necessidade de uma arquitetura de emissão zero, com menos desperdício e menor consumo de energia.

A experiência vivida na Antártica e aqui relatada consistiu, sobretudo, em uma possibilidade de reflexão sobre a questão ambiental a partir de uma das áreas do planeta menos degradadas pelo homem por meio de intervenções físicas. Além de se configurar como o continente mais austral da Terra, de importância ambiental e paisagística, a Antártica também pode ser vista

como uma grande parceria. Afinal, tal como no caso da ONU, em que todos que signatários têm por princípio a colaboração, os mais de 50 países participantes do tratado da Antártica são obrigados a desenvolver pesquisas ali em benefício comum, e tem sido grandes as colaborações desde sua assinatura, em 1959. Portugal assinou o tratado, em 2010. O Brasil assinou há muitas décadas, em 1975. Anos depois surgiu a possibilidade para uma ação colaborativa em solo antártico com representantes dos dois países, neste capítulo relatada, segundo minha participação. A colaboração proposta por Portugal era de fazer um abrigo de pesquisa. Não uma base permanente de fato, um grande módulo de estadia como o Brasil tem agora, inaugurada há pouco tempo. Mas um abrigo provisório de pesquisas. Esta é uma colaboração iniciada 2015 e já teve três ciclos de trabalho e pesquisas de campo in loco, na maravilhosa Antártica (Figura 1).



Figura 1: Localização da King George Island, no continente da Antártica.
Fonte: Alterações a partir de <https://pt.wikipedia.org>

Conhecendo e intervindo na paisagem da Antártida

A Figura 02 mostra uma parcela da paisagem da Antártica. Quando ela é intocada, é isso que se vê. Um visual majestoso, misterioso e intrigante, porque conhecemos muito pouco de lá. Principalmente o clima, que é sua melhor defesa. Além do clima inóspito, o mais frio do planeta, o acesso é difícil, pois ao chegar de navio, é inevitável atravessar águas desafiadoras, como o Estreito de Drake, considerado como a travessia mais perigosa do mundo devido as suas águas turbulentas.

De avião o acesso também é difícil. Então tem muitos desafios para se chegar até lá. Com isso tem-se um mistério do que é a Antártica, que só começou a ser desvendado no começo do século XX, com a chegada das primeiras pessoas. A história do continente branco é muito recente, basicamente 100 anos de pesquisa. Da exploração desde a descoberta de fato da Antártica, do extremo sul do planeta, até hoje, é um curto período para desvendar tantos mistérios (Figura 2).



Figura 2: Paisagem da Antártica.
Fonte: Autor.

A pesquisa idealizada para esta específica região continental teve em seu cerne, desde o início, trabalhar com o clima local. Assim, a pesquisa envolveu uma escala pequena, não sendo uma grande intervenção urbana; tudo isso tendo a ver com a intenção de conectar e conhecer o clima, conhecer as intempéries locais, trabalhando na escala menor, mas multiplicando seu benefício a nível maior. Tendo em vista a especificidade dos resultados por nós esperados. Chegando nessa ambientação local, que obviamente é muito frio, há muita neve. Mas ao mesmo tempo a neve também é sua beleza rara, uma imensa e extraordinária tela branca. Para todos os lados se observa o branco (Figura 3). São tonalidades brancas maravilhosas, que merecem ser preservados e serve de conhecimento para o homem, mas com respeito.



Figura 3: Paisagem natural na Antártica.
Fonte: Autor.

Mas assim que chega o homem, existe a intervenção, e, obviamente nem sempre de uma maneira inteligente. O homem chega e já inicia a degradação ambiental, intervindo de maneira errônea, produzindo ou trazendo materiais e, muitas vezes, abandonando resíduos. Como é difícil chegar lá, tudo que se leva deveria ser retirado, mas sendo difícil chegar e sair, muitas vezes é mais fácil deixar para lá (Figura 4). Ainda assim, é errado e contra as normas deixar esses resíduos e poluição para trás neste continente. Sendo assim, é um grande desafio fazer coisas, quaisquer que sejam, que não degradem o local. Na primeira ida até lá, estudamos o que já tinha sido feito como intervenções arquitetônicas. Estudamos quais materiais são mais resistentes. Foi observado por nós, por exemplo, que materiais de container que não têm resistência ao clima, que enferrujam rapidamente, que deterioram – e tudo e isso é um grande problema. Os PVCs, inclusive, também não resistem ao clima, rapidamente estouram e criam resíduos e degradações.



Figura 4: Degradação na Antártica provocada pelo homem.
Fonte: Autor.

E com isso, tudo que vai sendo feito de errado, vai ficando para trás e criando grandes acúmulos de poluição. Tudo que é deixado de resíduo deveria ser levado para o continente. Mas infelizmente, como tem um custo alto, vai sendo deixado de lado. A ferrugem é mal vinda nos navios, para não se criar problemas maiores nos transportes isso é, simplesmente, ignorado.

Sobre este nosso reconhecimento local inicial, vale ressaltar que existe um problema de locomoção desde o desembarque, que é sair do navio e chegar até o continente. Isso já é um grande desafio inicial e ao mesmo tempo respeitar a topografia, a geografia e trabalhar com isso, trabalhar com esse clima existente. Andamos em diversos locais, e procuramos um local mais propício. Um local onde a topografia ajudasse a barrar os ventos diversos, que podem ser fortes, perigosamente fortes. Buscou-se assim criar um nicho que pudesse ajudar na intervenção do abrigo que queríamos colocar. Atualmente os espaços de pesquisa são basicamente campings, muito efêmeros e instáveis. Há gelo, neve, ventos muito fortes e de impossível previsão. Nesses campings as pessoas ficam muito vulneráveis na sua saúde e condição humana. As barracas podem ser levadas pelo vento e as pessoas podem ficar isoladas. A ideia era mudar isso para poder criar um abrigo mais saudável e mais seguro.

Estudando os exemplos locais vemos muitas instalações que são fixas, montado e desmontado conforme a necessidade das pesquisas. As bases de diversos países são geralmente grandes construções fixas. É onde se recebe os pesquisadores e onde as pessoas dormem, comem e moram. Mas as pesquisas de campo são em módulos temporais. Nas bases maiores, como por exemplo o da Espanha, a gente foi vendo o que deu certo e o que deu errado.

Neste local temos um exemplo de módulo temporal fixo; são iglus feitos de fibra de carbono, que é interessante o sistema de aerodinâmica, de termo de forma e expressão arquitetônica (Figura 5). Mas a fibra de vidro não auxilia na questão de temperatura. Estudamos os materiais que resistem, outros que não resistem. Queríamos também manter um grau de humanidade, de conforto ambiental, revisitar a ergonomia desses espaços, por mais que fossem esporádicos. Foi estudado tanto as bases fixas quanto as mais temporais para saber qual tinha melhor performance térmica. Foi pensado qual melhor tipo de arquitetura para relacionar o espaço interno e externo.

Um estudo da durabilidade do material como, por exemplo, a base científica polonesa que usa madeira e vidro. Vimos que conseguiram criar um clima de conforto com aquecimento passivo, criando uma miniestufa nesses espaços. A madeira resistindo a diversas décadas, se mostrou interessante, eficiente e resiliente.

Também vimos uma nova base espanhola, recém-inaugurada quando estivemos na localidade (Figura 6); elaborada com alta tecnologia, se destaca na paisagem; contudo, na ocasião em que estivemos na localidade foi possível já observar o surgimento de trincas e rachaduras em sua fibra de PVC.



Figura 5: Módulos temporais e fixos na área espanhola.
Fonte: Autor.



Figura 6: Base espanhola.
Fonte: Autor.

Depois dessa experiência imersiva na realizada em solo da Antártica, levamos todo esse conhecimento de volta para os nossos laboratórios em Lisboa e no Brasil, no Centro Universitário de Brasília, onde estudamos a morfologia, tipologia e materiais.

Fizemos algumas performances térmicas, simulações, com comparações de compacidade da forma e resistência térmica. Analisamos a infiltração de ar na forma e as pontes térmicas. Também fizemos protótipos analisando a aerodinâmica da forma, vendo a questão de leveza do material, para facilitar o transporte que seria feito em apenas um bote, ou zodiaco, como também é conhecido. Havia a questão de peso, efetividade de transporte, resistência desses materiais, então existia diversos fatores para serem olhados e estudados para poder vencer os objetivos. Até colocamos isso como proposta para alguns estudantes. Os estudantes que quisessem fazer uma interação da academia com a graduação teriam essa possibilidade. Então tivemos diversas sugestões interessantes.

Nesse processo de pesquisa, do ponto de vista da performance, ambiental, de conforto, agilidade de montagem e desmontagem, facilidade de construção, aerodinâmica, resistência à neve, diversas coisas foram vistas, que tem seu custo alto. O high-tech tem um custo e quando se multiplica isso pensando na replicação do módulo, ele começa a ter um peso grande de inviabilidade econômica. Mas deixamos totalmente livre essa questão de soluções para os alunos, para realmente não se ter uma limitação de ideias, afinal todas as ideias são válidas.

E nessa investigação de habitação mínima, olhamos o custo-benefício disso tudo e fomos olhar também as experiências de quem já vive num clima mais rígido, como os esquimós e, os nômades da Mongólia, que tem essa tipologia do yurt de forma interessante (Figura 7). Essa comunidade itinerante na Mongólia também tem que montar e desmontar rapidamente suas casas, porque são nômades, se deslocam de tempos em tempos. Então é necessária uma tipologia de leveza, resistência ao clima. Olhamos o high-tech e olhamos também o low-tech, o que já existe e já é bem estabelecido e de modo vernacular já foi respeitado e provado que funciona.

Então olhamos a estrutura de madeira, a curvatura que queríamos, a resistência do material ao longo do tempo. Também estudamos o envelopamento, a resistência do material que vai fazer a interação do ambiente interno e externo. Tem que ser resistente, confortável e duradouro. Os materiais foram todos fixos, trabalhamos com módulos para fazer a montagem e desmontagem, que fosse como um jogo de Lego. E tentando achar essa qualidade ergonômica e espacial interna, as pessoas ficarem de pé e nem sempre agachadas para transitar, como ocorre em uma barraca de camping (Figura 8).



Figura 7: Arquitetura de Yurt.
Fonte: Manuel Guedes.



Figura 8: Interior de um Yurt.
Fonte: Manuel Guedes.

Após um dia de trabalho intenso, como o de pesquisa de campo, em um clima árduo e desafiador, o que se busca ao final do dia é um local prazeroso pra entrar e descansar. O mínimo é ter um pouco de paz, um pouco de conforto, ter bem-estar. No camping é mais improvável isso, principalmente em termos ergonômicos e de conforto térmico.

Assim, com estudos de exemplos existentes, adaptamos os materiais para o nosso desafio local na Antártica. Pensando em questões térmicas, acústicas, psicológicas, ergonômicas e aerodinâmicas do formato, chegamos a alguns materiais interessantes. O uso da madeira, o uso de grandes camadas de fibra natural de lã possibilitou a resistência térmica. Isso tudo coberto por uma película externa que resiste ao frio e à chuva que também é biodegradável. Sendo assim, na pior das hipóteses ele se diluiria com a natureza. Também foram feitos testes para a curvatura na criação do abrigo, para ter a aerodinâmica necessária para se livrar dos ventos gelados e não ter acúmulo de neve.

Os desafios para a construção do abrigo polar foram: ser um módulo sustentável, de baixo impacto (baixa pegada de carbono); espaços otimizados e funcionais para os estudos; modular, transportável em apenas um bote (zodíaco); emissão de carbono zero; baixo custo energético; que fosse possível sua replicação, fácil montagem e desmontagem; que trouxesse conforto físico e psicológico; fosse resistente aos ventos; baixo impacto no ecossistema e acima de tudo; seguro.

Esses objetivos foram contemplados, começando com colocar todo o material em quatro bagagens para transportar tudo em um único zodíaco. Sendo assim, foi feita visitas e análise para

a escolha do terreno. Como dito, foi buscado um local onde a topografia protegesse dos ventos do local. Então foi importante a escolha do local de implantação.

Assim também ficaram definidos os materiais, a madeira, a fibra impermeável e biodegradável e a lã para resistência térmica.

A montagem da estrutura funcionou como uma sanfona. Toda fechada para o transporte, mas sendo possível rapidamente abri-la como um todo. Foi escolhido também um local com vista, para se ter a luz e a interação com a paisagem do ambiente ao redor (Figura 9).



Figura 9: Collins Bay, sítio escolhido para instalar o abrigo polar.
Fonte: Autor.

E, daí por diante, foram iniciados os procedimentos práticos para a criação de um Abrigo Polar na Antártica a partir dessas e outras reflexões iniciais e possibilidades práticas (Figura 10).



Figura 10: Preparando a base do abrigo polar em Collins Bay.
Fonte: Autor.



Figuras 11, 12, 13, 14, 15 e 16: Base circular com estrutura sanfonada e vedação em lã e mantas biodegradáveis.
Fonte: Autor.

As Figuras acima, de 11 a 15, ilustram passos da instalação do abrigo polar na paisagem da Antártica. Primeiramente, a após pequena intervenção no terreno, preparou-se a base (Figura 11) e, em seguida, a estrutura (Figuras. 12 e 13). Em seguida foi inserida a camada de lã para a resistência térmica (Figura 14) e, posteriormente, mantas biodegradáveis (Figuras 15 e 16). A parte superior, oferece iluminação zenital e funciona como janela. O abrigo foi construído em dois dias, mas a ideia inicial era para ser feito em apenas um dia. Levou-se praticamente o primeiro dia para ajeitar e planificar o terreno para receber a base. Sempre há surpresas e ocorreu um incidente inesperado. Todo o material foi retirado do bote deixado na beira da praia para ser subido por partes ao local escolhido. Não foi percebido que a maré subiu rapidamente e levou embora a nossa porta, a nossa janela. Então foi necessário voltar à base e refazer in loco, rapidamente, outra porta e outra janela.

Assim voltou-se no dia seguinte para montar o resto. Montamos a base e o piso de maneira manual, tirando as pedras, para tentar planificar ao máximo. A base construída foi todo modular e em gomos, certificando em deixar a permeabilidade por baixo, para permitir o escoamento de água necessária por debaixo do módulo. A estrutura foi inserida como um módulo de sanfona. Depois foicolocada a lã para a resistência térmica e no final por cima uma manta protetora para resistir às intempéries e dar o fechamento total. Como foi necessário improvisar a janela, achamos mais fácil tampar essa janela e só ficar com a porta como vista. Na pior das hipóteses, se todo o abrigo caísse no mar, o material é totalmente biodegradável (Figura 17).



Figura 17: Abrigo Polar finalizado.
Fonte: Autor.

Precavendo assim de qualquer dano ambiental de resíduos ou poluição. O Abrigo Polar na Antártica, após finalizado foi testado por nós mesmos, os pesquisadores (Figuras 18 e 19). Dormimos duas noites e colocamos em teste, medindo a temperatura externa e o interno, mantendo o controle e monitorando a performance térmica do abrigo. Vale ressaltar que estávamos totalmente isolados. Se tivesse algum problema teríamos que esperar por ajuda, então tinha que dar certo, senão ficaríamos expostos ao relento. Como elemento auxiliar, levamos apenas um pequeno fogareiro de mão. No mais o abrigo foi selado e fechado com poucas pontes térmicas minimizando a entrada de ar frio externo.



Figura 18: Interior do Abrigo Polar.
Fonte: Autor.



Figura 19: Testando o uso do Abrigo Polar.
Fonte: Autor.

Foi observado uma grande variação térmica do ar interno e externo ao abrigo (Figura 20), chegando-se a temperaturas positivas internamente, com diferença de até quinze graus em relação ao exterior. Um resultado interessante para se perceber a amplitude térmica de um clima extremo e atingir um clima confortável internamente – com apenas um fogareiro portátil alcançou-se 13 graus positivos dentro do yurt, do abrigo polar, enquanto lá fora os dígitos eram negativos.



Figura 20: Medições termográficas.
Fonte: Autor.

Diversos pontos positivos foram observados. Além do conforto físico, de temperaturas agradáveis (minimizadas internamente em relação ao externo), o abrigo polar também permitiu um conforto psicológico, pela conexão com o externo, através da entrada de luz natural e vista da paisagem circundante, possibilitando sentir a passagem do tempo, do dia para noite. A sensação de estar no abrigo, mas não isolado, assim como conseguir ficar em pé, com conforto ergonômico, foram aspectos secundários que se tornaram protagonistas permitindo, também, um conforto físico, afinal, detalhes como um generoso pé direito que possibilita à pessoa ficar em pé e esticar uma cama de camping com facilidade, contribuem imensamente para a apropriação e o uso do espaço.

Considerações finais

O abrigo polar atingiu os objetivos propostos, podendo ser montado e desmontado num mesmo dia. Ele pode ser replicado em diversos pontos da Antártica e ajudar em diversas áreas que necessitam de coleta de dados in loco como geologia, geografia, meteorologia e arquitetura dentre outros. A ideia é que as pessoas possam ficar de uma a duas semanas, fazendo suas pesquisas, com segurança e com impacto ambiental mínimo. Elementos do ambiente arquitetônico como cor, material, textura, luz e sombra, contraste e repetição como na marcação da estrutura, levam a um conforto emocional e contribuem com o bem-estar integral. As intenções iniciais foram confirmadas, como a facilidade de montagem; facilidade de transporte com peso mínimo cabendo em um único bote de zodiaco; o uso ecológico de materiais biodegradáveis que aguentassem situações meteorológicas adversas (como ventos de 100 km/hora), conforto acústico, térmico, psicológico. Inicialmente a ideia era só montar durante o verão, mas outros pesquisadores de outros países acharam interessante também e pediram pra usar o abrigo por mais tempo que já se mostrou positivo desde o começo. Em troca foi pedido apenas para que quem o utilizasse posteriormente preenchesse o formulário com uma avaliação de uso pós-ocupação.

As informações recebidas repetiram as mesmas coisas que já haviam sido observados e o interessante desse estudo é que o que foi elogiado com mais ênfase foi o conforto acústico, que nem era priorizado, já que o mais importante era o térmico. Mas o conforto acústico é importante porque ficar escutando o barulho de vento, o tempo todo, cria uma insegurança de estar muito à mercê da natureza. Dentro do abrigo, o sonoro foi totalmente eliminado, e trouxe uma paz muito grande no interior do módulo, permitindo o relaxamento físico e psicológico, além de permitir contatos com a paisagem externa (Figura 21).



Figura 21: Medições paisagem.
Fonte: Autor.

Por fim, o Abrigo Polar com base em uma tipologia vernacular, onde as técnicas já foram testadas por gerações, foi possível adequá-los a uma situação de clima extremo, com uma boa performance ambiental e um ótimo custo-benefício comprovando que não é necessário um alto custo para boas soluções a partir de intervenções mínimas na paisagem circundante.

|||



Jardines de la Ventanera. Comploma, España (Esb).

E
P
I

L

D

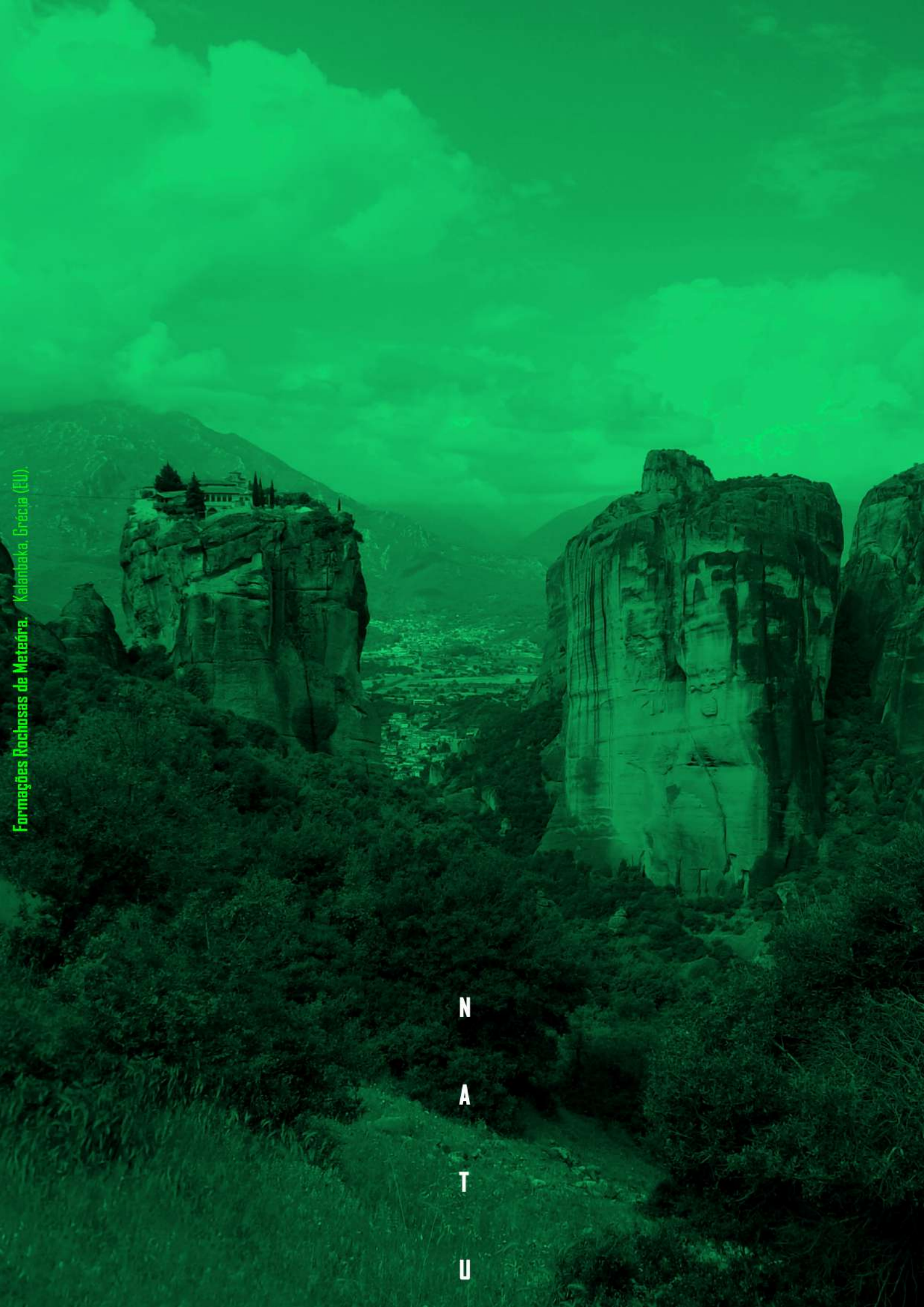
B

D

Kinross das Mhiss Farness: Jansen, Ardenne Gaudinier (45)







Formações Rochosas de Meteóra, Kalambaka, Grécia (EU).

N
A
T
U

R

E

Z

A



Cataratas do Iguaçu. Foz de Iguaçu, Brasil (AM).

RECONSIDERANDO O MUNDO A PARTIR DA NATUREZA.

FERNANDA MINGOTE COLARES LUZ



Historicamente a origem das cidades está diretamente relacionada a elementos naturais, sejam vegetais ou hídricos, como rios e córregos por exemplo. Este capítulo enfoca os problemas de ocupações humanas onde a apropriação desses rios e córregos e das áreas verdes às suas margens alteram sobremodo tais ambientes à medida que se configuram como cidades urbanizadas. Natureza e meio ambiente têm convivido na contramão de muitos dos ideais de desenvolvimento da sociedade, sob os quais o desenrolar dessa 'interpretação de desenvolvimento' dos espaços físicos ocupados e alterados pelo homem, como as cidades e sua área urbana, passa a ser uma ameaça ao equilíbrio ambiental. Tarefa importante é a tentativa tanto de recuperação desses meios naturais danificados quanto de sua reinserção na paisagem, antes que se tornem irreversíveis os danos da exploração incosequente da natureza como um recurso.



Históricamente, el origen de las ciudades está directamente relacionado con elementos naturales, ya sean vegetales o de agua, como ríos y arroyos, por ejemplo. Este capítulo se centra en los problemas de las ocupaciones humanas donde la apropiación de estos ríos y arroyos y las áreas verdes en sus orillas alteran en gran medida tales ambientes, ya que se configuran como ciudades urbanizadas. La naturaleza y el medio ambiente han coexistido contrariamente a muchos de los ideales de desarrollo de la sociedad, bajo los cuales el avance de esta "interpretación del desarrollo" de los espacios físicos ocupados y alterados por el hombre, como las ciudades y su área urbana, se convierte en una amenaza para el equilibrio ambiental. Una tarea importante es el intento tanto de recuperar estos entornos naturales dañados como de reintegrarlos al paisaje, antes de que el daño de la explotación intrascendente de la naturaleza como recurso se vuelva irreversible.



Historically, the origin of cities is directly related to natural elements, whether vegetable or water, such as rivers and streams, for example. This chapter focuses on the problems of human occupations where the appropriation of these rivers and streams and the green areas on their banks greatly alter such environments as they are configured as urbanized cities. Nature and the environment have coexisted contrary to many of society's development ideals, under which the unfolding of this 'developmental interpretation' of physical spaces occupied and altered by man, such as cities and their urban area, becomes a threat to environmental balance. An important task is the attempt both to recover these damaged natural environments and to reintegrate them into the landscape, before the damage from the inconsequential exploitation of nature as a resource becomes irreversible.



Considerações iniciais

A partir de nossas referências históricas podemos relacionar a origem das cidades a elementos naturais, como por exemplo rios e córregos, estimulantes do estabelecimento de cidades às suas margens por questões de sobrevivência, ao garantirem, por sua proximidade, água para abastecimento, irrigação, higiene e navegação. Também por segurança, ao ser uma barreira natural que reforçava a proteção contra ataques surpresas devido à dificuldade de acesso. A ocupação às suas margens foi se mantendo, porém o uso desses rios e córregos e das áreas lindeiras foi sendo alterado à medida da urbanização e expansão das cidades¹. O que condiz com as colocações de Lefebvre (1970, p.17), que afirma ser "o urbano (...), ao mesmo tempo, espacial e temporal: espacial, pois o processo se estende no espaço, que ele modifica; temporal, pois ele se desenvolve no tempo, aspecto menor de início mas, depois, predominante da prática da história".

A alta concentração da população em grandes cidades em consequência ao histórico e intenso êxodo rural gerou a frequente ocupação por habitações informais de um lado, e por outro, a pavimentação de vias para assentamentos formais de uso residencial e comercial. Ambos ocorrem muitas vezes em áreas às margens de rios e córregos interrompendo a infiltração natural e o escoamento das águas das chuvas pela impermeabilização do solo. O que causa prejuízos ambientais, danos socioeconômicos severos (no tocante aos gastos para a reconstrução e reparo dos desastres causados anualmente nas épocas de chuvas intensas, na maioria das vezes urgentes pós danos) e o comprometimento das áreas públicas de lazer e das reservas naturais ecologicamente relevantes.

Sob esta temática, a pesquisa geradora deste capítulo apresentou-se como um trabalho geográfico da Linha de Pesquisa Estudos Urbanos e Regionais com interface com as Linhas de

¹ Este capítulo apresenta um recorte revisado e aprofundado das considerações apresentadas na Dissertação de Mestrado da autora, intitulada *Bacia do Córrego do Cercadinho, BH/MG: estudo para identificação de potenciais áreas de conservação a partir das análises de suas dinâmicas urbana e ambiental*. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_LuzFM_1.pdf>.

Pesquisa Sistema de Informações Geográficas e Meio Ambiente. O estudo da relação entre cidade e expansão urbana busca abordar as possibilidades do uso, ocupação e funções urbanas associando a Geografia Urbana, a Arquitetura e o Urbanismo às áreas de conservação. Pretendeu um caráter interdisciplinar por envolver ciências como Geologia, Ciências Econômicas e Sociais, Demografia e Direito, para que seu produto seja de fato geográfico. Buscou o estudo das dinâmicas urbanas que possam evidenciar os problemas ambientais de uma bacia a partir da investigação de fenômenos e processos resultantes da interação entre aspectos físicos, sociais, históricos, econômicos, políticos. Este tipo de trabalho interdisciplinar pode ser aplicado nas Secretarias Municipais dos municípios de forma a mapear as dinâmicas urbanas que possam evidenciar, prevenir e mitigar os problemas ambientais nos córregos tanto das cidades grandes quanto de sua região metropolitana.

Natureza e Cidade

As funções do ciclo hidrológico originais em relação à precipitação e escoamento² são alteradas exigindo maior capacidade de vazão e de extensão territorial para extrapolação das águas que chegam aos rios. A consequência é o aumento das áreas suscetíveis aos alagamentos e das enchentes pela devastação florestal das cabeceiras mudando o regime de cheias. Ocorre ainda o agravamento das enchentes, inundações e poluição ambiental. Realidade recorrente anualmente no período de chuvas intensas que gera questionamentos sobre os modelos de urbanização e saneamento vigentes demandando das autoridades públicas maior atenção para a mesma.

Assim, natureza e meio ambiente têm convivido na contramão dos ideais de desenvolvimento da sociedade, nas quais o desenvolvimento urbano passa a ser uma ameaça ao equilíbrio ambiental. E rios e córregos perdem gradativamente seu rico papel como elemento geográfico norteador da paisagem que costumavam ter nos primórdios do surgimento das cidades e passam a ser vistos como um problema a ser resolvido, na maioria das vezes, com tamponamento impermeável para alargamento de vias públicas de acesso à automóveis.

² Para efeito didático, resumidamente o ciclo é iniciado pela evaporação e transpiração (plantas e animais), seguido da condensação e sua posterior precipitação. A água precipitada atinge os corpos hídricos, podendo infiltrar e atingir o lençol freático. Entre essas etapas principais, podem haver outras, além daquelas na qual o homem passou a fazer parte, como no uso das águas superficiais e subterrâneas, na alteração do ambiente pela impermeabilização do solo e aquecimento das cidades, entre outras ações, que veem influenciando o ciclo natural da água no planeta. Ver mais em: GERBER HORNINK, G.; HORNINK, E. N.; HORNINK, A. *H2O: O Ciclo da Vida*. Alfenas, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206074/2/H2O_ebook.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

Por isso é efetivamente considerar as bacias hidrográficas como objeto de estudo e planejamento do espaço urbano é tarefa importante no planejamento urbano e territorial das grandes cidades. Mas de forma a “considerar os impactos da urbanização sobre o funcionamento natural e procurar planejar a ocupação dentro das possibilidades de expansão da bacia natural” (Magalhães, 2013, p.41). O que vai de encontro ao que Dolfuss (1973) apresenta:

Diante da paisagem natural é preciso "decompor o conjunto, constituindo-os em três "subconjuntos", designados por G. Bertrand como: "potencial ecológico" (domínio abiótico), "exploração biológica" (as comunidades vivas) e a "utilização antrópica", ligada a um tipo socioeconômico de organização do espaço. O "conjunto-paisagem" evolui graças à ação dialética dos três subconjuntos [...]. Ao estudar uma paisagem, o geógrafo classifica as formas pertencentes a cada um dos grupos e procura estabelecer um quadro das relações existentes com maior ou menor continuidade e regularidade no interior de cada grupo de elementos e entre os subconjuntos [...]. Seja qual for o nível de percepção adotado, cada jogo de elementos repetido com menor ou maior regularidade confere à paisagem uma fisionomia que deve ser descrita e explicada (Dolfuss, 1973, p.14).

Tarefa importante é a tentativa de recuperação desses meios danificados e reinserção na paisagem, antes que se tornem irreversíveis. Vários córregos, como os da cidade brasileira de Belo Horizonte³ e sua Região Metropolitana, por exemplo, dispõem de porções em leito aberto e outras não. Dentre as que se encontram em leito aberto, algumas são de fácil acesso da população e nota-se problemas socioambientais latentes e recorrentes, como mal cheiro gerado pelo esgoto doméstico lançado, pelo lixo orgânico em decomposição, pelos entulhos de resto de construções depositados. Em outros córregos, quando não há os problemas socioambientais citados, a vegetação natural adjacente não permite interação da população com a natureza, pois estão cercadas ou fechadas por grades, e, geralmente, é alta e densa.

Mas ao mesmo tempo essa barreira natural protege o córrego, pois não há lixo e entulho jogado, como acontece nas outras porções em leito aberto com maior permissividade de acesso. São situações extremas que não beneficiam o córrego. Outro problema ocorre no período das cheias com a concentração das precipitações, quando o córrego é inundado devido às vias impermeabilizadas do entorno imediato serem alagadas por não haver possibilidade de infiltração das águas. É uma relação que ocorre frequentemente de maneira deletéria e prejudicial para com nossas águas. E não é como deveria ocorrer, pois essas mesmas águas podem ser usadas a jusante para controle de cheias e inundações, e até mesmo em paisagismo, o que poderia ser o início da

³ Na dissertação da autora o córrego em estudo foi o Córrego da Bacia do Cercadinho, situado no setor sudoeste de Belo Horizonte / MG na área de expansão urbana do vetor sul de Belo Horizonte, onde encontra-se a APE Cercadinho (Área de Proteção Especial), da COPASA-MG, um dos mais antigos mananciais de abastecimento da cidade com área de 12,6 km².

reversão da relação negativa dos moradores e usuários com os Córregos. Há exemplos nacionais e internacionais que detalham a reinserção dos córregos e rios na paisagem urbana. Não serão listados neste capítulo, mas estão disponíveis para consulta pública na internet.

Fato a se discutir é que a bacia hidrográfica pode ser identificada como um problema no sentido da permissividade de zoneamento de uso e ocupação do solo de maneira considerada irresponsável no tocante às consequências ambientais negativas e, muitas vezes, trazendo danos irreversíveis. Como exemplo, na Legislação de Uso e Ocupação do Solo da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte⁴, que efetivamente deveria definir e se fazer cumprir diretrizes visando a proteção e conservação, essa abordagem não parece ser sistêmica, preditiva ou corretiva para tais fins. Estes problemas já instaurados e recorrentes ocorrem pela permissão ao adensamento (que traz consigo a impermeabilização do solo, aumento da temperatura...) em áreas que, a priori, deveriam ser restritas ou de conservação. E as soluções ocorridas têm sido repetitivas e onerosas mais no sentido de reparar devido ao imediatismo exigido para conter as consequências dos danos ambientais do que prevenir.

Consideramos que é preciso buscar uma ação para cada efeito deletério negativo que tem ocorrido sobre o corpo d'água e sobre a Bacia criando condições para que as áreas de conservação sejam propostas a partir do conjunto: como a vazão do Córrego com os regimes pluviométricos, com canalização existente, com estrutura hidráulica. Tais áreas podem ser vistas como solução alternativa às intervenções hidráulicas tradicionais em termos de drenagem e como uma ferramenta que reconfigura o espaço urbano; podem tanto resgatar áreas ambientalmente degradadas quanto promover a aproximação entre população e espaços naturais.

De acordo com Moreira (2015, p.39), a criação de Unidades de Conservação (UC) tem sido apontada como a melhor estratégia para assegurar a diversidade biológica, a proteção para habitats ameaçados, a prestação de serviços ambientais e tem sido largamente adotada em diversos países. Metodologicamente, foi estudada a relação entre conservação ambiental e a dinâmica da expansão urbana na área da bacia do Córrego do Cercadinho. A descrição das características físicas da Bacia com seus elementos gerais, como geologia, geomorfologia, climatologia, hidrografia, declividade, vegetação e uso do solo foi esclarecedora.

Bem como a descrição da ocupação do solo, as funções e infraestrutura urbanas, a distribuição e perfil socioeconômico da população residente na região. A caracterização

⁴ Para ver mais, consultar a Lei 11.181, de 2019, que aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências.

socioeconômica e demografia foi realizada por meio da identificação dos resultados do universo dos dados domiciliares por setor censitário que compõem a região de estudo. Os setores são definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtidos nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, dados relativos aos domicílios, especificamente. As pesquisas de campo em eventos de seca e maior precipitação concentrada também foram técnicas aplicadas. As técnicas de geoprocessamento utilizadas tanto para identificar os padrões espaciais quanto para georreferenciar tais dados descritos foi o Programa ArcGis do Sistema de Informação Geográficas (SIG).

Sob esse contexto, o processo de urbanização está profundamente ligado à natureza das e nas cidades, pois é um processo que degrada as suas áreas verdes e seus rios, naturais e originais, para expandi-las e ocupá-las. Mas a população como um todo, concomitante e contraditoriamente, anseia por elas, uma vez que há uma busca constante por espaços públicos e abertos ecologicamente sustentáveis, com água e verde para a qualidade de vida como um todo. Assim a expansão urbana ocorrida parece trazer consigo a reversão concomitante à manutenção dos espaços e áreas verdes. Percebe-se a produção do espaço sistematizada no pensamento geográfico, necessária para compreender as formações socioespaciais do processo de urbanização e a dinâmica dos processos de apropriação e uso da natureza destinadas ao território.

Conservação da natureza da/na cidade

Uma síntese de correlações estabelecidas com a questão demográfica são apresentadas por Roncayolo (1997) em seu estudo sobre cidade e território desta maneira:

[...] As grandes variações de densidades urbanas, verificadas no tempo e no espaço, remetem ao sítio - isto é, às condições topográficas do crescimento urbano - às heranças históricas, aos modos de vida e de construção, à competição entre habitat, outras funções de circulação[...]. A discussão sobre os limiares demográficos remete, portanto, a duas outras categorias fundamentais da análise urbana, que podem ser chamadas de função e cultura (Roncayolo, 1997, p. 15).

Tais variações e categorias de densidades urbanas existem porque as cidades são formas híbridas que irrompem da fusão entre dinâmicas naturais e sociais (Swyngedouw, 2001). Porém, a "hibridação sicionatural" (Souza, 2011) não é harmônica exatamente pelos problemas que continuam assolando as cidades causando prejuízos ambientais, sociais e financeiros. Pode-se citar como alguns destes problemas urbano-ambientais: degradação paisagística e ambiental, insalubridade, carência habitacional e de espaços livres públicos, poluição generalizada e aumento de riscos e desastres ambientais, inundações, enchentes, desabamentos, etc. Mas é sabido que

esses mesmos problemas são causados pela própria forma como atua a "máquina político-econômica-cultural" na qual ainda impera a dominação política e econômica por meio do espaço intraurbano. Nesse contexto, a dinâmica de um regime de acumulação é que parece determinar a forma de produção e transformação do espaço construído (Villaça, 1996, p.27). Assim, significativa parte das populações urbanas é submetida aos desdobramentos negativos de usos inadequados dos recursos da natureza, ao viver literalmente às margens dos rios e córregos em assentamento precários e informais, sem atendimento às necessidades e saneamento básicos, em contato direto com lixo, dejetos...

O esforço de articulação dos problemas e entraves da relação "socionatural" (ou urbano-ambiental) com o objetivo de unificação são grandes desafios das políticas públicas em termos de planejamento urbano, regional, ordenamento territorial. De acordo com Moreira (2015, p.45), a humanidade desde sempre tem imposto à natureza diferentes pressões que, ocasionalmente se transformaram em grandes impactos e desastres. Diversos autores têm se dedicado a compreender historicamente a ação devastadora humana sobre o ambiente mostram uma periodização das fases dessa relação (Lavielle, 2004 apud Bursztyn; Bursztyn, 2012).

A natureza geográfica do espaço urbano

Ao longo do tempo, o conceito de ambiente parece ter se "humanizado", na medida em que incorporou variáveis sociais às naturais (Moreira, 2015, p. 60). "A menos que o espaço seja conceituado como realidade completamente separada da natureza, a produção do espaço é um resultado da produção da natureza" (Smith, 1988, p. 109). Segundo Cunha (2008, p. 13), nesse processo de ocupação, os territórios habitados são formados e transformados até se tornarem os reflexos das pessoas que os habitam. Ou seja, territorialidades que expressam a ligação entre o substrato disponível na natureza e a atividade humana de produção dos meios de existência. Juntas, constituem os modos de vida do que é a cidade. Por meio deste vínculo altera-se a geografia natural produzindo e reproduzindo os ambientes que resultam de uma "evolução" no tempo, transformando-os em uma "segunda natureza" (Santos, 1999).

A cidade, então, é o resultado da natureza historicizada pelo homem e, por isso, uma formação social típica. E seu espaço (e tudo o que ele contém) constitui-se como uma condição preexistente da atividade humana correspondendo sua produção ao reflexo de uma soma de tempos de trabalho aplicados a um mesmo lugar, como afirmam Moraes e Costa (1984, p. 123-140). É assim uma sucessão de tempos de trabalho que, segundo Santos (1999, p. 51), à medida

que a história vai fazendo-se, determina a configuração territorial pelas obras humanas que, por sua vez, tendem a negar a natureza natural, substituindo-a por uma natureza humanizada.

E nesse sentido, um dos períodos mais significativos da história foi a Revolução Industrial cujo desenvolvimento comercial alterou os propósitos de produção do espaço urbano. Onde de dedicados às necessidades humanas passaram a atender aos interesses do capital. “O capitalismo tendeu a dismantelar toda a estrutura da vida urbana e a colocá-la em uma nova base impessoal: o dinheiro e o lucro” (Mumford, 2004, p. 451). Cunha (2008, p. 19) mostra que a partir das experiências surgidas no século XIX como consequências da industrialização, a preocupação com a vida na cidade foi o principal elemento motor das transformações que se seguiram, desde o pensamento social europeu que deu origem à urbanística moderna, passando pela reforma de Paris por Haussmann e pelas cidades americanas surgidas no decorrer do processo de desenvolvimento industrial.

Mesmo sob o racionalismo técnico e a primazia da nova lógica capitalista que exigia mudanças nos territórios urbanos em nome do lucro, como uma obra humana, a cidade corresponde sempre ao homem que se transforma na sua criação como afirma Hissa (2006, p. 87), sendo esta uma característica intrínseca da natureza do espaço urbano em seu processo de desenvolvimento histórico. Assim a cidade jamais perde sua natureza humana e sua real capacidade de estímulo, criação e preservação da vida em seu território. E Beaujeu-Garnier (1997) afirma ser a cidade um elemento fundamental para a organização do espaço, um lugar central; um nó de fluxos, e como tal tem uma organização interna que está diretamente ligada a seu traçado, a sua planta. Em relação ao urbano e sua relação de pertencimento à cidade:

Urbano designaria então uma forma especial de ocupação do espaço por uma população, a saber o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta, tendo como correlato previsível uma diferenciação funcional e social maior (Castells, 1983, p.40).

Para Beaujeu-Garnier (1997), urbanização é o movimento de desenvolvimento numérico e espacial da cidade, onde a civilização urbana abrange a população que dispõe de um modo de vida da cidade, ou seja, inclui aquela população que absorve as inovações da cidade. E o sistema urbano seria a combinação de características como o aspecto concreto da paisagem urbana e da utilização do solo, demografia, atividades econômicas, classificações dos níveis e dos gêneros de vida, no complexo global de suas inter-relações. O que abrange a estrutura estática, as relações funcionais e o processo dinâmico. Isto porque, segundo Beaujeu-Garnier (1997):

[...] A cidade é um conjunto complexo: é, simultaneamente, ela própria (existe, tem uma estrutura espacial, social, econômica...) e um intermediário, uma engrenagem num outro conjunto, o das relações com o exterior; os dois aspectos reagem um sobre o outro de múltiplas maneiras. [...] A sua combinação dá lugar a fenômenos específicos (Beaujeu-Garnier, 1997, p. 29).

O que mostra que a cidade e o urbano são locais onde as relações pessoais, sociais, econômicas e de poder ocorrem de forma concentrada e organizada espacialmente. A cidade, então, é vista como elemento mediador entre o objeto e sujeito, conforme é bem apresentado por Beaujeu-Garnier (1997),

[...] Enquanto objeto, a cidade existe materialmente; atrai e acolhe habitantes aos quais fornece, através da sua produção própria, do seu comércio e dos seus diversos equipamentos, a maior parte de tudo o que eles necessitam; é o lugar onde os contatos de toda a natureza são favorecidos e maximizados os resultados; a cidade contribui essencialmente para a dupla ligação entre espaço periférico que mais ou menos domina e o espaço longínquo com o qual mantém ligações complexas [...]. Mas o corolário desta função de objeto é um verdadeiro papel de intervenção, de função sujeito. O quadro urbano, o ambiente urbano exercem influência nos seus habitantes; podem transformá-los pouco a pouco [...] (Beaujeu-Garnier, 1997, p. 11).

Mas o ambiente natural possui um lugar importante no estudo das cidades e do urbano, o que foi enfatizado por George (1969) e reforçado por Beaujeu-Garnier (1997) ao afirmar que o próprio ambiente tem características específicas porque integra, simultaneamente, o meio físico e a ação da sociedade. Ou seja, "o ambiente no qual uma cidade está colocada é o resultado da ação humana num espaço, é a projeção de uma sociedade num quadro físico" (Beaujeu-Garnier, 1997, p. 32). Então faz-se "necessário preocuparmo-nos, simultaneamente, com as necessidades mentais e emocionais que o ambiente urbano deve satisfazer e com o comportamento dos homens face ao meio que lhes é atualmente oferecido" (idem, p.33).

Para Llardent (1982) a cidade é um conjunto de elementos, sistemas e funções entrelaçados. E dentre esses sistemas cita os espaços livres como um dos principais sistemas que constituem o organismo urbano desde sua formação. Espaços que se podem denominar de parques urbanos e lineares. Espaços que parecem cumprir bem a função a qual se propõem de reconfiguração do espaço urbano resgatando áreas ambientalmente degradadas, promovendo uma aproximação entre a população e os espaços naturais. Pelletier e Delfante (1997, p.65) completam que "as funções da cidade" são a produção, o habitat, a cultura do corpo e do espírito, a circulação além da promoção de atividades de lazer em áreas públicas. Os espaços públicos, onde os parques urbanos e lineares se inserem, são os locais de socialização, de comunicação, de troca, de descanso e lazer. Por isso é importante serem locais onde os cidadãos

se sintam confortáveis e seguros, de fácil acesso, mobilidade e integrados aos diferentes percursos da cidade; locais de inclusão e de coesão social, onde sejam salvaguardados os interesses e as necessidades de todos os que utilizam. A cidade torna-se, então, uma das principais preocupações da ciência geográfica.

O importante é considerar que a cidade, concentração de homens, de necessidades, de possibilidades de toda espécie, com uma capacidade de organização e transmissão. O quadro urbano e o ambiente urbano exercem influência nos seus habitantes; podem transformá-los pouco a pouco. Se o homem utiliza e molda a cidade, a recíproca é igualmente verdadeira" (Beaujeu-Garnier, 1997, p.11).

Em geral, o ritmo de crescimento urbano acelera-se e diversifica-se globalmente. No Brasil, de acordo com Duarte (2009), a urbanização ocorreu principalmente no século passado e se intensificou após a década de 1950, devido a um êxodo rural. Duarte (2009) ainda acrescenta que a partir de 1970 a população brasileira já se encontrava em maior número nas cidades, em 20 anos, de 1970 a 1990, a população urbana dobrou crescendo paralelamente ao crescimento total da população enquanto que a população rural manteve-se estável. Os dados são:

A partir da segunda metade do século XX, a taxa de crescimento da população brasileira foi na ordem de "2,39% contra 2,23%" dos primeiros cinquenta anos, sendo São Paulo e Minas Gerais os estados que receberam o maior número de pessoas devido à significativa expansão do parque industrial do sudeste e da estagnação econômica do nordeste. O que aumentou os aglomerados urbanos criando pressões sobre a infraestrutura de serviços e equipamentos públicos das cidades e, claro, do meio ambiente natural. Os anos 70 foram caracterizados por uma estratégia de desenvolvimento baseado na implantação de grandes projetos de infra-estrutura ou de exploração de recursos naturais. Nesse período a urbanização intensiva acentuou o crescimento das regiões metropolitanas em todas as capitais do país, mas principalmente em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, reduzindo bastante os recursos naturais (Duarte, 2009, p.23).

Em áreas às margens de córregos e rios desde fins do século XIX, a ocupação foi baseada nos preceitos higienistas e apontava para a construção de sistemas de esgotamento sanitário e drenagem pluvial na justificativa do controle de enchentes e de doenças de veiculação hídrica por meio da rápida evacuação das águas pluviais. Mas de acordo com Baptista e Cardoso (2013) tais sistemas pautados pela execução de redes de tubulação subterrâneas e na canalização de rios e córregos levaram à perda progressiva do papel da água na paisagem das cidades. São princípios que vigoram até os dias de hoje e são ainda mais suportados pelo avanço da ciência e tecnologia, o que ampliou significativamente os impactos da urbanização sobre o meio natural, especialmente sobre as águas, observando-se a progressiva perda das potencialidades de seu uso com reflexos negativos diretos sobre a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos.

Pelletier e Delfante (2000) apresentam muito bem nessa passagem como ocorre a relação entre urbanização e recursos hídricos:

Quando existe um curso d'água, caso frequente embora numa escala reduzida, o espetáculo urbano de um leito desmedido cheio de pedras não é muito convidativo, por isso a prática mais corrente é cobrir o rio com um pavimento de betão, o que apresenta a dupla vantagem de esconder o que não se quer ver e de criar novas superfícies construtíveis [...]. Todos os planejamentos urbanos têm o maior interesse em levar em conta os regimes hidrológicos. As zonas inundáveis devem ser determinadas com precisão; países desenvolvidos proibem a construção ou sujeitam-na a regras específicas (Pelletier; Delfante, 2000, p.31).

Essa realidade atinge significativa parcela das bacias hidrográficas brasileiras, em diferentes escalas, sobretudo as situadas em ambientes urbanos, cujas políticas urbanas e ambientais são pouco articuladas pelo fato dos problemas se repetirem anualmente, dificultando o planejamento integrado do território a partir do recorte espacial da bacia hidrográfica, pois é nela que ocorre de forma bastante latente as relações sociedade-natureza (Braga; Carvalho, 2003). A ocupação no entorno das bacias hidrográficas tornou-se latente e essas sofreram ações antrópicas, a citar, tamponamento, drenagem por meio de barragens e bacias de contenção de concreto (e materiais afins) dos cursos d'água, de forma a atender os objetivos e demandas imediatos. Os impactos ambientais, como a erosão do solo, a poluição e o assoreamento dos corpos hídricos, e o aumento da impermeabilização do solo, são evidentes consequências negativas. A redução da infiltração e o aumento do volume e da velocidade do escoamento superficial acarretam a antecipação e o aumento dos picos dos hidrogramas⁵ de cheias. A canalização dos cursos de água agrava o quadro, levando a crises de insuficiência nos sistemas de drenagem e ao conseqüente aumento na frequência de inundações, com impacto direto nas áreas ribeirinhas e em suas áreas adjacentes nos grandes centros urbanos.

Assim, as questões ligadas ao saneamento e à proteção do meio ambiente foram tratadas como questões técnicas, mas com um objetivo secundário, ao invés de primordial, uma vez que os problemas decorrentes da má gestão, como transbordamentos, são recorrentes na maioria das vezes demandam urgência na solução dos desastres e transtornos causados. Ou seja, as políticas públicas mostradas como solução de questões importantes, como o esgotamento e a drenagem das águas pluviais evitando as enchentes, sempre buscaram soluções locais e setoriais, que

⁵ Conceitualmente o Hidrograma Unitário, HU, é o hidrograma do escoamento superficial causado por uma chuva efetiva unitária (por exemplo, uma chuva de 1 mm ou 1 cm). Para ver mais, consultar UTFPR. Disponível em: <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/fandrade/teaching/files/aula_9_hidrograma_unitario.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

responderam de maneira ineficiente às necessidades da população, conduzindo a uma crescente degradação urbana e ambiental nas grandes cidades. Tanto que esses problemas estão sempre presentes nestas cidades, especialmente em épocas de chuvas intensas e as explicações dos setores responsáveis veiculadas em diversas mídias são frequentemente as mesmas ligadas quase que exclusivamente ao acúmulo de lixo jogado nas ruas e dos cursos d'águas em leito aberto. Então a cada estação chuvosa age-se reativa e repetidamente num discurso errôneo (no sentido de que as inundações continuam mesmo após tais ações) focado na promoção da canalização dos córregos, consequência da impermeabilização e do tipo de ocupação da cidade. E assim, a canalização dos córregos e rios, sendo esses transformados em receptores dos esgotos domésticos e industriais, continua sendo medidas do setor público.

Da mesma maneira, os usos e ocupações do solo nas grandes cidades continuam afetando fortemente o "meio natural", uma vez que acarretam impactos ambientais decorrentes de processos econômicos, sociais, políticos e naturais. Com isso a qualidade da água é alterada, ocorrendo contaminação desde às nascentes aumentando à jusante, especialmente na medida em que se intensificam as ocupações da cidade. Soma-se a urbanização adensada resultando, ainda, na formação de ilhas de calor aumentando a temperatura e a sensação térmica.

Além disso, o problema na qualidade da água ocorre devido à gestão hídrica atual, que criou as redes de esgoto que direcionam grandes quantidades de matéria orgânicas/inorgânicas, que diminuem a quantidade de oxigênio da água, além é claro de despejos de dejetos diretamente sobre as águas, em lugares onde não existem redes de esgoto, o que diminui a qualidade da água e cria uma relação negativa da população para com os rios e córregos em leito aberto. Assim, devido ao mal cheiro, receio de contaminação, atração de roedores e demais espécies nocivas à saúde, rios e córregos são vistos como depósito de diversas formas de poluição. E os moradores, transeuntes têm uma relação totalmente negativa exatamente devido ao mal cheiro gerado pelo esgoto e pelo lixo orgânico em decomposição gerando ambientes de descaso e insegurança. Ou seja, uma relação de lugar sem-lugaridade com os córregos e rios, citando Holzer (2013). E isso pode acontecer porque essas comunidades não conhecem como um todo as potencialidades e funções do meio ambiente em que estão inseridas para que possam se informar, se capacitar para cobrar a melhoria desse ambiente em termos de saúde, habitação, transporte, recursos naturais....

O lugar é conceituado na dimensão da experiência, perpassando as escalas individual e coletiva, nas suas diversas esferas, consubstanciando também as escalas espaciais de ocorrência dos fenômenos físicos, sociais e identitários. O lugar é, portanto, centro da afetividade e da razão

sensível, constituindo-se no foco da experiência humana. No entanto, o lugar também possui uma dimensão coletiva, que diz respeito às relações históricas que a comunidade estabelece e demarca no espaço. Assim, monumentos, ruas, edifícios, parques, rios, árvores, florestas, bancos de praça, um mastro ou mesmo uma paisagem podem constituir-se lugares, relacionados à historicidade, à memória e à identidade de certo grupo. As experiências históricas são assim compartilhadas, tanto pela religiosidade ou mística do lugar, quanto pelos fatos vinculados ou impressos naquela paisagem ou ambiente (Marandola Junior, 2008, p.58).

Da mesma forma, lugares às margens dos rios têm que ter a ver com pessoas e histórias para que tenham identidade e memória onde se tenha prazer em viver e ocupar e lutar para mantê-los. Essa mobilização pode ser feita através das políticas públicas que se alteram à medida que a população se organiza para conseguir atingir e sensibilizar o gestor. Mas é preciso haver esse comprometimento das esferas civil e governamental para implementação de áreas verdes em ambientes urbanos que não cumprem as reais funções (resumidamente) de proteção e manutenção dos cursos d'água e vegetação. Reforça-se que a proteção e valorização ambiental, face à crescente urbanização, como o manejo racional dos recursos hídricos, assim como a potencialização de novas ofertas e possibilidades ambientais adquirem uma influência por meio do planejamento urbano o qual engloba Planos Diretores de Drenagem Urbana, apoiados legalmente, no Estatuto das Cidades.

Planejamento urbano

Muitos têm sido os pontos de partida para a abordagem dos fatos físicos, ecológicos e sociais, (Ab'Sáber, 2006), referentes aos problemas socioambientais e áreas urbanas e principalmente em bacias hidrográficas. Sobretudo nos finais do Século XX e início do Século XXI, a natureza passa a apresentar novos arranjos nas paisagens resultantes das ações de cada sociedade em seu cotidiano. Nesse sentido, o estudo da relação sociedade e natureza é importante instrumento para análise socioespacial, oferecendo subsídio, em escala local para o planejamento urbano e territorial.

Assim o planejamento urbano incluindo áreas de conservação ambiental, especialmente em áreas lindeiras a córregos em leito aberto, traz benefícios sociais e ambientais. As ações de gestão devem buscar a conservação da biodiversidade do bioma que está inserido em ambientes urbanos e a proporção de bem-estar à população e visar o equilíbrio entre a consolidação de ecossistemas urbanos e o uso de áreas naturais. Para tanto, é preciso se utilizar uma postura

política e multidisciplinar por meio de políticas públicas que possam compreender e aliar de maneira mais igualitária possível os interesses sociais e ambientais.

Ter ciência da legislação ambiental faz-se importante quando se propõe desenvolver trabalhos envolvendo áreas verdes, arborização urbana e parques (Castelnou Neto, 2005, 2006). Porém, apesar de todo aparato legal vigente local, municipal, estadual e nacional, o cenário que se tem é de cidades que não respeitam a legislação vigente e que sofrem constantes problemas advindos das enchentes por não haverem respeitado a dinâmica das enchentes dos rios. É visto como as políticas públicas de tantas cidades têm enfrentado entraves com relação a sua política ambiental. Especialmente sobre a gestão de drenagem urbana, e sobre a avaliação do impacto ambiental por elas causadas no escoamento das águas pluviais que causou e ainda causa severos transtornos, desastres consequências de inundações em períodos de precipitações.

O crescimento das áreas verdes nas cidades requer que as políticas públicas que estruturam as atividades urbanas cotidianas sejam revisadas a fim de reduzir os impactos ambientais. Ações como o planejamento urbano, o transporte, as construções, energia, tratamento de esgotos e gestão e uso da água devem evitar que o ambiente urbano se torne uma área de conflitos ambientais e socioeconômicos devido a cada vez mais alterações danosas causadas pelo homem no espaço natural.

Todavia é visto que os desafios que se apresentam diante da gestão urbana e ambiental extrapolam a solução de problemas técnicos. Evidenciam-se dificuldades associadas ao planejamento urbano-ambiental e à esfera institucional das administrações públicas. A reintegração da água de forma equilibrada ao cenário urbano, portanto, insere-se em um contexto onde múltiplas demandas urbanísticas, ambientais e sociais exigem uma nova postura dos governantes, planejadores e cidadãos para o seu adequado equacionamento. A solução parece englobar uma mudança fundamental nas políticas de urbanização buscando solidificar e se fazer cumprir uma política ambiental capaz de criar uma consciência pública de preservação dos recursos naturais da cidade. Então gestão democrática, mobilização, impacto ambiental, cidadania, saúde são temas prioritários que devem estar em consonância às políticas de drenagem, esgotamento e abastecimento na cidade.

Pelletier e Delfante (1997) estabelecem à análise de Plano Diretor quanto a organização do território e espaço social. Afirmam que quanto à organização do território, o Plano Diretor deve abarcar a forma urbana e nas funções que abriga. Ou seja, deve permitir a visão do conjunto de caracteres do fenômeno urbano e sua heterogeneidade espacial na hierarquia de funções que dão

forma e ritmo na qualidade de vida dos cidadãos e da sociedade que o produziu. Quanto ao espaço social, afirmam que o Plano Diretor deve propiciar diferenças representadas como resultado de reflexões sobre experiências do ser, do usufruir e do conviver. A cidade não cumpre sua razão de ser quando as dimensões civis e públicas perdem o seu significado. É indispensável redefinir ou requalificar os espaços públicos onde a dinâmica de desenvolvimento pode ter deixado de existir.

Também é necessário um tratamento de dados que ultrapasse as tradicionais unidades administrativas, como municípios e distritos, para a melhor compreensão de tais fenômenos em todas as escalas possíveis de análise. A falta de informações detalhadas dificulta a formulação de políticas, uma vez que as unidades espaciais tradicionalmente utilizadas para planejamento têm grande porte.

Assim, a emergência de resolução dos problemas urbanos faz-se mister com o objetivo de regular as atividades dos diversos agentes privados e públicos nas cidades, garantindo a gestão democrática no plano das políticas públicas para o meio urbano. E nesse sentido a Constituição de 1988 foi determinante na mudança de abordagem das políticas de gestão urbana, ao determinar a elaboração dos planos diretores para cidades com mais de 20 mil habitantes. Mas é importante contrapor o exposto por Becker (1995):

Situação de contrastes é igualmente vivenciada com as consequências de transformações político-institucionais introduzidas pela nova Constituição (1988). A questão metropolitana deixou de ser federal, passando para a competência estadual. [...] Tais condições se deparam com a crise de um planejamento alicerçado em elevado grau de centralização política e de controle burocrático e com políticas atuais voltadas para uma execução imediata. [...] no segmento metropolitano do país, se acumulam problemas, alguns dos quais estruturais, que o crescimento econômico não equacionou. São os bolsões de miséria, de desemprego e de subemprego, são os contingentes de desalentados e de desabrigados. Trata-se, neste caso, de uma população ocupada em atividades de baixa remuneração e produtividade. [...] Tais contingentes expressam, certamente, relações perversas que se estabelecem entre centro e periferia metropolitanos, constituída essa em territórios de "invasões", de precários conjuntos habitacionais [...]. O Brasil metropolitano depara-se, portanto, com o desafio da miséria e da pobreza, que adquiriram particular visibilidade em seus domínios, apelando para políticas emergenciais [...] (Becker, 1995 p. 85).

Então parece ser uma legislação com falhas ou brechas por no mínimo não conseguir uma aproximação com a realidade para sanar tantos problemas da mesma natureza que ainda persistem. O que reforça Lefebvre (1970) ao dizer que "a realidade urbana modifica as relações de produção, sem aliás, ser suficiente para transformá-las. Ela se orna força produtiva, como a ciência. O espaço e a política do espaço "exprimem" as relações sociais, mas reagem sobre elas. E

ainda segundo Becker (1995, p. 92), constituem-se igualmente em “marcos dessa urbanização” o grau de deteriorização atingido pelo ambiente construído, (...) expressão da debilitação do Governo Federal, que ainda se viram reduzidos na atual Constituição, e das dificuldades de delegar esses investimentos para governadores e prefeitos.

De acordo com Baptista e Cardoso (2013), as restrições orçamentárias, a premência de algumas intervenções e o imediatismo de algumas políticas públicas podem levar à não consideração da devida importância do viés ambiental uma vez que os problemas são recorrentes anualmente. Essa subestimação de alguns aspectos está frequentemente associada à carência de uma abordagem mais abrangente, dissociada do caráter simplista das análises custo-benefício tradicionalmente empregadas. O mesmo autor trata esta questão por meio de uma abordagem multicriterial, mais adequada à complexidade do problema. Questão importante concernente à estrutura institucional das administrações públicas das cidades.

Costa e Braga (2002) ressaltam que, de modo geral, as questões hídricas, urbanas e de saneamento no Brasil são tratadas por órgãos independentes, pautados em lógicas distintas e avaliação pontual de problemas. É notável a “fragmentação política e administrativa da questão urbano-ambiental”. Baptista et al (2005) apontam para “inconsistências e incoerências de medidas adotadas, superposição de intervenções, entre outros problemas”. Então, conforme Queiroz Junior (2009), as leis, planos e programas não podem ser setoriais, desarticulados da totalidade do contexto urbano, senão integrantes de um processo de compreensão sistêmica da cidade.

Mas não se pode deixar de mencionar que a maneira de se perceber os cursos de água nas cidades vem sendo modificada, sendo evidente que a sua canalização não resolve, integralmente, as ameaças de inundação, assim como não freia a sua contaminação. As atuais tendências de intervenção apontam para a adoção de abordagens mais integradas, incorporando aspectos de cunho ambiental e social às análises tecnológicas e de custo-benefício. E é por esse caminho que as propostas de conservação para a Bacia do Córrego do Cercadinho são traçadas ao buscar associar uma visão ambientalista que considera os aspectos ambientais na gestão dos corpos d'água à visão urbanística.

Baptista e Cardoso (2013) apresentam alguns possíveis objetivos de um projeto de intervenção em rios e córregos. Os tecnológicos e sociais seriam: proteção contra inundações; fornecimento de água potável; provisão de elevado valor de recreação. Os ambientais e ecológicos seriam: regime de vazões próximo ao natural; diversidade morfológica e hidráulica; regime subterrâneo próximo ao natural; continuidade longitudinal; conectividade lateral e vertical;

qualidade da água próxima ao natural; diversidade e abundância de vegetação marginal próximas ao natural; diversidade e abundância de fauna próximas ao natural. E os econômicos seriam: redução dos danos de inundações; custos do investimento; geração de empregos; valorização fundiária.

No entanto, a compatibilização dos objetivos é um dos grandes desafios das propostas de revitalização e proteção. De acordo com cada cenário de intervenção a ser proposto, cada objetivo assume um grau de importância em relação aos demais, demandando a priorização do que seria mais importante para o contexto em análise. Essa condição exige, portanto, o emprego de metodologias de análise que considere múltiplas variáveis e que seja feita a projeção dos prováveis impactos relacionados a cada proposta de intervenção em estudo (Cardoso, 2012).

E as áreas verdes urbanas, especialmente às que são cortadas por cursos d'água parecem cumprir esse papel. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2019):

As áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas intraurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades. Essas áreas verdes estão presentes numa enorme variedade de situações: em áreas públicas; em áreas de preservação permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificados. Exemplos de áreas verdes urbanas: praças; parques urbanos; parques fluviais; parque balneário e esportivo; jardim botânico; jardim zoológico; alguns tipos de cemitérios; faixas de ligação entre áreas verdes.

Estudos, diagnósticos, intervenções que busquem amenizar, mitigar, ou até mesmo anular os problemas ambientais provocados pela urbanização e intervenção antrópica podem proporcionar áreas verdes que atendam melhor os anseios da população. E que garantam a melhor preservação do meio ambiente, especialmente no que tange aos recursos hídricos. O novo olhar sobre os rios e córregos urbanos se volta para sua integração como espaços de oportunidade ambiental, social, recreativa, cultural e econômica.

Considerações finais

Iniciamos este capítulo enfatizando a origem histórica das cidades como sendo relacionada a elementos naturais, sejam vegetais ou hídricos, como rios e córregos por exemplo. Sob este enfoque, o presente capítulo abordou problemas de ocupações humanas onde a apropriação de rios e córregos, e das áreas verdes às suas margens, alteram sobretudo tais

ambientes assim configurados pelos homens através de sua ocupação, sobretudo quando continuam a se desenvolver a ponto de se reconfigurarem como cidades, como áreas urbanizadas.

Sendo assim, como já enfatizado, natureza e meio ambiente têm convivido na contramão de muitos dos ideais de desenvolvimento da sociedade, sob os quais o desenrolar dessa 'interpretação de desenvolvimento' dos espaços físicos ocupados e alterados pelo homem, como as cidades e sua área urbana, passa a ser uma ameaça ao equilíbrio ambiental. Tarefa importante é a tentativa tanto de recuperação desses meios naturais danificados quanto de sua reinserção na paisagem, antes que se tornem irreversíveis os danos da exploração incoseqüente da natureza como um recurso, tal como nos fazem refletir vários conceitos emergentes na atualidade que expressam novos valores compartilhados nas tentativas crescentes de mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Enfim, este capítulo, que finaliza um livro pautado por experiências de conservação e reflexão sobre paisagens culturais e patrimonializadas nos mais distintos continentes, buscou reforçar essa obra no sentido de que, na contemporaneidade, não se pode mais considerar somente um nível de realidade, pois a fusão de conhecimentos das diversas áreas que a compõem se faz cada vez mais necessária como forma de se lidar com a complexidade inerente à realidade. De fato, as experiências multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares apresentam, como principal característica comum a todas elas, a aproximação de diferentes disciplinas para a solução de problemas.

Sob tais constatações e considerações, a análise da paisagem, buscando agrupar os elementos naturais ligados à ação humana, e considerando as áreas de conservação, pode ser assimilada como uma ferramenta multifuncional, afinal, as pessoas se apropriam do espaço através de múltiplas ações e, portanto, as respostas do espaço devem abarcar estas perspectivas de multiplicidade.

Referências

AB´SÁBER, A. N. *Brasil: paisagens de exceção*. São Paulo: Ateliê, 2006.

BAKER, L. A. et al. *Urbanization and warning of Phoenix (Arizona, USA): impacts, feedbacks and mitigation*. *Urban ecosystems*, v. 6, p. 183-203, 2003.

BAPTISTA, M.; et al. *Técnicas compensatórias em drenagem urbana*. Porto Alegre: ABRH, 2005.

BAPTISTA, M.; CARDOSO, A. Rios e Cidades: uma longa e sinuosa história... *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 124-153, jul./dez. 2013.

- BELO HORIZONTE. Lei nº 11.181 (de 8 de agosto de 2019). [Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências]. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 2019. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11181/2019>>. Acesso em: 14 out. 2020.
- BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- BORSAGLI, A. *Rios invisíveis da metrópole mineira*. Belo Horizonte: Autor, 2016.
- BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. *Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- CARDOSO, A. S. *Desenvolvimento de metodologia para avaliação de alternativas de intervenção em cursos de água em áreas urbanas*. 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- _____. *Proposta de metodologia para orientação de processos decisórios relativos a intervenções em cursos de água em áreas urbanas*. 2012. 331f. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- CASTELNOU NETO, A. M. N. *Ecotopias Urbanas: imagem e consumo dos Parques Curitibanos*. 2005. 235 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:800//dspace/handle/1884/3521>>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- _____. *Parques Urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo*. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, dez. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/832/804>>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- COSTA, H. S. M.; BRAGA, T. M. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: [s.n.], 2002. p. 1-24.
- CUNHA, E. J. R. da. *A natureza do espaço urbano: formação e transformação de territórios na cidade contemporânea*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- DOLFUSS, O. *A análise geográfica*. Coleção Saber Atual. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1973. p. 7-31.
- DUARTE, A. R. B. Histórico da urbanização de Belo Horizonte a partir da década de 70: uma análise das políticas públicas ambientais e de urbanização do município. *Revista ALPHA*, Patos de Minas, UNIPAM, v. 10, p. 21-31, dez. 2009.
- GEORGE, P. *Précis de Géographie Urbaine*. Paris: P.U.F., 1969. Traduzido e adaptado (para uso em sala de aula) por Oswaldo Bueno Amorim Filho.
- GERBER HORNINK, G.; HORNINK, E. N.; HORNINK, A. *H2O: O Ciclo da Vida*. Alfenas, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206074/2/H2O_ebook.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.
- HOLZER, W. Sobre territórios e lugaridades. *Cidades*. v.10, n.17, 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/issue/current/showToc>>, Acesso em: 04 abr. 2018.
- ISSA, C. E. V. Ambiente e vida na cidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- LEFÈBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- LLARDENT, L. R. A. *Zonas verdes y espacios libres en la ciudad*. Madrid: Closas Orcoyen, 1982.
- LUZ, F. M. C. *Bacia do Córrego do Cercadinho, BH/MG: estudo para identificação de potenciais áreas de conservação a partir das análises de suas dinâmicas urbana e ambiental*. 2018. 228 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_LuzFM_1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.
- MAGALHÃES, I. A. L. et al. Uso de geotecnologias para mapeamento de áreas de risco de inundação em Guaçuí, ES: uma análise comparativa entre dois métodos. *Cadernos de Geociências*, v. 8, n. 2, p. 63-70, nov. 2011.
- MARANDOLA JUNIOR, E. J. *Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana*. Campinas: Blucher, 2008.

- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Cidades sustentáveis*. 2019. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes.html>>. Acesso em: 05 jan 2019.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. *A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MOREIRA, A. A. M. *Desafios à conservação na Bacia do Paraopeba-MG: identificando valores*. Belo Horizonte, 2015.
- MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PELLETIER, J.; DELFANTE, C. *Cidades e Urbanismo no Mundo*. Viseu: Instituto Piaget, 2000.
- QUEIROZ JUNIOR, O. *Planejamento urbano-ambiental: atribuições e responsabilidades*, 2009. Disponível em: <<http://portoimagem.wordpress.com/2009/03/05/artigo-planejamento-urbano-ambiental-atribuicoes-e-responsabilidades/>>. Acesso em: 10 mai. 2018.
- RONCAYOLO, M. *La ville et ses territories*. Paris: Gallimard, 1997. Traduzido e condensado (para uso em sala de aula) por Oswaldo Bueno Amorim Filho.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, Henri (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: D, P & A, 2001. p. 20-35.
- VILLAÇA, F. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Estudio Nobel, FAPESP, 1966.

Kensington Gardens. Londres, Inglaterra (EU).



P
O
S

F
A
C
I
O



La ciudad es indudablemente un primordial espacio de relación social, a la vez que no es ajena a otras interrelaciones e interdependencias, como las que interconexionan lo local y lo global, o como aquellas que la vinculan con el ámbito rural, el contorno ambiental y el paisaje. Las ciudades han constituido desde siempre un polo de atracción, en general por ofrecer mayores oportunidades económicas, de equipamientos y servicios básicos, así como de intercomunicación, de lo que se esperaría una mejora de la calidad de vida, sea como uso residencial, comercial, cultural, o por otros incentivos personales y de relación social. En ellas se ofrecen espacios de encuentro, compartidos, en sus calles, plazas o centros de ocio, en donde disfrutar o transitar como ciudadanos del mundo, facilitando las relaciones igualitarias y la socialización.

Ya hay más población habitando en las ciudades que en los ámbitos rurales, lo que sucede desde el año 2007 y ocurriendo por primera vez en la historia de la humanidad. Y si las urbes han crecido en habitantes es precisamente porque absorben población del éxodo rural, de gentes que despueblan el campo emigrando a las áreas urbanas y metropolitanas. En 1950, todavía unos 2/3 de los habitantes del mundo vivían en asentamientos rurales y menos de 1/3 lo hacían en emplazamientos urbanos; desde entonces, en apenas 50 años se ha doblado la población mundial, y es posible que para el año 2050 sus porcentajes en el rural y en las urbes sean justo el reverso de los referidos de un siglo antes. Y aún atenuándose tal demografía expansiva, como parece suceder en los últimos años, lo previsible es que continúe esta transición urbana, trasladándose la población campesina hacia la ciudad.

Aunque también ocurre otra alteración demográfica singular e inversa, por la que una parte del vecindario de las urbes se desplaza hacia sus periferias, ya sea huyendo de la masificación urbana, o, en otros casos, porque a causa del mercado inmobiliario se ven expulsados al extrarradio y sustituidos por residentes eventuales. Al mismo tiempo, se está produciendo un gradual proceso de gentrificación, afectando principalmente en los centros históricos o nucleares de las ciudades.

El ámbito rural no solamente pierde activos humanos a favor de la ciudad, sino que ha ido perdiendo peso relativo en el conjunto de la economía, frente a los sectores industrial y de servicios, menguando sus potencialidades ante una preponderante soberanía urbana. Ocurre desde hace décadas y más aceleradamente en los países avanzados. En parte es consecuencia del estado de abandono en que ha estado sumido el campo, mirado con cierto desdén desde la cultura ciudadana, inconsciente esta de su propia dependencia y vulnerabilidad. Pues, sin la supervivencia del campo difícilmente se podría vivir en la ciudad. Al vaciarse de habitantes el espacio rural, en muchos pequeños pueblos y lugares aislados ya casi solo quedan los más mayores y sin el necesario relevo generacional, de moradores que puedan ocuparse en el futuro de las tareas agrarias y del cuidado de este ámbito territorial. Pues lo cierto es que la actividad campesina ha sido históricamente la principal conservadora del hábitat rural y de sus valores, que no solo

son económicos y productivos, sino naturales, patrimoniales y paisajísticos, siendo además quien custodia una genuína cultura, sustentadora de raíces identitarias.

El paisaje nos proporciona una perspectiva integradora, globalizando un conjunto de valores. Conceptualmente, este ha de comprenderse en sus dimensiones intrínsecamente entrelazadas: pues es tanto una realidad externa, material y objetiva, como una percepción interna, sensorial y subjetiva. Y es que tanto existe en lo que se contempla como en la mirada de quien contempla. O sea, que requiere de la intermediación nuestra, al necesitarnos como cómplices: ya que la realidad física y tangible precisa de nuestra mirada sensitiva y otorgadora de valores, de nuestra emoción y de nuestro intelecto. Y así es que solamente en nosotros y a nuestro través se produciría esa transmutación por la que un paraje alcanzaría a ser paisaje. Pero es que, además, esta nuestra mirada perceptiva y valorativa, es subjetiva conforme a una doble subjetividad: la individual y la social. Pues en la mirada propia se incluye una mirada otorgada, en tanto que miramos con un revestimiento de principios y significados que no solo proceden de la experiencia personal sino que sobre todo son una herencia cultural.

Y es que el paisaje es un hecho cultural, emergiendo al descubrirse a los ojos de la Cultura. Incluso tardó en madurar diferente tiempo según las distintas culturas, mismo con muchos siglos de diferencia entre unas y otras. Así, por ejemplo, en su inicial sentido estético, surgió mil años antes en la cultura oriental que en la occidental. En la actualidad, sin embargo, la idea del paisaje se ha dilatado, cobrando nuevas apreciaciones según que interese a urbanistas, arquitectos, ingenieros, geógrafos, ecólogos, antropólogos, ideólogos, además de las apreciaciones correspondientes a la sensibilidad artística o poética.

Quizás sean también válidas todas estas posibles visiones, científicas y humanísticas, integrándolas en un diálogo interdisciplinario. Pero con ellas se ha desvirtuado su sentido originario, sensorial y perceptivo, para concretarse en apreciaciones vinculadas a su materialidad física y utilitaria. Por lo cual hay quien se reafirma en su primigenio carácter, irreductiblemente estético. Pues lo que no debe olvidarse que el paisaje no solo concierne a lo material y visible sino que a lo espiritual e intangible, conformándose de múltiples apreciaciones sensoriales.

La Cultura, también, además de haber sido la descubridora intelectual del paisaje, es partícipe activa de su construcción. En muchas latitudes ya lo dominante es un paisaje humanizado y cultural. Una de sus más genuínas expresiones la observamos en el paisaje agrario tradicional: se trata de una síntesis entre lo natural y lo cultural, peculiar de cada naturaleza y de cada cultura, consecuencia de una estrecha relación secular de las gentes con su medio. Y como tal vestigio histórico, es resultado de la acción conjunta de variados procesos socioeconómicos y socioculturales, así como ambientales. En cada época y en cada región del mundo, los pueblos elaboran sus modelos constructivos y de convivencia, que corresponden a sus circunstancias territoriales, históricas, etnográficas, religiosas y culturales en general.

Ya sea, por ejemplo, la Plaza Mayor o el campanario de la iglesia, definen una determinada identidad, diferenciada de otras identidades que en otros lugares ostentan distintos símbolos. Quiere esto decir que en el rostro de las ciudades y de cualquier otra construcción antrópica, en sus particularidades y apariencias, se conllevan diversas connotaciones simbólicas, emocionales, e ideológicas, que son otra seña identitaria. Son creación cultural de la sociedad y a la cual identifican, expresándose sus identidades en el discurso del paisaje.

Sin embargo, estas afirmaciones solo sirven donde se ha preservado la idiosincracia del lugar. Pese a ello, allí donde se ha generado un urbanismo desorganizado, se construyen lugares comunmente incoherentes y banales, que más bien son no-lugares, sin discurso, sin una clara identidad. Ello es patente en muchas periferias suburbanas de las grandes ciudades, que por lo general se trata de zonas de transición difusa, híbridas, transgénicas, sin definida personalidad. Y algo semejante ocurre donde la masificación turística ha desembocado en un crecimiento acelerado y caótico, en distorsión con la contextura precedente y sin su arraigo. En ambos casos, el resultado urbano es entonces el desconcierto o la estandarización, junto con la pérdida de calidad, de originalidad y de autenticidad, o sea, de identidad.

Algunas grandes ciudades han crecido desmesuradamente, con altas densidades de edificación y reducidos espacios libres intersticiales, lugares verdes y de carácter común, facilitadores de la vida ciudadana y la socialización. Por otra parte, tal crecimiento urbano no se reduce a la ciudad compacta, la constituida por su núcleo central y su ensanche, sino que se expande por su inmediata corona exterior. En este crecimiento urbanístico, lo construido engulle al territorio circundante, a menudo en una constelación difusa, que propiamente ni es espacio urbano ni rural, generando áreas periurbanas, suburbanas, rururbanas y metropolitanas. Muchas de estas grandes urbes se han vuelto hasta cierto punto insostenibles e insalubres, a la vez que antieconómicas y antiecológicas; afectadas por el elevado tráfico de vehículos, la contaminación, los residuos o el elevado consumo energético, que atentan contra la calidad del ambiente y la esperada calidad de vida. Y a lo que se añade un voraz e irreflexivo urbanismo, desligado de la continuidad histórica o patrimonial y sin arraigo identitario.

Urge reformular las grandes aglomeraciones urbanas. Ya no bajo el desdiseño de los intereses económicos dominantes sino que en el interés de los ciudadanos. Las prioridades, entonces, habrían de ser bien distintas. Esencialmente: propiciar los espacios públicos como articuladores de las relaciones sociales, sean lugares al aire libre, centros culturales o de ocio; muy en particular, ampliar las zonas verdes; así como concertar adecuadamente el tránsito de personas y vehículos, favoreciendo en lo posible al peatón y el transporte público.

Urge, así mismo, revitalizar las pequeñas poblaciones y el rural en general, revirtiendo su declive económico y demográfico y convirtiéndolo en un nuevo ámbito de oportunidades. Aquí es apremiante proporcionar las dotaciones precisas para la vida de hoy en día. El mantener su vitalismo ya no solo sería

por las variadas argumentaciones ambientales, estéticas o identitarias, sino también por obvias razones económicas y alimentarias, para la supervivencia de los propios pueblos y de las ciudades.

Hoy en día, en un mundo cada vez más globalizado e interdependiente, también se ha reavivado el debate que entrecruza lo local y lo global. Y lo que en especial resulta paradójico es constatar que habiéndose multiplicado las interconexiones globalizadoras, determinando una cierta homogeneización mundial, simultáneamente resurgen los sentimientos de pertenencia e identitarios, reforzándose el sentido de lugar, de comunidad y mismo de ciudad. Y es que ahora parece haber una mayor necesidad de singularizarse, de manifestarse en lo propio y diferenciado. Las ciudades, por ejemplo, revalorizan sus raíces histórico-culturales y su monumentalidad, así como sus otros distingos, a veces rivalizando en insólita competencia, oportunidad que sobre todo beneficia a aquellas que alcanzan el rango de Ciudad-Patrimonio.

Y en cuanto que el paisaje, como se ha señalado, es una construcción cultural, es algo dinámico y vivo. De modo que respetar el valor del pasado no significa instalarse en su contemplación inamovible, en su mera musealización y paralizados ante el porvenir. Podría hacerse posible intervenir sin destruir; valorar lo tradicional sin renunciar a la modernidad; mantener la especificidad y originalidad propias sin cuestionar su dinamismo, e incluso posibilitando su mejoramiento con acertadas incorporaciones actuales. O sea, conservar y rehabilitar el patrimonio heredado, integrando lo histórico con lo contemporáneo.

Actualmente vivimos ya no solo en una época de cambios sino que en un cambio de época. De hecho ya se ha propuesto denominarla como Antropoceno. Se refiere a este momento del presente, en que la acción antrópica afecta sobremanera y con huellas perdurables a los equilibrios del Sistema Tierra, a la vez que se ha producido el ya señalado crecimiento exponencial de la población y un consumo sin precedentes e insostenible de los recursos naturales. Hasta se discute, aún sin acuerdo unánime, si por todo ello debería considerarse como una nueva etapa cronológica en la escala de los tiempos geológicos. Sus inicios se han datado a mediados del siglo precedente, cuando se intensificaron vertiginosamente tales cambios antropogénicos, a lo que también se alude como la Gran Aceleración. Si bien antaño algunas voces muy respetables nos advertían de los “Límites de Crecimiento”, ahora mismo ya se habla abiertamente del riesgo de sobrepasar de un modo irreversible ciertos “Límites Planetarios”, como los que amenazan el cambio climático.

Así, pues, nos asomamos a un contexto de futuro muy complejo y con muchas incertidumbres, para lo que ya hay que estar a la altura de lo que marcan los nuevos tiempos. De partida, existen grandes diferencias en las distintas partes del mundo, con dispares situaciones socioeconómicas, socioculturales y medioambientales, siendo necesario contextualizar en cada escenario, país o continente. Es tiempo de reiniciarse. Incluso de cambiar de paradigma, del crecimiento al decrecimiento, para ser considerado en ciertos casos. Es preciso revertir el proceso de voraz aniquilación del patrimonio y del territorio, y de despersonalización y deshumanización ocurridas en muchos pueblos y ciudades. Y es del todo apremiante

activar una nueva conciencia ciudadana, un nuevo compromiso más responsable en relación con el urbanismo, la naturaleza y el paisaje. Las ciudades y todo nuestro contorno ambiental y paisajístico, han de ser amigables, saludables y sustentables. El presente ha de construirse con la memoria del pasado, como soñando un regreso al futuro. Sería viable asumir la tradición sin impedir los avances de la actualidad, y guiándose por ese nuevo compromiso, que habría de combinar ética y estética, inteligencia y sensibilidad.

Y en esta publicación se ofrecen sobre lo dicho excelentes testimonios orientativos, enriquecidos por la amplia pluralidad de sus miradas, interdisciplinarias e intercontinentales. Desde sus variadas perspectivas muestran el modo en que distintas comunidades humanas hubieron de adaptarse a sus diferentes realidades, en diversos contextos ambientales y de relación social. En conjunto, sus reflexiones y experiencias nos llevan desde los ámbitos más populosos y desarrollados hasta la soledad del continente helado. En todos los casos se nos refiere la esencialidad de los valores ecológicos y del patrimonio histórico-cultural o paisajístico, así como la interdependiente relación entre lo local y lo global. Así es que sus narraciones hacen ciertos los conocidos axiomas de “pensar globalmente, actuar localmente” junto con el del “desarrollo sin destrucción”, principal principio de la sostenibilidad.

Así mismo, sus observaciones cumplen con el pretendido propósito de esta obra, de contrastar visiones propias y ajenas, próximas y distantes, similares o opuestas, así como vivencias fugaces o prevalecientes, y que lo mismo interpelan al pasado que abren horizontes al futuro. Además, resulta una complementaria combinación de teoría y práctica, tradición y modernidad, historia y porvenir, y por lo que también es memoria y profecía. Y todo ello con el añadido de conjugar textos e imágenes, con el resultado final de una atractiva e ilustrativa publicación.



A cidade é, sem dúvida, um espaço primordial para as relações sociais, ao mesmo tempo em que não é alheia a outras inter-relações e interdependências, como as que interligam o local e o global, ou as que a ligam ao meio rural, ao contorno ambiental e à paisagem. As cidades sempre foram um polo de atração, em geral por oferecerem maiores oportunidades econômicas, equipamentos e serviços básicos, bem como intercomunicação, do que se esperaria melhorar a qualidade de vida, seja para uso residencial, comercial, cultural ou para outros incentivos de relacionamento pessoal e social. Oferecem espaços de encontro partilhados nas suas ruas, praças ou centros de lazer, onde podem desfrutar ou transitar como cidadãos do mundo, facilitando as relações igualitárias e a socialização.

Já há mais população vivendo nas cidades do que nas áreas rurais, o que vem acontecendo desde 2007 e pela primeira vez na história da humanidade. E se as cidades cresceram em população, é justamente porque absorvem a população do êxodo rural, de pessoas que despovoam o campo migrando para áreas urbanas e metropolitanas. Em 1950, cerca de 2/3 dos habitantes do mundo ainda viviam em

assentamentos rurais e menos de 1/3 em locais urbanos; desde então, em apenas 50 anos, a população mundial dobrou, e é possível que até 2050 seus percentuais nas áreas rurais e urbanas sejam exatamente o inverso daqueles referidos um século antes. E mesmo que essa demografia expansiva seja atenuada, como parece acontecer nos últimos anos, é previsível que essa transição urbana continue, deslocando a população rural em direção à cidade.

Embora também ocorra outra alteração demográfica singular e inversa, pela qual uma parte do bairro urbano se desloca para suas periferias, seja fugindo da superlotação urbana, seja, em outros casos, porque devido ao mercado imobiliário são expulsos para as áreas afastadas do centro e substituídos por eventuais moradores. Ao mesmo tempo, um processo gradual de gentrificação está ocorrendo, afetando principalmente os centros históricos ou centrais das cidades.

A área rural não só perde bens humanos em favor da cidade, como vem perdendo peso relativo na economia como um todo, frente aos setores industrial e de serviços, diminuindo seu potencial diante de uma soberania urbana preponderante. Isso vem acontecendo há décadas e mais rapidamente nos países desenvolvidos. Em parte, é consequência do estado de abandono em que o campo foi submerso, olhado com certo desdém pela cultura cidadã, sem consciência de sua própria dependência e vulnerabilidade. Bem, sem o sustento produzido do campo seria difícil viver na cidade. Como a área rural é esvaziada de habitantes, em muitas pequenas cidades e lugares isolados há quase apenas os mais velhos e sem a necessária mudança geracional de habitantes que podem cuidar das tarefas agrárias e do cuidado dessa área territorial no futuro. Pois, a verdade é que a atividade campestre tem sido historicamente a principal conservadora do habitat rural e de seus valores, que não são apenas econômicos e produtivos, mas também naturais, patrimoniais e paisagísticos, sendo também a guardiã de uma cultura genuína, sustentando raízes identitárias.

A paisagem nos proporciona uma perspectiva integradora, globalizando um conjunto de valores. Conceitualmente, isso tem que ser entendido em suas dimensões intrinsecamente entrelaçadas: é tanto uma realidade externa, material e objetiva, quanto uma percepção interna, sensorial e subjetiva. E existe tanto no que é contemplado quanto no olhar de quem vê. Ou seja, exige nossa intermediação, ao precisar de nós como cúmplices: uma vez que sua realidade física e tangível exige nosso olhar sensível e valorizador, nossa emoção e nosso intelecto. E assim somente em nós e através de nós haveria aquela transmutação pela qual um lugar se tornaria uma paisagem. Mas, além disso, essa nossa visão perceptiva e avaliativa, é subjetiva segundo uma dupla subjetividade: a individual e a social. Bem, o próprio olhar inclui um olhar que atribui valores, atravessado de princípios e significados que não só vêm da experiência pessoal, mas acima de tudo são uma herança cultural.

E é que a paisagem é um fato cultural, emergindo quando descoberta aos olhos da Cultura. Demorou até muito tempo para que diferentes culturas amadurecessem, com muitos séculos de diferença

entre elas. Assim, por exemplo, em seu sentido estético inicial, surgiu mil anos antes na cultura oriental do que na ocidental. Atualmente, porém, a ideia de paisagem expandiu-se, ganhando novos olhares de acordo com o que interessa a urbanistas, arquitetos, engenheiros, geógrafos, ecologistas, antropólogos, ideólogos, além daqueles correspondentes à sensibilidade artística ou poética.

Talvez todas essas visões científicas e humanísticas possíveis também sejam válidas, integrando-as a um diálogo interdisciplinar. Mas com elas seu sentido original, sensorial e perceptivo foi distorcido, para se concretizar em apreciações ligadas à sua materialidade física e utilitária. Por isso, há quem reafirme seu caráter original, irredutivelmente estético. Pois bem, não se deve esquecer que a paisagem não diz respeito apenas ao material e ao visível, mas também ao espiritual e ao intangível, conformando-se a múltiplas apreciações sensoriais.

A cultura, além de ter sido a descobridora intelectual da paisagem, é participante ativa de sua construção. Em muitas regiões, uma paisagem humanizada e cultural já é dominante. Uma de suas expressões mais genuínas é observada na paisagem agrária tradicional: é uma síntese entre o natural e o cultural, peculiar a cada natureza e a cada cultura, consequência de uma estreita relação secular entre as pessoas e seu ambiente. E como tal vestígio histórico, é fruto da atuação conjunta de diversos processos socioeconômicos e socioculturais, bem como ambientais. Em todas as épocas e em todas as regiões do mundo, os povos elaboram seus modelos construtivos e de convivência, que correspondem às suas circunstâncias territoriais, históricas, etnográficas, religiosas e culturais em geral. Seja, por exemplo, a Plaza Mayor ou a torre da igreja, eles definem uma certa identidade, diferenciada de outras identidades que em outros lugares carregam símbolos diferentes. Isso significa que diante das cidades e de qualquer outra construção antrópica, em suas particularidades e aparências, são carregadas várias conotações simbólicas, emocionais e ideológicas, que são outra marca registrada. São a criação cultural da sociedade e que identificam, expressando suas identidades no discurso da paisagem.

No entanto, essas afirmações só servem onde a idiosincrasia do lugar foi preservada. Pois onde um urbanismo desorganizado foi gerado, comumente são construídos lugares comumente incoerentes e banais, que são, na verdade, não-lugares, sem discurso, sem uma identidade clara. Isso é evidente em muitas periferias das grandes cidades, que geralmente são zonas de transição difusas, híbridas, transgênicas, sem personalidade definida. E algo semelhante acontece onde a massificação do turismo levou a um crescimento acelerado e caótico, em distorção com a estrutura anterior e sem suas raízes. Em ambos os casos, o resultado urbano é então a perplexidade ou padronização, juntamente com a perda de qualidade, originalidade e autenticidade, ou seja, identidade.

Algumas grandes cidades cresceram de forma desproporcional, com altas densidades prediais e redução de espaços livres intersticiais, lugares verdes e comuns, facilitadores da vida do cidadão e da socialização. Por outro lado, tal crescimento urbano não se reduz à cidade compacta, aquela constituída

por seu núcleo central e seu alargamento, mas se expande por sua coroa externa imediata. Nesse crescimento urbano, o que se constrói engloba o território circundante, muitas vezes em uma constelação difusa, que não é nem espaço urbano nem rural, gerando áreas periurbanas, suburbanas, rururbanas e metropolitanas. Muitas dessas grandes cidades tornaram-se, em certa medida, insuportáveis e insalubres, além de não econômicas e não ecológicas; afetadas pelo alto tráfego de veículos, poluição, desperdício ou alto consumo de energia, que prejudicam a qualidade do meio ambiente e a qualidade de vida esperada. E a isso se soma um urbanismo voraz e irrefletido, desprezado da continuidade histórica ou patrimonial e sem raízes identitárias.

É urgente reformular grandes aglomerações urbanas. Não mais sob o desígnio dos interesses econômicos dominantes, mas no interesse dos cidadãos. As prioridades, então, teriam que ser muito diferentes. Essencialmente: promover os espaços públicos como articuladores das relações sociais, sejam eles locais ao ar livre, centros culturais ou lazer; em especial, ampliar as áreas verdes; bem como organizar adequadamente o trânsito de pessoas e veículos, favorecendo ao máximo os pedestres e o transporte público.

É urgente, também, revitalizar pequenas cidades e áreas rurais em geral, revertendo seu declínio econômico e demográfico e transformando-a em uma nova área de oportunidades. Aqui é urgente fornecer os espaços precisos para a vida atual. A manutenção de sua vitalidade não se daria mais apenas pelos diversos argumentos ambientais, estéticos ou identitários, mas também por óbvias razões econômicas e alimentares, pela sobrevivência das próprias vilas e cidades.

Hoje, em um mundo cada vez mais globalizado e interdependente, também foi reavivado o debate que entrelaça o local e o global. E o que é especialmente paradoxal é constatar que tendo multiplicado as interligações globalizantes, determinando uma certa homogeneização global, ressurgem simultaneamente os sentimentos de pertencimento e identidade, reforçando o sentido de lugar, de comunidade e até de cidade. E agora parece haver uma necessidade maior de ser singularizado, de se manifestar no próprio e diferenciado. As cidades, por exemplo, revalorizam as suas raízes histórico-culturais e a sua monumentalidade, bem como as suas outras distinções, competindo por vezes numa competição insólita, uma oportunidade que beneficia sobretudo aqueles que alcançam o posto de Cidade Patrimônio.

E na medida em que a paisagem, como foi apontado, é uma construção cultural, é algo dinâmico e vivo. Assim, respeitar o valor do passado não significa moldar-se à sua contemplação imóvel, na sua mera musealização e paralisada perante o futuro. Poderia ser possível intervir sem destruir; valorizar o tradicional sem renunciar à modernidade; manter sua especificidade e originalidade sem questionar seu dinamismo, e até mesmo possibilitar seu aprimoramento com incorporações atuais bem-sucedidas. Ou seja, preservar e reabilitar o patrimônio herdado, integrando o histórico com o contemporâneo.

Agora vivemos não apenas em um momento de mudança, mas em uma mudança de época. Na verdade, já foi proposto chamá-lo de Antropoceno. Refere-se a este momento no presente, em que a ação antrópica afeta profundamente, e a longo prazo, os equilíbrios do Sistema da Terra, ao mesmo tempo em que ocorreu o mencionado crescimento exponencial da população e um consumo inédito e insustentável dos recursos naturais. Discute-se, inclusive, mesmo sem acordo unânime, se por tudo isso deve ser considerado como uma nova etapa cronológica na escala de tempo geológico. Seus primórdios foram datados de meados do século anterior, quando tais mudanças antropogênicas se intensificaram rapidamente, o que também é conhecido como a Grande Aceleração. Embora no passado algumas vezes consagradas nos alertassem sobre os “Limites do Crescimento”, neste momento já se fala abertamente do risco de ultrapassar irreversivelmente certos “Limites Planetários”, como os que ameaçam as mudanças climáticas.

Assim, olhamos para um contexto futuro muito complexo com muitas incertezas, para o qual já devemos viver de acordo com o que os novos tempos marcam. Desde o início, existem grandes diferenças nas diferentes partes do mundo, com situações socioeconômicas, socioculturais e ambientais díspares, sendo necessário contextualizá-las em cada cenário, país ou continente. É hora de reiniciar. Inclusive mudar o paradigma, de crescimento para decrescimento, a ser considerado em certos casos. O processo de aniquilação voraz do patrimônio e do território, e de despersonalização e desumanização que ocorreu em muitas vilas e cidades, deve ser revertido. E é muito urgente ativar uma nova consciência cidadã, um novo compromisso mais responsável em relação ao urbanismo, à natureza e à paisagem. As cidades e todo o nosso ambiente ambiental e paisagístico devem ser amigáveis, saudáveis e sustentáveis. O presente deve ser construído com a memória do passado, como se sonhasse com um retorno ao futuro. Seria factível assumir a tradição sem impedir os avanços de hoje, e pautando-se por esse novo compromisso, que aliará ética e estética, inteligência e sensibilidade.

E nesta publicação se oferecem, sobre tudo o que acima foi dito, testemunhos orientativos, enriquecidos pela ampla pluralidade de seus olhares, interdisciplinares e intercontinentais. Suas variadas perspectivas mostram o modo como que distintas comunidades humanas criaram para se adaptar às suas diferentes realidades, diversos contextos tanto nos aspectos ambientais quanto no das relações sociais. Em conjunto, suas reflexões e experiências nos levam desde âmbitos mais populosos e desenvolvidos até à sociedade que hoje ocupa o continente gelado. Em todos os casos nos referencia sobre a essencialidade dos valores ecológicos e do patrimônio histórico-cultural ou paisagístico, assim como a interdependente relação entre o local e o global. Assim, é que suas narrativas fazem certos os conhecidos axiomas de “pensar globalmente, agir localmente” junto com o de “desenvolvimento sem instrução”, principais princípios da ideia de sustentabilidade.

Dessa maneira, todas essas observações encontradas no livro cumprem com o pretendido propósito desta obra, de contrastar visões próprias e alheias, próximas e distantes, similares e opostas,

assim como vivências fugazes o prevaletentes, que também desafiam o passado e abrem horizontes ao futuro. Por tudo isto, este livro resulta em uma complementar combinação entre teoria e prática, tradição e modernidade, história e futuro, estando assim também entre memória e profecia. E, tudo isso, com o acréscimo da conjugação de textos e imagens que também permitiram gerar como resultado final uma ilustrativa e atrativa publicação.



The city is undoubtedly a primary space for social relations, while it is not indifferent to other interrelations and interdependencies, such as those that interconnect the local and the global, or those that link it with the rural environment, the environmental contour and the landscape. Cities have always been a pole of attraction, in general for offering greater economic opportunities, basic equipment and services, as well as intercommunication, which would be expected to improve the quality of life, whether for residential, commercial, cultural use, or for other personal and social relationship incentives. They offer shared meeting spaces in their streets, squares or leisure centers, where they can enjoy or walk as citizens of the world, facilitating egalitarian relations and socialization.

There is already more population living in cities than in rural areas, which has been happening since 2007 and for the first time in the history of humanity. And if cities have grown in population, it is precisely because they absorb the population of the rural exodus, of people who depopulate the countryside by migrating to urban and metropolitan areas. In 1950, about 2/3 of the world's inhabitants still lived in rural settlements and less than 1/3 did so in urban locations; since then, in just 50 years the world population has doubled, and it is possible that by 2050 their percentages in rural and urban areas will be just the reverse of those referred to a century earlier. And even if this expansive demography is attenuated, as it seems to be in recent years, it is foreseeable that this urban transition will continue, moving the rural population towards the city.

Although another singular and inverse demographic alteration also occurs, whereby a part of the urban neighborhood moves towards its peripheries, either fleeing from urban overcrowding, or, in other cases, because due to the real estate market they are expelled to the outskirts and replaced by occasional residents. At the same time, a gradual process of gentrification is taking place, affecting mainly the historical or core centers of cities.

The rural area not only loses human assets in favor of the city, but has been losing relative weight in the economy as a whole, compared to the industrial and service sectors, diminishing its potential in the face of a preponderant urban sovereignty. It has been happening for decades and more rapidly in developed countries. Partly it is a consequence of the state of abandonment in which the countryside has been submerged, looked at with some disdain from the urban culture, unaware of its

own dependence and vulnerability. Well, without the survival of the countryside it would be difficult to live in the city. As the rural area is emptied of inhabitants, in many small towns and isolated places there are almost only the elderly and without the necessary generational change of inhabitants who can take care of the agricultural tasks and the care of this territorial area in the future. The truth is that rural activity has historically been the main conservator of rural habitat and its values, which are not only economic and productive, but also natural, patrimonial and landscape, being also the custodian of a genuine culture, sustaining identity roots.

The landscape provides us with an integrative perspective, globalizing a set of values. Conceptually, this has to be understood in its intrinsically intertwined dimensions: it is both an external, material and objective reality, and an internal, sensory and subjective perception. And it exists both in what is contemplated and in the gaze of the beholder. That is, it requires our intermediation, by needing us as collaborators: since its physical and tangible reality requires our sensitive and value-giving gaze, our emotion and our intellect. And so only in us and through us would there be that transmutation by which a place would become a landscape. But, in addition, this is our perceptive and evaluative view, it is subjective according to a double subjectivity: the individual and the social. Well, one's own gaze includes an evaluative gaze, while we look at it conditioned by principles and meanings that not only come from personal experience but above all are a cultural heritage.

And it is that the landscape is a cultural fact, emerging when discovered in the eyes of Culture. It even took a long time for different cultures to mature, with many centuries of difference between them. Thus, for example, in its initial aesthetic sense, it emerged a thousand years earlier in Eastern than in Western culture. At present, however, the idea of landscape has expanded, gaining new insights according to what interests urban planners, architects, engineers, geographers, ecologists, anthropologists, ideologists, in addition to those corresponding to artistic or poetic sensitivity.

Perhaps all these possible scientific and humanistic visions are also valid, integrating them into an interdisciplinary dialogue. But, with them, its original sense, sensory and perceptual, has been distorted, to become concrete in appreciations linked to its physical and utilitarian materiality. For this reason, there are those who reaffirm their original, irreducibly aesthetic character. Well, it should not be forgotten that the landscape not only concerns the material and visible but also the spiritual and intangible, conforming to multiple sensory appreciations.

Culture, too, in addition to having been the intellectual discoverer of the landscape, is an active participant in its construction. In many latitudes, a humanized and cultural landscape is already dominant. One of its most genuine expressions is observed in the traditional rural landscape: it is a synthesis between the natural and the cultural, peculiar to each nature and each culture, a consequence of a close secular relationship between people and their environment. And as such historical vestige, it is the result of the

joint action of various socioeconomic and socio-cultural processes, as well as environmental ones. In every era and in every region of the world, people elaborate their constructive and coexistence models, which correspond to their territorial, historical, ethnographic, religious and cultural circumstances in general. The Plaza Mayor or the bell tower of the church, for example, define a certain identity, differentiated from other identities that in other places bear different symbols. This means that in the face of cities and any other anthropic construction, in their particularities and appearances, various symbolic, emotional, and ideological connotations are carried, which are another hallmark. They are the cultural creation of society and which they identify, expressing their identities in the discourse of the landscape.

However, these statements are only useful where the idiosyncrasy of the place has been preserved. Because where a disorganized urbanism has been generated, commonly incoherent and banal places are built, which are rather non-places, without discourse, without a clear identity. This is evident in many suburban peripheries of large cities, which are generally diffuse, hybrid, transgenic transition zones, without defined personality. And something similar happens where the massification of tourism has led to an accelerated and chaotic growth, in distortion with the previous structure and without its roots. In both cases, the urban result is then bewilderment or standardization, along with the loss of quality, originality and authenticity, that is, identity.

Some large cities have grown disproportionately, with high building densities and reduced interstitial free spaces, green and common places, facilitators of city life and socialization. On the other hand, such urban growth is not reduced to the compact city, the one constituted by its central core and its widening, but expands by its immediate outer crown. In this urban growth, what is built engulfs the surrounding territory, often in a diffuse constellation, which is neither urban nor rural space, generating peri-urban, suburban, rururban and metropolitan areas. Many of these large cities have become to some extent unbearable and unhealthy, as well as uneconomic and unecological; affected by high vehicle traffic, pollution, waste or high energy consumption, which undermine the quality of the environment and the expected quality of life. And to this is added a voracious and thoughtless urbanism, detached from historical or patrimonial continuity and without identity roots.

It is urgent to reformulate large urban agglomerations. No longer under the design of the dominant economic interests but in the interest of the citizens. The priorities, then, would have to be very different. Essentially: promote public spaces as articulators of social relations, be they outdoor places, cultural or leisure centers; in particular, expand green areas; as well as properly arrange the transit of people and vehicles, favoring pedestrians and public transport as much as possible.

It is also urgent to revitalize small towns and rural areas in general, reversing their economic and demographic decline and turning it into a new area of opportunities. Here it is pressing to provide appropriate spaces for life today. Maintaining its vitality would no longer only be due to the various

environmental, aesthetic or identity arguments, but also for obvious economic and food reasons, for the survival of the towns and cities themselves.

Today, in an increasingly globalized and interdependent world, the debate that intersects the local and the global has also been revived. And what is especially paradoxical is to note that having multiplied the globalizing interconnections, determining a certain global homogenization, simultaneously the feelings of belonging and identity resurface, reinforcing the sense of place, community and even city. And now there seems to be a greater need to be singularized, to manifest oneself in one's own and differentiated. Cities, for example, revalue their historical-cultural roots and their monumentality, as well as their other distinctions, sometimes competing in unusual competition, an opportunity that above all benefits those that reach the rank of City-Heritage.

And insofar as the landscape, as has been pointed out, is a cultural construct, it is something dynamic and alive. So, respecting the value of the past does not mean settling in its immovable contemplation, in its mere musealization and paralyzed before the future. It could be possible to intervene without destroying; to value the traditional without renouncing modernity; to maintain one's specificity and originality without questioning its dynamism, and even enabling its improvement with successful current incorporations. That is, to preserve and rehabilitate the inherited heritage, integrating the historical with the contemporary.

We now live not only in a time of change but in a change of time. In fact, it has already been proposed to call it the Anthropocene. It refers to this moment in the present, in which anthropogenic action greatly affects the equilibriums of the Earth System with lasting traces, at the same time as the aforementioned exponential growth of the population and an unprecedented and unsustainable consumption of natural resources have occurred. It is even discussed, even without unanimous agreement, whether for all this it should be considered as a new chronological stage in the geological time scale. Its beginnings have been dated to the middle of the previous century, when such anthropogenic changes intensified rapidly, which is also referred to as the Great Acceleration. Although in the past some very respectable voices warned us about "Growth Limits", right now there is already open talk of the risk of irreversibly exceeding certain "Planetary Limits", such as those that threaten climate change.

Thus, we look at a very complex future context with many uncertainties, for which we must already live up to what the new times mark. From the outset, there are great differences in the different parts of the world, with disparate socio-economic, socio-cultural and environmental situations, and it is necessary to contextualize them in each scenario, country or continent. It's time to reset. Even to change the paradigm, from growth to degrowth, to be considered in certain cases. The process of voracious annihilation of heritage and territory, and of depersonalization and dehumanization that occurred in many towns and cities, must be reversed. And it is very urgent to activate a new citizen consciousness, a

new more responsible commitment in relation to urbanism, nature and the landscape. Cities and our entire environmental and landscape environment must be friendly, healthy and sustainable. The present must be built with the memory of the past, as if dreaming of a return to the future. It would be feasible to assume the tradition without stopping the advances of today, and being guided by this new commitment, which would combine ethics and aesthetics, intelligence and sensitivity.

And in this publication, regarding everything that was said above, orienting testimonies are offered, enriched by the wide plurality of their interdisciplinary, intercontinental views. Their varied perspectives show the ways different human communities have created in order to adapt to their also different realities, different contexts in terms of environmental aspects and social relations. Altogether, their reflections and experiences involve elements that go from more populous and developed areas to the society that, today, occupies the frozen continent. In all cases, it provides us with a reference to the essentiality of ecological values and historical-cultural or landscape heritage, as well as the interdependent relationship between the local and the global. Thus, their narratives confirm the well-known axioms leading to “think globally, act locally” added to the “development of education”, forming the main principles of the idea of sustainability.

Therefore, all these observations included in the book fulfill the intended purpose of this work, that is, to contrast one's own and others' views, no matter close or distant, similar or opposite, as well as fleeting or enduring experiences. They also challenge the past and open horizons towards the future. Considering all these reasons, this book results in a complementary combination between theory and practice, tradition and modernity, history and future, which also lies between memory and prophecy. And, all of this was added up to the combination of texts and images which also made it possible to generate, as its final result, an illustrative and attractive publication.

ROXELIO PÉREZ MOREIRA

SANTIAGO DE COMPOSTELA / ESPANHA, FEBRERO DE 2024.



Caminho de pedras - (Doris Grossi/AM)

S
O
B
R

E
D
S
A
U
T
O
R
E
S



P R E F Á C I O**TOKIE LAOTAN-BROWN**

Heritage Architect and Cultural Economist at Merging Ecologies and a Lecturer at the State University of New York, Cortland (SUNY Cortland). Doctor of Science in Economics and Techniques for the Conservation of the Architectural and Environmental Heritage from the University of Nova Gorica, Slovenia (UNG) and Università Iuav di Venezia, Italy (LUAV). Applies her heritage knowledge through heritage design, restoration, and rehabilitation. Serves as an Executive Member of the Association of Critical Heritage Studies and an Expert Member of the International Scientific Committee on Cultural Landscapes, ICOMOS-IFLA. Her work encompasses various projects, including Conservation Area Character Appraisals and Management Strategies, Conservation Management Plans, Cultural Landscape Characterizations Assessments, World Heritage Nomination Dossiers, and Restorations. Her publication record includes articles on Cultural Heritage and Marginalised Heritage. A 2023 “Micheal Ventris Award for Architecture” recipient, engages in projects that re-inscribe ancestral narratives within natural and cultural scapes, advocating for reciprocal reverie within heritage trail networks using communal senses and attributes.

tokielbrown@icloud.com

I - P R Ó L O G O - P A I S A G E M**LAURA BEATRIZ LAGE**

Possui Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (2018), pela UFMG. Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (2011). Especialização em Meio Ambiente (2004) e Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica (2006). Graduação em Arquitetura e Urbanismo (2001). Atuou como consultora de municípios para trabalhos relativos ao repasse do ICMS Cultural de Minas Gerais e realizou trabalhos de pesquisa (dossiês de cadastro) para o IPHAN. Foi funcionária concursada do IEPHA/MG (2006-2011) e professora na Faculdade de Arquitetura da UNA (2007-2016). Atualmente atua como arquiteta e urbanista da Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Paisagem, Patrimônio Histórico, Meio Ambiente, Planejamento Urbano e Projeto Arquitetônico. Membro do ICOMOS Brasil, Comitê Nacional de Paisagem Cultural.

lbl.lblage@gmail.com

II - I N T E R C O N T I N E N T A I S - Á F R I C A**DIRCEU ROGÉRIO CADENA DE MELO FILHO**

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), tendo sido bolsista de Doutorado-Sanduíche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2012). Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2009), tendo sido bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-GEO) com período de intercâmbio na Philipps-Universität Marburg - Alemanha (2007-2008) financiado pelo programa CAPES/UNIBRAL. Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Entre 2018 e 2020, realizou estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: paisagem cultural, patrimônio mundial, geopolítica crítica.

dirceucadena@gmail.com

II - I N T E R C O N T I N E N T A I S - Á S I A**ROLAND LIN CHIH-HUNG**

City planner and art historian (Phd, Art History, Sorbonne University, Paris; CEAA, Asian Metropolis Studies and DEA. Jardins, PaysageTerritoire, Ecole d'Architecture Paris La Villette), Roland Chih-Hung Lin, born in Taiwan, living and working in Paris since 1991. LIN holds Visiting Professorships and Phd students Directorship in China (Tianjin University, Tongji University and China South University of Technology) and contributes his expertise as Research Fellow and Chargé des conférences in France (CREOPS- Centre de

Recherche sur Extrême-Orient de Paris – Sorbonne; École Pratique des Hautes Études/EPHE, Paris). Lin is a member of ICOMOS-France and IFLA-Taiwan. He is working at UNESCO since 1997, currently acting as Focal Point for Cultural Landscapes and Project Officer in the World Heritage Centre, UNESCO, managing Heritage; Cultural Landscape Conservation projects in Asia. He has published four academic books, and also published and co-authored over 80 papers about safeguarding cultural heritage and cultural landscapes in Asia.

roland.lin@ephe.sorbonne.fr

PADMA SUNDAR MAHARJAN

An architect by profession (B. Arch, IOE; Msc. Urban design and Conservation, Purbanchal University), Padma Sundar Maharjan is currently working on heritage conservation. He worked as senior site architect for the reconstruction of four temples destroyed by the 2015 earthquake in Kathmandu Darbār square (UNESCO World Heritage Site) under the Kathmandu Valley Preservation Trust (KVPT). Maharjan is setting up the “Traditional Buildings Inventory” (TBI) in Nepal. He also has been a lecturer at the Himalayan college of Engineering since 2010. He is pursuing his doctorate degree in Landscape Architecture from School of Architecture, Tianjin University, China.

padmaq@gmail.com

BAI JIE

A cultural landscape and heritage research expert (B. Landscape Arch., Central South Forestry College, China and Masters in Architectural Design and Theory, Nanjing University of technology, China), Bai Jie has been a Lecturer in College of art and design, Hebei GEO University, China, since 2009 to 2021. Participated in a number of urban landscape design projects and completed a number of cultural landscape related scientific research projects. In 2017, she has been awarded a scholarship under the Chinese State Scholarship Fund as a visiting scholar for 6 months in Korea. From 2017 to 2020, as a director of Cooperative Undergraduate Programme in Environmental Design between Hebei GEO University (China) and Wonkwang University (South Korea). She is pursuing her doctorate since September 2021 in Landscape Architecture from School of Architecture, Tianjin University, China.

bj1020@163.com

II - INTERCONTINENTAIS - EUROPA

FRANCESCO ROTONDO

PhD in Sciences and Methods of European Cities and Territories (University of Pisa); Specialization in Territorial Planning; Degree in Civil Engineering in the Construction Section. Is associate professor of Urban Planning at the Polytechnic University of Marche (DICEA). Designer of multiple municipal urban planning tools, expert consultant for the Regional Document of General Structure of Apulia Region and for the Landscape Regional Plan of Apulia Region (Scientific consultant prof. A. Magnaghi), Strategic Environmental Assessments of plans and programs. Was Technical Director of medium and medium-large sized municipalities (200,000 inhabitants). Is the authors of about 150 scientific publications including two monographs on the themes of urban regeneration and IT tools for collaborative and participatory planning. Associate Editor of the International Journal of Urban Planning and Smart Cities. Has carried out research activities in Belgium, England, Armenia, Romania, Moldova, as well as within EU funded actions. Is involved in some European researches such as the COST Action CA18204 - Dynamics of placemaking and digitization in Europe's cities. Is Management Committee Member in COST Action CA20134, Traces as Research Agenda for Climate Change, Technology Studies, and Social Justice (TRACTS). Was a member of the Research Unit of 3 Projects of Relevant National Interest (PRIN), of research of national interest with the Italian National Research Center (CNR) and in Eastern Europe with the European Bank for Reconstruction and Development (EBRD).

f.rotondo@staff.univpm.it

GIOVANNA MANGIALARDI

Ph.D. in Urban Planning and Management. Is an adjunct professor at the Polytechnic University of Bari and the University of Basilicata. Research activity focuses on urban and landscape policies, dealing specifically with public and social housing issues. Participates in the research activities of the Urban@international network and follows the Project "Puglia Region University" as Head of the Scientific Secretariat. Participated in the research activities of PRIN 2013 “Re-cycle Italy” and PRIN 2009 “Redevelopment of peri-urban areas”. Has been a Research Fellow at the University of Salento for Five years, where was the

Technical Manager of the regional project "B@ARCA" and was involved in writing and managing regional, national and European research projects. Is Associate Editor of the International Journal of Urban Planning and Smart City and has authored numerous articles exploring urban planning and its sustainable, resilient, and inclusive management in an interdisciplinary way.
giovanna.mangialardi@poliba.it

II - INTERCONTINENTAIS - AMÉRICA

LUCIANA SUDAR KLAPPENBACH

Magister en Gestión de Patrimonio Arquitectónico y Urbano (Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño. Universidad Nacional de Mar del Plata). Especialista en Multimedia Technology Certificate Program (DUQUESNE UNIVERSITY, Pittsburgh, Pennsylvania, USA). Arquitecta (Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad Nacional del Nordeste-UNNE). Docente Universitaria-Investigadora. Profesora Titular de las cátedras "Patrimonio Cultural, Gestión y Promoción" y el "Taller de prácticas profesionales III: identificación y catalogación de bienes culturales", en la Carrera Licenciatura en Gestión y Desarrollo Cultural de la Facultad de Artes, Diseño y Ciencias de la Cultura, UNNE. Investigadora y directora en numerosos proyectos de investigación y extensión vinculados a temas patrimoniales y urbanos. Autora de trabajos publicados referidos al patrimonio cultural desde diversos abordajes. Vicepresidente de la Junta de Estudios Históricos del Chaco.
lu_sudar@hotmail.com

GABRIEL ROMERO

Magister en Historia de la Arquitectura (ETSAB Universidad Politécnica de Cataluña). Arquitecto (Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad Nacional del Nordeste-UNNE). Profesor Titular en la Carrera Licenciatura en Gestión y Desarrollo Cultural de la Facultad de Artes, Diseño y Ciencias de la Cultura de la UNNE. Desde 2009 Presidente del Instituto de Cultura de la provincia de Corrientes. Vocal de la Comisión Nacional de Monumentos y Académico Delegado de la Academia Nacional de Bellas Artes. Autor de numerosas publicaciones referidas al patrimonio cultural regional y a la gestión cultural.
gabrielromero9@yahoo.com.ar

II - INTERCONTINENTAIS - OCEANIA

PAULETTE WALLACE

Adjunct Research Fellow in the Stout Research Centre at Victoria University of Wellington, New Zealand. She has a PhD from Deakin University in Melbourne, Australia, which investigates the ideas, policies and practices of cultural landscapes for heritage management. She has had a rich career caring for heritage at local, national and World Heritage levels. Paulette is interested in destabilizing silos between natural and cultural heritage, promoting the significant role of communities in heritage management and advancing historic urban landscapes as a model for sustainable urban development.
paulettejanewallace@gmail.com

II - INTERCONTINENTAIS - ANTÁRTICA

GUSTAVO ALEXANDRE CARDOSO CANTUÁRIA

Pos-doutorado na University of Cambridge, Inglaterra, no Martin Centre do Departamento de Arquitetura, na condição de professor visitante e em colaboração com Dr. Koen Steemers e financiado pela CAPES. Doutorado em Sustainable and Environmental Studies - Architectural Association School of Architecture. Mestrado em Sustainable and Environmental Studies - Architectural Association School of Architecture. Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. Entre diversas pesquisas elaborados destaca-se o grupo SURE (Sustainable Urban Renewal) Africa, onde participou como pesquisador principal juntamente com Universidade de Cambridge e o Instituto Superior Técnico (IST) de Lisboa. Esta pesquisa resultou em seis livros sobre arquitetura bioclimático nos países lusófonos africanos. Atualmente mantém diversas linhas de pesquisa com a University of Cambridge e o IST com destaca para o projeto Polar Lodge, que trata de um abrigo sustentável na Antártida. Também se destaca as pesquisas sobre ilhas de calor e vegetação nos centros urbanos. É professor titular e pesquisador pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília na graduação e no Mestrado de Arquitetura e orienta alunos

do programa de mestrado. É também orientador e membro de banca de TFG (Trabalho Final de Graduação) além de professor convidado como membro externo de bancas de doutorado e mestrado. É ainda avaliador do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), órgão vinculado ao Ministério da Educação. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em sustentabilidade e bioclimatismo.
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

III - E P Í L O G O - N A T U R E Z A

FERNANDA MINGOTE COLARES LUZ

Doutora e Mestre em Geografia/Tratamento da Informação Espacial (PROPPG/TIE), PUC Minas. Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela PUC Minas. Foi taxista FAPEMIG com o tema “Entre os ricos, o rio e ribeirinhos: um estudo de caso da Bacia do Córrego do Cercadinho, BH/MG”; realizou análise especial de infraestruturas da Bacia do Córrego do Cercadinho, tanto nas faixas onde se encontra em leito aberto quanto em seu entorno imediato, de acordo com suas camadas lançadas heterogeneamente em relação a faixas de renda, uso, ocupação do solo e preservação ambiental. Docente no Centro Universitário UNA lecionando as Unidades Curriculares do curso de Arquitetura e Urbanismo relacionadas a Teoria e Projeto Urbano, Paisagem Urbana, Planejamento Urbano e Regional, Habitação, Conforto Ambiental, Arquitetura e Interiores; sua área de atuação docente engloba os cursos de Arquitetura, Urbanismo, Design de Interiores, Geografia e Meio Ambiente. Experiência como membro do NDE (Núcleo Docente Estruturante) e COLEC (Colegiado de Curso) do curso de Arquitetura e Urbanismo/UNA Itabira. Realiza projetos autônomos residenciais e comerciais de Arquitetura e Interiores.

mingotefernanda@yahoo.com.br

P O S F Á C I O

ROXELIO PÉREZ MOREIRA

Doutor en Ciencias Biolóxicas pela Universidade de Santiago de Compostela (USC). Profesor do Departamento de Edafoloxía da USC (1984-2021), así como tamén foi docente no IV Ciclo Universitario (2000-2021), impartindo “Territorio e Paisaxe” e “Cultura e Paisaxe”. Director dos Cursos de Verán de “Paisaxe” da Universidade de Santiago de Compostela. Autor de varios libros, algúns de gran formato. Destacando: “Ecoloxía Forestal”, “Lourizán, Ciencia, Arte, Natureza”, “Diversidade Natural de Galicia”, “Ancares, Parque Natural”. Tamén é autor do ensaio “A paisaxe habitada”. É co-editor do libro “Cultura e Paisaxe”, que inclúe o seu artigo “A descuberta cultural da paisaxe”; tamén é co-editor do libro “Turismo e Paisaxe” (no prelo), que inclúe os seus artigos “A imaxe identitaria de Galicia” e “Historia da imaxe turística de Galicia”. A súa traxectoria caracterízase especialmente por unha intensa actividade de carácter divulgativo, en numerosas conferencias e artigos, ademais dos seus libros. Pronunciou máis de 140 conferencias en diversos ámbitos, ademais de publicar un cento de artigos. Agora mesmo publica mensualmente a serie “natureza insólita” en “Tempos Novos”. Desenvolveu os proxectos “Cultivando Cultura” e “Terra Alén”, conxugando as ensinanzas técnico-científicas coas humanísticas e medioambientais, actividade pedagóxica galardoada nos Primeiros Premios de Innovación Educativa da USC. Fotógrafo da Natureza, captando imaxes do patrimonio natural e paisaxístico de Galicia.

roxelio.perez.moreira@usc.es

O R G A N I Z A Ç Ã O

SÁVIO TADEU GUIMARÃES

Pós-doutorado na Universidade da Coruña (UDC) e na Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ) em intercâmbio com a Universidade Nova de Lisboa (UNL). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense de Niterói (UFF). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). No âmbito do Ensino, foi docente dos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo da UFJF, de Centros Universitários do Grupo Anima Educação em Belo Horizonte, da Universidade de Brasília (UnB), bem como dos cursos de graduação e mestrado do Centro Universitário de Brasília (CEUB). No âmbito da Pesquisa, além de atuar como revisor ad hoc, é criador do Grupo de Pesquisa CNPq “*situ-AÇÕES*” e membro do Laboratório de Pesquisas LAB Espaço IPPUR-UFRJ, concentrado-se na produção e orientação de investigações, assim como

na organização de publicações. No âmbito da Extensão, tem experiência como consultor do patrimônio cultural em cidades do Estado de Minas Gerais, como analista de gestão e preservação do patrimônio cultural pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e como membro de associações e conselhos nacionais e internacionais voltados à cultura e à conservação do patrimônio cultural, como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS Brasil). Em todos esses âmbitos, registros fotográficos realizados aqui e ali vêm se alternando entre um instigante instrumento de trabalho e uma prazerosa possibilidade de ócio e expressão, como nas imagens aqui utilizadas visando contribuir para certa coesão conceitual da conexão intercontinental configuradora deste livro.

savio.aula@gmail.com



Camila S. Medellín, Colombia (AM).

S
É
R
I

Centro urbano. Dubai, Emirados Árabes (AS).

E
E
S
P
A
Ç
O





“Espaço Aberto”, consiste em uma publicação de caráter interdisciplinar e colaborativo, idealizada sob o objetivo de agregar e compartilhar o conhecimento por meio de estudos acadêmicos e experiências de trabalho centrados em abordagens sobre «cidade» e «sociedade», temáticas que se perpassam e se complementam, daquelas já cristalizadas no espaço.

O presente volume, “reflexões ibero-americanas sobre cidade e sociedade”, agrega pesquisas produzidas em vários dos países ibero-americanos, países caracterizados por particulares vínculos socioterritoriais, histórico-culturais e político-econômicos, ao mesmo tempo em que interagem mundialmente, refletindo e influenciando em contextos e conjunturas contemporâneas, do processo de globalização à questão ambiental.

Os trabalhos aqui apresentados como capítulos estruturam o volume em suas três partes ou enfoques de abordagem – transformações e dilemas, conceitos e interpretações, valores e conservação. Tais trabalhos permitem conhecer uma produção intelectual de pesquisadores de campos disciplinares distintos, provenientes de 12 países ibero-americanos, que vêm dedicando seus esforços de reflexão sobre suas cidades e regiões e, direta ou indiretamente, sobre a sociedade que as constrói, preserva e modifica continuamente a partir de seus diversos atores, movidos tanto por legados históricos quanto por perspectivas futuras, tanto por intenções quanto pelos desdobramentos daquelas já cristalizadas no espaço.

VOLUME 1 - ESPAÇO ABERTO. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14819>



São as múltiplas interpretações e considerações a que um caso específico nos permite realizar que instigaram o presente livro, pautado, exatamente, em abordagens de vários casos e desenvolvidas sob olhares tão diversos quanto abrangentes - reflexos de esforços acadêmicos para iluminar o conhecimento, olhares complementares no pensar sobre um espaço ou lugar, um indivíduo ou grupo social que ali se expressa de algum modo.

De início, as reflexões trazidas pelos autores dos primeiros capítulos remetem, sobremaneira, a “percepções” sobre as temáticas entrecruzadas em todo o livro: cidade e sociedade. Em seguida, as questões abordadas por outros autores evidenciam, sobretudo, “inquietações” no que se refere a valores, demandas e reflexões crescentemente constatadas neste mesmo âmbito. Por fim, as reflexões que delineam a última seção do livro explicitam específicas “proposições”, experiências destes autores na esfera da cidade e da sociedade que a transforma continuamente.

Assim, buscando repercutir e contribuir para a reflexão sobre uma dada realidade sociospacial sob o viés da multidisciplinaridade, essa consideração às múltiplas dimensões que envolvem sociedade e espaço pode ser aqui percebida, tanto em cada um dos 15 capítulos deste livro, focados em cidades brasileiras ou questões específicas vistas a partir de um campo disciplinar também específico, quanto em sua junção nesta obra, que assim explicita o título dado, um “Espaço Livre”, que agrega “reflexões multidisciplinares sobre cidade e sociedade”.

VOLUME 2 - ESPAÇO LIVRE. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/15127>



R

E

F

L

E

X



O
E
S
I
N
T
E
G
D
N
T
I
N
E
N

Canais de Xochimilco. Cidade do México, México (AM).

T

A

I

S

Paisagem urbana, Montreal, Canadá (AM).



Todas as paisagens possuem significados simbólicos, porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem.
Denis Cosgrove

COM MAIS ESTE LIVRO COLABORATIVO DE ACESSO LIVRE DA SÉRIE ESPAÇO, INTITULADO **ESPAÇO RELACIONAL: REFLEXÕES INTERCONTINENTAIS SOBRE CIDADE E SOCIEDADE**, APRESENTAMOS UMA BREVE SÍNTESE DE CONCEITOS ENTRELACADOS COMO OS DA CULTURA, PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGEM E MEIO AMBIENTE, AMPLAMENTE ESTUDADOS, DEBATIDOS E RESSIGNIFICADOS NA CONTEMPORANEIDADE.

A PARTIR DESSES CONCEITOS, POR MEIO DE TEXTOS (EM PALAVRAS E IMAGENS) PRODUZIDOS POR PESQUISADORES VINCULADOS A DIVERSOS CAMPOS PROFISSIONAIS E ESPAÇOS TERRITORIAIS TAMBÉM DISTINTOS, SE ENCONTRAM AQUI EVIDENCIADAS, ESSENCIALMENTE, CONSIDERAÇÕES SOBRE VALORES ATRIBUÍDOS A ALGUNS TEMAS E LUGARES QUE, DISTANTES OU APROXIMADOS, DIFERENTES OU SIMILARES, PELOS SIGNIFICADOS RELACIONAIS A ELES INCORPORADOS, NOS AUXILIAM EM NOSSAS INTERPRETAÇÕES E CONHECIMENTOS SOBRE ESTE MUNDO QUE COMPARTILHAMOS.